



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

CLÓVIS CARIBÉ MENEZES DOS SANTOS

**OESTE DA BAHIA:
MODERNIZAÇÃO COM (DES)ARTICULAÇÃO ECONÔMICA
E SOCIAL DE UMA REGIÃO**

**SALVADOR-BAHIA
2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

CLÓVIS CARIBÉ MENEZES DOS SANTOS

**OESTE DA BAHIA:
MODERNIZAÇÃO COM (DES)ARTICULAÇÃO ECONÔMICA
E SOCIAL DE UMA REGIÃO**

Tese de Doutorado apresentada à Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal da Bahia, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito parcial ao grau de Doutor em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Antônio da Silva Câmara

**SALVADOR-BAHIA
2007**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIENCIAS SOCIAIS**

**Oeste da Bahia: Modernização com (des)articulação econômica
e social de uma Região**

CLÓVIS CARIBÉ MENEZES DOS SANTOS
ORIENTADOR: PROF. Dr. Antônio da Silva Câmara

TESE DE DOUTORADO
submetida em satisfação parcial dos requisitos ao grau de

DOUTOR EM CIENCIAS SOCIAIS

à
Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa
da
Universidade Federal da Bahia

Aprovado:	Comissão Examinadora
.....	Dr. Antônio da Silva Câmara
.....	Dra. Inaiá Maria Moreira de Carvalho
.....	Dr. Nelson de Oliveira Santos
.....	Dra. Sylvia Maria dos Reis Maia
.....	Dr. Edgard Afonso Malagodi
Data da Aprovação:/...../.....	Grau conferido em:/...../.....

Dedico este trabalho de maneira especial a minha mãe, Avany Caribé (in memoriam). Mulher que me ensinou a acreditar e apreciar a vida, a alegria de ser, nas coisas do coração e na possibilidade, sempre, de pegar um sonho e partir. Seguindo sempre no sentido de chegar.

E aos meus três filhos, Daniel, Pedro e Júlia, amores eternos. Procurando, dia a dia, amar cada um ao seu jeito e apreendendo, a partir deles, o quanto é rica a diversidade.

AGRADECIMENTOS

O resultado final deste trabalho é de minha inteira responsabilidade, fruto de 25 anos de observações que ajudaram a polir e a consolidar pontos de vista. Entretanto não posso deixar de agradecer as colaborações e os apoios recebidos:

Da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, que me liberou durante os dois últimos anos para finalização dessa tese. E aos meus colegas de área que sempre estiveram dispostos a contribuir nessa etapa da minha vida intelectual.

Do Professor Dr. Antônio da Silva Câmara, a quem conheci e aprendi a admirar pela postura ética e pelo compromisso social desde quando eu era um graduando em Ciências Sociais, andando pelos nobres pátios, corredores e jardins de São Lázaro. O seu apoio intelectual, amigo e solidário (sem uma ordem de importância), assim como a sua paciência nos momentos mais difíceis dessa longa caminhada, foi significativo para concluir esse trabalho.

Do Professor Nelson de Oliveira, sobre quem uma vez ouvi: “bom é conhecer Nelson e melhor ainda é desfrutar da sua amizade”. Dessas duas situações, nesses mais de 30 anos, devo uma parte das minhas preocupações, questionamentos e visões sobre a Bahia e particularmente sobre o Oeste Baiano. A sua disponibilidade de me incentivar, discutir sempre que solicitado o material escrito e oferecer sugestões valiosas foram atitudes que muito ajudaram na minha caminhada.

Do Senhor Antonio Cunha, Dona Lourdes, Juarez e Lena, pela acolhida e solidariedade desde o primeiro momento que cheguei a Barreiras, no início da década de 1980. Foram os primeiros a mostrar, para um soteropolitano cheio de preconceitos com a região, que Barreiras não era somente a terra de grileiros e pistoleiros que apresentavam na capital. A acolhida deles, as discussões sobre os novos contornos regionais, as informações sobre as questões políticas “domésticas” e os relatos sempre precisos sobre os movimentos de reorganização do território regional foram um combustível sem medidas neste trabalho.

Da Professora Inaiá, pela leitura da primeira parte do trabalho, na qualificação, e pelas orientações que muito contribuíram na feitura do mesmo.

De Nilce de Oliveira, e suas constantes lembranças sobre o significado deste estudo, com solidariedade, paciência para leituras do material escrito e indicações bibliográficas.

Da CODEVASF, através do Diretor Jonas Paulo, que disponibilizou a sua estrutura regional em Barreiras, com veículos para o meu deslocamento nos espaços dos cerrados.

De Gerino Francisco, que por diversos momentos se colocou a disposição para discutir algumas das observações realizadas nas viagens a campo.

De Leila Ramos. A quem sou grato pelo incentivo, as leituras cuidadosas e as observações com um olhar crítico fora da Sociologia.

De Hilda Maria, que chegou quase no final da maratona e tem ajudado a escrever mais um capítulo da vida.

RESUMO

O objetivo principal desta tese é o de compreender a nova configuração econômica e social engendrada nos vinte e três municípios da Região Econômica do Oeste da Bahia e suas repercussões em parte dos espaços territoriais nos municípios de Angical, Barreiras, Correntina, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério, a partir do início da década de 1980, quando os cerrados desses municípios passaram a se constituir o subespaço mais impactado com a moderna agricultura no território baiano. Para isso, foi feita uma análise sobre os aspectos conjunturais e estruturais que possibilitaram a ocupação com um novo modelo agrícola produtivo de espaços no território nacional antes considerado “vazio” e inaproveitável economicamente. Discute-se, contextualizando-os, os principais aspectos da formação histórica regional, a modernização da agricultura nacional a partir do final da década de 40 e os interesses econômicos e políticos envolvidos na expansão de novas fronteiras agrícolas no território brasileiro. Analisa-se a Região a partir do crescimento econômico e social diferenciado que ocorre nos seus espaços; e conclui-se que às pressões dos modernos agricultores por mais poder de participação nas decisões políticas se transformaram em significativas devido à ausência de um desenvolvimento econômico e social sustentável no território baiano nos últimos vinte e cinco anos.

Palavras-chave: Modernização; Processo; Desigualdades Sociais; Espaço; Território.

ABSTRACT

The main goal of this Thesis is to comprise the new conceived economic and social configuration in the twenty three municipalities of Bahia West Economic Region and its rebounds in the municipalities' territorial spaces of *Angical, Barreiras, Correntina, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério*, since the beginning of the 1980's, when the savannah got along to establish a subspace more impacted with the modern agriculture in the Bahia's territory. In order to it, was done an analysis about the conjuncture and structural aspects which definitely provided an occupation with a new agricultural model productive of spaces in the national territory previously considered "empty space" and unprofitable economy. The review goes through a setting of main views of the regional historical formation, to the modern national agriculture since the final decade of 1940's and the economic and politic concerns involved to the expansion of new agriculture frontiers in the Brazilian territory. The Region's analysis is over the distinguished economic and social growth occurred in its spaces; and concludes that the moderns farmers pressures to more power of participation in the political decisions became significant due to the absence of a sustainable economic and social development on Bahia's territory in the last twenty five years.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Região econômica 15 – Oeste – Bahia	35
Figura 2 -	Municípios pesquisados – Região Oeste – Bahia	37
Figura 3 -	Segmentação da agricultura	81
Figura 4 -	Vegetação de cerrado – Brasil	86
Figura 5 -	Vegetação de cerrado – Região Oeste – Bahia	98
Figura 6 -	Evolução da divisão administrativa - Região Oeste, Bahia	110
Figura 7 -	Mapa das atividades rurais – Região Oeste, Bahia	139
Figura 8 -	Área colhida de Soja (em grão) Bahia, Oeste e municípios selecionados, 1990-2005	142
Figura 9 -	Quantidade produzida de Soja (em grão) Bahia, Oeste e municípios selecionados, 1990-2005	143
Figura 10 -	Área colhida de Milho (Hectare) - Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005	145
Figura 11 -	Quantidade produzida de Milho (Toneladas) - Bahia, Oeste e municípios selecionados - 1990-2005	146
Figura 12 -	Área colhida de Arroz (em casca) - Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005	147
Figura 13 -	Quantidade produzida de Arroz (Tonelada) - Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005	148
Figura 14 -	Área colhida de Feijão (Hectare) - Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005	149
Figura 15 -	Quantidade produzida de Feijão (Tonelada) - Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005	150
Figura 16 -	Área colhida de Algodão herbáceo (Hectare) - Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005	153
Figura 17 -	Quantidade produzida de Algodão herbáceo (Tonelada) - Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005	153
Figura 18 -	Café em Minas Gerais	155
Figura 19 -	Café do Sudoeste baiano	155
Figura 20 -	Área colhida produzida de Café (Hectare) - Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005	157
Figura 21 -	Quantidade produzida de Café (Toneladas) - Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005	158
Figura 22 -	Área colhida de Laranja (Hectare) - Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005	160
Figura 23 -	Quantidade produzida de Laranja (1.000 frutos) - Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005	161
Figura 24 -	Quantidade Produzida de Laranja (tonelada) - Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005	161
Figura 25 -	Área colhida de Melancia (Hectare) - Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005	162
Figura 26 -	Quantidade produzida de Melancia (1.000 frutos) - Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005	163
Figura 27 -	Quantidade produzida de Melancia (tonelada) - Bahia: Região Oeste e	163

	municípios selecionados – 1990-2005	
Figura 28 -	Área colhida e quantidade produzida de Limão - Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005	164
Figura 29 -	Quantidade produzida de Limão (1.000 frutos) - Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005	165
Figura 30 -	Quantidade produzida de Limão (Tonelada) - Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005	165
Figura 31 -	Área colhida de Manga (Hectare) - Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005	166
Figura 32 -	Quantidade produzida de Manga (1000 frutos) - Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005	167
Figura 33 -	Quantidade produzida de Manga (Tonelada) - Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005	167
Figura 34 -	PIB Agrícola	182
Figura 35 -	Bacias hidrográficas – Região Oeste, Bahia	195

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	População, área, tamanho e peso e densidade demográfica, por ordem decrescente – Região Oeste, Bahia – 2000	115
Tabela 2 -	Participação relativa da população total dos municípios no total da Região, por ordem decrescente – Região Oeste, Bahia – 1980-2000	116
Tabela 3 -	Grau de urbanização dos municípios, por ordem decrescente – Região Oeste, Bahia – 1980-2000	117
Tabela 4 -	População residente rural e taxa média geométrica de crescimento anual, por ordem decrescente – Região Oeste, Bahia – 1980-2000	118
Tabela 5 -	Dados demográficos: população total – Região Oeste, Bahia – 1970/2000	119
Tabela 6 -	Dados demográficos: população rural – Região Oeste, Bahia – 1970/2000	120
Tabela 7 -	Dados demográficos: população urbana – Região Oeste, Bahia – 1970/2000	121
Tabela 8 -	Proporção do número e da área dos estabelecimentos, por grupos de área total – Bahia – 1970 e 1995	124
Tabela 9 -	Estrutura fundiária dos municípios – Região Oeste, Bahia – 2006	128
Tabela 10 -	Estrutura fundiária dos municípios pesquisados – 2006	129
Tabela 11 -	Evolução da área plantada: produção e produtividade de soja, arroz, feijão e milho – Brasil, 1993 – 2002	133
Tabela 12 -	Produção de grãos – Região Oeste, Bahia (em toneladas)	141
Tabela 13 -	Área colhida e quantidade produzida de soja (em grãos) - Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005	142
Tabela 14 -	Área colhida e quantidade produzida de Milho (em grão) - Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005	145
Tabela 15 -	Área colhida e quantidade produzida de Arroz (em casca) - Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005	147
Tabela 16 -	Área colhida e quantidade produzida de Feijão (em grão) - Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005	149
Tabela 17 -	Área colhida e quantidade produzida de Algodão herbáceo (em caroço) - Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005	152
Tabela 18 -	Área colhida e quantidade produzida de Café - Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005	157
Tabela 19 -	Área colhida e quantidade produzida de Laranja - Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005	160
Tabela 20 -	Área colhida e quantidade produzida de Melancia - Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005	162
Tabela 21 -	Área colhida e quantidade produzida de Limão - Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005	164
Tabela 22 -	Área colhida e quantidade produzida de Manga - Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005	166
Tabela 23 -	Receita realizada dos municípios baianos - 1994 – 1997	201
Tabela 24 -	Receita realizada dos municípios baianos - 1998 – 2001	202
Tabela 25 -	Estrutura da Rede Bancária e Principais Praças Financeiras do Oeste Baiano – 2004	203

LISTA DE SIGLAS

ACRIOESTE	Associação dos Criadores de Gado do Oeste da Bahia
AIBA	Associação dos Agricultores e Irrigantes do Oeste da Bahia
BACEN	Banco Central do Brasil
BEC	Batalhão de Engenharia e Construção
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRASAGRO	Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial
CAI	Complexo Agroindustrial
CAIs	Complexos Agroindustrial Brasileiro
CAMPO / CPA	Companhia de Promoção Agrícola
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CDAC	Companhia de Desenvolvimento Agro-Industrial do Cerrado
CDL	Clube dos Diretores Lojistas
CEPA	Fundação Centro Estadual de Planej. Agrícola da Bahia
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Amb. e Desenvolvimento
CNPAF	Centro de Pesquisa em Arroz e Feijão
CNPGC	Centro Nacional de Pesquisa em Gado de Corte
CNPH	Centro de Pesquisa em Hortaliças
CNPMS	Centro Nacional de Pesquisa de Milho e Sorgo
COACERAL	Cooperativa Agrícola do Cerrado Brasil Central Ltda.
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
COPERGEL	Cooperativa de Produtores de Grãos dos Gerais Ltda.
COPROFRUTOESTE	Cooperativa dos Fruticultores do Oeste da Bahia
COTIA	Cooperativa Agrícola de Cotia Ltda.
CPAC	Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado
CPE	Fundação Centro de Projetos e Estudos
CRA	Centro de Recursos Ambientais
DESENBANCO	Banco de Desenvolvimento da Bahia
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMGOPA	Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária
EMPA	Empresa Agropecuária do Mato Grosso
EMPAER	Empresa de Pesq. Agrop. e Exten. Rural do M. Grosso do Sul
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
FAO	Food and Agriculture Organization
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FRUTOESTE	Associação dos Fruticultores do Oeste da Bahia
FUNDAÇÃOBA	Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenv. do Oeste Baiano
IBAMA	Inst. Brás. de Meio Ambiente e Rec. Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDCJ	International Development Center of Japan

IICA	Instituto Interamericano de Ciências Agrárias
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERBA	Instituto de Terras do Estado da Bahia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
IPEACO	Instituto de Pesquisa Agropecuária do Centro-Oeste
JADECO	Japan-Brazil Agricultural Development Corporation
JICA	Japan International Cooperation Agency
ODA	Ajuda Oficial ao Desenvolvimento do Japão
OEFC	Fundo de Cooperação Financeira para o Exterior do Japão
OTN	Obrigações do Tesouro Nacional
PADAP	Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba
PADDF	Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PAM	Produção Agrícola Municipal
PC-AT	Projeto de Colonização Ana Terra
PC-BC	Projeto de Colonização Brasil Central
PC-COR	Projeto de Colonização de Coromandel
PC-CRIS	Projeto de Colonização de Cristalina
PC-GEBAL	Projeto de Colonização Agrícola Gerais Balsas.
PCI	Programa de Crédito Integrado
PC-IM	Projeto de Colonização Iraí de Minas
PC-MOR	Projeto de Colonização Guarda-Mor
PC-MUN	Projeto de Colonização Mundo Novo
PC-OV	Projeto de Colonização Ouro Verde
PC-PAI	Projeto de Colonização Paineiras
PC-PER	Projeto de Colonização Entre Ribeiros
PC-PI	Projeto de Colonização Piúva
PDRS	Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável
PED	Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
POLOAMAZÔNIA	Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRÓ-ÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados
PRODEGRAN	Programa Especial da Região de Grande Dourados
PRODIAT	Programa de Desenv. Integrado da Bacia Araguaia-Tocantins
PRODOESTE	Programa de Desenvolvimento Econômico do Centro-Oeste

PROFIR	Programa de Financiamento de Equip. para a Irrigação
PRONI	Programa Nacional de Irrigação
PROTERRA	Programa de Distribuição de Terras e Desenv. Agroindustrial
PROVARZEA	Programa Nacional de Aproveitamento Racional de Várzeas
RE 15	Região Econômica 15 – Oeste, Região Oeste, Oeste baiano
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPLAN	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação
SEPLANTEC	Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia
SESAB	Secretaria da Saúde do Estado da Bahia
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNEB	Universidade Estadual da Bahia
UNYANA	Centro de Estudos Superiores

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	O objeto de estudo e descrição dos capítulos da tese	15
1.2	Fundamentos teóricos	18
1.2.1	MODERNIDADE	18
1.2.2	A QUESTÃO DA MODERNIZAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO	22
1.2.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
2	TRISTE BAHIA! OH, QUÃO DESSEMELHANTE	33
2.1	Antecedentes históricos: Bahia, de 1950 a 1998	42
2.2	Enfrentando o “enigma baiano”	43
2.3	As fábricas, as máquinas e as maquinações do Estado	49
2.4	A vaca sagrada da economia baiana	57
3	OS CERRADOS DA BAHIA SOB A LÓGICA DO CAPITAL	69
3.1	A modernização da agricultura brasileira	69
3.2	Modernização capitalista e o cerrado no Brasil	82
3.2.1	O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DOS CERRADOS NO BRASIL: ANTECEDENTES E PANORAMA ATUAL	85
3.3	O processo de ocupação com a moderna agricultura dos Cerrados baianos: antecedentes e panorama atual	97
3.3.1	REGIÃO DO OESTE BAIANO: SÍNTESE DE FORMAÇÃO DA SOCIEDADE REGIONAL	99
3.3.2	AS OBRAS DE IMPACTO NO OESTE BAIANO	104
3.3.3	ANGICAL E BARREIRAS	106
3.3.4	OS NOVOS MUNICÍPIOS	109
3.3.5	A CONFIGURAÇÃO GEOPOLÍTICA MAIS RECENTE	111
3.3.6	CARACTERIZAÇÃO ATUAL DA REGIÃO OESTE DA BAHIA	112
4	OESTE BAIANO: A NOVA ESTRUTURA PRODUTIVA NO CONTEXTO DA MODERNIDADE	122

4.1	A redefinição hegemônica – aspectos fundiários	122
4.2	A estrutura de produção regional	131
4.3	A nova territorialidade social nos espaços de cerrados na Bahia	167
5	A (DES)ARTICULAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DE UMA REGIÃO	173
5.1	Oeste Baiano: não há lugar para todos	175
5.1.1	O CONJUNTO	175
5.1.2	O OESTE BAIANO DOS QUE TÊM PROPRIEDADES	185
5.2	A nova (des)articulação do Oeste Baiano	190
5.2.1	A DESARTICULAÇÃO ECONÔMICA	190
5.2.2	ALGUMAS CONSEQÜÊNCIAS AMBIENTAIS	193
5.2.3	A PERCEPÇÃO DOS “GAÚCHOS” SOBRE A DESARTICULAÇÃO DA REGIÃO	196
5.2.4	FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO E CONCENTRAÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	199
5.2.5	DESARTICULAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES LOCAIS E DA AÇÃO DO ESTADO	206
5.2.6	A DESARTICULAÇÃO VISTA COMO SÍNTESE	208
6	CONCLUSÕES	210
	REFERÊNCIAS	223

S237 Santos, Clóvis Caribé Menezes dos.
Oeste da Bahia: Modernização com (des) articulação econômica e social de
uma região / Clóvis Caribé Menezes dos Santos. – Salvador, 2007.
239 f.

Orientador: Prof. Dr. Antônio da Silva Câmara
Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade
de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.

1. Sociologia rural. 2. Desigualdades econômicas regionais. 3. Bahia –
Agricultura. 4. Economia Agrícola – Brasil. I. Câmara, Antônio da Silva. II.
Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
III. Título.

CDD – 306.3490981

1 INTRODUÇÃO

1.1 O objeto de estudo e descrição dos capítulos da Tese

O envolvimento do autor com a temática da expansão capitalista em espaços regionais remonta ao início dos anos 1980, quando, enquanto extensionista da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Estado da Bahia (EMATER-Ba), participou da implantação do Programa de Ocupação Econômica da Região Oeste da Bahia, instrumento do qual o Governo do Estado da Bahia interveio nos espaços de cerrado de alguns municípios desta região, afim de aí viabilizar a introdução de atividades agrícolas modernas; isto é tornar exequível a moderna agricultura capitalista nesses espaços. Desde então, o autor vem acompanhando as mudanças econômicas, políticas e sociais daí decorrentes.

Além de ter provocado mudanças substanciais na estrutura produtiva de parte dos cerrados baianos a agricultura capitalista implicou, particularmente, na incorporação ao setor agrícola de novos grupos sociais com origem externos à Região e ao Estado da Bahia. Estes grupos construíram novas identidades, novas interações e novas formas de organização¹. Desse modo, surgiu no Oeste baiano uma nova configuração econômico-social, que, se de um lado traz importantes ganhos econômicos para o Estado; de outro, acentua as já profundas desigualdades econômicas e sociais entre os espaços locais e entre os grupos sociais da Região.

O objetivo principal desta Tese é o de compreender essa nova configuração engendrada, a partir dos anos 1980 nos espaços de cerrado de sete municípios da Região Oeste da Bahia, aqui tomados como objeto de estudo.

Convém ressaltar, que, presentemente, a expansão do capitalismo na agricultura em espaços regionais tem sido debatida nos meios acadêmicos e políticos do país. Neste contexto, estudos sociológicos mais recentes reportam-se a áreas consideradas “centrais” por

¹ Esse processo é, a nosso ver, um dos mais importantes dos últimos cinquenta anos da história econômico-social do Estado da Bahia.

apresentarem forte penetração do capitalismo, enquanto as outras áreas onde a moderna agricultura capitalista penetra são tratadas como se fossem periféricas, como “ilhas” ou “bolhas” da moderna produção capitalista, com vãos curtos e não como de fato são: áreas de “reposição e recriação das condições de expansão do sistema enquanto modo capitalista de produção” (OLIVEIRA, 1976, p. 7), cujo futuro independe das condições de reprodução local.

Pretende-se a partir dessa perspectiva investigar como esse processo acima explicitado ocorre no Oeste Baiano. Para isso, utilizaremos de uma abordagem histórico-sociológica que permita compreender as transformações ocorridas naquele espaço, mantendo como eixos centrais da interpretação os seguintes conceitos: modernidade, modernização da agricultura, desenvolvimento, classes sociais e desigualdade social.

Esta Tese compõe-se de cinco capítulos. O primeiro é a presente introdução, contendo uma síntese de discussões teóricas e metodológicas norteadoras da pesquisa.

O segundo, apresenta aspectos da formação histórica da sociedade baiana, a partir de meados dos anos 1950. Por conseguinte, nele encontra-se uma pequena revisão do modo de pensar a economia, a política e a sociedade baiana em contraponto à história do país. Aborda-se os aspectos contextualizadores, que irão possibilitar o entendimento da atitude passiva assumida por segmentos das classes dominantes no Estado, diante do processo de modernização agrícola de certos espaços de cerrados na Região Oeste. Para analisar esse processo, toma-se como referência histórica três períodos conjunturais pelos quais passara a Bahia entre os anos de 1950 e 1991, enfocando o processo sócio-econômico que, conjugado com ações impulsionadas pelo Estado em nível federal e local, configurou uma nova estrutura produtiva na Bahia.

O terceiro capítulo apresenta o processo de ocupação dos cerrados brasileiros sob a lógica do capital, fundamentando-se em aspectos da formação histórica e em conceitos sociológicos. O processo de expansão capitalista da Região Centro-Oeste do Brasil é analisado fazendo-se interrelações com os espaços de cerrados da Região Oeste da Bahia. É traçado um panorama das principais transformações por que passou a agricultura brasileira nos anos de 1970, destacando-se o papel do Estado na fundamentação e execução dessa nova dinâmica. Apresenta-se o perfil dos principais projetos desenvolvimentistas propostos por instituições estatais para a Região Centro-Oeste, ressaltando-se o papel das corporações

nacionais e internacionais. Em seguida são analisados os processos econômicos, sociais e políticos que ocorreram no Oeste Baiano e como estes desintegraram parte significativa da base econômica anterior, aprofundando as carências sociais históricas da Região. Discute-se ainda, o processo de ocupação dos cerrados baianos enquanto mais um espaço produtivo na perspectiva do capital. Fundamentalmente, procura-se mostrar que o processo econômico que se viabilizou no Oeste Baiano foi condicionado por fatores externos subordinados ao capital internacional.

O quarto capítulo demonstra como a construção desse novo espaço produtivo implicou a exclusão de parcelas da população rural. Explica-se como foram constituídos os novos espaços da moderna agricultura sem que fosse combatido o principal problema: a concentração fundiária. Procura-se demonstrar como a malha fundiária regional concentradora, assim como os baixos preços e a elevada disponibilidade de terras presentes nos espaços dos cerrados baianos foram elementos básicos para a mudança da base técnica da agricultura regional e como serviram de sustentáculos para a expansão e a consolidação do novo modelo agrícola regional. Aqui se discute, também, a presença localizada e discreta da modernidade, provocando pouca mudança na vida da maior parte da população regional, trouxe consigo, já nos primeiros momentos, práticas que reforçavam as hierarquias econômicas e políticas herdadas na história regional. Tratou-se de uma situação que somente sofreu alterações mais profundas com o deslocamento de imigrantes da Região Sul, impulsionados por mudanças ocorridas na estrutura produtiva desta Região e pelas oportunidades oferecidas no Oeste da Bahia. Finalmente, demonstra-se que o encontro do modo de vida e da produção agrícola moderna, representada pelos “Gaúchos”, não significou o rompimento das antigas formas de relações de poder no espaço regional nem tampouco conseguiu construir relações econômicas mais avançadas na totalidade dos espaços regionais. Procura-se neste capítulo realizar uma análise de como ocorreu uma das mais significativas remodelações do território baiano desde o final da década de 1960.

O quinto capítulo apresenta as conseqüências da incapacidade das classes dominantes baianas em traçar estratégias para o Estado, delegando aos agentes externos o poder de definir o tamanho da estrutura produtiva estadual. As inversões produtivas do Estado passaram a ser importantes a partir do grau em que elas conseguem copiar os principais aspectos das inversões produtivas que ocorreram nas regiões consideradas ricas do país. E como isso acelerou em alguns espaços do território político do Estado um processo de

integração internacional totalmente subordinado, construído à custa da desintegração do conjunto do território dessa Região. Indica-se como o processo econômico que se desenvolveu em parte do território de alguns municípios do Oeste da Bahia separou os interesses econômicos, sociais e políticos dos agentes sociais localizados nos cerrados regionais dos que se encontram nos territórios que não foram eleitos pelo capital para receber as suas inovações tecnológicas. Instaurou-se na Região uma nova forma de articulação com a introdução de fartos recursos públicos, diferenciando-se da vivenciada pelo setor agrícola baiano em períodos recentes. Por fim, apresenta-se uma discussão conclusiva sobre as perspectivas da moderna agricultura no Oeste da Bahia.

1.2 Fundamentos teóricos

1.2.1 MODERNIDADE

Para compreender a sociedade moderna de antemão é necessário remeter-se a Hegel, pois foi ele que, segundo Habermas (2000), inaugurou o discurso da modernidade, introduzindo o tema e estabelecendo regras que dariam validade ao seu discurso. Foi o primeiro a conceituar de maneira enfática a realidade efetiva e a empregar “o conceito de modernidade, antes de tudo, em contextos históricos, como conceito de época” (HABERMAS, 2000, p. 9). Para Hegel os novos tempos eram os “tempos modernos”.

Hegel foi também o primeiro a emprestar à sua filosofia, já no primeiro estágio de sua evolução histórica, um caráter essencialmente distinto do curso seguido por todos os sistemas anteriores. Declarava com ênfase que toda filosofia não é outra coisa senão o pensamento do seu tempo, além de reconhecer a si mesma como esse pensamento do tempo (HABERMAS, 2000).

Extraíndo o essencial do pensamento hegeliano, a riqueza da sua estrutura disponível, substituindo o seu idealismo, Marx foi o primeiro pensador clássico a definir abstratamente a contradição geral da história: homem/natureza, ou, no dizer de Habermas, relação homem-mundo. Repôs a existência humana sobre as bases da produção e reprodução

material e considerou que as idéias que apareciam como resultado de um desenvolvimento lógico eram representações das classes sociais dominantes. Por isso, passou a insistir nos fundamentos econômicos da vida social, conferindo absoluta relevância ao momento histórico, “como uma dimensão que possibilita uma margem de ação para a crítica [...] mas antes preservando para a modernidade uma distinta relação com a racionalidade” (HABERMAS, 2000, p. 78)². O procedimento de Marx não se tratava de mera inversão de sinais, de substituição sumária do idealismo hegeliano pelo materialismo, mas sim de uma visão profundamente inovadora, capaz de recuperar a dimensão da realidade imediata, contida de forma empiricista no antigo materialismo, e fundi-la com a perspectiva revolucionária do método dialético hegeliano, criando o seu próprio método: materialismo histórico dialético. Com isso realizou a análise da realidade objetiva das sociedades européias, os seus aspectos e os seus elementos contraditórios.

Privilegia-se, nessa pesquisa, a teoria de Marx que contribui para entender a modernidade como dimensão supra-estrutural do modo de produção capitalista. No entanto, registra-se que os problemas gerados nesse período histórico levaram, também, outros pensadores sociais do século XIX e do início do século XX, a formularem teorias sobre o mundo moderno:

[...] os autores clássicos como Marx, Engels, Tocqueville, Weber, Durkheim, Simmel e outros, [...], não se contentaram com as noções e problemas que a sociedade da época lhes oferecia abertamente. Elaboraram conceitos que ultrapassavam o senso comum e buscaram evidenciar questões que muitas vezes seus contemporâneos teriam preferido ignorar. (DOMINGUES, 1999, p. 11-12).

Com maior ou menor força, remetendo-se mais ou menos ao passado, ou atendo-se, em certa medida, ao presente, foram essas correntes clássicas do pensamento social que possibilitou compreender os tempos modernos, como os tempos da sociedade industrial, do capitalismo e a sua difusão desigual entre os espaços geográficos.

² Habermas procura fazer uma conceituação do significado de racionalidade: “Para o discurso da modernidade, a referência da história à razão permanece constitutiva – para o bem ou para o mal. Quem participa desse discurso, e nisso nada se alterou até hoje, faz um uso determinado das expressões `razão` ou racionalidade [...].(HABERMAS, 2000, p. 78).

Marx será, dentre esses pensadores, o que perceberá o modo de produção capitalista, como o grande protagonista do mundo moderno e de forma singular, a sua natureza profundamente contraditória.

Os enfoques e as categorias do pensamento de Marx³, partindo das contradições do que hoje se denomina modernidade buscaram dar conta da estrutura de classes, da exploração do trabalho, da produção da mais-valia, do desenvolvimento das forças produtivas, bem como das formas sociais, políticas e culturais que as sociedades do seu tempo apresentaram.

Marx, analisando as grandes transformações do seu tempo, associou a modernização a um processo de “esgotamento cada vez mais efetivo dos recursos naturais e à expansão cada vez mais intensiva de uma rede global de circulação e de comunicação” (HABERMAS, 2000, p. 90)⁴. Essa perspectiva norteou a sua produção intelectual permitindo-lhe distinguir os elementos contraditórios dos novos tempos, sem negligenciar as suas ligações, sem esquecer de que se tratava de uma nova realidade, cujas transformações consistiam em momentos de um processo único. Marx foi um pensador que deixou uma das mais completas interpretações sobre o processo de desenvolvimento capitalista, gestado desde o século XVI e “no século XVIII deu larguíssimos passos em direção à sua maturidade” (MARX, 1982, p. 3).

O estudo de Marx sobre o modo de produção capitalista em sua época, fornece elementos importantes para a apreensão da realidade contemporânea; a partir dele é possível interpretar as formas assumidas por esse modo de produção em países semicoloniais, que não rompem,

³ Marx, Durkheim e Weber continuam sendo descritos como “aqueles grandes analistas empíricos [...] que não trabalharam apenas com o que hoje chamamos de teoria [...] eles produziram explicações do desenvolvimento do capitalismo, do conflito de classes ou da religião primitiva [...] eles empregaram uma ampla variedade de métodos teóricos” (ALEXANDER, 1999, p. 40). Ao tentarem responder questões de interesse prático, as teorias sociais clássicas produziram conhecimentos, através de explanações, descrições e interpretação dos fenômenos sociais, que permitiram tanto compreender a ordem existente nas condições e nos níveis de sua manifestação, bem como as suas contradições e possibilidades de superação.

⁴ É fundamental observarmos que Habermas, nesse texto, situa um Marx do qual ele se afastou no que concerne à idéia de determinação pela estrutura econômica. Habermas deslocou a perspectiva ontológica, criticando as principais categorias de análise: forças produtivas, relações de produção, modo de produção e, principalmente, classe social. Com isso, termina por apresentar uma noção de modernidade que corresponde a algo próximo do “vivido” em determinadas sociedades, distante dos grandes discursos revolucionários que a concepção de modernidade marxista está envolta. A política revolucionária, por exemplo, na concepção de Habermas perde espaço e se torna menos importante, sendo substituída por uma perspectiva de civilização da moderna sociedade, comprometida com garantias de direitos sociais. Pois “O liberalismo político (que eu defendo sob a forma especial de um republicanismo kantiano) é entendido como uma justificação não-religiosa e pós-metafísica dos fundamentos normativos do Estado constitucional democrático. Essa teoria encontra-se na tradição de um direito racional, que prescinde das suposições fortemente cosmológicas ou soteriológicas das doutrinas do direito natural clássicas e religiosas” (Folha de São Paulo, 24 de abril de 2005).

não revolucionam, não desmantelam as suas ordens tradicionais recebidas e herdadas, com o advento da modernidade.

A obra de Marx que melhor retrata as suas concepções sobre modernidade é o Manifesto Comunista (escrito entre dezembro de 1847 e janeiro de 1848). Texto no qual identifica como se dá o processo constitutivo do mundo moderno, como ocorre a expansão do capitalismo. Mesmo Marx não tendo teorizado esse conceito, o seu espectro paira sobre sua narrativa histórica, que apresenta como moderna todas as manifestações, gênese e consolidação global do capitalismo. Ao identificar o capitalismo como protagonista da formação do mundo moderno, Marx captou de forma singular a natureza profundamente contraditória desse modo de produção, não como repetição do passado, mas com uma natureza opressiva e desumana. Trata-se ainda hoje de uma descrição insuperável dos elementos centrais na formação do capitalismo.

Nas três últimas décadas, as teorias sociológicas clássicas têm sofrido críticas de autores que as consideram incapazes de oferecer uma análise correta do quadro atual que compõe o mundo moderno. São críticas que sustentam que agora existe um outro quadro de relações sociais e que por isso essas análises clássicas já não conseguem captar os signos e as imagens que se inscrevem no mundo atual. Segundo tais teóricos⁵, essas análises não seriam mais capazes de explicar as mudanças ocorridas na vida social. Para estes, a base produtiva já teria sofrido todas as transformações apregoadas no passado, e nos dias atuais tratar-se-ia de entender a qualidade de vida dos indivíduos; de renunciar aos sonhos revolucionários, já que a revolução não se poria enquanto uma necessidade social e política nos países avançados; enfim, viver-se-ia em uma sociedade com outros parâmetros, sendo necessário deslocar as explicações monistas elaboradas no passado e dar lugar a múltiplas vozes interpretativas de

⁵ O primeiro contato do autor com tal debate se deu através de uma conferência pronunciada em 1976, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, pelo filósofo Michel Foucault. Foi depois retomado nos meados dos anos 1980 através da leitura do livro de Berman (1986) “Tudo que é sólido desmancha no ar”. Tratava-se de um período no qual se realizavam debates acalorados, nos meios acadêmicos e políticos, sobre as possíveis inconsistências e descontextualizações das propostas e das análises sobre a sociedade contemporânea formuladas pelas organizações dos movimentos sociais e políticos criados ao longo do século XX. Iniciava-se assim uma completa refutação, por parte desses autores, dos prognósticos históricos fundamentados nas teorias cimentadas principalmente no pensamento marxista. No meio acadêmico destacaram-se três grupos de autores: um primeiro composto pelos que faziam a crítica sobre os limites das metanarrativas; o segundo, cujos componentes afirmavam, de forma mais radical, que as essas mesmas narrativas não respondiam às novas questões que as sociedades do agora apresentavam; e um terceiro, cujos componentes fizeram moda criticando os possíveis equívocos e a transitoriedade das “profecias” dos pensadores clássicos que abordaram os processos de modernização e desenvolvimento das sociedades capitalistas. O livro de Berman é um exemplo deste caso.

processos heterogêneos. Logo, a modernidade refere-se a uma realidade do passado, tradicional, ultrapassada, fora de moda, incapaz de explicar o mundo atual.

Neste debate, no qual se preconizava o suposto início de uma era pós-moderna, algumas categorias do pensamento marxista foram retomadas com o objetivo de explicar a evolução e consolidação do capitalismo, este entendido, por tal corrente, como o período da modernidade. Tal conceito, vislumbrado no início do século XX por Baudelaire, adquire, assim estatuto científico, transformando-se em uma categoria de estudos sociológicos.

As formulações pós-modernas, ao enfatizarem o fragmentário e o diverso, ainda que apontem para situações específicas existentes na sociedade contemporânea, não são capazes de compreender as manifestações atuais resultantes do processo de expansão do capital. Além disso, ao postularem uma existência *ad infinitum* do capitalismo, contrariam a história, pois “todo sistema de reprodução sociometabólica tem seus limites intrínsecos ou absolutos, que não podem ser transcendidos sem que o modo de controle prevalecente mude para um modo qualitativamente diferente” (MÉSZÁRO, 2002, p. 216).

1.2.2 A QUESTÃO DA MODERNIZAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

O tema da modernidade está profundamente comprometido com o do progresso. Trata-se, para José de Souza Martins (2000), de uma preocupação presente nos projetos de reprodução dos modos de vida das sociedades ricas, sendo, sobretudo, um tema europeu. Enquanto projeto, a modernidade teria a pretensão de abranger unidades globais de intercâmbio econômico e político, e foi construída sobre uma série de antagonismos estruturais, percebidos até mesmo por alguns dos seus formuladores. Pois, a reprodução do capital não foi capaz de resolver as necessidades fundamentais da maioria da população, mesmo naqueles países. Esse projeto trouxe a resistência a qualquer poder arbitrário, afirmando o compromisso com a emancipação da humanidade, porém contribui para a organização capitalista de produção, conseqüentemente, reforça um processo econômico-social que acentua o desenvolvimento desigual entre os diversos Estados nacionais e suas respectivas regiões.

Uma das contribuições mais importantes para o estudo do processo de desenvolvimento desigual sob a égide do capital, têm sido as formulações produzidas pela Sociologia do Desenvolvimento, algumas delas sofreram influência significativa do marxismo. Nesse campo de estudo, sob o influxo dessa influência, bem como do neo-keinesianismo, construiu-se, a partir da década de 1950, um corpo teórico que explorou, sobretudo, a questão da modernização.

Essa discussão predominou entre as décadas de 1950 e 1970 nas ciências sociais da América Latina. A instituição que impulsionou os estudos com tal orientação no subcontinente latino-americano foi a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), no interior da qual um grupo de intelectuais, oriundos de diversos países, produziu uma teorização particular, analisando a realidade econômica e social da América Latina. As teorias produzidas fortaleciam as propostas de soberania nacional e propunham o desenvolvimento de determinados padrões de funcionalidade de acumulação capitalista para os países semicoloniais da América Latina.

As análises socioeconômicas incorporavam aspectos da economia política aplicando-as às situações específicas de cada país do subcontinente. Procurava-se, assim, inseri-los de forma distinta no movimento internacional do capital. No entanto, mantinham-se em aberto as possibilidades de realinhamentos entre os Estados da América Latina e os potências econômicas, de modo a pôr fim aos obstáculos efetivos a uma reestruturação econômica regional.

Fundamentalmente, esse núcleo de teóricos, com a intenção de apresentar argumentos favoráveis às suas teses, afirmavam que mesmo os países da América Latina apresentando persistentes taxas de crescimento entre a 1955 e 1959, presenciavam também uma crescente instabilidade política, decorrente da manutenção de elevados índices de pobreza. Logo, o crescimento econômico teria sido insuficiente, não ocorrendo, portanto, melhoria da situação média dos povos latino-americanos. A direção desse processo de crescimento era limitada, pois as burguesias nativas eram comprometidas com o capital internacional. Em que pese a aparente radicalidade da linguagem utilizada por aqueles estudiosos, estes não perceberam que a nova hierarquização da economia capitalista mundial, já presente naquele período do pós-guerra, e redefinia a divisão internacional do trabalho entre países.

A principal tese desenvolvida pelos intelectuais cepalinos afirmava que o desenvolvimento econômico e social dos países não industrializados não deveria ser compreendido apenas em termos de fatores internos, mas inserido no contexto da economia capitalista. A partir desse ponto de vista, estabeleceu-se uma distinção entre metrópole/satélite, ou centro/periferia, argumentando-se que os países periféricos eram “subdesenvolvidos” em decorrência dos grandes centros capitalistas; ou, como formulado mais adiante por Falleto e Cardoso (1970), estavam sujeitos a um processo de desenvolvimento “dependente” e deformado. O principal problema dessa Tese é a pouca atenção dispensada às estruturas sociais e, em especial, ao caráter e às ações das classes sociais nos países do subcontinente.

A natureza das mudanças ocorridas no âmbito político (novas relações de poder) fora do mundo europeu e a nova configuração espacial do capital, entendidos, naquela época, como desenvolvimento e modernização, ainda hoje, objeto de controvérsias, esteve presente nas discussões intelectuais do período e transformou-se em tema comum de uma bibliografia que se multiplicou com rapidez; buscando sempre, no caso da América Latina⁶, enfatizar aspectos particulares de sua realidade, privilegiando as questões estruturais.

Essas discussões, pondo em xeque as teorias sobre o processo de desenvolvimento, originaram-se na própria Europa após a segunda guerra mundial: “o sucesso do Concerto da Europa surgiu da necessidade da nova organização internacional da economia e terminaria, inevitavelmente, com a sua dissolução” (POLANYI, 2000, p. 33).

No caso específico dos países da América Latina, o núcleo de intelectuais cepalinos foi recalcitrante quanto ao discurso da modernização enquanto modelo para viabilizar o desenvolvimento das forças produtivas sem levar em consideração as características específicas da economia na América Latina. Chegavam a essa conclusão partindo da constatação de que o ritmo de crescimento da economia não foi suficiente para sequer assegurar ao subcontinente uma posição importante na economia mundial (FURTADO, 1976). Assim, o núcleo de intelectuais que faziam parte da CEPAL reagiu às teses

⁶ Suas economias “estavam em pleno processo de industrialização e urbanização, potencializado pelo rápido crescimento de 5,8% ao ano entre 1945 e 1954, e por uma folga na restrição externa que permitiu uma expansão nas importações em 7,5% ao ano, nesse mesmo período. Isso abriria espaço ao fortalecimento da ideologia industrializante, que apenas vinha dando os primeiros passos na região” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 24).

desenvolvimentistas que não considerassem as especificidades do subcontinente de forma bastante contundente (WALLERSTEIN, 2001), além de observar que os benefícios de uma política econômica de fronteiras abertas eram questionáveis.

Na conjuntura econômica e política daquele período, destacava-se a necessidade de reestruturação do capitalismo nos países desenvolvidos, após um longo período de guerra, implicando não só na reconstrução do seu aparato produtivo em níveis nacionais, como também na expansão, a qualquer custo, das suas corporações para países periféricos, eleitos como prioritários. Essas corporações mantinham suas sedes nos centros de mando do capital expandindo seus “novos modelos” de “desenvolvimento” e “modernização”. Era uma situação na qual se reafirmavam as dificuldades dos países periféricos em se modernizarem e se desenvolverem sem alterar a sua estrutura social; sem a promoção de políticas nacionais protecionistas que substituíssem as importações.

Entre outros autores, serão Ruy Mauro Marini e Francisco de Oliveira que dirigirão as críticas mais contundentes ao pensamento cepalino. Segundo eles, esse pensamento apresentava desvios decorrentes de uma utilização inadequada de categorias teóricas. Conseqüentemente, para Marini, essas análises estruturalistas sobre a modernização e o desenvolvimento para os países latino-americanos, teriam uma “falta de rigor conceitual e metodológico” (2000, p. 105), quando contrapostas às conjunturas econômicas e políticas do mundo.

Já Oliveira, mesmo reconhecendo o pensamento cepalino como um dos interlocutores que contribuiu bastante para o estudo da economia e da sociedade brasileira, critica a visão dualista apresentada por essa corrente. No livro *Crítica à Razão Dualista*, aponta para as diferenças qualitativas da modernização e do desenvolvimento entre as regiões do Brasil. Assim como, observa, em contraste com a CEPAL, a convivência de setores modernos com outros não capitalistas no campo, principalmente na região Nordeste.

Concorda-se com Oliveira quanto à contribuição das formulações cepalinas para o debate sobre os modelos de modernização e desenvolvimento na América Latina. Porém, essas teorias perderam a consistência não somente por que deixaram de perceber certa complementaridade entre os setores atrasados e modernos, mais principalmente por não compreenderem que a produção e reprodução ampliada do capital ocorrem em um sistema

mundial, no qual os processos de formação de Estados, de um lado, e de formação de mercados, de outro, repartiram todas as economias-mundo em zonas concêntricas, onde as que se encontrassem mais afastadas dos grandes centros do capitalismo seriam cada vez menos favorecidas, já que

O esplendor, a riqueza, a felicidade de viver concentram-se no centro da economia-mundo, no seu coração. Aí os raios do sol da história fazem cintilaras mais vivas cores, aí se evidenciam os preços e os salários elevados, a banca, as mercadorias ‘príncipescas’, as indústrias lucrativas, as agriculturas capitalistas. [...] Digamos que uma modernidade econômica em progresso aí se instala integralmente... (BRAUDEL, p. 94, 1985).

Ao longo do último século, é fato que uma das características principais da dinâmica do capital foi a de alargar, e não reduzir, o fosso brutal das desigualdades econômicas e decisórias ou regulatórias entre os países localizados no coração do sistema e os países periféricos do mundo afora. É inquestionável, primeiro, que “o capital invadiu e subjugou todos os cantos do nosso planeta, tanto os pequenos como os grandes. No entanto, ele se mostrou absolutamente incapaz de resolver os graves problemas que as pessoas têm de enfrentar na vida cotidiana pelo mundo afora” (MÉSZÁROS, 2002, p. 92). E, segundo, que ocorreu uma transformação gigantesca da forma de organização a partir do final da segunda guerra, porém essa nova situação não foi resultado natural, nem muito menos benéfico. Pelo contrário, foi resultado de uma reestruturação do poder entre as regiões de mando do capital.

Dessa forma, tanto no início dos anos 1960 como hoje, projetos recheados de intenções modernizadoras foram preconizados pelos países capitalistas avançados. No entanto, somente os projetos necessários à acumulação mundial do capital iriam sobreviver, desenvolver-se e modernizar-se. Dessa forma, áreas específicas dos países subordinados poderiam aproximar-se do estilo de vida dos países avançados. Para que isso ocorresse, bastaria somente que as estruturas sociais e econômicas instaladas nos espaços periféricos eleitos, compreendessem e aceitassem de forma pacífica a idéia de que “não explora o mundo quem quer” (BRAUDEL, 1985, p. 113), explora quem pode. E quem pode explorar apresenta um componente ideológico e cultural que se viabiliza através da economia, até porque o capital é um modo de controle que se sobrepõe a tudo o mais, antes mesmo de ser controlado – num sentido superficial – pelos capitalistas privados, como uma estrutura de comando historicamente singular e adequada para suas importantes missões na possibilidade que a sociedade toda deve se ajustar (MÉSZÁROS, 2002).

As questões que foram discutidas até aqui se encontram no debate metodológico e epistemológico das ciências sociais contemporâneas. Foi chamada a atenção de algumas das insuficiências, dos dilemas, dos limites, mas também das fecundas contribuições dessas perspectivas para uma sociologia mais crítica, o que possibilita entender e explicar a existência de certa dinâmica econômica e social em parte específica do território baiano. Dinâmica econômica, social e política que ocorre em um espaço onde

[...] o advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros `ausentes`, [que estão] localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face. Em condições de modernidade, [em que] o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico; isso é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distante deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a `forma visível` do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza (GIDENS, 1991, p. 27).

Na condução deste estudo considerou-se imprescindível recorrer ao pensamento sociológico clássico para analisar os processos denominados de modernos que ocorreram nas estruturas econômicas e sociais da Região Oeste da Bahia. Aqui, o autor não se coloca entre os que nos dias de hoje acreditam que se tornou quase um truísmo referir-se às grandes categorias de análises que as narrativas sociológicas tradicionais oferecem como um dos traços característicos da crise das sociedades pós-industriais ou pós-modernas.

Para compreender a nova dinâmica econômica que ocorre na Região do Oeste Baiano e a natureza de novas formas de organização da sociedade decorrentes desse processo, tornou-se imperativo lançar mão de categorias sociológicas capazes de explicar o desenvolvimento sócio-econômico e as relações de classes.

1.2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A investigação realizada nesta Tese se baseia em uma metodologia qualitativa. Sabendo-se que esta terminologia não tem um significado preciso nem fronteiras claramente demarcadas, somente na definição em linhas gerais. Entrar no campo da Metodologia da Pesquisa Social, construir conhecimento original, de acordo com certas exigências científicas,

“é penetrar num mundo polêmico onde há questões não resolvidas e onde o debate tem sido perene e não conclusivo” (MINAYO, 1992, p. 20). Desta forma, se concebe como metodologia qualitativa um aporte teórico que possui um conjunto de princípios, técnicos e teóricos, indicando um estilo particular de entendimento do mundo empírico⁷, a partir do qual se tenta reduzir as distâncias entre: a) o investigador e o seu objeto, b) a teoria e os dados disponíveis, e c) o contexto da ação. Definida da forma como se capta a informação, se apreende e se interpreta.

Na definição do objeto a ser pesquisado, o autor se valeu da observação e dos questionamentos decorrentes do exercício profissional durante os últimos vinte e cinco anos acompanhando o processo de transformação ocorrido na Região Oeste da Bahia. Para a construção do marco referencial efetuou-se um primeiro levantamento bibliográfico, buscando-se resgatar o conhecimento já produzido sobre aspectos que envolvem o processo de formação das estruturas econômicas, sociais e políticas da Bahia contemporânea, a conjuntura que viabilizou o processo de ocupação dos cerrados brasileiros e as características presentes no processo da modernização da agricultura nacional que permitiu a construção de dinâmica econômica em espaços que eram totalmente alijados da expansão do capitalismo no campo.

Além das primeiras consultas bibliográficas realizadas visando à elaboração do projeto de pesquisa e discussões a respeito da problemática nas atividades acadêmicas, travou-se contatos e discussões com estudiosos da questão vinculados às mais diversas instituições públicas e privadas, para sistematizar alguns pontos que norteou a pesquisa, ao tempo em que constantemente o autor se fez presente na Região participando de diversos seminários e encontros promovidos por diversas entidades onde o processo de ocupação e a nova dinâmica que Região Oeste apresentava foram debatidos em seus variados aspectos.

Durante o levantamento bibliográfico, em relação ao Estado da Bahia e especificamente à Região Oeste da Bahia, constatou-se a inexistência de documentação referente ao tema que trabalhasse com conceitos que fugissem dos enfoques tradicionais e recusassem as considerações já apresentadas em que o processo de ocupação desse espaço foi

⁷ É lugar comum na bibliografia sobre a metodologia das Ciências Sociais a necessidade de adequação dos procedimentos e das técnicas ao objeto de conhecimento. Entendemos a metodologia como um modo particular de encarar o mundo, suscetível de livre eleição do investigador, de acordo com a sua leitura de mundo.

fatalidade e/ou mesmo pura e simplesmente o aproveitamento do potencial de recursos naturais disponíveis.

Para isso, foi fundamental a compreensão e a estrutura conceitual apresentada por Milton Santos (1985, 1988, 1994 e 1997), que o espaço organizado tem a sua morfologia e é resultado objetivo de múltiplas variáveis através da sua história. “Espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas” (SANTOS, 1988, p. 26), e sim um “conjunto indissociável de sistemas de ação” (SANTOS, 1997, p. 52). Quando “organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante”, que “dispõe de uma certa autonomia que se manifesta por meio de leis próprias, específicas de sua própria evolução” (SANTOS, 1978, p. 45) e “desempenha um papel ou uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema” (LEFÉVRE *apud* CORRÊA, 1995, p. 25).

No desenvolvimento desta Tese não foi priorizado, como parte significativa das referências recentes vem fazendo, o tratamento de forma tangencial, localizada, pontual ou simplesmente cronológica, circunscrita ao dinamismo econômico da Região em relação ao conjunto do Estado. Esta forma de abordagem, ao abandonar as questões que envolvem o exame da divisão regional do trabalho e as mutações que ocorrem sob o controle hegemônico da produção capitalista internacional, deixa de perceber a natureza das contradições presentes na atual dinâmica da Região.

Considerando a envergadura da empreitada que se apresentou e as especificidades, a identidade existente entre o sujeito e o objeto da investigação e o caráter essencialmente qualitativo da pesquisa, procurou-se cercar o objeto de conhecimento através da compreensão de todas as suas mediações e correlações. Para condução do trabalho foram adotadas as balizas dentro das quais se processa o conhecimento a partir das seguintes características, segundo Minayo (1992, p. 89-90):

1^a) como “construção que se faz a partir de outros conhecimentos sobre os quais se exercita a apreensão, a crítica e a dúvida”; (ibidem)

2^a) como ponto que “diz respeito ao caráter da inacessibilidade do objeto. A inatingibilidade do *objeto* se explica pelo fato de que as idéias que fazemos sobre os fatos são sempre mais imprecisas, mais parciais, mais imperfeitas que ele.

Portanto, o processo de pesquisa consiste na definição e redefinição do objeto”;
(ibidem)

3^a) como referência “à vinculação entre pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeira instância, um problema da vida prática. Isto quer dizer que a escolha de um tema não emerge espontaneamente, da mesma forma que o conhecimento não é espontâneo”;
(ibidem)

4^a) como ênfase do “caráter originalmente interessado do conhecimento ao mesmo tempo em que sua relativa autonomia”.

A partir do quadro teórico-conceitual estabelecido, identificada a situação existente, considerando as principais categorias sociológicas, econômicas, históricas, políticas e geográficas que imprimiram uma “nova dinâmica” à Região Oeste da Bahia, foi construído para a pesquisa de campo um recorte espacial (sete municípios dos vinte e três municípios da Região) que correspondeu à abrangência, em termos empíricos, ao recorte teórico correspondente ao objeto da investigação.

O trabalho foi realizado no campo da pesquisa qualitativa, procurou-se aplicar a técnica da interrogação por ser a mais flexível e com maiores possibilidades de aprofundamento e por ser, também, a técnica que permite ao entrevistador a possibilidade de ajustar aos diversos tipos de problemas que apareceu durante a sua aplicação. Neste modelo de investigação qualitativa, contudo fica denotado uma preferência por argüir situações como: as estruturas econômicas e sociais que constitui a articulação interna que deu bases a formação da moderna sociedade regional e sobre as quais assentam os seus relacionamentos que permite a sua sustentabilidade. Porém, este autor não se sentiu impedido de recorrer a outras técnicas científicas. Desde que o elenco de técnicas combinasse com os níveis de análises presentes no contexto social amplo do campo de referências e interação entre os sujeitos.

Dessa forma, no esforço de se obter maior clareza sobre o problema apresentado, realizaram-se deslocamentos a campo, onde foram feitas entrevistas com representantes dos segmentos sociais, artífices do processo de modernização na Região. A pesquisa de campo procurou identificar em que bases e elementos foram possíveis ocorrer e estabilizar-se somente nos espaços de cerrados de sete dos vinte e três municípios da Região as relações

modernas da agricultura. Dessa forma, foi realizado este trabalho partindo de um roteiro de entrevistas, previamente elaborado, atendendo aos pontos levantados durante a elaboração do projeto.

As técnicas de investigação utilizadas no curso desse trabalho foram as de observação, aplicação de roteiro de entrevistas abertas, e roteiros aprofundados aplicados a grupos e indivíduos que ocupam posições de relevância e, participação em grupos de discussão. Utiliza-se, também de fontes de dados censitários e outras estatísticas oficiais. Nas entrevistas, emprega-se um recurso bastante utilizado nas pesquisas de história oral, a partir de perguntas abertas, que pudessem resgatar as situações concretas que permitem, primeiro, explicar como representações individuais com inserções políticas e econômicas na história passada da Região Oeste da Bahia entendem a sua participação e o seu papel no processo de transformação da economia regional; e, segundo, como as novas representações que se apresentaram desde o início do processo de ocupação dos espaços de cerrados, percebiam a Região e o que os levou a “tamanha aventura”.

Procurou-se, também perceber o grau e a capacidade dos entrevistados de se perceberem como agentes responsáveis pela execução de demandas que foram geradas completamente fora dos centros regionais da sociedade brasileira. Se eles tinham percepções dos processos invisíveis ou das tramas e o papel que o capital desenvolveu para modificar as suas vidas e de forma rápida em partes do território da Região Oeste da Bahia.

Foram entrevistadas pessoas envolvidas de forma ativa ou passiva desde o início do processo de ocupação dos cerrados baianos: técnicos com cargos de direção nos aparelhos de Estado; técnicos do aparelho de Estado que foram responsáveis pela execução de programas e políticas na Região; políticos que exerciam mandatos ou representações políticas institucionais; políticos com inserção na Região e com mandato; representantes de empresas instaladas na Região; produtores modernos instalados nos cerrados; produtores tradicionais que se encontram fora das áreas de moderna agricultura; produtores locais que contam com áreas nos espaços onde se desenvolve a moderna agricultura; comerciantes; intelectuais residentes na Região; representantes religiosos; membros de cooperativas e de sindicatos.

Em um primeiro momento os atores sociais da moderna agricultura apresentaram certa resistência à entrevista, particularmente quanto à declaração de rendimentos, patrimônio

e titulação da posse de suas propriedades, resistência essa compreensível e conhecida em pesquisas sociais.

Partiu-se de uma amostra de 22 entrevistas, em que todos os entrevistados tinham informações e vivência de mais de 10 anos nos processos econômicos, sociais e políticos ocorridos na Região. Para alcançar maior objetividade nas entrevistas, elaborou-se um roteiro, com uma temática geral da qual emergiu os questionamentos. Alguns dos pontos trabalhados nas entrevistas foram traduzidos da linguagem acadêmica para o senso comum. O roteiro foi adaptado segundo informantes, separando-se as questões. O roteiro foi o mesmo para técnicos, políticos, pequeno produtor, sindicalistas, representantes dos movimentos sociais e empresários - “Gaúchos” e baianos. Durante todas as entrevistas procurou-se saber qual a compreensão que os produtores e empresários tinham da região, os que já habitavam anteriormente e os que chegaram com a migração. O que concretamente representava a Região para eles.

Ressalta-se que, por tratar-se de uma investigação com metodologia qualitativa, não foi necessário calcular um número de informantes probabilístico. Dessa forma, se optou por uma amostra estratégica, com eleição intencional de critérios.

2 TRISTE BAHIA! OH, QUÃO DESSEMELHANTE

É farta a literatura disponível sobre os processos de “conquistas” e desbravamento territorial, bem como de modernização em áreas de fronteiras agrícolas, com as suas conseqüências. Assim, vários são os estudos sobre o oeste Paulista, algumas áreas do Estado do Mato Grosso e, mais recentemente, o oeste do Estado do Paraná. As descrições estão sempre fundamentadas em debates intelectuais que muito têm contribuído para o entendimento da formação de estruturas econômicas e sociais. Contudo, prevalece a ausência de estudos do caso do oeste da Bahia, mesmo passadas mais de três décadas do início da ocupação desta última fronteira agrícola do século XX no Brasil, com a implantação de uma moderna agricultura que mudou completamente a face de parte da região (Figura 1). Os poucos livros e artigos existentes, principalmente produzidos pelo serviço público estadual, com algumas exceções, apresentam uma descrição ambígua. Há um discurso sobre a região que ignora as suas estruturas pré-existentes, como se a nova formação econômica e social fora implantada num espaço vazio. Tem-se sobre o processo que ocorreu e que se encontra ainda em curso naquele espaço territorial do Estado da Bahia, uma visão superficial que não contempla a complexidade de sua natureza. Algumas afirmações sobre a região omitem as condições pré-existentes à chegada da agricultura moderna.

Poucos autores têm se aventurado a explicitar que o recente crescimento da região se restringe a uma parte do seu território. Desde que a nova dinâmica agrícola se instalou na região, os artigos publicados na Revista do Centro de Estudo e Ação Social – CEAS –, de autoria de Oliveira (1987); Gunn (1991), Kraychete e Comeford (1991); Guerreiro de Freitas (1994 e 1999); além dos artigos (1995, 1996) e do livro (1977) de Haesbaert e, foram os que não incorporaram os discursos ufanistas oficiais e de classes dirigentes locais. De fato, a região conta com áreas de cerrado que incorporaram a moderna agricultura e apresentam condições econômicas e políticas diversas das existentes no conjunto dos municípios que não contam com esses espaços, conforme tivemos a oportunidade de constatar em estudos anteriores⁸. O perfil socioeconômico de parte da população que reside nos centros urbanos e nas propriedades rurais dos espaços modernizados é diferente do apresentado pelos habitantes

⁸ Em Dissertação de Mestrado sobre os “Impactos da modernização da agricultura no oeste baiano: repercussão no espaço do cerrado a partir da década de 80”, defendida no Instituto de Geociências da UFBA em 2000 e artigo publicado nos Cadernos do CEAS, sobre a “(in) sustentabilidade da região: o novo paradigma do desenvolvimento regional”, em 2001.

dos centros urbanos e das propriedades rurais que não contam com cerrados e atividades vinculadas à moderna agricultura. Os “gaúchos” foram os grandes responsáveis pelo processo econômico que a região tem experimentado nestes últimos 30 anos. Portanto pela quebra do isolamento que predominava entre os municípios dessa região e o Estado.

Entretanto poucos registros e divulgações são feitos sobre o caráter do processo econômico que ali ocorre, com características excludentes e desiguais que possibilitam forte concentração da renda e da produção regional em duas grandes empresas e com uma situação fundiária que permanece desigual. Ademais, a região apresentou um dos mais elevados índice de Gini⁹ da estrutura fundiária no Estado da Bahia¹⁰ entre os anos de 1980 e 1985 (0,913 e 0,918, respectivamente). Nota-se, ainda, um alto índice de endividamento com crédito público favorecendo a parcela de grandes produtores dos cerrados.

⁹ O índice de Gini trata-se de uma “medida do grau de concentração de uma distribuição que varia entre zero e um. Teríamos $G=0$ se houvesse perfeita igualdade na distribuição da posse da terra, isto é se todos os estabelecimentos tivessem a mesma área e houvesse milhares de microminifúndios quase sem terra. Um índice de Gini superior a 0,8 mostra, sem dúvida alguma, que há uma forte concentração da posse da terra” (HOFFMANN, 1979, p. 208), para mostrar o caráter concentrador dessa estrutura fundiária.

¹⁰ Ao sintetizar a estrutura fundiária dos municípios de Angical, Barreiras, São Desidério, Riachão das Neves e Catolândia (Região do Oeste da Bahia), percebe-se que existe entre eles pouca ou quase nenhuma diferenciação na sua estrutura fundiária. Esses cinco municípios apresentavam, em 1992, o seguinte desenho: cerca de 20% (775) do total de imóveis agrícolas (3.755), situados na classe de mais de 500 hectares, concentravam 85,12% da área total (1.543.567,80 ha) do subespaço, enquanto 61,74% (2.318) dos estabelecimentos localizados na classe entre 0 e menos de 100 ha, distribuíam-se em apenas 4,51% da área agrícola do conjunto espacial. O índice de Gini desses municípios refletia no período o processo concentracionista da terra presente na Região: 0,79, próximo do índice de Gini de 0,8, considerado como de forte concentração de terra (Santos, Clovis, 2000).

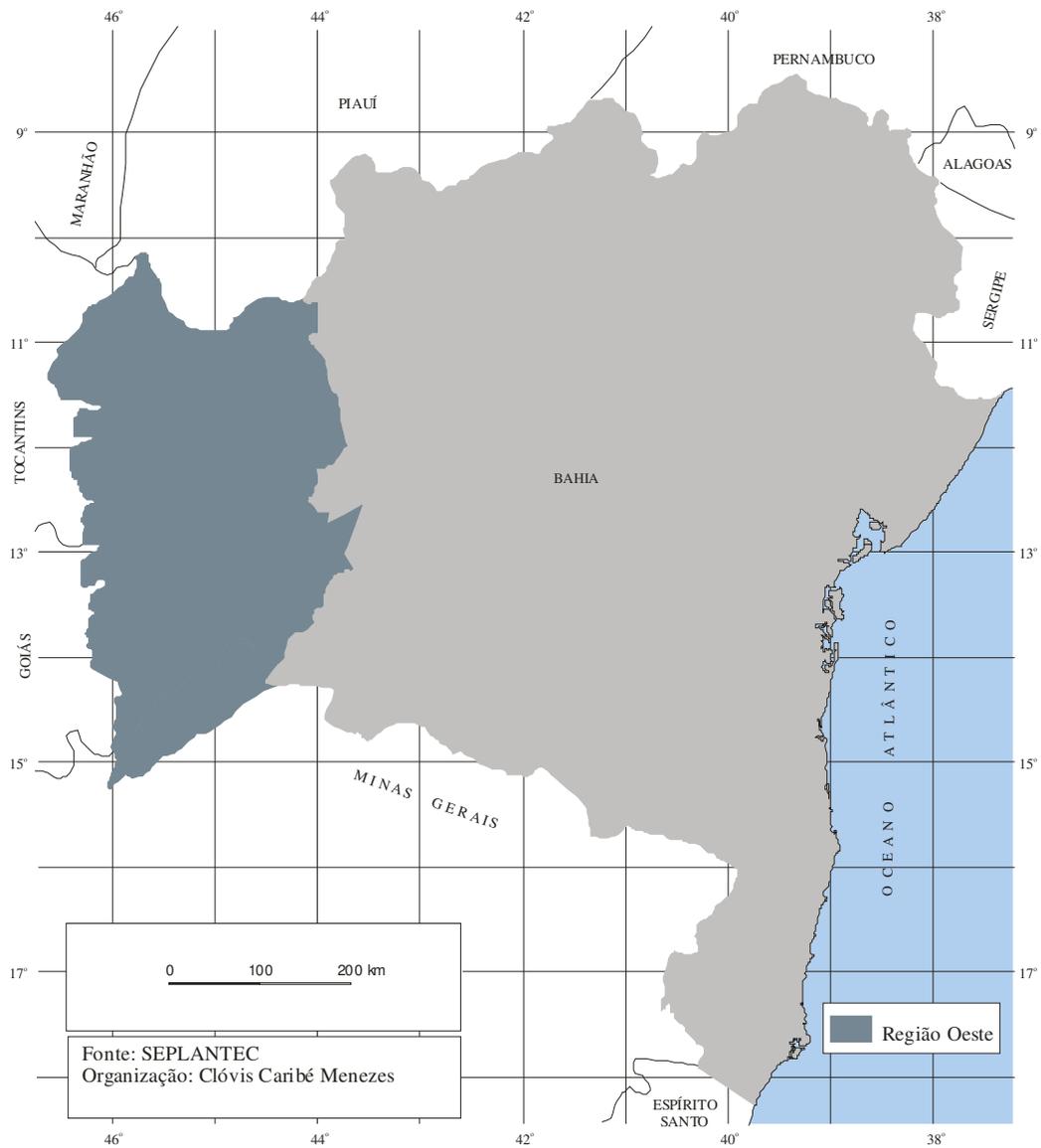


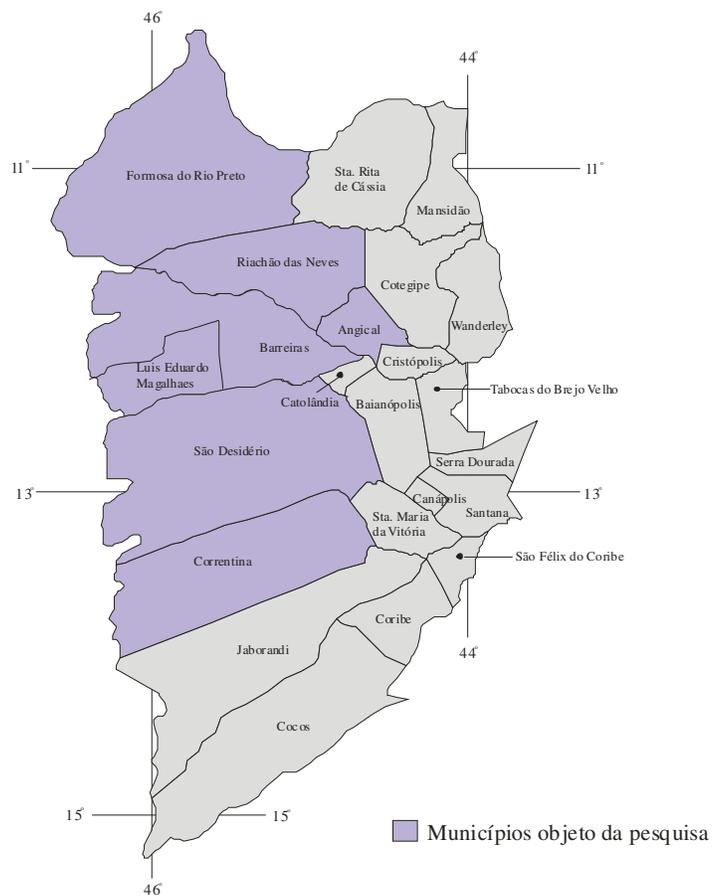
Figura 1 – Região econômica 15 – Oeste – Bahia

Os discursos estatais justificam os meios da ação social e especialmente a ação política dos grupos dominantes em nível regional e seus *lobbies*, com o objetivo de corrigir, mas se possível extirpar, as representações de uma antiga ordem vigente nos espaços regionais e reconstruir a ordem social sob o comando de novos atores. Os analistas que incorporaram essas formulações justificam uma suposta nova ordem regional, incorrendo, geralmente, em interpretações equivocadas que fazem eco ao discurso dos representantes das instituições públicas e privadas vinculadas às práticas da moderna agricultura regional.

Em contraste com tal perspectiva, nesta parte desse estudo procura-se desvelar aspectos da realidade que se encontram obscurecidos nos documentos oficiais do Governo do Estado. Para realizar tal intento, discute-se, primeiro, o processo de expansão da economia baiana a partir da década de 50 do século XX, como parte de um processo histórico, no qual setores da economia nacional se alimentaram das desigualdades regionais para viabilizarem um modelo de acumulação diferente do que ocorria historicamente no Estado e não como um enigma a ser decifrado; e, segundo, a existência de uma dinâmica de (re)produção da moderna agricultura em parte do território de sete municípios (Barreiras, Luis Eduardo Magalhães, São Desidério, Angical, Riachão das Neves, Formosa do Rio Preto e Correntina), que contam com áreas de cerrado no Oeste Baiano (Figura 2). Para isto deslocaremos a ótica de análise de pretensos fatores naturais para compreender o processo histórico a partir da inserção destes municípios em determinadas conjunturas econômicas. Será recorrente nessa pesquisa a busca de explicações para o fato da moderna agricultura ter-se viabilizado em apenas sete municípios, o mesmo não se reproduzindo nos demais 16 municípios¹¹ que compõem a região do oeste baiano.

Na compreensão desse processo merece destaque a análise e a revisão do modo de pensar a economia da sociedade baiana em três dos diversos períodos conjunturais, os seus efeitos entre os períodos de 1950 e 1991 e uma contextualização do processo de ocupação das áreas de cerrado no território brasileiro, com destaque para o caso baiano, espaço em que ocorrerá a transposição e incorporação às estruturas sociais já existentes de novos segmentos, com relações e formas de organização social diferenciadas.

¹¹ Angical, Baianópolis, Barreiras, Canápolis, Catolândia, Cocos, Coribe, Correntina, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Jaborandi, Luis Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, Santana, São Desidério, São Felix do Coribe, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho e Wanderley.



Fonte: SEPLANTEC
 Organização: Clóvis Caribé M. Dos Santos

Figura 2 – Municípios pesquisados – Região Oeste – Bahia

A revisão do modo de pensar a formação do Estado da Bahia, a partir desse período, passa a ser de suma importância devido à emergência de um processo econômico, político e social, decorrente de estratégias e projetos de ação delineados em torno de eixos econômicos que se metamorfosearam até atingirem a atual configuração. Durante esse período foram valorizados instrumentos de apoio a um modelo de desenvolvimento que acompanhasse a industrialização nacional, planejado nas estruturas representativas do Governo do Estado. Tal modelo correspondia a interesses de um determinado segmento social.

A partir de meados da década de 60, esse projeto foi, em parte, dissolvido em projetos pontuais, mas com fortes relações com os projetos e os planos de expansão das grandes corporações internacionais que contavam com um forte componente de incentivo estatal. Na nova conjuntura, tais projetos resultaram de decisões políticas e ideológicas, coerentes com o modo de acumulação capitalista que avançava no país.

Assim, o primeiro desses períodos a ser considerado inicia-se com o processo de redemocratização que ocorre na sociedade brasileira pós Estado Novo e a reestruturação dos grupos políticos que se apresentam para governar o Estado da Bahia; o segundo período merece destaque no plano político e econômico, situando-se entre os anos de 1955 a 1964, quando da instalação das atividades de extração de petróleo no Recôncavo Baiano - “uma atividade econômica totalmente estranha à matriz técnica e social da economia baiana” (OLIVEIRA, 1987, p. 43), no qual se configurou um novo perfil econômico para o Estado com um projeto de industrialização; o último dos três períodos merece destaque devido às consequências de ordem econômica e social englobando de 1964 até nossos dias. A partir dos meados da década de 60 foram introduzidas medidas e redefinições de natureza programática que foram executadas na economia e na política nacional aportando consequências que determinaram uma outra configuração em partes do território da Bahia, marcantes nos dias de hoje.

Dentre essas redefinições, fruto da penetração de relações de produção capitalistas que ocorriam no conjunto de áreas com potencial de expansão da fronteira agrícola do território nacional, o Estado passou a contar com a ocupação das áreas de cerrado da Região oeste. Tal ocupação mudou de forma acentuada o perfil do setor agrícola da economia do

Estado, assim como a base econômica territorial, de municípios¹² da Região, e de forma mais contundente as suas áreas de cerrado e vales. Junto com a nova agricultura se implantaram novas relações sociais, mas sem provocar a ruptura das antigas práticas políticas de utilização os aparelhos estatais para uso de pequenos grupos regionais.

Nos primeiros anos, o processo de ocupação dos cerrados, através da moderna agricultura no oeste, ocorreu sem nenhuma participação das estruturas econômicas e políticas do Governo da Bahia. Mais adiante estas estruturas foram incorporadas de forma abrupta sem sofrerem questionamentos.

As análises oficiais elaboradas por órgãos do Governo do Estado e aquelas produzidas por setores beneficiados pelas mudanças econômicas setoriais, expressam o triunfalismo ideológico, constituindo-se em pontos de vista acerca da região do poder econômico e político predominante. Estas análises pressupõem que o que está ocorrendo economicamente na região é a melhor opção de desenvolvimento, talvez o único caminho para o Estado da Bahia. Assim, ofuscam os aspectos da realidade que contrariam os interesses dos segmentos de comando do capital, não permitindo que se revelem contradições. O pouco que há escrito sobre o oeste baiano apresenta-se com versões ambíguas, com características ideológicas que parecem desconhecer que “o próprio desenvolvimento do capitalismo tende a produzir uma estrutura da sociedade que vai ao encontro dessas opiniões” (LUKÁCS, 2003, p.71).

Essas formulações aparentemente oferecem possibilidades de análises, interpretações, nas quais a verdade aparece como uma constatação empírica ou pragmática, e o processo social, visto a partir do Estado, apresenta-se como um desdobramento lógico e absoluto. Isto implica em buscar resolver os problemas sociais, a pobreza e as desigualdades a partir de planos e projetos de desenvolvimento regional.

Essa compreensão está enraizada na consideração de que se deve entender a história a partir daquilo que ocorre sob o marco do aqui e agora, “como se a história fosse uma cadeia

¹² A partir do ano 2000, visando a atender os apelos separatistas dos habitantes chegados à região com a introdução da moderna agricultura no espaço do cerrado, principalmente gaúchos e sulistas, o município de Barreiras passa por processo de divisão do seu território. Foi criado no povoado de Mimoso do Oeste, o município de Luis Eduardo Magalhães. A Região passou a contar, desde então, com 23 municípios.

singular de particularidades, sem nenhuma ligação dinâmica com os fatores que associam povos distintos através de padrões de civilização comum” (FERNANDES, 1987, p. 17). Dessa forma, passa despercebido que nos limites históricos e analíticos da dinâmica contemporânea do capitalismo o conjunto de fluxos sócio-econômicos não é necessariamente gerado em cada local; situação evidenciada, sobretudo, nos espaços territoriais de sociedades periféricas, onde os novos arranjos sociais guardam semelhanças com aqueles já produzidos pela matriz da unidade técnico-científica do ponto de vista da acumulação do capital. Esses arranjos não são únicos, nem específicos, daqueles espaços caracterizados como zonas que “mais do que participantes são subordinadas e dependentes” (FERNANDES, 1987, p. 17). As zonas periféricas constituem-se, no atual quadro internacional de acumulação do capital, em uma reserva do sistema global, na qual, “a vida dos homens faz lembrar freqüentemente o Purgatório ou o Inferno. E isso se explica simplesmente pela sua situação geográfica”¹³ (BRAUDEL, 1985, p.87-87).

A análise do processo de viabilização de agricultura moderna no oeste baiano, com as transposições, incorporações e integrações de novos segmentos sociais aos já existentes na região, mas apresentando novas características na estrutura ocupacional do mercado de trabalho regional, envolvendo relações entre novos grupos sociais com grupos pertencentes aos segmentos das classes sociais remanescentes, as novas identidades de classe e suas formas de organização social, são, a nosso ver, o eixo central dos debates sobre o modelo desenvolvimentista em andamento naquela região. Isto porque, na prática, o processo de modernização agrícola viabilizado no oeste baiano repete o modelo de ocupação das novas fronteiras agrícolas presentes no território brasileiro que se iniciou durante a década de 70 e representou o grande *boom* na expansão da cultura de grãos voltada para o mercado externo, o qual acentuou as contradições e desigualdades econômicas e sociais no campo brasileiro¹⁴.

¹³ Afirmação que se pode comprovar quando se presencia, no espaço territorial regional, as referências dos grupos dominantes das localidades que se encontram fora das áreas que contaram com a incorporação da moderna agricultura e/ou a bairros localizados nas áreas urbanas. Como por exemplo, temos o município de Luis Eduardo Magalhães, com uma característica de não contar com áreas públicas a não ser as “disponibilizadas” por segmentos sociais dominantes: um bairro, onde residem os novos agrupamentos sociais proprietários de terra e comerciantes locais, denominado de Paraíso e, na sua fronteira, o outro bairro, dos trabalhadores rurais sem terra, trabalhadores assalariados do comércio, de serviços relacionados à moderna agricultura, outros sem profissão e/ou funções definidas - que foi denominado de Iraque em referência às guerras no Oriente entre as décadas de 80 e 90 e ao caráter belicoso daquele país. Durante as entrevistas no campo, representantes da nova elite agrícola regional foram enfáticos na defesa da Prefeitura de Luis Eduardo terceirizar todo o serviço público (inclusive Saúde, Educação e Segurança), não contratar funcionários e continuar alugando prédios ao invés de construir uma estrutura para o seu funcionamento.

¹⁴ O debate sobre a forma como as áreas de cerrados no território brasileiro vêm sendo incorporadas ao processo produtivo e a sua sustentabilidade futura tem se ampliado. Estudiosos do ecossistema de cerrados, dentre eles

A essência desse crescimento econômico consiste em não alterar as situações estruturais – principalmente quando relacionadas ao uso e à posse da terra. Ao lado dessa estrutura criam-se núcleos de pequenos proprietários de terra e/ou trabalhadores agrícolas, originários de outras regiões do país, principalmente da Região Sul, que se consolidam enquanto pequenos burgueses e/ou classes proprietárias positivamente privilegiadas. Porém essa nova organização social regional conserva relações de dependência diante das estruturas das empresas com os seus centros decisórios instalados nos centros de mando do capital. Sequer acenam com a possibilidade de se instalarem na Região ou nas capitais dos Estados. Esse processo produtivo instalado no território de alguns poucos municípios do Oeste baiano caracteriza-se pelo surgimento de setores com origem inteiramente externa à região, com novas maneiras de agir economicamente e socialmente.

Para diversos autores, dentre os quais Santos e Silveira (2001, p. 130), no território brasileiro, especialmente no que consta às culturas de exportação que consolidam a divisão territorial do trabalho em nível mundial, encontram-se incorporadas muitas das características da revolução agrícola moderna. Para esses autores, tal processo, que ocorre em regiões de fronteiras agrícolas como a do oeste da Bahia, significa uma “ocupação periférica, onde o uso intensivo do território é moderno”, na qual, o que se encontra em disputa não são meramente as áreas de produção, mas a possibilidade de implantação de um novo perfil de produção unificado pelo movimento do capital industrial e financeiro global. Essas ações envolvem rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento tanto entre os setores econômicos e sociais como entre territórios geográficos situados nos espaços regionais.

Parece-nos que, neste caso, seja necessário retomar as categorias produzidas pelas grandes narrativas sociais enquanto instrumentos que permitam compreender os limites intrínsecos dessa expansão da moderna agricultura. Expansão que apresenta articulações contraditórias e hierarquias globais, cujas distintas formas de inserção da divisão capitalista do trabalho na região parecem cimentar melhor o processo de construção das novas identidades sociais. Trata-se de “um movimento dinâmico que, mesmo com sua aparentemente irresistível lógica global expansionista” (MÉSZÁROS, 2002, p. 58), deve ser considerado como transitório.

Ab’Sáber, afirmam que o cerrado convive com “alguns dos piores solos do Brasil intertropical”, sua vegetação conseguiu a façanha ecológica de resistir às queimadas, renascendo das próprias cinzas. “Não resiste, porém, aos violentos artifícios tecnológicos inventados pelos homens ditos civilizados” (2003, p. 43).

2.1 Antecedentes históricos: Bahia, de 1950 a 1998

Discutir a Bahia a partir de 1950 é fundamental para compreender as suas recentes incursões econômicas e as suas conseqüências nas estruturas sociais. O redesenho espacial do processo de crescimento que se apresentou no território baiano a partir do final da década de 50, caracteriza-se com a passagem da ocupação e ênfase na produção industrial no litoral para a expansão em espaços localizados do seu interior, associado às mudanças na natureza de pensar o Estado. Fruto dessa mudança, o oeste baiano tem apresentado um vigoroso dinamismo econômico, divulgado por órgãos públicos e por jornais de grande circulação. Estes meios divulgam o “sucesso” do oeste da Bahia a partir de consideráveis dados quantitativos, sem apontar, no entanto, para os que acarretam as diferenciações econômicas e sociais nesse espaço no âmbito regional. Geralmente, tais estudos partem de conclusões aceitas sobre o crescimento econômico regional, derivados de análise de dados esparsos que permitem diversas interpretações simplificadas ou puras distorções de uma realidade complexa.

A essência do processo de implantação da moderna agricultura na região oeste da Bahia tem sido pouco estudada, sobretudo seus pontos de convergência histórica e a forma das novas relações que se apresentam na região, que assumem o lugar das chamadas velhas relações coronelistas e oligárquicas. Pretendendo contribuir para a compreensão dessa realidade, esta Tese visa investigar o processo de transformação que tornou o Oeste da Bahia em uma das *vacas sagradas* da economia baiana. Esse estudo estará baseado em categorias sociológicas que diferem da perspectiva adotada por uma parte do meio acadêmico e pelos técnicos das instituições estatais

Deve-se salientar que, deste ponto de vista, a literatura sociológica ainda se ressent de uma análise que procure compreender o processo econômico e social recente, bem como as relações entre as classes na Bahia contemporânea. No campo da Sociologia, Francisco de Oliveira (1987) foi o primeiro autor contemporâneo que iniciou estudos com esse objetivo¹⁵. De lá para cá, poucos foram os autores que realizaram análises nesta mesma direção; no

¹⁵ O objetivo principal de Francisco de Oliveira na sua obra “O Elo Perdido”, publicada em 1987, era compreender as relações entre as classes e suas identidades no Nordeste do período. “Mais especificamente em Salvador” (p.14).

entanto, por focarem períodos muito específicos, não compreenderam o processo pelo qual passou o Estado da Bahia a partir do final da década de 70. Muitas destes estudos prendem-se a uma perspectiva ideológica, acentuando a solidariedade e a coesão social; unificando categorias de procedências teóricas diversas, como o típico e o geral.

2.2. Enfrentando o “enigma baiano”

É condição básica para entender o perfil atual da economia baiana e a modernização agrícola na região oeste, tomar como referência a conjuntura econômica e política do país a partir dos primeiros anos da década de 50, quando começaram a funcionar as instituições que compõem o Estado liberal de direito. Dessa forma, entende-se que foi de fundamental importância, para o projeto nacional da burguesia, o desenvolvimento de relações sociais de produção que permitiram a formação de um bloco de atividades produtivas, materializadas sob a forma de empreendimentos estatais, cujos exemplos representativos foram a criação da PETROBRAS e a entrada em operação da Companhia Siderúrgica Nacional (OLIVEIRA, 1989). Essas ações possibilitaram o surgimento de um ciclo de acumulação capitalista, que somente em meados dos anos sessenta começaria a esgotar-se. A atual conformação política do Estado da Bahia deriva, em grande parte, das mudanças ocorridas naquele decênio.

Observe-se que, entre 1937 e 1980, o Brasil cresceu de forma acelerada, acima de 7% ao ano, marcando uma passagem acelerada de uma economia quase que exclusivamente agro-exportadora para uma economia com base urbano-industrial, produtora de bens de consumo de massa. As características principais do "nacional-desenvolvimentismo", transformado em política real, foram a intervenção do Estado em setores estratégicos (petróleo, energia e telecomunicações) e a internacionalização da estrutura produtiva, com incorporação restrita das massas aos mercados de trabalho e de consumo.

As mudanças conjunturais (políticas e econômicas) a partir do fim do Estado Novo estimularão segmentos da burguesia baiana a intervirem com nova postura econômica e política. A opção pela via democrático-burguesa e a construção de um projeto liberal burguês no cenário nacional permitiu discutir-se os problemas econômicos, financeiros e sociais do Estado. As mudanças conjunturais em nível nacional serão acompanhadas por setores

econômicos locais ligados ao comércio e por financistas que contavam naquele momento com duas casas importantes com sedes no Estado (Banco da Bahia e Banco Econômico). Nesse período foi posto de forma nítida a possibilidade da industrialização como uma saída possível para reverter a participação pouco expressiva da Bahia nas decisões econômicas nacionais. Esses grupos argumentavam que com o desenvolvimento da produção industrial e do incentivo ao setor agrícola, seria possível alterar o papel periférico que a Bahia desempenhava na divisão interestadual do trabalho.

Será a partir do Governo de Otávio Mangabeira (1947-1950), que se discutirá pela primeira vez a existência de um “enigma baiano”, a possibilidade e a necessidade de se estudar esse “fenômeno” com o intuito de propor um plano de desenvolvimento para a Bahia que viabilizasse novas relações intra-regionais¹⁶. Dá-se início, assim, à execução de um projeto econômico-político para o Estado que tem como ponto de partida a montagem de um sistema de planejamento do setor público para a Bahia, semelhante ao que vinha sendo implementado no plano nacional pelo Governo Federal.

Propõem-se também, pela primeira vez, alterações na economia do Estado, visando acompanhar as transformações que se verificavam na estrutura econômica nacional e as relações aí estabelecidas em um contexto internacional. Na viabilização desse projeto modificou-se o discurso, mantendo-se, no entanto, a mesma prática política-administrativa. As entidades de classe e representantes do patronato como a Associação Comercial, passaram a definir em conjunto com o Governo do Estado, políticas públicas de seus interesses, ao tempo em que harmonizaram os interesses do principal grupo econômico baiano de então – os cacauicultores-, na perspectiva de ampliar a exportação, propiciar a acumulação do capital e criar um mercado para eventual desenvolvimento de atividades industriais no Estado. Dessa forma pretendia-se pôr-se fim a um contexto de estagnação econômica instalado desde as décadas dos 20 e 30 do século XX, relacionada à falta de horizontes da economia baiana. O Estado apresentava-se então como esmagadoramente rural fortemente marcado por localismos, acentuando-se a pobreza, a desigualdade social, o atraso e toda sorte de mandonismo oligárquico. A Bahia vivia a decadência econômica de sua outrora região mais dinâmica, o recôncavo da Baía de Todos os Santos, vinculada à produção mercantil do açúcar.

¹⁶ Otávio Mangabeira afirmou a existência de um “enigma baiano” no sentido de que a Bahia, mesmo contando com grandes recursos potenciais e por seu importante passado no cenário nacional, vivia uma estagnação econômica, enquanto no Sudeste da Federação, particularmente em São Paulo, uma nova dinâmica econômica se visibiliza. .

Aspectos da conjuntura nacional, turbulências políticas e frequentes descontentamentos de segmentos pertencentes às corporações militares com o Governo Federal, tiveram por consequência após sucessivos atos de violência no campo das liberdades individuais, a retirada do apoio, por parte de camadas populares, a Octávio Mangabeira. Sua gestão promoveu uma política de alianças e acordos com segmentos intelectuais, com debates e discussões sobre os destinos econômicos e de incentivo às atividades culturais, com resultados positivos¹⁷, aproveitando-se de conjuntura econômica favorável do preço do cacau, principal produto de exportação da Bahia à época, que apresentava uma alta no mercado externo. Neste período o Conselho Nacional do Petróleo intensificou a pesquisa no Estado. E as finanças estaduais passaram a apresentar resultados positivos com a criação de novos mecanismos arrecadatórios. Tais empreendimentos constituíram-se na marca do seu governo¹⁸.

A partir de meados da década de 50, a Bahia – especificamente o espaço hoje denominado Região Metropolitana de Salvador e seu entorno, depois de um longo período de crise – começou a apresentar, sobretudo pela ação do setor público e a mobilização de diversos segmentos das elites econômicas e intelectuais, novas condições que passam a alterar seu quadro tradicional. Era quase uma constante na literatura da época afirmar-se a presença de certo atraso na dinâmica econômica e social do Estado, pois

(...) até meados da década de 1950, Salvador [capital do Estado] era uma cidade pacata, orientada pelo antigo centro da outrora capital do país. Uma cidade de uma rua só, diziam os jornais da época. O processo que a transformaria, ocorrido ao longo de quase trinta anos, tem no período entre meados dos anos de 1950 e a década de 1960 um momento decisivo na definição de novos caminhos para a velha São Salvador. Sua rápida modificação é um exemplo da chegada à Bahia do discurso modernizador [para os padrões da época] do Governo Kubitschek, quando os grandes temas nacionais eram discutidos pelos baianos com ardor: o desenvolvimentismo, a questão do Nordeste, a nova Capital Federal, a chegada da televisão, os novos movimentos artísticos. A Bahia também

¹⁷ Anísio Teixeira, à frente da Secretaria de Educação, desempenhou um papel que não se resumiu à criação do Departamento de Cultura. A política fomentada por ele, mesmo sem ter o apoio da base parlamentar de sustentação ao Governo, trouxe uma inegável contribuição para a educação e a cultura na Bahia: a inovação criadora das Escolas Parque; a criação e incentivo do Clube de Cinema; e, da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal da Bahia, além do patrocínio ao 1º Salão Baiano de Belas-Artes. O seu projeto maior era norteado pela idéia de que o sujeito produz conhecimento desvinculado da especulação, o que forneceria uma base científica crítica com capacidade transformadora do Estado.

¹⁸ O êxito de sua gestão permitiu a Octávio Mangabeira fazer o seu sucessor, Régis Pacheco que ficou à frente do Estado entre 1951 e 1955. O agravamento do quadro social no Estado fez com que o período de governo de Régis Pacheco, fosse considerado um fracasso político-administrativo e que o governante fosse incapaz de representar os interesses das camadas dominantes do Estado no plano nacional.

aspirava a modernização que conforme a ‘ideologia do desenvolvimento’, levaria ao progresso (SILVA CARVALHO, 2003, p. 50-51).

Salvador, uma das mais antigas cidades brasileiras, capital até meados do século XVIII, perdeu a primazia no Nordeste para Recife, e viu sua base agrícola no recôncavo entrar em rápida decadência. Permaneceu até a metade dos anos 60, como metrópole de uma economia agrícola, conservando as funções que lhe deram um papel regional¹⁹. Somente com o crescimento das atividades da PETROBRAS e a introdução de mais alguns elementos nas áreas de transformação industrial, essa situação foi alterada nas décadas seguintes.

Esse é um período que diversos autores, entre eles Carvalho e Souza (1980), afirmam ter sido um “período de transição, marcado por transformações que, lenta e gradativamente, levam a economia baiana a superar a estagnação na qual submergia os anos da fase anterior e permite o desenvolvimento de seu setor industrial, antes embrionário, bem como certa diversificação da estrutura produtiva da capital do Estado” (p. 72). Para Santos (1956), com a impossibilidade de expansão da fronteira da cacauicultura, receptora de fluxos migratórios da região do recôncavo decadente e de todo o interior e a completa ausência de um projeto de desenvolvimento de setores da burguesia para o Estado, a cidade do Salvador, desprovida de estrutura urbana e industrial, passou a contar com novos e crescentes contingentes de moradores. Isso terá como conseqüência a transformação de Salvador, única cidade do Estado que, em 1940, contava com mais de 250.000 habitantes residindo no seu território. Desse modo, Salvador passa a se destacar cada vez mais em relação às outras cidades baianas, já que, dos 289 municípios existentes na época, 93% possuíam menos de 5.000 habitantes residindo nos seus centros urbanos²⁰.

Na escassa bibliografia crítica acerca dos processos econômicos, políticos e sociais ocorridos no Estado desde os anos 50, é unânime a afirmação de que só com a implantação das atividades de exploração de petróleo, a partir de 1953, no recôncavo, a Bahia, que vivia as contrações no seu modo de produção desde meados do século XVII, devido à crise do açúcar, inicia um processo de mudanças econômicas e sociais. Na primeira metade do século XX, a

¹⁹ A tradicional expressão, assim como o conceito de “metrópole regional”, foi substituída nas três últimas décadas do século XX pelo conceito de “Região Metropolitana”, inserida em um amplo sistema urbano-regional de caráter nacional.

²⁰ Durante a administração de J. J. Seabra (1912-1916), iniciou-se um processo de transformações urbanísticas da cidade do Salvador. Monumentos históricos foram destruídos, o que levou a uma rápida expansão urbana, na perspectiva de oferecer, conforme a visão das classes dominantes à época, ares de “modernidade” à capital.

indústria baiana compunha-se basicamente de empreendimentos de produção alimentícia, têxtil e fumageira.

Conforme Kraychete (1988), essa base industrial apresentava características pouco diversificadas, com bases tecnológicas pouco avançadas, empregando pequeno volume de capital e contando com um grande número de pequenas empresas, cuja divisão capitalista do trabalho era mínima. Em tais moldes, não se verificavam nessa produção industrial mecanismos capazes de promover e dirigir a ampliação do processo de acumulação bem como de estabelecer parâmetros de articulações inter-regionais que convergissem para a possibilidade de relações interindustriais.

No campo político, a Bahia, já antes de 1950, era um Estado dominado pelas oligarquias agrárias e mercantis com o controle da máquina estatal e do conjunto do território. Essas oligarquias modernizadas, com novas roupagens, procuravam extrapolar, sem muito sucesso, as esferas municipais e regionais de poder. Essa situação, à luz da nossa compreensão, deve-se a organização dos grupos sociais presentes no Estado nesse período. Em um dos poucos estudos sobre a formação das estruturas de classe que vinham se formando na Bahia, Guimarães (1999), fundamentado em Thales de Azevedo (1956, p. 44), tentando avaliar o estágio do desenvolvimento das relações capitalistas, resume, em poucas linhas, os extratos de classe presentes na Bahia nesse período:

(...) no topo da economia agroexportadora, os banqueiros, os grandes comerciantes exportadores e importadores, seguidos dos ‘barões’ do açúcar, dos oligarcas latifundiários, dos grandes atacadistas e dos grandes industriais (de fumo, do cacau, da construção civil); por outro lado, controlando o poder do Estado, além dos eventuais membros das classes proprietárias, uma camada de altos funcionários, geralmente advogados, juristas, médicos e engenheiros, e de políticos profissionais, distribuídos, os dois grupos, pelo Executivo (notadamente os setores de saúde, educação e transporte), pelo Judiciário e pelo Legislativo (...). Abaixo desse topo, podia-se delinear uma diminuta camada de pequenos e médios proprietários rurais, de comerciantes, de profissionais liberais e, especialmente, de funcionários públicos, sendo o Estado a principal fonte de renda (...), uma camada relativamente ampla de camponeses, de artesões e de operários qualificados, empregados por conta própria, gente que se autodenominava de remediados. Finalmente, havia os operários não qualificados, os diaristas, os biscateiros e os desempregados”. (p. 44).

Só com a alteração das relações sociais de produção a partir de meados da década de 50, decorrente da expansão capitalista na Bahia, parcelas significativas das classes dominantes perdem o controle das estruturas de poder e, no lugar delas, frutos dessas transformações surgem outras representações de classe e outros segmentos econômicos. Dessa forma alteram-se as bases econômicas de sustentação das camadas sociais dominantes, sem, no entanto, alterar-se a natureza da dominação. Até porque, os novos segmentos da classe dominante não revolucionam radicalmente os instrumentos de produção e limitam o alcance das transformações da produção. No Estado, convivem, assim, novas relações com outras rígidas e enferrujadas, o mesmo ocorrendo no âmbito de suas representações sociais, dominadas por concepções tradicionais. Por isso, as mudanças econômicas ocorrerão sem profundas transformações, justapondo-se espaços (modernos/tradicionais), com lutas intestinas entre as oligarquias, que detinham o Poder Político.

Em que pese a importância geográfica do estado da Bahia no conjunto do território nacional, a maioria dos autores observa que as representações das classes patronais da Bahia, historicamente, tiveram pouca representatividade nas diversas conjunturas, cenários econômicos e políticos do país. Não resta dúvida que essa não foi e não é uma situação específica somente da Bahia. Porém, neste Estado essa situação chamou a atenção porque esses segmentos

[...] forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos [...]. As próprias 'associações de classe', acima dos interesses imediatos das categorias econômicas envolvidas, visavam a exercer pressão e influência sobre o Estado e, de modo mais concreto, orientar e controlar a aplicação do poder político estatal, de acordo com seus fins particulares (FERNANDES, 1987, p. 204).

Por isso, é importante destacar que as modificações mais profundas, ocorridas em função da instalação do complexo petrolífero na Bahia e do projeto de industrialização da Região Nordeste do País – via Sudene, constituíram-se em momentos de um incipiente projeto estratégico, estatal e nacional das classes dominantes e parte de um processo amplo de homogeneização do espaço econômico nacional sob a égide do capital monopolista.

2.3. As fábricas, as máquinas e as maquinações do Estado

O segundo período que merece destaque no plano político e econômico situa-se entre 1955 e 1964. Em nível nacional intensificou-se um debate em relação à política do petróleo e ganhou destaque uma campanha nacionalista visando o seu monopólio por parte do Estado, cujo lema era “O petróleo é nosso”. Reivindicava-se, assim, a nacionalização de todo o sistema petrolífero do país, desde o processo de perfuração de poços até a extração e comercialização do petróleo. Essa bandeira ganhou as ruas com a participação de diversos segmentos sociais populares, envolvendo, também, parcela significativa da intelectualidade brasileira e setores da burguesia nacional. Esse movimento forçou o Presidente Getúlio Vargas a enviar à Câmara Federal um projeto de lei (sancionado em outubro de 1953), criando uma empresa petrolífera.

A partir da segunda metade dos anos 50, o Brasil vivenciou um visível processo de aceleração da industrialização, que vinha se dando desde 1935 de modo intermitente. A industrialização, iniciada no plano nacional e concentrada na região Sudeste, no eixo Rio/São Paulo, fez-se com a implantação da indústria pesada, objetivando substituir importações. Esta concentração gerou profundas distorções regionais.

A volta de Vargas ao poder em 1951 significou, também, o retorno das aspirações burguesas de uma industrialização acelerada como condição para o progresso social e a autonomia nacional (DRAIBE, 2004):

No segundo período governamental de Vargas (1951-1954), o poder público e a maioria do Congresso Nacional ainda estavam comprometidos (ideológica e praticamente) com uma política econômica antiintervencionista e internacionalizante (...), era uma política destinada principalmente a garantir as condições de funcionamento e prosperidade do setor privado, nacional e estrangeiro (IANNI, 1986, p. 119).

O crescimento e a aceleração industrial, com o aparecimento de um setor terciário com outras características até então ausentes no país, contribuíram para a definição das modernas classes sociais no país. Alguns segmentos dessas novas configurações mostraram-se abertos e sensíveis para o debate, principalmente sobre temas que passaram a pautar a conjuntura de então, abarcando questões sobre o desenvolvimento econômico,

industrialização, nacionalismo, emancipação econômica e política. Tornaram-se mais explícitas as contradições políticas e econômicas que se haviam desenvolvido no interior da sociedade brasileira a partir de 1935. A política implementada por Vargas

[...] cria, com posteridade, uma nova base econômica que fortalecerá a burguesia urbana e integrará as classes médias e limitados setores das classes populares das cidades, sem prejudicar economicamente os setores agro-exportadores; mais ainda, em poucos anos, tratou Vargas de recuperar o apoio de alguns setores dominantes da etapa anterior, inclusive o dos cafeicultores, a fim de constituir uma nova aliança nacional de poder, que, apesar de excluir o campesinato, incorporava lentamente os setores populares urbanos. (CARDOSO E FALLETO, 1970, p. 66/67).

Embora a industrialização tivesse se colocado como meta e processo desde 1930, somente nos inícios dos anos de 1950 se traçou, pela primeira vez de forma abrangente e incisiva, uma alternativa global de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, integrando seus aspectos mais substanciais num grau de harmonia e compatibilidade (DRAIBE, 2004, p. 169).

A concepção varguista de desenvolvimento do capitalismo no Brasil assentava-se em aspectos substanciais para a industrialização, tais quais: investimentos em infra-estrutura, energia e transporte. Nos casos específicos da área energética e das atividades ligadas ao setor petrolífero, passou-se a contar com metas fundamentais relacionadas às atividades de pesquisa, industrialização e armazenagem dos refinados, tendo por finalidade, de acordo com o discurso dominante, tornar o país auto-suficiente em curto espaço de tempo.

Foi nesse cenário político e econômico no plano nacional, que nos primeiros anos da década de 50, instalou-se a atividade de extração de petróleo no Recôncavo baiano – chegando a ser considerada por muitos como “uma atividade econômica totalmente estranha à matriz técnica e social da economia baiana” (OLIVEIRA, 1987, p. 43). Como consequência desse processo, ocorreram novos arranjos entre as forças sociais e políticas locais, que perduraram durante aproximadamente as três décadas seguintes. Segmentos da burguesia liberal, relacionados aos setores bancário e comercial, com características cosmopolitas, diante das características agroexportadoras presentes, vinculadas ao circuito mercantil e com grande dependência da conjuntura externa, passaram a aceitar o papel periférico do Estado no quadro geral da economia nacional. Para Thales de Azevedo,

[...] a exploração de petróleo no território do Estado da Bahia é uma atividade econômica que, por sua natureza e por seu vulto, há de necessariamente repercutir em toda a vida baiana. Difícil é indicar, antes de uma investigação demorada, complexa e cientificamente objetiva, as influências que aquela atividade possa estar exercendo na economia e

noutros aspectos da sociedade e da cultura do nosso Estado. [...] Um empreendimento de tal monta assume maior significado no seio de uma economia relativamente modesta e de natureza preponderantemente agrária (1998. p. 187).

No campo político, ocorreu no Estado um processo de reorganização do núcleo de poder: Antônio Balbino²¹ tornou-se governador eleito com o apoio de um leque de aliados que dominavam o Estado em dois períodos legislativos (1947 a 1954). Nacionalmente, o governador era integrante de um grupo político que se aproximava de um projeto desenvolvimentista articulado nas esferas do Governo Federal por diversas forças sociais, com predomínio dos segmentos de setores do capital nacional, e na Bahia representava forças oligárquicas, principalmente àquelas com bases políticas nas regiões Oeste e Sertão do São Francisco.

A ascensão de Antônio Balbino enquadrava-se no projeto político do presidente Getúlio Vargas para o Estado da Bahia. Com o apoio de políticos tradicionais da Bahia e um projeto delineado para ampliar as suas bases, Getúlio Vargas começou a tomar uma série de medidas na arena nacional que possibilitaria alçar Antonio Balbino a posições políticas mais duradouras: articulou o seu acesso à função de relator da Lei 2004 de 03 de Outubro de 1953, de criação da PETROBRAS, nomeando-o depois para o Ministério da Educação. Recompôs-se com Juracy Magalhães, destinando-lhe a Presidência da Companhia Vale do Rio Doce e depois da PETROBRAS, negociando com ele o apoio da UDN ao candidato da coligação PTB/PSD dissidente, causando atritos também na base udenista do Estado.

Eleito Governador, Antônio Balbino aceitou inicialmente todas as idéias e propostas que reformulariam o Estado: reformas tributária, fiscal e administrativa, articuladas por um núcleo da área de planejamento, funcionando com a cooperação central de Rômulo

²¹ Governou a Bahia entre 1955 e 1959. Foi ministro de Vargas, contou com o seu aval para início das articulações de sua candidatura ao governo do Estado. Buscou apoio de Juracy Magalhães (Tenente, interventor imposto por Vargas no início da década de 30), que tinha rompido quando instalado o Estado Novo. Iniciou vida política no movimento autonomista, elegendo-se Constituinte Estadual em 1934. Voltaria à Assembléia em 1947, já pelo PSD, depois de ter sido derrotado ao se candidatar, em 1945. Foi também deputado federal (1951-1955), Ministro da Educação e Saúde de Getúlio e dos Negócios da Indústria e Comércio de Jango e senador, completando o mandato, já pelo MDB, em 1971, quando se retirou da vida pública e se fixou no Rio, mantendo influência discreta na política baiana. Nas entrevistas e conversas com antigos líderes políticos da Região oeste, o nome de Antonio Balbino era citado como o primeiro político baiano com projeção nacional a pensar na Região e os seus problemas. Foi nessa Região que Balbino montou um verdadeiro império econômico que está sendo administrado hoje pelos seus familiares. A quantidade de hectares de terras que sua família herdou no espaço regional, nos espaços de cerrados e vales, foi muito grande. A maior área desapropriada para fins de Reforma agrária no país – Fazenda Sertaneja, onde se encontra instalado o Projeto Angical, no município do mesmo nome, pertencia aos Balbinos.

Almeida²². Passou a discutir e recorrer a uma estratégia modernizadora que a princípio encontrava divergências de alguns grupos políticos da Bahia²³. Segundo Almeida, a Universidade, representada pelo Reitor – Prof. Edgard Santos e de seus representantes das suas Unidades, banqueiros do Banco Econômico e do Banco da Bahia, além de um pequeno grupo de intelectuais, faziam parte do núcleo de apoio à estratégia modernizadora do Estado via os instrumentos do planejamento. Contrários a qualquer possibilidade de modificação do regime “tradicional e patrimonialista” presente no Estado, segundo o economista, encontravam-se parte significativa da elite econômica e das oligarquias rurais do Estado, que emitiam os seus pontos de vista a partir do maior órgão de imprensa – o jornal “A TARDE”. Quanto à sociedade baiana, para ele, esta

[...] não estava nem para água, nem para vinho; estava simplesmente ausente, grande parte ausente porque inclusive muito preparada para a descrença; bastante derrotista; era o tempo em que todo mundo dizia que a Bahia ‘já teve’ (ALMEIDA, 1986, p. 101).

O grupo de técnicos em planejamento, constituído com profundas relações com o poder político, passou a elaborar estudos que assinalavam as dificuldades e até os obstáculos às modificações do quadro adverso, caso houvesse a continuidade do modelo econômico existente no Estado, qual seja, um modelo dependente das exportações para o exterior, com a venda de produtos de baixo valor comercial e reduzido processo de incorporação de mão-de-obra, o que gerava baixos valores agregados. Os aspectos negativos que se evidenciavam só seriam resolvidos, na ótica de parte das classes dominantes que controlavam o aparelho de Estado, com uma nova mentalidade política, que começaria a se articular na tentativa de solucionar o “enigma baiano” no contexto do desenvolvimento regional brasileiro. Procurava-se, assim, passar a impressão de que o pensamento técnico-assessorial especializado seria um grande poder e que a partir dele a face do Estado seria modificada. Foi a chegada ao poder político do Estado, de forma retardatária e frustrante, de “uma suposta casta burocrata que fazia as vezes de consciência da burguesia” (OLIVEIRA, 1989, p. 78), transformando-se em

²² Economista baiano, foi Chefe da Assessoria Econômica do Governo de Getúlio Vargas quando participou da elaboração dos projetos da PETROBRAS e do Banco do Nordeste. Foi Secretário da Fazenda e do Desenvolvimento do Estado da Bahia, quando formulou e implantou o sistema estadual de planejamento. Nas entrevistas realizadas para a elaboração desta tese dois dos representantes das instituições públicas (Carlos Miranda e Waldeck Ornellas) a época discutiram a importância de Rômulo Almeida na montagem do processo de interiorização do sistema de planejamento do Estado.

²³ Esse arranjo se transformou em uma marca da Bahia até os nossos dias. Os grupos que estão no poder não contam e nem procuram apresentar fora dos discursos um programa concreto de redução das desigualdades econômicas e sociais presentes nas diversas regiões do Estado e os de oposição disputam o poder sem um programa político partidário consistente para modificação em curto prazo de tempo essa situação. As questões estruturais do Estado da Bahia não são tocadas em nenhum dos dois discursos.

novos “iluministas”²⁴, mantendo estreitos vínculos com as formas de acumulação capitalista viabilizadas no país a partir do Estado Novo. Com essa perspectiva e a possibilidade de amarrar um projeto de desenvolvimento local a um projeto mais amplo, e sonhando com uma nova dinâmica regional, a partir da Bahia, que poderia interferir na conjuntura nacional, o governo Balbino apresentou aspectos diferentes dos governos das antigas oligarquias que ascenderam ao poder nos últimos períodos no Estado. Percebendo as oportunidades que poderia se abrir para sua gestão e as chances concretas de apoio de instâncias financeiras públicas do Governo Federal, criou a Comissão de Planejamento Econômico – CPE, visando elaborar estudos e projetos que repensassem o Estado, retomando uma política iniciada nos anos 50²⁵.

Nos estudos políticos sobre a Bahia, tanto de caráter acadêmico, a exemplo de Neto (2006), quanto em documentos e textos produzidos pelo serviço público, aparece sempre o reconhecimento da relevância da atuação do governo Antônio Balbino para a modernização política e administrativa do Estado. Foi neste governo que se consolidou a construção de um aparelho governamental mais complexo e expandido, tornando irreversível a articulação entre a administração estadual e o interior baiano, iniciando-se, dessa forma, a superação da distância política e administrativa dos grupos dominantes, sediados na capital, em relação aos municípios mais distantes. Para Neto, a gestão de Antônio Balbino foi a primeira a adotar essa postura como resultado de uma vontade política. Para nós tal atitude não decorreu de vontade política de Balbino, e sim da necessidade das classes dominantes em assegurar o controle político do Estado, ameaçado pela ausência de um projeto hegemônico a ser executado a médio e longo prazo.

Antônio Balbino administrou o Estado entre 1955-1959, e os seus três últimos anos de governo coincidiu, em nível nacional, com o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Por isso é importante destacar as principais premissas do discurso desenvolvimentista de JK, quais sejam: aceleração do processo de crescimento econômico, visto como necessário para superar o estado de atraso do país; interferência ampla do Estado na economia, pautada sobre as necessidades e aspirações da iniciativa privada; expansão da industrialização, com

²⁴ Em uma referência aos pensadores franceses, que na possibilidade da França avançar economicamente e politicamente, se uniram em uma crença da supremacia da razão e no desejo de resultados práticos no combate às injustiças e as desigualdades.

²⁵ Conforme objetivos de sua criação, a CPE traçaria mecanismos de planejamento para o desenvolvimento de todo território baiano, na perspectiva de se incentivar a diversificação das atividades agrícolas e propor um processo de industrialização ajustado às condições locais.

prioridade para grandes investimentos estatais no setor de infra-estrutura. Essas diretrizes de política econômica foram definidas no Programa de Metas que abrangia 31 objetivos distribuídos em seis grandes grupos: energia, transportes, alimentação, indústria de base, educação e a construção de Brasília. Na história republicana do Brasil, era a primeira vez que um governo assumia com um Plano estruturando a intervenção no país em uma dimensão ampla e abrangente, incluindo não apenas os aspectos quantitativos ou econômicos, mas também aspectos sociais, políticos e culturais. Contando, para isso, com instrumentos e aparelhos de política e regulação econômica herdados do segundo período do governo Vargas, que tinha na construção de Brasília a meta síntese que possibilitou uma nova etapa do processo de ocupação da Região Centro-Oeste do país. Também

[...] criou novos e eficazes instrumentos e, principalmente formas de articular políticas, para lograr um grau significativamente elevado de coordenação programada de investimentos públicos (DRAIBE, 2004, p. 226/227).

Nessa conjuntura, o governo JK forneceu subsídios para elaboração do I Plano de Desenvolvimento da Bahia, o PLANDEB, em consonância com as diretrizes da conjuntura nacional, relacionados à ideologia desenvolvimentista. A elaboração deste plano ficou a cargo da CPE, a partir da experiência de planejamento iniciada no final de 1954. Neste plano, cita-se o setor industrial, pela primeira vez, como o núcleo principal de uma política capaz de estabelecer articulações econômicas que permitissem o desenvolvimento do Estado da Bahia, considerando-se suas possibilidades e disponibilidades de recursos. Além da política industrial, os setores agrários capitalistas também contaram com atenção especial.

Em função do parco desenvolvimento capitalista da divisão social do trabalho no Estado, à exceção de algumas de áreas de Salvador (“uma gota d’água no oceano”, segundo Francisco de Oliveira) o projeto de reformas burguesas amparou-se também na pretensão de redução as desigualdades sociais e implementação de um desenvolvimento regional mais equilibrado. Os setores dominantes e, particularmente suas representações políticas, com novas e curiosas roupagens por conta da conjuntura nacional apoiavam a nova estratégia e percebiam nela a possibilidade de manutenção das suas estruturas de dominação, e de forma pragmática se comprometeram com tudo que lhes seria vantajoso.

Os novos setores emergentes ajustavam seus interesses aos de grupos remanescentes optando por uma modernização impetuosa das estruturas sociais presentes no conjunto do território do Estado. Tal linha de intervenção privilegiava regiões que já contavam com alguma atividade moderna em curso. Com alianças explícitas no campo político, os novos grupos econômicos inviabilizavam mudanças estruturais, não se diferenciando dos seus antecessores, não apresentando nenhuma perspectiva de ruptura, mesmo no interior do campo das forças dominantes. Pois,

[...] vinha de e vivia em um estreito mundo provinciano, em sua essência rural – qualquer que fosse sua localização e o tipo de atividade econômica – e quer vivesse na cidade ou no campo sofrera larga socialização e forte atração pela oligarquia (FERNANDES, 1987, p. 205).

Aproveitando-se das diretrizes do PLANDEB, que preconizava a instalação de um setor industrial fundado no petróleo, na petroquímica, na siderurgia e na metalurgia dos não-ferrosos, o segmento intelectual presente na estrutura administrativa do Estado, apoiado por setores burgueses, apresentou o primeiro esboço de instalação de um pólo petroquímico e da Usina Siderúrgica da Bahia – USIBA (KRAYCHETE, 1988), que foi encampado no I Plano Diretor da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE, criada, em 1959, em Recife pelo Governo Federal, com o objetivo de implantar uma política de desenvolvimento regional. Com a intensificação da atividade petrolífera, serão implantadas indústrias cuja matéria-prima era o petróleo. Com isto, essa atividade passará a ter uma crescente participação na renda industrial do Estado.

A ideologia desenvolvimentista sustentava, na época, um projeto de nação que reduzisse as desigualdades econômicas e sociais, promovendo o crescimento industrial no conjunto do território nacional. A visão predominante era a de que os países atrasados, para atingirem o desenvolvimento, deveriam percorrer as mesmas etapas pelas quais haviam passado os países centrais do capitalismo. As características periféricas e subdesenvolvidas desses países não eram entendidas como fruto da estrutura econômica mundial de exploração combinada às características específicas de determinadas sociedades nacionais. As classes dominantes brasileiras identificavam o desenvolvimento como mero crescimento econômico e não como “o modo pelo qual os homens transformam socialmente a organização da sociedade” (FERNANDES, 1975, p. 150). Suas proposições partiam da evidente necessidade do país acompanhar a modernização das economias capitalistas nos países desenvolvidos. De

certa forma, ainda que ideologicamente, os setores dominantes visualizavam a necessidade de vencer a situação de atraso das relações de produção capitalista no Brasil em relação aos países desenvolvidos.

Assim, pensava-se que a aceleração do ritmo do crescimento econômico levaria ao sonhado desenvolvimento. É consenso entre sociólogos, cientistas políticos e economistas que foi no final da década de 50 com Juscelino Kubitschek, que o termo desenvolvimento foi incorporado ao repertório vocabular do país, principalmente nos meios acadêmicos, usado em substituição à palavra progresso. O Governo JK congregou, coordenou e dirigiu os organismos, instrumentos e projetos, novos ou já existentes na estrutura estatal, para articular em conjunto com a iniciativa privada – acrescida de capital e tecnologia estrangeira – a complementação do processo de industrialização pesada.

Ao final dos anos 50, sob a égide do Plano de Metas, o país ingressou em sua fase de economia industrial avançada, e renunciaram-se os elementos de esgotamento e crise do Estado (DRAIBE, 2004, p. 223).

Os novos redirecionamentos propostos pelo Estado e suas camadas dirigentes, em nível nacional, encontrará resistências na Bahia, dado um quadro social adverso que para ser enfrentado exigiria medidas estruturais, única possibilidade de acompanhar o crescimento econômico, e, sobretudo, o industrial, verificado no eixo Rio de Janeiro - São Paulo. Enfim, esse quadro contraditório envolvendo a consolidação industrial no sudeste com a conformação das demais regiões a um ritmo menos acelerado, Não compreendido na época, resulta do próprio modo de acumulação capitalista em sociedades periféricas, não se tratando, portanto, de um processo contrário às leis gerais da reprodução capitalista.

Em uma linha objetiva de reflexão crítica, não há como fugir à constatação de que o capitalismo dependente é, por sua natureza e em geral, um capitalismo difícil, o qual deixa apenas poucas alternativas efetivas às burguesias que lhe servem, a um tempo de parteiras e amas-secas. Desse ângulo, a redução do campo de atuação histórica da burguesia exprime uma realidade específica, a partir da qual a dominação burguesa aparece como conexão histórica não da 'revolução nacional e democrática', mas do capitalismo dependente e do tipo de transformação capitalista que ele supõe (FERNANDES, 1987, p. 214).

No caso brasileiro, as concentrações econômicas ocorreram em locais privilegiados em termos de pré-existência de condições de infra-estrutura material e localização mais

adequada para a reprodução do capital. Mesmo com o apoio financeiro e creditício por parte do Governo Central, a partir de meados da década de 50, a grupos empresariais que atuassem fora da região sudeste, não se observa um significativo processo de desconcentração industrial no país.

Em meados de 50 e durante a década de 60 do século XX, a Bahia que contava com 332 municípios (43 a mais do que os existentes em 1940), começou a apresentar feições diferentes em seu território. O censo de 1960 acusa a redução em relação a 1940 do número de cidades abaixo de 5.000 habitantes (249) residindo em áreas urbanas. Salvador cada vez mais se destacava como a principal cidade do Estado, com um contingente populacional de 630.878 habitantes, enquanto as duas cidades principais do interior (Feira de Santana e Itabuna) possuíam menos de 100.000 habitantes. Apesar deste crescimento Salvador será “a capital que acusará as taxas de crescimento populacional mais baixas, entre todas as capitais brasileiras, durante toda a primeira metade do século XX” (OLIVEIRA, 1987, p. 34) e com um coeficiente restrito de urbanização.

2.4 A vaca sagrada da economia baiana

O último dos três períodos que merece destaque engloba de 1964 até recentemente, devido às mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas no país. No caso específico do Estado da Bahia, as disputas eleitorais ocorridas em 1962, entre Antonio Lomanto Junior e Waldir Pires, não podem e não devem ser tratadas como uma simples disputa entre “a força do interior da Bahia” (seu *slogan* publicitário) e a força que propugnava mudanças estruturais para o Estado. A disputa política eleitoral de 1964 pode ser compreendida no bojo das estruturas e alianças construídas ainda durante o período Vargas com vistas a ampliar o seu leque de apoio na Bahia. Das duas principais candidaturas ao Governo do Estado no período não se pode dizer, como tem sido tratado na parca literatura disponível sobre o tema, que a vitoriosa, de Antonio Lomanto Junior representava somente um municipalismo interiorano com uma base política de apoio composta de latifundiários retrógrados; enquanto a candidatura derrotada de Waldir Pires²⁶ representava forças políticas e sociais modernas,

²⁶ Foi Vereador (47-50) e por 3 vezes Prefeito do município de Jequié (1951-1955, 1959-1962 e 1992-1996); Deputado Estadual (1955-1959) e Governador, eleito em 1962. Como governador, aproximou-se de João

avançadas por conta de sua inserção nos maiores centros urbanos do Estado. Até porque o vencedor teve, além da sua base municipalista original, a sustentação de partidos rivais no plano nacional e local, o PTB e a UDN, além de ser candidato comum a forças contrárias na arena política nacional como Juracy Magalhães e João Goulart.

Com o Golpe de Estado de 1964, que derrubou o Presidente João Goulart, parecia que seria estancado o projeto nacional-estatista, abraçado por parcelas dos segmentos sociais organizados da sociedade brasileira até aquele período. Porém, a partir de 64, o processo de estatização e a interferência do Estado em diversos setores da economia nacional passaram a ser uma realidade muito mais presente. Ao contrário do que se questionava e que era uma das bandeiras que sustentava a possibilidade de um golpe, com o apoio dos mais diversos segmentos dominantes, a Ditadura Militar sacramentou de forma muito mais veloz um processo de estatização da infra-estrutura econômica do país. Para se ter uma idéia de como se deu esse processo:

[...] em 1962 só doze das trintas maiores empresas pertenciam ao Estado. Em 1971 elas eram dezessete. No final do delfinato²⁷ o Estado detinha 45,8% do patrimônio líquido das 5.257 principais empresas não agrícolas. Em 1972, durante as grandes festas do Milagre, o Estado era dono de 46 das cem maiores empresas não financeiras do Brasil, e de nove das cem maiores empresas manufatureiras (contra sete em 66). No delfinato a participação do setor público na indústria passa de 8% em 1966 para 15% em 72 (GASPARI, 2004, p.54).

Os militares brasileiros ao assumirem o poder em abril de 1964, não contavam num primeiro momento com um projeto claro de dominação do Estado e da nação. O golpe representou um ponto de ruptura na história política e econômica do país ao promover mudanças institucionais profundas que afetaram toda a nação. Foram mudanças que permitiram a criação de condições políticas e institucionais para um novo ciclo de acumulação econômica capitalista no Brasil sob a liderança do grande capital monopolista. A partir do

Goulart, porém aderiu nos primeiros instantes ao militares golpistas. O capítulo final de sua carreira foi um retorno às origens, elegendo-se prefeito de Jequié, pela terceira vez, em 1992, retirando-se da cena política após concluir o mandato. Já Waldir Pires, depois de derrotado nas urnas em 1962, foi nomeado Consultor Geral da República por João Goulart. Foi cassado logo no Primeiro Ato Institucional – AI, do Governo Militar e condenado ao exílio. Retornou a arena política após a anistia se candidatando a uma campanha vitoriosa de Governador do Estado pelo MDB. Trocou o mandato de governador por uma candidatura à vice-presidente da República sem sucesso, na chapa do PMDB, nas primeiras eleições diretas para o mais alto cargo do país. Continuou na cena política nacional como Ministro da Defesa do Governo Luís Inácio Lula da Silva.

²⁷ Período que Delfin Neto, Ministro da Fazenda de governos do ciclo militar, era considerado todo poderoso na economia nacional.

Golpe de 64 iniciou-se uma nova modernização conservadora no país, já que a política de estabilização adotada entre 1964 e 1967, foi

[...] gradualista, não seguindo os moldes rígidos do FMI, evitando um agravamento da recessão. Contrariando o FMI, adotou a indexação financeira da economia, mas, ao conter a expansão monetária e o crédito, propiciou a quebra de muitas pequenas e médias empresas nacionais e aumentando a desnacionalização da economia. Fez ainda controle de preços, cortes no gasto público e forte arrocho salarial. [...]. Os ministros da Economia, Campos e Bulhões, conheciam bem a economia nacional e as bases estruturais em que se assentavam o Estado, e era claro para eles que o setor público vinha se arrastando há anos, com instituições esclerosadas, arcaica base tributária e fiscal e era necessária profunda reformulação do sistema financeiro. Contrariando mais uma vez os ditames do FMI, fizeram profunda modernização da administração pública, reforçando a área de finanças e planejamento e criando várias instituições e empresas estatais, a despeito da retórica que usaram em documentos, de que "era necessário reduzir o papel do Estado na economia ..."

 (CANO, 2000, p. 181/182).

O regime instalado em 1964 não significou nos seus primeiros momentos para a burguesia baiana um ponto de ruptura e o início de um novo processo de acumulação capitalista no Estado. Os projetos que foram elaborados e gestados durante a década de 50 continuaram válidos e referenciais para a expansão capitalista iniciada em meados da década de 50. São os incentivos, subsídios fiscais e financeiros colocados à disposição pelo Governo Federal, alguns com exclusividade para o Nordeste brasileiro a partir dos inícios dos anos 60, que possibilitam a economia nacional, antes centralizada no eixo Centro-Sul, iniciar um processo tênue de descentralização de uma parcela de seus excedentes de capitais para essa região. São mudanças que contaram com participações de intelectuais formados na Região e muita contribuição da conjuntura nacional do período – apesar das aparências e discursos dos segmentos sociais dominantes da Região Nordeste em contrário. Foi um processo cuja inteligibilidade é acessível a partir das categorias de análise da Economia Política presentes nos quadros da progressiva integração da dinâmica da economia nacional, e por consequência, do processo de acumulação de capitais, da ação do Estado, da internacionalização produtiva e financeira, que possibilitou a anulação da presença política de algumas classes e setores sociais, da repressão e centralização políticas operadas pelo Estado autoritário, entre outros fatores (OLIVEIRA, 1998).

Na Região Nordeste e no caso específico da Bahia, ocorreram mudanças na atuação do Estado e do seu setor econômico. Constituiu-se um setor industrial com potência restrita e

formaram-se quadros de um novo segmento burguês. Foi nesta conjuntura econômica e política e com uma crescente desregionalização da economia regional que segundo Oliveira (1987), o Estado baiano observou um crescimento médio de 112% do seu setor industrial em 30 anos de desenvolvimento. O que se pode considerar como pouco dinâmico para um Estado com as suas dimensões demográficas e territoriais. O novo papel que a Bahia passou a desempenhar na nova dinâmica inter-regional da divisão social do trabalho que se apresenta ao País e por consequência do novo processo de acumulação de capitais tem tamanho determinado. Para que esse processo não apresente contratempo, a anulação da presença política de algumas classes e setores sociais passou a ser de suma importância. São transformações que dentro do novo modelo de Estado que se apresentava à sociedade brasileira “não se deram numa ‘terra de ninguém’” (OLIVEIRA, p. 67, 1990).

O Estado da Bahia, por sua posição estratégica ligado às duas maiores regiões do País através de importantes rodovias transformou-se em um dos vetores representativos nos campo econômico e político, no Nordeste, no novo processo de industrialização. Lideranças políticas estaduais como Juracy Magalhães e Luís Viana Filho, engajados anteriormente no projeto da burguesia nacional, contribuíram para essa escolha ao aderirem aos novos dirigentes militares empossados após o golpe de Estado.

No plano político nacional, militares e civis golpistas que romperam com as instituições ancoradas na Constituição de 1946, mantiveram, num primeiro momento, os procedimentos institucionais de legitimação do Poder. No entanto, esse processo não durou. As primeiras derrotas eleitorais, nos grandes centros econômicos, dos candidatos a governadores apoiados pelos militares golpistas conduziram à suspensão via Atos Institucionais dos mecanismos democráticos que garantiam eleições livres para governadores, e todos passaram a serem indicados pelo governo central. Necessariamente, essas indicações deveriam ocorrer não somente com personalidades que estivessem alinhadas, mas que também tivessem a responsabilidade de ampliar um projeto de poder que começava a se esboçar. Tendo por base algumas relações pessoais de proximidade ou de interesses pontuais, projetos considerados de envergadura nacional e enquadrados em uma primeira perspectiva de um plano que pretendia reduzir as grandes disparidades econômico-sociais entre as regiões do país, foram consolidados e novos seriam implantados.

O Golpe Militar de 1964 representou mais uma ruptura conservadora com a dinâmica histórica econômica, social e política que o país havia experimentado até então. O país passou a apresentar modificações com crescimento econômico, transformações sociais *pari passu* com conservadorismo político durante as duas décadas seguintes jamais experimentadas. Os militares e seus aliados procuraram consolidar a “nova ordem”, desmantelando ou pondo sob controle as organizações populares ao tempo que assumiam o controle do Estado nos diversos níveis, com especial entusiasmo pelo crescimento econômico acelerado, porque viam nele um fator importante para a segurança nacional.

O novo regime implantado pós-64, com o oferecimento de vantagens desiguais para diferentes setores do capital, viabilizou um conjunto de reformas econômicas com a criação de um grande número de incentivos para o capital privado na possibilidade de integrar o mercado nacional. Aproveitando-se de uma situação viabilizada pela política de desenvolvimento realizada por governos anteriores, os governos iniciais do ciclo militar aceleraram a integração do mercado nacional, subsidiando em larga escala os investimentos privados nas regiões menos desenvolvidas como o Nordeste e a Amazônia, propiciando

[...] as capitais das regiões mais desenvolvidas, principalmente de São Paulo, de onde se originaram cerca de 50% dos capitais incentivados investidos no Norte e no Nordeste, aplicações regionais produtivas, compensando a queda momentânea das oportunidades de inversão que escasseavam em suas regiões de origem, por causa da crise. A partir daí, o processo de integração do mercado nacional, que antes subordinava apenas o mercado nacional de mercadorias, passa também a subordinar o processo de acumulação de capital à escala nacional. Agora, o resto do país estava inequivocamente atrelado à dinâmica nacional de acumulação, dirigida a partir do pólo (CANO, 2000, p. 184).

Na Bahia, algumas transformações localizadas contribuíram decisivamente para a modificação da face da Capital do Estado e dos municípios da sua Região Metropolitana: projetos como o da implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA) e da Usina Siderúrgica da Bahia, concluídos no Governo Luís Viana Filho (1967-1971); e o Pólo Petroquímico, cujas negociações e definição da localização foram iniciadas na gestão de Luís Viana Filho e concluídas no Governo Roberto Santos (1975-1979). Foi durante o Governo de Luís Viana Filho, que o Prefeito nomeado de Salvador, Antônio Carlos Magalhães²⁸, apresentou uma

²⁸ Primeiro Presidente Regional da ARENA. Partido criado após o Golpe Militar para apoiar aos Governos Militares.

plataforma de trabalho que em sua gestão conseguiu modificar a legislação sobre posse e uso do solo urbano, e com isso facilitou a aquisição, em regime de propriedade plena, de milhões de metros quadrados de terras municipais que “pertenciam” basicamente a várias ordens religiosas, a alguns poucos proprietários individuais e à Prefeitura. Essa medida com o apoio, sobretudo do setor da construção civil, fizeram com que o traçado urbano da cidade fosse modificado completamente. Foram destruídos monumentos e prédios históricos localizados no centro da cidade, que se expandiu a partir da construção de novas avenidas de vales, com a criação de novos espaços residenciais e comerciais.

A criação e inauguração do Centro Industrial de Aratu - CIA, na segunda metade dos anos 60, foi um dos marcos do processo de planejamento, em consonância com o sistema de planejamento nacional, representado pela SUDENE no Nordeste. Esse projeto não trouxe os impactos que seus idealizadores imaginaram, porém não se pode negar que a criação de um centro industrial apontava para a consolidação de uma nova dinâmica, vinculada ao setor industrial, já iniciada com a implantação da PETROBRAS. Segundo Carvalho e Souza (1980, p. 78),

[...] é a partir de fins da década de 60, depois que se iniciou a implantação do Centro Industrial de Aratu, que se pode falar de um crescimento industrial vigoroso da economia baiana, concentrando em Salvador e nos municípios vizinhos que hoje formam a sua área metropolitana. O parque industrial moderno que então se constituiu, principalmente com a implantação mais recente do Pólo Petroquímico de Camaçari, converteu-se no foco dinâmico da economia regional, comandando uma expressiva diversificação da estrutura produtiva de Salvador.

Essa estratégia de desenvolvimento baseou-se na possibilidade de atração de indústrias de porte, nacionais e internacionais, estabelecendo-se o novo perfil dominante na economia regional. O processo de atração dessas indústrias e de mudança do perfil econômico da capital e da sua região metropolitana ocorreu de forma abrupta, porque na tentativa de atrair grupos econômicos consolidados do país e contemplar uma vasta gama de interesses privados locais as transformações aconteceram sem maturações internas, de feições puramente passivas, devido a pouca participação dos diversos segmentos sociais internos. Essa implantação acarretou uma série de conseqüências no território do Estado, sendo as duas principais: 1) a incorporação de uma pequena parte do espaço regional ao movimento do capital no plano nacional; 2) a periferização de uma ampla fatia do território devido a desigual

participação das diferentes regiões do Estado nesse movimento (NELSON DE OLIVEIRA, 2000).

O caso da Usina Siderúrgica da Bahia (USIBA) é bastante sugestivo desse momento da industrialização. Essa companhia fora concebida como bandeira de luta dos intelectuais vinculados às classes dominantes e voltados a propostas e projetos desenvolvimentistas, tendo em perspectiva redirecionar e incentivar o desenvolvimento regional. No entanto, após ter consolidada sua implantação, voltou-se para o atendimento do mercado externo. Foi importante a influência do movimento de capitais no âmbito mais global, porém a contribuição do Estado (níveis federal e estadual) a esse processo foi decisiva, principalmente com isenções de impostos, incentivos fiscais e créditos; e investimentos em infra-estrutura física.

A despeito da instalação do Pólo Petroquímico e das obras de infra-estrutura que modificaram a face da Capital e o seu entorno, o conjunto do território do Estado passou um longo período sem investimentos que modificassem o quadro de letargia econômica presente. Somente a partir do final da década de 70, dinâmicas consideradas novas são introduzidas em determinados espaços do território baiano – a implantação de perímetros irrigados na Região do Baixo Médio São Francisco e a cultura de grãos nos Cerrados, na Região do Oeste Baiano, transformaram-se nas grandes novidades. São projetos nacionais implementados na Bahia.

Os processos e intervenções ocorridos na Bahia a partir de meados dos anos 60 – como a instalação do Centro Industrial de Aratu e do Pólo Petroquímico de Camaçari, a implantação dos Projetos de Irrigação no Vale do São Francisco, a expansão da fronteira agrícola nacional para a sua Região oeste no final da década de 1970, e o Pólo de Papel e Celulose no Extremo-Sul do Estado, no final dos anos 80 –, delinearam-se em consonância com a incorporação ao Estado de novos segmentos sociais que se ajustaram à consecução de uma outra estrutura econômico-social com certa agressividade e/ou com a participação complacente do setor público e de seus agentes. As antigas identidades regionais vêm sendo gradativamente substituídas por outras que melhor se adaptam à nova função que o Estado assume.

Os antigos grupos políticos e econômicos da Bahia se reestruturaram na expectativa de continuarem desempenhando um papel, ainda que subordinado, na nova divisão regional

do trabalho, configurada pela ocupação de novas fronteiras agrícolas e a formação de complexos industriais, especialmente os produtores de bens intermediários. Fazem isso, aproveitando-se das vantagens comparativas quando relacionadas com outros espaços do território nacional (condições naturais, força de trabalho abundante, barata e desorganizada devido a sua pouca qualificação, existência de infra-estrutura física fornecida pelo Estado). Algumas das grandes corporações nacionais, contando com o financiamento e transferências de capitais, instalam-se na Bahia com o objetivo de complementar a produção brasileira, alterando, assim as relações sociais de produção até então vigentes. Esse processo ocorre é simultâneo ao declínio de tradicionais culturas agrícolas da Bahia, como o cacau, o fumo, a cana-de-açúcar e o sisal, e que vinha ocorrendo desde o final da década de 50, e que receberam o “seu tiro de misericórdia” entre as décadas de 70 e 80. Interessante chamar a atenção para o fim de um longo período e o surgimento de outro que criou novas ilusões²⁹. Pois, “há os que vêm nessa nova fase que desponta a efetivação de uma ruptura com a inércia que havia transformado o atraso regional num ‘enigma’ indecifrável” (NELSON OLIVEIRA, 2000, p.16). E, a partir desse momento, encontram-se dadas as condições de se instalar na Bahia uma região com característica desenvolvimentista, partindo-se dos pressupostos da existência de condições favoráveis para implementação de um processo de acumulação, em bases regionais, que seria colocado como complementar no plano nacional e internacional, seguindo a trajetória já observada em outras regiões industriais.

Dessa forma, podemos afirmar que a presença de novos segmentos dos setores agrícolas e industriais não produziram efeitos significativos no perfil da estrutura social do Estado. Segundo dados do IBGE e da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, órgão ligado à Secretaria de Planejamento do Estado, a Bahia entre 1975 e 1985 apresentou a mais alta taxa de crescimento médio anual do PIB em três décadas. Porém, essa taxa de evolução do PIB é acompanhada por um crescimento econômico concentrado em pequena parcela territorial do Estado, o que acentua as desigualdades regionais no seu território. Para se ter uma idéia do tamanho dessa concentração: dos 415 municípios do Estado, em 1975, 24 eram responsáveis por 80% dos fluxos econômicos, e em 1985 somente 18 representavam 88% desses fluxos. Por outro lado, entre 1991 e 2001, aprofundaram-se as desigualdades na distribuição de renda. Em 1992, 10% da população mais pobre do Estado

²⁹ Ilusões porque, no quadro nacional, apesar das previsões sombrias no cenário internacional, a economia brasileira expandia-se. De 68 a 1974, o país assistiu ao fortalecimento das grandes corporações econômicas. No entanto, a partir dos meados da década de 70, a economia brasileira entra em crise, acompanhando a crise internacional com profundas incertezas quanto ao futuro.

dividia 1,7% da renda apurada no Estado; já em 1999, esse mesmo grupo repartia menos apenas 1,5%. Já os mais ricos: um décimo da população elevou sua participação na renda de 46,7% para 47,1%, durante o mesmo período.

Segundo a mesma fonte, para 2000, o PIB baiano que foi estimado em R\$ 44,3 bilhões cresceu de forma mais lenta que o brasileiro. Entre 1990 e 2000, o produto interno bruto do país registrou variação de 30,1%. Nesse mesmo período, a economia da Bahia cresceu apenas 26,6%. Esse quadro trouxe conseqüências negativas para o Estado e de forma bem visível para a sua Região Metropolitana que registrou nos últimos períodos as maiores taxas de desemprego dentre as maiores das Regiões Metropolitanas do país³⁰. A desigualdade econômica no território baiano se apresenta a tal ponto que 24 dos seus 417 municípios³¹ concentravam 68,56% do PIB em 2000. A expansão capitalista no Estado é concentradora, tanto em relação aos setores econômicos, quanto em termos espaciais. Observe-se: 1) a localização da indústria de transformação e dos serviços técnicos, financeiros e de infraestrutura que a complementam, predominantemente na Região Metropolitana de Salvador, em concomitância com a marginalização de áreas com concentrações demográficas significativas seja no entorno da Região, seja em outras áreas no interior do Estado; 2) uma distribuição de pessoal no conjunto do Estado, com renda que reflete a distribuição social dos recursos e do poder nos diversos espaços.

A concentração dos recursos e da renda reflete a estrutura global da produção de mercadorias e apropriação dos bens e serviços no território estadual. Por outro lado o crescimento demográfico da Região Metropolitana de Salvador em descompasso com a oferta de postos de trabalhos (mesmo sendo responsável por 46% do PIB estadual) tem levado essa região a registrar altos índices de pobreza. Essas características do processo econômico expõem os equívocos da concepção dominante que se reproduzem nas instituições estatais em compreender o desenvolvimento como sinônimo de crescimento, e a ele associá-lo. Bem como, o erro em perceber o econômico e o social como realidades distintas. Tal compreensão, de que crescimento econômico e modernização – tal como ocorre em espaços periféricos do capitalismo – são, necessariamente, sinônimos de desenvolvimento, acentua problemas históricos como o crescimento da exclusão social, que é reforçado com as políticas públicas

³⁰ 21,6% em 1997; 24,2% em 1998 e 1999 e de 25,2% em 2000. De acordo com o IBGE, a taxa de desemprego aberto (30 dias) em Salvador passou de 10,3% em novembro de 2000 para 11,1% em abril de 2001.

³¹ Em 2000 aconteceu o processo de emancipação de 2 municípios no Estado da Bahia entre eles Luis Eduardo Magalhães. Este último, um dos municípios que conta com espaços de cerrados no Oeste Baiano.

viabilizadas, que operam especialmente em detrimento das camadas desfavorecidas da sociedade.

A expansão industrial recente da Região Metropolitana gerou o enriquecimento de segmentos sociais sem, no entanto, alterar o seu perfil de pobreza, principalmente porque, partes das unidades industriais que se implantam na Bahia estão voltadas para a produção de bens de consumo (calçados e confecções, etc.). A instalação da montadora automotiva da FORD no município de Camaçari ilustra bem a situação da economia baiana no final dos anos 1990. Os principais setores industriais baianos são produtores de bens intermediários, vinculando a economia local à nacional, e o que se apresenta de “novo” – a fábrica da FORD – não coloca e nem vislumbra a possibilidade, diante do grau de complexidade da atual economia nacional, de eliminação dos expressivos e crescentes índices de desempregados no Estado da Bahia. E, mais, as atividades que são processadas recentemente, juntamente com o novo perfil econômico que se desenha para o Estado, não alcançam uma compactação e um perfil como o projeto econômico anterior, que se exaure.

O quadro atual é completamente diferente do existente nas décadas compreendidas entre a de 50 e meados da década de 70. Foi no pós 70 que as intervenções públicas tornaram-se cada vez mais restritas e mais direcionadas para determinados setores: quando aspectos de um passado recente são substituídos por propostas que levam em consideração as renúncias fiscais e de financiamentos postos à disposição dos capitais postulantes, em condições nas quais a grande maioria das matérias-primas, das matérias auxiliares e dos meios de reposição do capital fixo continuarão a provir do Centro-Sul e do exterior – ostentando elevados custos e tempos de circulação (CARVALHO, 1999).

Dessa forma, a partir das reflexões apresentadas é possível afirmar que não há dúvidas de que as principais vertentes de desenvolvimento da economia baiana, aqui apresentadas, como o petróleo, a petroquímica, a moderna agricultura irrigada, a produção de grãos no Oeste e o Pólo de Papel e Celulose, têm impacto limitado e localizado; foram implantadas em decorrência de ações múltiplas no campo institucional, partindo de dois pressupostos básicos: por um lado, da necessidade de ruptura com a inércia estrutural numa região demarcada por forte peso oligárquico onde, paradoxalmente, as antigas oligarquias, sobretudo agrárias, já não desfrutavam de peso mais do que simbólico ou repressivo; por

outro, da articulação da Bahia com as possibilidades reprodutivas que se apresentavam no plano da nova divisão inter-regional no país.

Por isso, faz parte da compreensão expressa nesse estudo que o debate sobre a dinâmica econômica recente do Estado é bastante ideologizado; os documentos publicados por suas instituições reconhecem um dinamismo menor do que o apregoado nos discursos políticos das classes dominantes. Sabe-se que o tênue movimento de reespecialização da economia em direção aos extremos do território baiano a partir do final dos anos 70, fartamente analisado nos documentos e discursos como um grande achado é resultante de um processo, até o momento irreversível, de reconcentração industrial do Sudeste brasileiro. Trata-se de um projeto bancado pelas classes dirigentes do país, que acarreta uma forte concentração geográfica da produção em poucos Estados e regiões de importância econômica já reconhecida como limitada. Para as regiões periféricas, e a Bahia pode ser considerada uma amostra dessas iniciativas, as saídas estão no aproveitamento de áreas de fronteiras agrícolas, de brechas via guerras fiscais e expurgos de setores menos competitivos, dentre eles, os de calçados e confecções principalmente.

Tudo isso permite afirmar que o entendimento do ciclo de crescimento econômico pelo qual passou a Bahia, iniciado no final de 90, com a introdução de fartos recursos públicos direcionados, requeira não somente a utilização de dados e expressões quantitativos desse crescimento. Até porque, percebe-se que as mudanças que porventura ocorreram e ocorrem em determinados espaços do território baiano são definidas sem qualquer maturação interna prévia. As instituições sociais e econômicas que não fazem parte dos grupos definidores dos destinos da região são absorvidas *ex-abrupto*, de modo desordenado, mas sob condições de relativo otimismo e certa intensidade.

Esses novos espaços produtivos, montados e dirigidos, diretamente e/ou à distância, por organizações exógenas e composições sociais completamente estranhas a essas regiões apontam para uma dinâmica econômica completamente diversa da que prevalecia no conjunto do território regional até o início da década de 1980. Neles, os novos grupos sociais que se apresentam promovem um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, com interesses materiais e valores distintos dos existentes no conjunto dos municípios das regiões que se instalam, mas sem independência, pois as diretrizes gerais e o controle do capital se encontra fora dali. Isso por que

[...] o capital é um processo, e não uma coisa. É um processo de reprodução da vida social [...] em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas. O processo mascara e fetichiza, alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades [...] transforma espaços e acelera o ritmo da vida (HARVEY, 1998, p. 307).

É característica do capitalismo a necessidade de criação da sua própria geografia; de transformar partes do território de uma região em espaços considerados modernos e desenvolvidos, mas dependentes dos fluxos das regiões tidas como desenvolvidas, sejam elas de fora ou de dentro dos Estados. Nesse processo, as grandes corporações instaladas nos Estados e os grupos sociais que se inserem nos locais através de alianças com os diversos segmentos sociais ali existentes, nem sempre são claramente visíveis, movem-se mediante alterações da combinação entre o velho e o novo no plano da materialidade do sistema produtivo e no plano das ideologias, operando como agentes e principais responsáveis por uma especialização que convertem as sociedades locais em consumidoras retardatárias do progresso econômico e sócio-cultural alheio. Pois,

[...] o capital é um modo de controle que se sobrepõe a tudo o mais, antes mesmo de ser controlado [...] para poder funcionar como um modo totalizador de controle sociometabólico, o sistema do capital deve ter sua estrutura de comando historicamente singular e adequada para suas importantes funções (MÉSZÁROS, 2002, p. 98, 99).

Em meio à ausência de uniformidade verificada nas três últimas décadas, que é própria de sociedades capitalistas periféricas, nota-se que, estrategicamente, determinados espaços, já mencionados, seguem uma trajetória gradual e ascendente no processo de incorporação aos setores avançados do capital baseado na especulação, adotando novos produtos, novas tecnologias e novos processos de trabalhos. A expansão dessas atividades e culturas integrou tais espaços a outras regiões fora da Bahia. Assim como permitiu que em áreas localizadas fora das cidades, presencie-se a existência de amplos espaços que conservam as características de uma estrutura econômica pré-capitalista. Provavelmente, por essas razões, as análises sobre o crescimento econômico do Estado nas três últimas décadas, sobretudo a partir de 1991, presentes nos documentos oficiais e discursos políticos dos grupos sociais que controlam a máquina estatal, convertem esse crescimento numa espécie de *vaca sagrada*, intocável, que deve ser alimentada e mantida a qualquer preço.

3 OS CERRADOS DA BAHIA SOB A LÓGICA DO CAPITAL

3.1 A modernização da agricultura brasileira

O processo de transformação da base técnica da agricultura tem sido longo. Em alguns países, as transformações na agricultura se iniciaram antes da revolução industrial, em um período histórico conhecido como o da revolução agrícola. No caso do Brasil, “a revolução agrícola chegou com um atraso de pelo menos dois séculos” (GUIMARÃES, 1979, p. 130).

É somente a partir dos finais da década de 1940 que a modernização da agricultura brasileira teve início. As classes dominantes, naqueles anos, resistiram a esse processo, não o considerando como uma política de Estado. Apenas a partir do final da década de 1960 e inícios de 1970 foi que o setor agrícola foi preparado para a modernização de sua base técnica. O desenlace desse processo, que pode ser localizado, a partir de 1980, permitiu à agricultura brasileira atingir uma fase mais avançada, com a sua industrialização. Mesmo tendo se transformado em política de Estado foi um processo que ocorreu gradativamente e em determinados espaços do país.

Um dos autores pioneiros na discussão sobre a modernização do setor agrícola brasileiro foi Alberto Passos Guimarães (1979). Este autor observou as diferentes características do processo de industrialização da agricultura brasileira a partir do início de 1970. Foi um dos primeiros que, utilizando o conceito de modo de produção, apontou para as novas relações sociais que estavam sendo engendradas neste setor, assinalando as profundas diferenças destas relações e aquelas vigentes entre as décadas de 1950 e 1960. Destacava o autor que o setor agrícola nacional vinha experimentando de forma cada vez mais rápida a

[...] integração agroindustrial [que] coincide, na maioria dos países do mundo capitalista, com uma intensificação do processo de concentração industrial que se estende tanto às indústrias de insumos quanto às indústrias processadoras de produtos agrícolas (GUIMARÃES, 1979, p. 116).

As discussões sobre as características da expansão desigual do capitalismo nos espaços agrícola brasileiro não é recente. Sem se ater em detalhes das polêmicas sobre essa questão, nesta parte da Tese analisa-se as principais contribuições produzidas durante as décadas de 1970 e 1980 sobre a modernização, acentuando aquelas que trataram do caráter conservador do processo de transformação que o agro brasileiro enfrentou a partir do final da década de 1970.

Diversos autores, dentre os quais Guimarães (1979), Graziano da Silva (1982), Muller (1989) e Kageyama (1990), observaram que no Brasil as condições prévias para a formação do complexo agroindustrial ou, em outras palavras, para a transformação da agricultura numa atividade integrada à indústria, atravessaram duas fases a partir da década de 1940: a primeira, com a criação de um mercado nacional para os insumos modernos; e a segunda, com a instalação de indústrias aptas a produzirem esses insumos no país.

Para esses autores, a modernização da agricultura brasileira passou de uma fase de “complexo rural” para a de “complexo agroindustrial” ou “complexos agroindustriais”. Segundo os mesmos autores essas fases podem ser compreendidas em quatro períodos distintos a partir da década de 1950:

- 1) mudança lenta e gradual na base técnica (1950–1965);
- 2) modernização conservadora ou modernização compulsória (1967–1981);
- 3) crise do padrão de financiamento agrícola e a integração da agricultura ao mercado financeiro em geral (1979–1986);
- 4) exaustão, reconhecida pelo Estado, da política agrícola lastreada no crédito farto e barato (pós-1986).

Para o primeiro período, dispensam-se comentários e análises, embora Alberto Passos Guimarães considere que o processo de modernização da agricultura venha se processando no Brasil desde o final da década de 1940. No entanto, as fases mais significativas ocorrerem a partir da década de 1960, por isso aborda-se aqui a questão somente a partir do segundo período (1967–1981), isto é, a modernização conservadora ou modernização compulsória da agricultura nacional.

A partir dos meados da década de 1960, com mais veemência no início da década de 1970, intensificam-se no campo brasileiro processos sociais que culminam na perda dos meios de produção de parte de pequenos proprietários agrícolas, o que, até então, lhes asseguravam o sustento no regime de economia de subsistência e/ou de produção simples de mercadoria. No início do referido período, poucos eram os pequenos proprietários no país que tinham passado à condição de assalariados agrícolas. O êxodo das populações rurais para os centros urbanos era um dado presente e incentivado implicitamente nas políticas que estavam sendo viabilizadas para o setor.

Esse segundo período (1967-1981) foi o da “incorporação das atividades agrárias brasileiras à dinâmica industrial, comercial e financeira prevalecente no país” (MULLER, 1988, p. 168). Inicia-se, assim, uma fase mais avançada da agricultura brasileira – a de industrialização. Foi a partir desse período que o

Estado através da concessão de crédito altamente subsidiado e do subsídio direto ao consumo de alguns insumos, buscou implantar um padrão técnico-econômico por cima das condições de mercado e transformá-la no padrão dominante, modificando, assim as próprias condições de concorrência e funcionamento dos mercados (KAGEYAMA, 1990, p. 162).

Em linhas gerais, trata-se de um empreendimento que seguirá na direção da constituição dos complexos agroindustriais, efetivados a partir da implantação da indústria de insumos agrícolas e da estruturação da agroindústria processadora. Assim completa-se o processo pelo qual a terra, a força de trabalho e os demais meios de produção foram subordinados, em escala mais ampla, ao capital. As intervenções ocorridas no setor agrícola nacional foram planejadas, objetivando promover a oferta agropecuária, a expansão e diversificação das exportações e assegurar a normalidade do abastecimento doméstico.

Para viabilizar o quadro traçado de modernização da base técnica do setor agrícola nacional e promover a transformação estrutural do setor, fortaleceu-se a agroindústria e incorporaram-se terras a partir da abertura de novas fronteiras agrícolas no país. A concretização dos objetivos definidos para esse período foi possível porque o Estado viabilizou uma série de instrumentos que iam desde o crédito rural, altamente subsidiado e abundante, até programas de pesquisa agrônômica e extensão rural.

Para Kageyama (1990), a estrutura montada pelo Estado possibilitou uma modernização compulsória através da utilização de insumos e de práticas pré-determinadas, com as quais se buscou implantar padrões técnicos de acordo com procedimentos considerados modernos e transformá-los no padrão dominante.

Já para Muller, “os anos 60 e 70 podem ser caracterizados como aqueles em que praticamente foi concluída a substituição de importações iniciada há meio século” (1988, p. 173). Para os autores aqui citados, ao longo desse período, a produção agropecuária deixou, assim, de ser uma esperança ao sabor das forças da natureza para se converter numa certeza sob o comando do capital, pois houve, nesse momento,

[...] a ruptura do antigo estilo de desenvolvimento e a implantação de um novo padrão agrícola, resultado da conjugação de alguns fatores fundamentais: a consolidação integrada do complexo agroindustrial e as mudanças na base técnica da produção agrícola comandadas pelo complexo; a intensa urbanização e rápido crescimento do emprego não-agrícola, com pressões sobre a demanda de produtos agrícolas; o crescimento e a diversificação das exportações; e, finalmente, a organização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) como principal veículo do projeto modernizador da agricultura (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 26).

Todas as intervenções realizadas pelo Estado no setor agrícola estavam associadas a programas de desenvolvimento da indústria de máquinas e insumos agropecuários e da indústria processadora em geral, que se beneficiaram da proteção geral concedida às indústrias no marco do modelo de desenvolvimento baseado na industrialização substitutiva de importações. Esses setores da economia nacional contaram com mecanismos particulares de estímulo e proteção:

Para a indústria de máquinas e insumos agropecuários, o crédito subsidiado significava um subsídio ao consumo; para a agricultura, além de um incentivo para a aquisição de máquinas e insumos, o crédito subsidiado funcionava como uma compensação pela proteção concedida à indústria, a qual se refletia em preços industriais mais elevados do que os preços internacionais. Já a indústria processadora contava com a garantia de suprimento de matéria prima, uma vez que a política comercial penalizava as exportações in natura, tendo chegado até mesmo a contingenciar as vendas externas para assegurar o abastecimento da indústria doméstica (BUAINAIN, 1997, p. 14).

O terceiro período aqui considerado situa-se entre 1979 e 1986. É quando a agricultura brasileira diversifica-se a partir da atuação de forças sociais consideradas

modernas, que tinham como metas incorporar as atividades agrárias aos padrões industriais, comerciais e financeiros prevalecentes no país. As medidas, as estratégias e as linhas de ações programáticas, executadas nos períodos anteriores, possibilitaram, durante a década de 1970, à produção agrícola registrar crescimento acelerado e apresentar significativa expansão. Conforme dados do IBGE, do ponto de vista do volume físico, considerada apenas a produção de grãos, este subiu de aproximadamente 30 milhões de toneladas em 1970 para 70 milhões de toneladas em 1992. A área plantada foi ampliada de 34 milhões de hectares em 1970 para 52 milhões de hectares em 1985. O setor diversificou e ampliou a produção agrícola e agroindustrial não somente para o mercado interno, mas também para a exportação, passando a atingir mercados de países centrais do capitalismo com produtos in natura, grãos (principalmente soja) e produtos frigoríficos.

No início dos anos 1980, o ritmo de expansão da produção agropecuária apresentou um rápido processo de desaceleração devido a fatores da conjuntura econômica nacional e internacional. As crises econômicas nos primeiros anos da década de 1980 contribuíram para gerar incerteza no setor agrícola do país. Mesmo assim a produção primária do setor agrícola, tanto das agroindústrias à montante e à jusante da agricultura, demonstrava uma capacidade do país em expandir seu complexo agroindustrial instalado em períodos anteriores. As transformações tecnológicas tanto no setor agrário quanto no setor agroindustrial se processaram de maneira rápida. O fato de maior relevância para os objetivos dessa Tese foi a adaptação tecnológica da agricultura aos cerrados, o que permitiu o redirecionamento geográfico da produção em direção ao planalto brasileiro, especialmente para a produção de grãos.

Em função do papel que o setor agrícola passara a exercer na economia do país, exigiu-se a definição de uma nova política agrícola e a transformação do setor em uma das prioridades na agenda política de então. Devido às fortes pressões dos movimentos organizados e corporativos dos grandes produtores, e do capital externo, o Estado passa a dar centralidade à questão agrícola, o que até então não havia acontecido. É nesse período, no qual a atividade agrícola sofre uma intervenção planejada na sua condução, que ocorre uma ruptura das principais barreiras erguidas contra o seu crescimento, sendo também o período em que

[...] as forças agrárias modernas distinguem-se das tradicionais no modo de organizar a produção e a distribuição de suas atividades e na crescente urbanização de sua sociabilidade (MULLER, 1988, p. 169).

Para autores como Muller (1988), o que ocorreu na agricultura brasileira foi uma revolução no modo de produzir, de organizar e de distribuir a produção agrícola. Esse processo conseguiu superar a distância abissal entre o setor agrícola e a indústria, que vinha persistindo ao longo da história recente do país; permitiu a viabilização da mecanização no setor que teve forte impacto sobre a organização da produção e possibilitou a constituição de um segmento indutor da integração da agricultura a outros segmentos da indústria.

Dessa forma, os problemas históricos do país, mais fortemente sentidos no campo e agravados por questões fundiárias, ausência de infra-estrutura, de transportes e comunicação, além das já seculares seqüelas como fome, desnutrição e forte êxodo rural, são assim enfrentados por políticas liberais, consistindo na égide do mercado como regulador social.

Para promover a expansão da oferta agropecuária, a expansão e diversificação das exportações, a normalidade do abastecimento doméstico e modificar radicalmente a face da agricultura brasileira, mobilizou-se um conjunto de instrumentos a partir do Estado. Isso foi possível devido às condições políticas do país: os aparelhos repressivos e de controle econômico montados pela Ditadura Militar estavam a pleno vapor, com o controle dos movimentos sociais e da organização sindical; por outro lado, o Estado controlava os programas de pesquisas agronômicas e de extensão rural, bem como sistema financeiro, que administrava o crédito rural subsidiado.

O processo de modificação da base técnica agrícola, de industrialização do campo viabilizado nesse período, constituiu-se em um momento específico da modernização da agricultura brasileira, pois além de realizar a “reunificação agricultura-indústria, num patamar mais elevado do que o do simples consumo de bens industriais pela agricultura” (KAGEYAMA, 1990, p. 122), contribuiu na aceleração da formação de uma nova força agrária moderna, composta pelos grupos sociais de produtores e distribuidores, associados à nova dinâmica capitalista em sua forma intensiva e para isso contou com um forte instrumento: o crédito agrícola subsidiado, o que possibilitava o

[...] [o] consumo crescente de insumos industriais e de serviços técnicos [e] sintetiza as mudanças (i) no objeto de trabalho; (ii) no processo de trabalho; (iii) nas formas da força de trabalho; e, (iv) na gestão e controle das unidades de produção e distribuição do excedente agrário” (MULLER, 1988, p. 176).

Feita essa síntese do processo de modernização da agricultura brasileira, pode-se dizer que no quadro das transformações recentes da nossa economia, a agricultura passou a atravessar um processo radical de mudanças visando a sua integração à dinâmica industrial de produção e da constituição dos complexos agroindustriais, colocando-se sob a dependência da força mais dinâmica do progresso econômico – a grande indústria. Nessa nova situação, a combinação do processo de industrialização e incorporação de novas tecnologias aos novos métodos industriais de gestão, além da ajuda de setores considerados externos ao setor agrícola – principalmente o financeiro –, viabilizariam o aumento da produção, com a produtividade batendo recordes, principalmente, a cada safra de grãos. Enfim, nesse período, por conta de situações econômicas internacionais e nacionais

[...] foi alterada a base técnica, desenvolvida a indústria fornecedora de meios de produção para a agricultura e ampliada em linhas modernas a indústria processadora de alimentos e matérias-primas. A base tecnológica da produção agrícola foi alterada profundamente, assim como a composição das culturas e os processos de produção (MARTINE, 1989, p. 6).

Nessas condições a propriedade da terra tornou-se um ativo alternativo para o grande capital: transformou-se num dos investimentos mais freqüentes, deixou de ser um “laboratório natural”, para se converter em mercadoria, oferecendo liquidez, segurança e rentabilidade. As grandes corporações econômicas, nacionais e internacionais, no intuito de diversificar e ampliar os seus investimentos no país, perceberam no setor agrícola grandes possibilidades. Por outro lado, nesta conjuntura, o Estado será fundamental para o avanço das práticas agrícolas modernas, passando a

[...]desempenhar novos papéis nesse novo padrão de desenvolvimento agrícola, que podem ser sintetizados na idéia de uma regulação estatal visando a financiar, patrocinar e administrar a captura das margens de lucro na agricultura, no sentido de beneficiar os capitais integrados e garantir a sua autovalorização (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 28).

Para se chegar ao fim da agricultura artesanal, substituindo-a da separação entre a agricultura e a indústria, estabelece-se uma união entre os setores sob a hegemonia da última. Isso significou o aprofundamento da divisão do trabalho no setor agrícola e a sua conversão

em um ramo da produção industrial: o que compra insumos e vende matérias-primas para outros ramos industriais.

As mudanças que ocorreram em segmentos do agro brasileiro foram todas capitaneadas por frações de classes com maior influência no aparelho de Estado, que nas suas disputas internas pressionaram por políticas econômicas específicas para o setor, no sentido de viabilizar a integração dos complexos agroindustriais. Assim, foi possível capitalizaram um setor em que parte significativa de seus representantes de classes resistiu a mudanças radicais.

Embora os movimentos de modernização e industrialização do setor agrícola nacional tenham sido intensos e dominantes nas últimas décadas, a agricultura brasileira ainda comporta segmentos tecnicamente atrasados e dominados pelo capital comercial. Até porque, é somente a partir do final da década de 1960 que foram incorporados certos segmentos de proprietários rurais com capacidade de responder à expansão e à diversificação da agroindústria atendendo às demandas provenientes do mercado externo, conforme a sua capacidade de endividamento, e

[...] em áreas, locais ou regiões do país onde a diversidade e a densidade da demanda agroindustrial, da demanda solvível dos centros urbanos e da demanda de exportações eram mais tênue, mais débeis, ao lado de forças agrárias “semitradicionais” de corte oligárquico, evidentemente o impacto da modernização foi bem menor. Conseqüentemente o avanço do setor dinâmico da agricultura também (MULLER, 1988, p. 180).

É recente a expansão do capitalismo com seu viés monopolista no campo brasileiro. Para os autores aqui citados, na época não era prioridade reacender o debate sobre a persistência dos restos feudais na agricultura brasileira; logo não seria mais necessário discutir a natureza das relações de produção no campo no passado. As análises sobre essas situações foram bastante desenvolvidas e o que interessaria atentar-se para as modificações concretas ocorridas na agricultura brasileira, levando em conta as duas características marcantes que apresentadas naquele momento:

1ª. foi um processo profundamente desigual, parcial; seja por região, produto, tipo de lavoura, principalmente; ou seja, aqueles produtores menos favorecidos tiveram menos acesso às facilidades de crédito, aquisição de insumos, máquinas, equipamentos, etc. e apresentaram graus menores de evolução, especialmente da sua produtividade e a 2ª. foi profundamente

excludente, quer dizer, ele não só foi desigual como foi também excludente. Ele atingiu poucos e fez com que alguns poucos chegassem ao final do processo (GRAZIANO DA SILVA, 1994, p. 138, 139).

No caso específico do Oeste baiano, no início do século XXI, encontra-se ainda em larga escala marcante presença do capital comercial e comunidades inteiras que somente participam das etapas excludentes do processo de modernização agrícola dos cerrados. Esse fato, característico do processo que se instalou regionalmente, pode indicar duas compreensões: a primeira, quanto à expansão do modo de produção dominante que ao se instalar, encontra resistências para ser incorporado em sua plenitude; e a segunda, quanto à sua desigualdade, pois a apropriação tanto dos meios de produção quanto das mercadorias produzidas pela força de trabalho beneficiam apenas uma minoria.

As modificações ocorridas na dinâmica da agricultura brasileira a partir da década de 1970, isto é, o processo de passagem do complexo rural à dinâmica comandada pelos complexos agroindustriais, enquanto um movimento intenso e dominante, não foi homogêneo. E

[...] envolve a substituição da agricultura natural por atividades agrícolas integradas à indústria, a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da produção agrícola e a substituição das exportações pelo mercado interno como elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário (KAGEYAMA, 1990, p. 116).

Esse processo de transformações ocorrido no setor agrícola nacional encontrou um determinado espaço de um Estado periférico e uma das suas regiões econômicas com os mais baixos índices de desenvolvimento humano do Estado, condições e situações muito particulares que permitiram a sua incorporação a uma nova dinâmica do setor agrícola nacional. O Oeste baiano, a partir do início da década de 1980, devido as suas condições naturais de dispor de espaços de cerrados nos seus territórios, foi incorporado à produção unificada pelo movimento do capital industrial e financeiro, dada pela integração de distintos setores (indústria – agricultura – serviços) e distintas esferas econômicas (produção, distribuição e consumo).

Nessa Região ocorrerá um quadro marcante de diferenças econômicas e sociais entre os seus 23 municípios com a introdução da moderna agricultura. Partes do território de alguns deles, com espaços de cerrado e vales nos seus territórios, apresentam dinâmicas agrícolas que

comporta dois segmentos diferenciados do setor: a primeira é uma dinâmica com um segmento plenamente integrado à frente, com a presença das agroindústrias processadoras, e que, embora seja um setor altamente tecnificado, não mantém vínculos específicos com as indústrias a montante. Nessa dinâmica estão incluídos os municípios que contam com a cultura de grãos. A segunda, com um segmento que desenvolve atividades modernizadas dependendo do fornecimento de máquinas e insumos extra-setoriais, mas sem estabelecer soldagens específicas nem para frente nem “para trás”, isto é, sem tomar a forma de complexos, segmento tecnicamente avançado e com relações com a indústria e o capital financeiro. Para essa dinâmica, podem-se incluir os municípios que contam, em parte do seu território, com a cultura frutífera.

Quanto aos demais municípios da Região e parte do território dos próprios municípios envolvidos na primeira dinâmica, domina em seus espaços “um conjunto de atividades agrícolas onde ainda prevalece a produção em bases quase que artesanais, isto é, o “resto” da agricultura, ainda não modernizado nem com ligações intersetoriais fortes” (KAGEYAMA, 1990, p. 188).

Para a Região Oeste do Estado da Bahia, o complexo agroindustrial, como uma forma de unificação das relações entre os grandes departamentos econômicos, com os ciclos e as esferas de produção, distribuição e consumo, associadas às atividades agrárias, está limitado às atividades de processamentos de grãos e hortifruticultura irrigada, que se desenvolve no espaço de um pequeno número de municípios, em uma quantidade de área ainda pouco significativa quando se considera o tamanho da Região e a quantidade de áreas de cerrados ainda disponíveis. Os aumentos sucessivos da produção de grãos, a introdução e diversificação de culturas, nesse espaço do cerrado, induzem a agricultura capitalista regional a articular elementos da cadeia agroindustrial.

Os cerrados baianos foram incorporados como área produtiva no cenário econômico nacional exatamente no final do período de viabilização do processo de modernização conservadora ou compulsória da agricultura nacional (1967 – 1981). Nesse período, o movimento de expansão do capital para criação de uma nova fronteira agrícola foi concentrado e favorecido por uma ação estatal, através da concessão de crédito altamente subsidiado e do subsídio direto ao consumo de alguns insumos, e pela redução da área plantada em outros Estados da federação. Era um período que se buscava implantar um

padrão técnico-econômico por cima das condições de mercado e transformá-la no padrão dominante.

A dinâmica inicial viabilizada na Região centrou-se na produção de soja nos cerrados, principal produto regional. A decisão de produzir soja não ocorreu por decisões individuais de produtores ou de empresas, e sim pela interação dessas decisões com as condições objetivas criadas no período de incorporação das atividades agrárias brasileiras à dinâmica industrial, comercial e financeira prevalecente no país. Porém restrita às interrelações:

A sua cadeia agroindustrial e alimentar soja-oleaginosas pode ser identificada pelo conjunto de interesses econômicos e sociais envolvidos na produção, transformação e circulação de grãos de soja e seus produtos industrializados, e que concorrem num mercado oligopólico internacionalizado (MULLER, 1989, p. 109).

Por se tratar de decisão entre os diversos segmentos envolvidos no processo de ocupação de uma nova fronteira agrícola, as agroindústrias que se instalaram na Região foram resultados da busca de apropriação das vantagens da presença das terras baratas, de localização de matéria-prima, de redução de custos (baixo valor da força de trabalho) e dos incentivos fiscais, caracterizando-se, “de um lado, pela sua extrema reticência e, de outro, pelo seu elevado grau de internacionalização, em termos de demanda inicial e padrão produtivo agroindustrial” (MULLER, 1989, p. 109).

Por decisão desses mesmos grupos e devido à significância da região nos seus ativos financeiros, as indústrias a montante de máquinas e equipamentos não se encontram especificamente instaladas na região e são fornecedoras de um mercado delimitado e específico, “mas funcionam como setor genérico de ofertas de equipamentos e insumos agrícolas” (KAGEYAMA, 1990, p. 187). São restritas às relações que ocorrem regionalmente de integração da agricultura. Não se concretiza o “complexo” na sua inteireza, como se vê na Figura 3, devido à ausência nos espaços regionais das interrelações agricultura-agroindústria de processamento.

Secundando a dinâmica inicial da introdução de grãos na região, os grandes produtores e empresas criaram alternativas para o desenvolvimento. Considerando as condições de infra-estrutura que foram criadas nas duas últimas décadas, a disponibilidade de

terras com custos reduzidos e as condições geo-ambientais, procuram a diversificação na produção. A fruticultura, mesmo apresentando limitações de inserção em mercados estáveis, é um dos setores que despontam com potencial, principalmente com a possibilidade de instalação de setores ligados às atividades de classificação e embalagem, que passariam a desempenhar papel semelhante ao da agroindústria.

Diante desse contexto, é necessário ressaltar que outras atividades com características modernizadas que despontam na Região, dependem de máquinas e insumos extra-setoriais, mas sem estabelecer soldagens específicas, isto é, sem tomar a forma de complexos, café, por exemplo. Desta forma, o processo recente de modernização da agricultura brasileira, que avançou bastante a partir do início da década de 1970 e com um ritmo rápido de expansão a partir do final desta década, encontrou na Região Oeste do Estado da Bahia condições propícias para viabilizar o seu viés excludente, desigual e parcial, por espaços na própria região, produto, tipo de lavoura, tipo de cultura e principalmente tipo de produtor. A Figura 3 mostra o processo de segmentação da agricultura da Região do Oeste baiano.

Enfocar o desenvolvimento da agricultura brasileira a partir da década de 1960, centrando-se mais especificamente nas décadas de 1970 e 1980, período de constituição dos complexos agroindustriais, é relevante, pois permite analisar a evolução do setor agrícola através dos núcleos pressionadores e do seu dinamismo, podendo, ao evidenciá-los, perceber as linhas de políticas governamentais que foram privilegiadas. Ao mesmo tempo possibilita a contextualização e o papel que essas políticas econômicas foram determinantes no processo de viabilizar um novo modelo agrícola para a Região Oeste do Estado da Bahia.

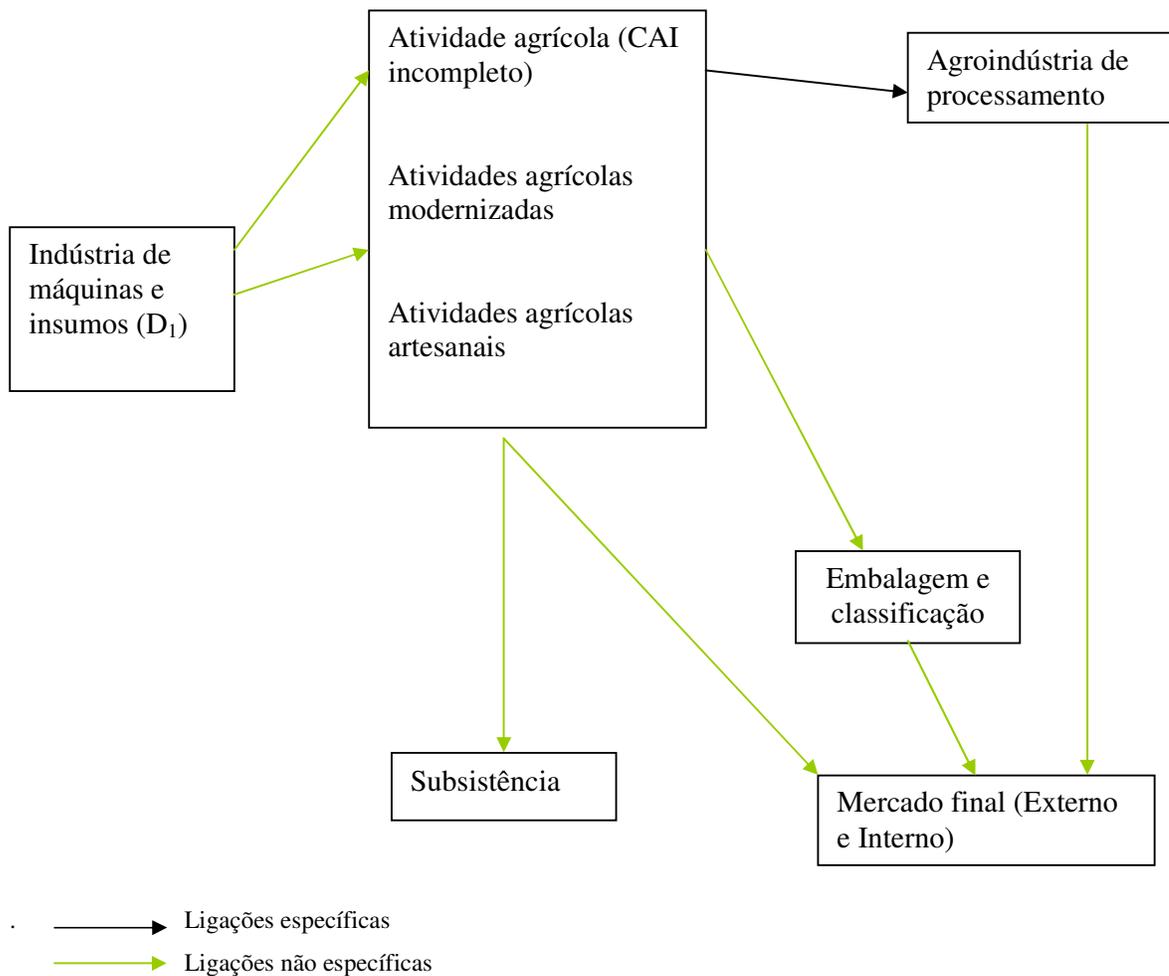


Figura 3 – Segmentação da agricultura

Fonte: Ângela Kageyama, 1990

3.2 Modernização capitalista e o cerrado no Brasil

A Crítica da Economia Política nos ensinou que o capital produz e reproduz relações de produção historicamente específicas. O seu domínio é imposto à natureza e à força de trabalho. O capital consiste em um sistema de controle, estruturado de maneira mutuamente antagônica cujas formas se “estabeleceram com perfis sistêmicos amplamente diferenciados, repercutindo negativamente sobre qualquer tentativa efetuada de homogeneização de sua trajetória” (NÉLSON OLIVEIRA, 2004, p. 261).

Devido a circunstâncias exteriores e ao evidente desenvolvimento das forças capitalistas no agro brasileiro, os cerrados transformaram-se nos últimos trinta anos no espaço agrícola do país que mais materializou modificações radicais nas suas paisagens, nos processos de trabalho, nos hábitos de consumo e na configuração geográfica. Foram modificações que introduziram em espaços, tratados, pela historiografia dominante, como vazios, uma base técnica, empreendimentos agrícolas e industriais, em decorrência da subordinação das classes dominantes no Brasil, e em particular de seus representantes no aparelho de Estado, aos interesses e à lógica dos setores ligados aos capitais mundializados. As áreas com cerrados agricultáveis do país, localizadas na Região Centro-Oeste, foi o espaço do território nacional mais impactado com a implementação da moderna agricultura a partir do último quartel do século XX. Foram mudanças pautadas em receituários elaborados por corporações de países avançados do capitalismo e cuja obediência permitiu a incorporação nos espaços de cerrados “eleitos” de um padrão produtivo no qual predominaria a necessidade de grandes investimentos de capital.

Para compreender as mudanças ocorridas nesse último período é necessário remeter-se ao processo de modernização conservadora da agricultura iniciado em meados dos anos 1970, com a transformação da base técnica do agro nacional. Tal processo trouxe ganhos imediatos, acelerando a integração da economia nacional ao mercado mundial.

Logo, a modernização conservadora, enquanto opção das classes dominantes, apresentou, desde o início de sua execução, condicionantes e determinações externas aos espaços que receberiam os investimentos. Estes espaços teriam por obrigação acompanhar as necessidades e transformações impostas ao novo modelo agrícola global.

O processo de transformação que se deu no final do século XX na base técnica da agricultura nacional fazia parte de um projeto maior das grandes corporações internacionais (Bancos de Financiamentos e Governos) com interesses na ampliação da produção agrícola mundial. Não ocorreu descolado dos aspectos presentes na conjuntura internacional, que foi extremamente favorável ao país na contração de empréstimos externos pelo Estado.

Os aspectos externos e o apoio político interno possibilitaram o Estado brasileiro desenvolver um papel importante na consolidação de um novo modelo agrícola. Foi o Estado o responsável pela criação da infra-estrutura de comunicação, da pesquisa agrônômica e pelo efetivo apoio aos segmentos capitalistas nacionais e internacionais com créditos financeiros altamente subsidiados. Para isso, foi de fundamental importância a política externa desenvolvida pelo governo brasileiro, que se traduzia na busca de parceiros que não questionassem aspectos políticos do novo modelo e que se dispusessem a ocupar ou contribuir para a ocupação dos novos espaços agrícolas. Esta estratégia de redirecionamento do capital seria de suma importância para a reconfiguração do sistema capitalista no país.

As classes dominantes brasileiras estavam convictas de que o processo de consolidação da hegemonia do capital industrial, com a industrialização pesada, não era suficiente para a sustentação do modelo político. A modernização da agricultura seria necessária até “por força do próprio processo de industrialização do país” (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 46).

Foi a partir da chegada da moderna agricultura nos espaços de cerrados baianos, que sempre foram tratados como áreas marginais no processo produtivo do Estado, que o Oeste baiano passou a participar da agenda para o setor agrícola nacional. O processo de ocupação dos cerrados baianos subordinou-se à mesma lógica de ocupação capitalista do cerrado nacional. Foi a área agricultável que mais apresentou transformações na direção da modernidade econômica capitalista nos últimos cinquenta anos, com ganhos econômicos quase que imediatos devido à significativa produção de grãos já nas primeiras safras. Em contraste com a redução do tamanho físico e econômico-produtivo do setor agrícola em todo o Estado.

O processo de expansão do capitalismo no campo brasileiro encontrou resistências significativas nas estruturas de poder em várias regiões do país, principalmente na Região

Nordeste. O processo de ocupação dos espaços de cerrado da Região Oeste da Bahia, quando observada a partir desse contexto, apresenta uma situação distinta, pois foram as forças econômicas e políticas dominantes regionalmente as peças facilitadoras do acesso à terra. Atuando com o apoio de organismos do Governo do Estado, ajudaram a quebrar literalmente a resistência de produtores nativos à venda de suas terras nas áreas de cerrado. Foram eles os grandes responsáveis por demoverem, de maneira pouco convencional, os produtores dos conflitos ou das disputas judiciais pela posse de suas terras em favor de setores da moderna agricultura. E, até quando interessou aos novos produtores e grupos econômicos externos que se instalaram na região, ofereceram apoio e integraram os grupos que firmaram importantes acordos no cenário estadual e nacional, com vistas à viabilização de programas públicos na Região.

O processo de expansão da moderna agricultura nos espaços de cerrado no Oeste baiano não mudou as relações básicas do sistema presente anteriormente do ponto de vista do perfil da propriedade da terra; pois persistem as relações econômicas de caráter mercantil, presentes nos espaços que não foram contemplados com a moderna agricultura. A modernização no setor agrícola regional marcou, apenas, um ponto de inflexão a partir do qual se aceleraram as transformações no sentido da predominância das relações capitalistas no conjunto desse setor.

A forma fragmentária apresentada pela expansão do capitalismo no Oeste baiano, ou seja, a sua circunscrição a determinados espaços dos cerrados regionais, constitui, de fato, um dos traços marcantes do processo de modernização agrícola que se viabiliza em sociedades periféricas do capitalismo. Essa forma de expansão cria, regionalmente, atividades integradas ao grande capital internacional, ao tempo em que concorre para a permanência de outras que são marginais do ponto de vista produtivo, mantendo as economias regionais frágeis.

3.2.1 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DOS CERRADOS NO BRASIL: ANTECEDENTES E PANORAMA ATUAL

Os espaços de cerrado³² espalham-se em diversas unidades do território brasileiro (Figura 4), tem presença marcante no interior do Planalto Central do país, e abrange áreas dos Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Maranhão, Piauí e Distrito Federal. A ocupação dessa área teve início no século XVI, em um processo que se desenrolou por espasmos e em consequência de eventos desconexos.

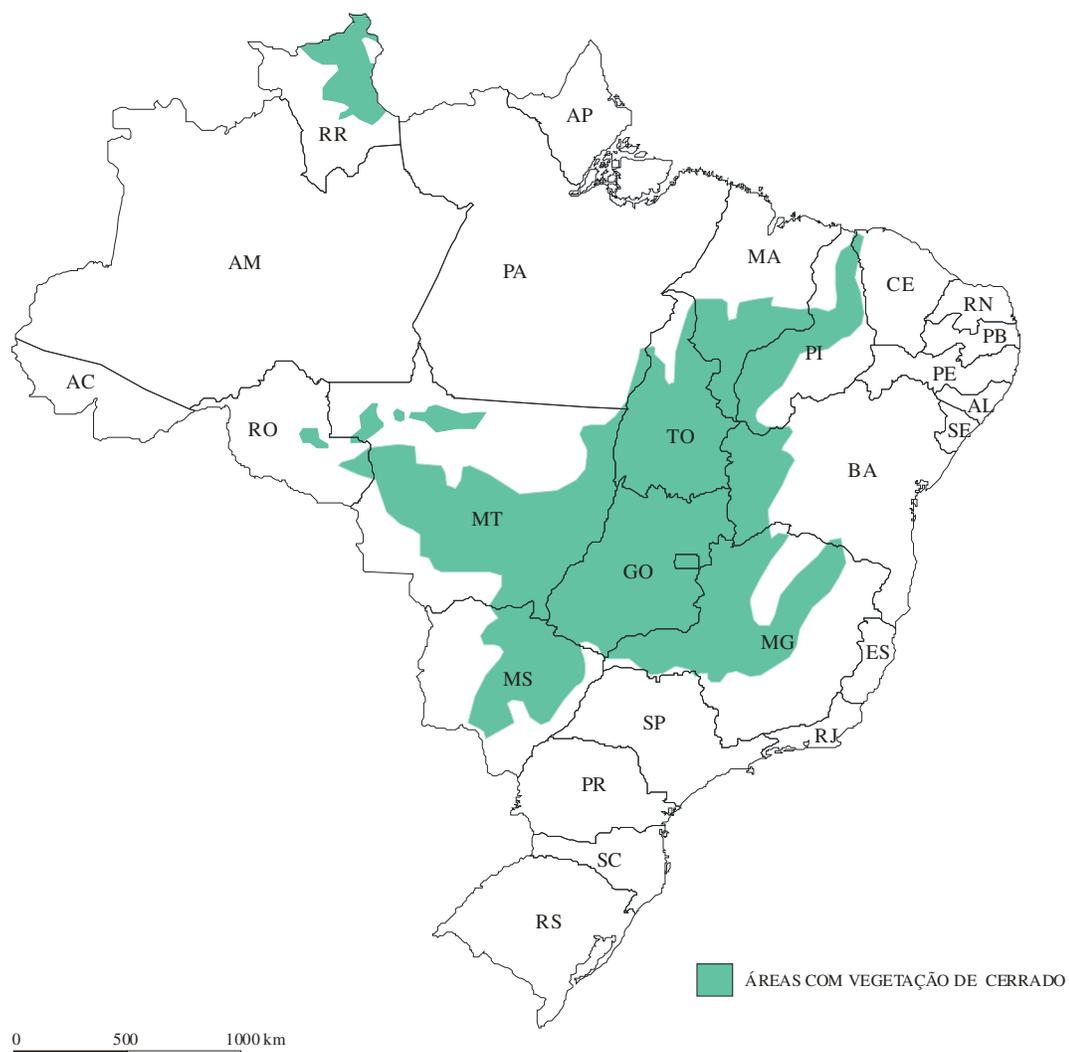
A área de assentamentos mais antiga é a que vai da zona de Cuiabá em Mato Grosso ao Oeste, do atual Estado de Goiás. No século XVIII, [em que o] ouro e pedras preciosas foram encontrados nessas regiões. Foram tais descobertas que atraíram os primeiros exploradores, iniciando o povoamento (CUNHA, 1994, p. 46).

Os estudiosos do tema asseveram que os cerrados brasileiros sempre foram utilizados como áreas naturais de pastagem. Apenas a partir da modernização da agricultura brasileira, com o levantamento realizado por instituições científicas dos recursos naturais e a crescente demanda por áreas que pudessem produzir alimentos, modificou-se o perfil dessas áreas, que passaram a ser ocupadas a partir de então pela agricultura de grãos e cereais, como soja, trigo, milho e arroz, com utilização intensiva de técnicas modernas.

Sérgio Buarque de Holanda, em suas obras *Monções* (1945) e *Caminhos e Fronteira* (1957), retrata o início do processo de ocupação da Região Centro-Oeste do país. Território político onde se concentra parte significativa das áreas de cerrado brasileiro. Na busca de fortalecer os seus argumentos sobre a formação da sociedade brasileira, este autor dedicou especial atenção à compreensão do avanço das ocupações dos espaços de fronteiras do país e procurou mostrar certa similaridade na ocupação entre o Brasil e os Estados Unidos. Em seus estudos comparativos, Sérgio Buarque procurou alertar que, para ele, a experiência de

³²Cerrado: tipo bastante característico de cobertura vegetal que vai desde os campos limpos até uma vegetação bastante densa, com uma extensa rede hidrográfica e os rios das maiores bacias hidrográficas brasileiras, as do Amazonas, Tocantins, Paraná e São Francisco. Ocupa cerca de 25% do território nacional, com áreas que se estendem por mais de 180 milhões de hectares, dos quais 50 milhões apresentam potencial de uso para a agricultura. Sua vegetação e “sua imensa área contínua, foram sempre capazes de despertar o interesse e a cobiça dos estrangeiros, como um estigma que pesasse sobre a aparente monotonia de sua paisagem” (SAN MARTIM E PELEGRINI, 1984, p. 45).

fronteira que o Brasil vivenciou em determinados momentos da sua formação histórica era “uma situação comum ao Brasil e aos Estados Unidos” (WEGNER, 1999, p. 234). As duas experiências quando comparadas, segundo o autor, seriam a chave para compreender a americanização do país no sentido continental.



Fonte: EMBRAPA, 1992.
Elaboração: Clóvis Caibé Menezes

Figura 4 – Vegetação de cerrado – Brasil

O livro *Monções* (1945) foi o primeiro estudo sistemático de Holanda que trata do início do processo de ocupação da região central do Brasil. Valendo-se de terminologias que possibilitavam fundamentar os seus estudos comparativos entre o processo de ocupação ocorrido em solo americano e o brasileiro, procurou fundamentar a tese de que os portadores de ideais originados no “Velho Mundo” trouxeram mudanças culturais que possibilitaram, através da implantação de novas lavouras na Região do Oeste brasileiro, transformações de ordem econômica. Sérgio Buarque chegou a afirmar que, no caso da ocupação das áreas de fronteira no Brasil, situadas no Centro-Oeste, estávamos

[...] diante de um caso onde os europeus e seus netos mobilizam também os conhecimentos, recursos e técnicas do legado do Velho Mundo, o que nos permite, para prosseguir a mesma linha de comparação, associar estas transformações [...] (WEGNER, 2000, p. 159).

Contudo, mesmo reconhecendo a importância e certo pioneirismo de Holanda sobre o tema, não se pode deixar de lembrar que o processo de ocupação do Oeste norte-americano se deu de forma intensa e em curto espaço de tempo – concentrou-se basicamente entre os anos de 1820-1880. Enquanto que no Brasil ele foi menos concentrado, compreendendo desde o século XVI até o século XIX; e, no entanto, não implicou na ocupação intensa do território – a ponto de ser possível e recorrente o anúncio de novas ‘marchas para o Oeste’ no final do século XX. Tem sido comum encontrar no Oeste baiano corretores de imóveis que se deslocam das regiões Sul e Sudeste do país para adquirir terras e preparar novos loteamentos. Os principais adquirentes são produtores oriundos das mesmas regiões de origem dos corretores.

Não se encontra no processo de ocupação do Oeste brasileiro e nos seus desbravadores, tanto na sua primeira fase quanto na atual, a das “novas marchas”, incluindo aí a do Oeste baiano e a dos Estados do Mato Grosso, Maranhão e Piauí, qualidades adequadas à moral capitalista, como cálculo e a previdência, que viabilizem uma dinâmica de conquista possível de formar uma mentalidade compatível com o moderno capitalismo. É possível ainda hoje encontrar em larga escala, nos espaços de cerrado e fora dos cerrados desta região do país, valores e costumes associados normalmente a um mundo com relações econômicas pré-capitalistas.

E mais, torna-se sempre muito difícil um estudo comparativo entre a formação histórica do Brasil e a dos Estados Unidos, pois a evolução da agricultura neste último país apresenta traços bastante singulares. Tanto que, para Lênin (1980, p.1),

[...] os Estados Unidos não possuem concorrente que os iguale, nem pela rapidez de desenvolvimento do capitalismo no final do século XIX e início do século XX, nem pelo nível extremamente elevado já atingido por esse desenvolvimento, nem pela imensidão do território sobre o qual se aplica uma técnica que representa a última palavra da ciência e que leva em conta uma notável diversidade de condições naturais e históricas, nem pela liberdade política e o nível cultural da massa da população. Portanto, sob vários aspectos, este país constitui o modelo e o ideal da nossa civilização burguesa.

Os estudos demonstram que três processos econômicos influenciaram, a partir do início do século XX, a mudança do perfil econômico da Região Centro-Oeste do Brasil: o primeiro, foi o da expansão cafeeira de São Paulo em direção ao Mato Grosso; o segundo foi o da implantação do transporte ferroviário naquele espaço – a construção da estrada de ferro ligando a cidade de São Paulo a Anápolis (Goiás), e a construção da ferrovia ligando o Triângulo Mineiro³³ ao Sul de Goiás a partir dos anos trinta do século passado; e o terceiro, o avanço da fronteira agrícola nas áreas de cerrado do país, situadas nessa Região.

A ocupação dos espaços de cerrado da Região Centro-Oeste fazia parte de um projeto nacional de desconcentração da economia. Nessa perspectiva, a partir dos anos 1950 e 1960, a região do Centro-Oeste passou a experimentar um processo elevado de crescimento econômico e populacional jamais visto em sua trajetória histórica. Somente que a partir desse período baseados em decisivos estímulos de políticas governamentais:

[...] o Estado também procurou agilizar o processo de interiorização, implementando projetos de colonização no Centro-Oeste. A capital Goiás, transferida para Goiânia, serviu para dinamizar a faixa central do País. Mas foi a transferência da capital para Brasília e a construção de estradas ligando-a ao Centro-Sul e ao Norte, no momento de forte dinamização da indústria automobilística, que incorporou definitivamente essa região ao espaço econômico nacional (MARTINE, 1995, p. 61).

³³ “Importante entreposto comercial, com influência sobre partes do sul da região de cerrados de Goiás à zona de pecuária extensiva do atual estado de Mato Grosso do Sul (especialmente área de Campo Grande cuja ocupação iniciara-se na década de 1920)” (CUNHA, 1994, p. 47).

Esse processo gradual de transformações na Região Centro-Oeste do Brasil não ocorre sem violência, não conta com uma cordialidade e tampouco representava algum tipo de aventura e/ou risco do “moderno capitalismo” brasileiro. O terceiro processo (o que mais interessa aqui) iniciou-se nos anos de 1970, quando os espaços de cerrado dessa Região começaram a ter crescente importância na produção de grãos – principalmente soja.

Com o processo de modernização da agricultura desencadeado no país, incentivado por subsídios públicos, créditos baratos, investimentos de infra-estrutura e pesquisa agrícola, os cerrados passaram a atrair a atenção não somente governamental, mas também de grupos econômicos. Principalmente aqueles que estavam à procura de espaços para diversificação de produtos agrícolas, restringidos pelo esgotamento da expansão da fronteira agrícola nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Naquele período, eram visíveis as dificuldades de penetração da agropecuária na Amazônia devido aos altos custos dos investimentos em infra-estrutura. Além disso, as pesquisas científicas realizadas por organismos estatais, como a EMBRAPA³⁴, confirmavam a possibilidade de exploração econômica dos espaços de cerrado e indicavam como vantagem comparativa a sua proximidade dos mercados consumidores.

Esse processo ocorre em um contexto no qual a agricultura brasileira passa a adquirir importância central na expansão e diversificação das exportações objetivando garantir oferta adequada de divisas e inserir-se em um processo de verticalização, como fornecedora de matérias-primas para a indústria. Na viabilização econômica dos espaços de cerrado do Centro-Oeste do país, o Estado ofereceu estímulos através da atuação do primeiro programa estatal para a Região, denominado POLOCENTRO³⁵, que cobria aproximadamente 3 milhões de hectares e previa investimentos de 265 milhões de dólares entre 1975 e 1977, e fartos incentivos fiscais para a abertura e incorporações de novas áreas à produção agrícola, assim como para a aquisição de máquinas e equipamentos.

³⁴ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – criada em 1973.

³⁵ POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento do Cerrado. Foi um dos programas que criaram bases para viabilização do PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento do Cerrado) que nasceu de acordos de colaboração técnica, celebrados entre os governos brasileiro e japonês. Foi o representante do governo japonês que coordenou a pesquisa e a elaboração do projeto, e os bancos japoneses foram a fonte dos empréstimos e foram representados por um dos seus organismos, a JICA (Japan International Cooperation Agency). Para viabilizar o processo de ocupação das áreas de Cerrado no território nacional, o Estado brasileiro contou no início da década de 80 com nove unidades estatais de pesquisa: Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado – CPAC, Centro de Pesquisa em Arroz e Feijão – CNPAF (GO), Centro de Pesquisa em Hortaliças – CNPH (DF), Centro Nacional de Pesquisa em Gado de Corte – CNPGC (MS), Centro Nacional de Pesquisa de Milho e Sorgo – CNPMS (MG), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (EMGOPA), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul – EMPAER e Empresa Agropecuária do Mato Grosso – EMPA.

Com isso, pode-se afirmar que a ocupação das fronteiras agrícolas do Centro-Oeste brasileiro e por extensão dos cerrados baianos, não se caracterizou, como pensava Buarque de Holanda, pelo espírito aventureiro, não contém originalidade e nem a racionalidade para uma ação disciplinadora. Dessa forma, essa nova dinâmica de ocupação dos cerrados brasileiros e dos cerrados baianos esteve inserida no amplo processo de modernização da agricultura brasileira, o qual foi determinado pelo capital. Neste contexto, a ocupação das áreas de cerrados no território brasileiro tratou-se “(...) antes de tudo de um processo de expansão dos espaços capitalistas na fase de globalização agroindustrial, financeira e técnico-informacional” (HAESBAERT, 1997, p. 113). Assim, esses espaços de cerrado na Região Oeste, com marcante modernização em seu processo produtivo, passaram a desempenhar, ao lado das Regiões Sul e Sudeste, papel importante na divisão inter-regional do trabalho do setor agrícola.

Aproveitando-se da conjuntura nacional e internacional, o Governo Federal e os grupos econômicos, com projetos setorializados, propuseram-se a difundir no campo um modelo agrícola que permitisse obter mais de uma colheita por ano, via utilização de variedades mais eficientes de sementes, de grandes quantidades de fertilizantes químicos, biocidas, maquinaria agrícola e irrigação. Tal modelo tecnológico viabilizou uma maneira de produzir semelhante à chamada “Revolução Verde”³⁶. O uso indiscriminado de pesticidas e outros produtos químicos, controlados pelas grandes corporações dos países economicamente avançados, ampliou a dependência da agricultura nacional em relação a estes países.

É interessante observar que, salvo algumas adaptações, somente certas áreas com cerrado seriam selecionadas e contempladas com igual modelo tecnológico internacional. Tal modelo permitiu, em curto espaço de tempo, a integração de espaços dos cerrados brasileiros à economia nacional e internacional. Para alcançar tal intento os sistemas de engenharia mais modernos foram oferecidos e utilizados por firmas transnacionais que se instalaram nesses espaços.

Para entender essa ocupação recente dos cerrados brasileiros é necessário remeter-se a dois aspectos significativos da conjuntura internacional daquele período: o primeiro diz respeito à expansão dos investimentos internacionais das economias avançadas; e o segundo,

³⁶ Fenômeno promovido pelos países avançados do capitalismo que provocou grandes transformações no setor agrícola, especialmente no meio rural em países atrasados que cultivavam alimentos.

às crises econômicas internacionais do modo de acumulação capitalista. Crises essas que começaram em 1968, com a desvalorização do dólar pelos Estados Unidos e a ascensão da taxa básica de juros americana para 6%, a maior em um período de vinte anos; com a depressão de 1969-1970 e 1973-1974, e a recuperação posterior da economia de alguns países. Estes dois momentos forçaram, na lógica do sociometabolismo do capital, a procura de novos espaços para investimentos, o que possibilitaria um redirecionamento do processo de acumulação dos países avançados.

Essa situação internacional possibilitou, por parte das instituições (governos e empresas) daqueles países, a realização de um completo levantamento dos recursos da base territorial dos países atrasados. Os resultados implicaram o reconhecimento de grande disponibilidade de áreas com capacidades para a produção de alimentos, sem que, no entanto, esses últimos países dispusessem de tecnologias apropriadas para explorar seus potenciais, daí concluiu-se pela necessidade de impor-se uma nova orientação à exploração desses recursos.

No caso brasileiro, em uma conjuntura favorável, com índices de crescimento de 10,4% ao ano (e inflação de 19,3%), no início da década de 1970, algumas medidas foram tomadas, visando a integração do país nas pautas de comércio internacional, mesmo que fosse de forma periférica. Para isso, no caso específico da agricultura, consolidou-se uma “cooperação técnica”, combinando-se e articulando-se elementos marcados pelo controle externo.

O ano de 1969 fechara sem deixar margem a dúvidas: 9,5% de crescimento do Produto Interno Bruto, 11% de expansão do setor industrial e inflação estabilizada pouco abaixo dos 20% anuais. Depois de 15 anos de virtual estagnação, as exportações chegaram a 1,8 bilhões de dólares, com um crescimento de 23% em relação ao ano anterior [...] A indústria automobilística estava em pleno vapor, e a construção civil entrara em tal atividade que faltou cimento. Os números do primeiro semestre de 1970 indicavam que a prosperidade prosseguiria (fechou o ano com um crescimento de 10,4%) (GASPARI, 2002, p. 208).

É neste cenário, de confluência de fatores externos e internos, que os cerrados brasileiros se transformam em áreas privilegiadas pelos governos militares. O Estado passa a considerá-los como prioritários, não somente quanto a aspectos econômicos, mas também políticos, particularmente na aplicação da doutrina de segurança nacional. A conjuntura

econômica e o controle político sobre a sociedade permitiam a apresentação de projetos com as características do PRODECER.

Dessa forma, a ditadura política combinava uma feroz repressão à sociedade civil com o crescimento econômico. A conjuntura política era adversa à organização dos movimentos populares, dos sindicatos e partidos oposicionistas (notável exceção foi a organização de setores da Igreja Católica, através das Comissões Justiça e Paz e Pastoral da Terra).

Esse projeto de dominação militar viabilizou um modelo agrícola desigual, parcial e profundamente excludente no campo brasileiro. Também possibilitou a criação, em alguns espaços onde a moderna agricultura foi incorporada, de estruturas sociais antes ausentes nesses locais.

Com essa conjuntura econômica e política, ocorreram intervenções na agricultura intimamente associadas aos programas de desenvolvimento da indústria de máquinas e insumos agropecuários e da indústria processadora em geral. Com ambas se beneficiando da proteção concedida a segmentos da indústria, no marco do modelo desenvolvimentista. A indústria brasileira de máquinas e equipamentos passou a contar com mecanismos particulares de estímulos, proteção e incentivos fiscais presentes no conjunto do programa que transformou toda a face da Região Oeste do país.

As áreas de cerrados se transformam em uma alternativa para a indústria de máquinas e insumos agropecuários, devido ao crédito subsidiado para a agricultura, que funcionava como compensação pela proteção concedida à indústria, e passou a fazer parte da pauta de discussões e preocupações de segmentos dominantes da economia do país. Concretizando-se, embora com intensidade variável,

[...] uma forte dissociação pragmática entre desenvolvimento capitalista e democracia; ou, usando-se uma notação sociológica positiva: uma forte associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia (FERNANDES, 1987, p. 292).

Do início da década de 1970 ao final do século XX, a ocupação dos cerrados brasileiros progressivamente incorpora “(...) áreas antes inacessíveis ou despovoadas do

território nacional às atividades produtivas do setor agropecuário” (SZMRECSÁNYI, 1983, p. 43), e se transformou em uma das principais alternativas para a expansão da fronteira agrícola no país; em um grande receptor de mudanças significativas ocorridas na Região Centro Oeste do Brasil³⁷; em um laboratório “onde se testaram dois grandes projetos³⁸: o PADAP e o Polocentro³⁹. Foram esses projetos que preparam os cerrados para entrada do capital japonês” (SAN MARTIN; PELEGRINI, 1984, p. 43).

O PADAP, iniciado em 1973, comprovou a viabilidade técnica e econômica da ocupação agrícola do Cerrado. Contando com amplos subsídios e infra-estrutura fornecidos pelo governo mineiro e com recursos do Governo Federal, teve à sua frente a Cooperativa Agrícola de Cotia (COTIA)⁴⁰. Foi um programa beneficiado também com os recursos provenientes do POLOCENTRO⁴¹. Caracterizou-se como uma nova intervenção do Estado na agricultura, pois não se limitou em apenas fornecer a infra-estrutura necessária como também controlou o processo de produção diretamente nas propriedades. A ação estatal visou proporcionar a exploração capitalista da terra, por meio de empresários rurais que receberiam

³⁷ A constituição do Instituto de Pesquisa Agropecuária do Centro-Oeste (IPEACO), posteriormente denominado Centro Nacional de Pesquisa do Milho e Sorgo, e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, teve papel importante na ocupação das áreas de cerrado do Centro-Oeste do país. As pesquisas realizadas pela EMBRAPA, na década de 1970, além de identificarem os fatores limitantes representados pelas propriedades químicas dos solos e viabilizar soluções dentro da lógica do modelo (adubação química, mecanização, etc.), e apontarem as possibilidades de produção de sementes de grãos adaptáveis e com rendimentos considerados “excelentes” pelos cientistas, deixava claro para quem se destinava a produção científica do Estado. Os “tropicais” já não teriam mais espaços, assim como o “espírito” da ocupação já estaria determinado aos que apresentam uma mentalidade compatível com o moderno capitalismo.

³⁸ Foram inúmeros os programas especiais traçados a partir desse período para áreas com cerrados no território nacional, sendo os principais: Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), Programa de Crédito Integrado (PCI), Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal (PAD-DF), Programa de Assentamento de Várzeas Irrigadas (PROVÁRZEAS) e PRODECER.

³⁹ Programas como o de Assentamento do Alto do Parnaíba (PADAP), implementado pelo governo do Estado de Minas Gerais, e o POLOCENTRO, desenvolvido e executado pelo governo federal, influenciaram decisivamente a elaboração de novos programas nas áreas do Cerrado, principalmente no que viria a ser o PRODECER.

⁴⁰ Cooperativa COTIA, fundada por imigrantes e filhos de japoneses. Antes de decretar o seu processo de falência, fez parte do PRODECER e desenvolver forte atuação nos cerrados baianos. Era comum nos processos de seleção escolher preferencialmente produtores originários das regiões Sul e Sudeste do país e com descendência japonesa. Nos Programas que a cooperativa participava eram constantes as visitas de técnicos do governo japonês, cujas avaliações certamente influenciaram nas negociações futuras para viabilizar o PRODECER.

⁴¹ O II PND (1974/1979), realizado durante o Governo Geisel, apresentou como meta importante a modernização da agricultura nacional. A partir dele foram criados alguns programas, entre eles um voltado para a região Amazônica (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLOAMAZÔNIA) e para a região Centro-Oeste; além desses, foi criado o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO (1975). Teve como objetivo incorporar racionalmente, em bases empresariais, mais de 3 milhões de hectares, sendo que 1,2 milhão destes foram destinados à pecuária; 1,8 milhão, às lavouras; e 0,7 milhão, ao reflorestamento. Os recursos gastos somaram cerca de 868 milhões de dólares distribuídos no setor de transporte, pesquisa e agropecuária, armazenamento, energia, assistência e crédito rural.

incentivos para a intensificação da demanda de máquinas, equipamentos e fertilizantes. Na sua concepção constava a necessidade de emprego de técnicas aperfeiçoadas para a utilização dos insumos modernos. As funções da cooperativa dirigiam-se para a implementação do assentamento; o encaminhamento dos colonos que deveriam ser selecionados em função da capacidade tecnológica, econômica, financeira e administrativa em geral; a coordenação e controle das atividades; o fornecimento de insumos; o beneficiamento, a industrialização e a comercialização da produção.

Foram os êxitos positivos do PADAP que criaram as bases para um projeto muito mais ambicioso de ocupação produtiva dos cerrados brasileiros – o POLOCENTRO, e que possibilitou a primeira mudança brusca da face dos cerrados da Região Centro-Oeste, permitindo a entrada em cena do capital japonês via PRODECER. O PADAP e o POLOCENTRO apresentam semelhanças relativas ao suporte à pesquisa, à assistência técnica, ao crédito rural subsidiado e à infra-estrutura física de estradas, energia e armazenagem. Contudo, o primeiro, destaca-se pela concentração geográfica dos investimentos e interferência direta na organização produtiva.

A partir de 1979, o POLOCENTRO começou a ser desativado, e alguns autores (SAN MARTIN & PELEGRINI, 1984) afirmam que este fato relaciona-se com a aceleração das negociações entre os governos brasileiro e japonês para a implantação do PRODECER. É possível acrescentar também que a sua ineficiência produtiva e a intensificação do processo inflacionário no país tenham colaborado para a sua completa extinção.

O fracasso do POLOCENTRO indica que os subsídios não foram suficientes à modernização do campo, reforçando a tese da necessidade de maior interferência do Estado no processo de produção agrícola. O PRODECER, desta forma, significará um redirecionamento da ação estatal aproveitando-se das experiências referentes à organização produtiva do PADAP e da exploração agrícola via grandes empresas.

Viabilizado pelo Governo brasileiro, desde o início da década de 1970, o PRODECER, com recursos financeiros de bancos japoneses, contribuiu nessa nova fase para mudanças significativas no espaço do Centro-Oeste e em parte dos territórios dos Estados de Minas Gerais e Bahia. De forma mais direta que os primeiros programas, beneficiou prioritariamente setores ligados ao capital, propiciando a continuidade da expansão industrial

(produção de maquinários modernos). A transformação tecnológica e o desenvolvimento da agricultura em bases empresariais previstas pelo PRODECER, provocariam mudanças significativas na estrutura fundiária e produtiva desses espaços porque os objetivos do programa estavam voltados para a criação de fazendas de grande porte, com agricultores com suporte empresarial e capacidade de utilizar novas tecnologias intensivas em capital.

O PRODECER representou uma nova forma de intervenção estatal no direcionamento da fronteira agrícola nacional. O Governo Federal responsabilizou-se pela criação das bases para que a acumulação capitalista no setor agrícola pudesse se reproduzir com ampla participação de outros setores organizados do sistema – o capital financeiro e o industrial, principalmente, nas áreas de cerrados do país. Esse processo ganha relevo porque a agricultura nessas áreas passa a desempenhar uma importante função.

As relações estabelecidas para operacionalizar o programa mostraram que a responsabilidade do projeto em território nacional, de forma provisória, caberia à Companhia de Produção Agrícola (CPA). Posteriormente foi constituída a *joint venture* Companhia de Promoção Agrícola CAMPO, empresa binacional, cujo capital era dividido da seguinte forma: 51% de brasileiros e 49% de japoneses, entre 93 sócios (44 brasileiros e 49 japoneses). Foi criado um banco pelo grupo de empresas e bancos envolvidos no processo (BRASAGRUPPO), que passaria a ser o destino dos recursos programados para o projeto.

Todo o processo descrito contou com o aval e o endosso do Governo Federal e com consultas pontuais somente aos segmentos sociais de empresários que se alinhavam ao projeto político-econômico do período autoritário, sem consultas ao Poder Legislativo, às Câmaras e Prefeituras dos municípios contemplados. Algumas consultas foram feitas aos Governadores aliados nos Estados, que contavam com áreas de cerrado em seus territórios. Previa-se que, na área incorporada pelo PRODECER, implantar-se-iam grandes e modernas unidades de produção, às quais teriam acesso os agricultores vinculados às cooperativas e os empreendedores com suporte empresarial. Seriam privilegiados os plantios com tecnologia avançada e produção intensiva em escala adequada para abastecer fatias importantes do mercado externo de grãos, como sorgo, milho e, principalmente, soja, que além de atenderem às demandas do mercado externo teriam grande importância no abastecimento do mercado interno com a produção e comercialização do óleo e do farelo.

O objetivo era transformar esse espaço num centro importante de produção de alimentos em escala mundial, criando um forte segmento social de apoio às políticas governamentais de então. Para viabilizar o escoamento da produção pelos portos mais próximos, seriam construídas modernas vias de comunicação e seriam atualizadas as informações referentes ao seu estado e à evolução esperada da demanda pelos serviços das modalidades hidroviária e ferroviária.

Mesmo havendo versões diferenciadas quanto ao período, autores como San Martin e Pelegrini (1984) chegaram a afirmar que os interesses econômicos internacionais por áreas do Cerrado brasileiro são anteriores à década de 1970. Tais interesses não prosperaram por causa dos vetos de setores nacionalistas, ligados às forças armadas, que somente foram dissipados no início dos anos 1970, quando, em 1971, o presidente Garrastazu Médici assinou o primeiro Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil e Japão. A partir desse acordo, as áreas de cerrados da Região Centro-Oeste – que representavam 3,5 vezes o território japonês – passaram a ser alvo de estudos sistemáticos, tanto por parte do governo brasileiro quanto de organismos internacionais. Na verdade, as pesquisas que foram realizadas para a introdução de culturas adaptáveis aos cerrados faziam parte do acordo que previa, entre outras atividades, a cooperação científica entre os dois países e a vinda de técnicos japoneses para conhecer o cerrado⁴², e, posteriormente, firmar as bases de um programa de cooperação técnica⁴³ e econômica que seria deflagrado. O PRODECER possibilitaria, também, desenvolver o sertão de Minas Gerais.

[...] O governo japonês propunha ao governo brasileiro o financiamento completo de todo o plano de ocupação das áreas de cerrado, obras de infraestrutura que incluía a construção de uma ferrovia para ligar Minas Gerais ao Porto de Maráú⁴⁴ – um pouco abaixo da cidade de Ilhéus, na Bahia (SAN MARTIN; PELEGRINI, 1984, p. 49).

O programa ganhou importância para os dois países. E, em 1977, no Japão, foi assinado o “Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil - Japão” regulamentando o Projeto Cerrado, que visava promover a cooperação de especialistas japoneses, a doação e instalação de laboratórios e equipamentos e a capacitação de

⁴² Em setembro do mesmo ano, o Brasil recebeu a visita do Primeiro Ministro Japonês, Kakuei Tanaka. A visita foi uma demonstração, por parte do governo japonês, do interesse em intensificar as relações econômicas entre os dois países.

⁴³ Assinado em 1974 no Japão pelo presidente brasileiro Ernesto Geisel.

⁴⁴ Localizado no município de Maráú, ao norte de Ilhéus. Ambos da mesma Região Econômica – Litoral Sul.

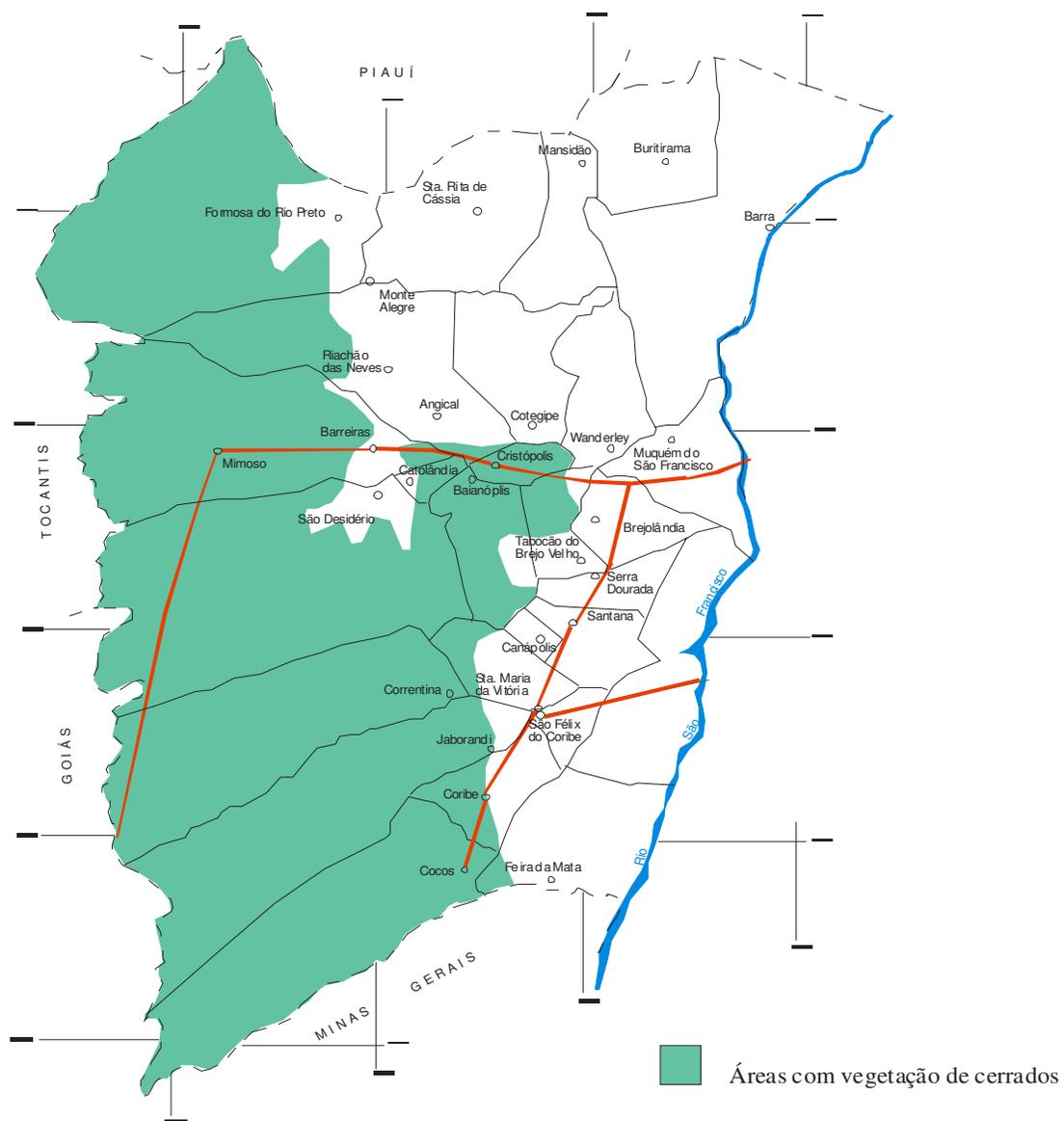
pesquisadores brasileiros. Esse acordo permitiu que o Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado (CPAC), da EMBRAPA, fosse reestruturado para fornecer tecnologias apropriadas, visando atender às novas demandas de áreas do Cerrado.

Nos estudos realizados no âmbito das instituições públicas pertencentes ao Governo brasileiro, é possível verificar a importância atribuída ao PRODECER e à produção de grãos em território brasileiro, já que os organismos japoneses trabalhavam com perspectivas ambiciosas. Como o Brasil dispunha de grandes extensões de áreas de cerrado inexploradas, aquele seria o momento da elaboração de um plano de ocupação abrangente para uma importante área do território nacional que serviria de ponto de contato geográfico para o futuro desenvolvimento da região Amazônica e da região Nordeste, promovendo ativamente a implantação de uma agricultura competitiva internacionalmente.

Em quase todas as análises disponíveis sobre as áreas de cerrado, o PRODECER aparece como um programa que deu considerável impulso à agricultura das regiões do noroeste do Estado de Minas Gerais ao oeste da Bahia, bem como em áreas de cerrados dos territórios dos Estados da região do Centro-Oeste. Por causa da seletividade dos investimentos públicos e privados na implantação do Programa, no caso específico das áreas de cerrados do Oeste da Bahia, podemos dizer que se aceleraram bastante as desigualdades econômicas e sociais entre os territórios dos municípios do espaço regional e contribuiu decisivamente para a formação de novos segmentos sociais na Região.

3.3. O processo de ocupação com a moderna agricultura dos Cerrados baianos: antecedentes e panorama atual

O espaço do cerrado baiano localizado na Região Oeste do Estado (Mapa 5), até o início da década de 1980, abrigava uma pecuária extensiva, de baixa produtividade em seus grandes pastos nativos. As suas terras tinham baixa cotação comercial. A inclusão dessa região na rota de expansão da fronteira agrícola do país e a chegada à região de grupos de produtores individuais e empresas com tradição agrícola diferenciada daquela praticada anteriormente, levou o governo do Estado a repensar sua forma de atuação na Região, criando, no início da década de 80, o Programa de Ocupação Econômica do Oeste - Programa Básico.



0 50 100 km

Fonte: IICA, 1987.

Elaboração: Clóvis Caribé Menezes

Figura 5 – Vegetação de cerrado – Região Oeste – Bahia

Reconhecia o governo, ao lançar esse programa “que essa região, representando mais de um terço do território do Estado e apesar de sua posição reconhecidamente estratégicas e notáveis potencialidades produtivas, permanecesse como um imenso vazio, isolado, esquecido, desaproveitado” e as ações governamentais desenvolvidas eram fragmentárias e preliminares. Entendia também que o processo de introdução da moderna agricultura era algo irreversível e que por isso seria necessária a criação por parte do Estado de “mecanismos e instrumentos para apoiar os verdadeiros empresários” (Bahia, 1980, p. 7).

3.3.1. REGIÃO DO OESTE BAIANO: SÍNTESE DE FORMAÇÃO DA SOCIEDADE REGIONAL

Dentre as poucas mudanças ocorridas durante as cinco últimas décadas no perfil econômico, social e político da Bahia, uma das que mais chama a atenção é a que teve lugar nas áreas de cerrados do território da Região Oeste do Estado. Nesta Região, os espaços territoriais com cerrados de sete municípios foram “eleitos” para receberem atividades agrícolas modernas.

Foram nesses espaços territoriais onde melhor se materializou as características da modernização conservadora da agricultura que se instalou na Bahia, a partir do final da década de 1970 e inícios da década de 1980. Também é a Região cuja formação histórica, associada a sua recente dinâmica econômica, tem sido pouca debatida e pouco estudada no campo das ciências sociais. Trata-se de um espaço territorial que passou a apresentar de forma mais estreita, a partir do início da década de 1980, conexões amplas dentro do quadro geral da recente ocupação dos espaços de cerrado da Região Centro-Oeste do Brasil. Essa região vem se transformando desde antes da transferência da capital federal para Brasília, consolidando-se enquanto pólo de produção de grãos, a partir do início dos anos 1970, e principal região agrícola do país.

Das regiões geopolíticas do país, a região Centro-Oeste é a segunda maior produtora de soja. Foi a partir da implantação da moderna agricultura e a viabilização econômica de

suas áreas de cerrado, que tornou possível a incorporação de parte do território da Região Oeste do Estado da Bahia na nova dinâmica nacional do setor agrícola a partir do início da década de 1980.

O primeiro passo para a interpretação das modificações do perfil de estrutura econômica e social por que passou alguns municípios da Região Oeste da Bahia e, especificamente, aqueles com áreas de cerrado, é o necessário entendimento dos contornos que permitiram a formação do que hoje se denomina Região Econômica 15 – Oeste, do Estado da Bahia⁴⁵, compreendendo: processo de sua formação histórica; os fatores externos e internos que contribuíram para a sua constituição, expansão e a consolidação das novas configurações sociais que ali se apresentam, assim como as principais características da estrutura produtiva regional no passado e as que vêm se configurando no presente.

O Oeste baiano, como se configura hoje para os organismos de planejamento do governo do Estado da Bahia, era um espaço que até meados do século passado fazia parte de uma ampla região que era denominada Sertão do Rio São Francisco⁴⁶. Os grandes traços culturais da Região são marcados diretamente pelos vínculos com o rio São Francisco e seus afluentes, por uma estreita relação com os fenômenos naturais e por leituras e visões de mundo com forte inspiração na religião católica. A rede fluvial se constituía, até próximo do final do século XX, no único meio de transporte de pessoas e mercadorias. O domínio da natureza, ou as tentativas de organizá-la, começava pelas terras férteis que margeavam o rio, mas sem perder de vista as ilhas, as *ipueiras*⁴⁷, que se formam nas vazantes.

O processo de ocupação do Sertão do São Francisco data do século XVI, com as doações de terra e o início da penetração pelo sertão. Até aquele momento, o processo de ocupação das terras recém-“descobertas” estava circunscrito à área litorânea. Garcia D’Ávila, precursor dos bandeirantes no Brasil, participante da comitiva de Tomé de Souza, penetrando no sertão do São Francisco à caça de índios para utilizá-los como mão-de-obra escrava nos

⁴⁵ Conforme regionalização existente para fins de planejamento econômico e político do Estado da Bahia.

⁴⁶ A Região localiza-se na parte Oeste do Estado da Bahia, tendo como fronteiras: ao norte, o Estado do Piauí; ao sul, Minas Gerais; ao leste, os municípios de Buritirama, Barra, Muquém do São Francisco, Brejolândia, Sítio do Mato, Serra do Ramalho e Feira da Mata (todos os municípios pertencentes à Região do Médio São Francisco); e, ao oeste, Goiás e Tocantins.

⁴⁷ Ipueiras - lagoas marginais que exercem funções imprescindíveis na perpetuação de várias espécies de peixes. É nessas lagoas que larvas, post-larvas, alevinos e peixes jovens encontram o habitat adequado para refúgio, proteção, sobrevivência e desenvolvimento.

canaviais do Recôncavo, percebeu as vantagens de aproveitar economicamente os vales do rio que possuíam boas áreas de pastagens para o criatório de gado.

O povoamento dessa parte do território iniciou-se, tal como em todo território brasileiro, a partir da concessão de sesmarias, dando origem à primeira propriedade livre de todos os impostos. Em tais propriedades alienáveis a pecuária era a principal atividade econômica:

E, obtidas as grandes sesmarias, Garcia D'Ávila, Guedes de Brito e seus sucessores espalharam em fins do século XVI e por todo o século XVII os seus curraes pelas margens do São Francisco e nas dos seus afluentes, de lá se propagando pelos sertões nordestinos de Pernambuco, Ceará, Goyaz, Rio Grande do Norte, Parayba e Maranhão (ROCHA, 1940, p. 3).

Nos primeiros momentos do processo de ocupação, habitavam a região os índios das tribos Gês. Com a ocupação portuguesa, a distribuição de terras na região passou a ser coordenada pela Casa da Torre (Garcia D'Ávila) e pela Casa da Ponte (Guedes de Brito), cuja lógica

[...] teve o sentido de, em primeiro lugar, instalar-se nos vargeados, vazantes e carnaubais para desenvolver a pecuária, o que permitiu perceber, no decorrer do século XVII, a existência de inúmeros currais pelas margens do rio (GUERREIRO DE FREITAS, 1999a, p. 71).

Quando da divisão do Brasil em capitâncias hereditárias, as terras localizadas à margem esquerda do rio São Francisco primeiro foram oferecidas a Pernambuco. Antes de serem repassadas definitivamente à Bahia, em 1827, foram anexadas ao Estado de Minas Gerais. No século XVII, Garcia D'Ávila, após diversas batalhas com índios da região, e no afã de conquistar espaços, estabeleceu-se na confluência do rio Grande com o São Francisco, fundando a Fazenda Barra, de onde posteriormente se originou o primeiro município da margem esquerda do rio São Francisco e que jurisdicionava toda a região do Sertão do São Francisco, estendendo-se às fronteiras de Goiás (ao Oeste), Minas Gerais (ao Sul) e às do Piauí (ao Norte). Barra do Rio Grande, povoação elevada à categoria de vila em 1695, era, nos princípios do século XIX, um centro de cultura e principal entreposto comercial entre os Estados da Bahia, Minas Gerais, Goiás e Piauí.

Do lado direito do “grande rio”, Garcia D'Ávila fundou outra fazenda que, por estar no caminho das boiadas, evoluiu rapidamente, dando lugar ao primeiro município das

margens do São Francisco no território baiano: Santo Antônio do Urubu de Cima, que posteriormente passou a chamar-se Município de Paratinga⁴⁸. Trata-se de um dos núcleos mais antigos do povoamento regional. A explicação mais plausível para o desenvolvimento desse município, naquele período, encontra-se em um dos livros de Caio Prado Júnior. Para ele, a Vila de Urubu era uma área propícia para o gado encontrar o sal de que precisava, pois “a ocorrência deste mineral [em Paratinga] é suficientemente grande para dar lugar a uma exploração regular e comercial” e com possibilidades de abastecer “boa parte do sertão baiano, do mineiro e até de Goiás” (PRADO JUNIOR, 1977, p. 62-64).

Seriam essas situações responsáveis pelas origens de inúmeros latifúndios e cidades ao longo das estradas das boiadas e da beira dos rios. As áreas úmidas, vales e vertentes foram destinados aos agricultores e/ou vaqueiros, enquanto as grandes extensões de terras secas foram destinadas aos rebanhos que alimentavam as áreas monocultoras do litoral. Foram nesses espaços que se estabeleceram

Os primeiros povoadores – sesmeiros – [que] deram origem às velhas famílias portuguesas que não se misturaram, as quais mesmo empobrecidas, não perderam o orgulho. (LINS, 1960, p. 16, apud GUERREIRO DE FREITAS, 1999a, p. 73).

Durante o ciclo da mineração, no século XVIII, principalmente devido à existência do ouro nas províncias de Minas Gerais e do diamante em Goiás, o vale do São Francisco experimentou um primeiro crescimento econômico e povoamento do seu território, com o aparecimento e florescimento de várias vilas que se formaram como entrepostos comerciais, principalmente as localizadas nas margens dos rios navegáveis. Enquanto perdurou o ciclo da mineração, a Região do Sertão do São Francisco experimentou períodos de prosperidade. Forneceu ao Estado de Minas Gerais um grande número de animais para servir de transportes do ouro extraído nos seus territórios. Rebanhos foram conduzidos de áreas do São Francisco para núcleos de mineração, fazendo com que a pecuária ocupasse rapidamente todo o vale e abrisse novos caminhos:

Na rota das comunicações entre o litoral nordestino e as zonas mineiras, o vale do São Francisco ganhou, por um lado, um mercado para gado, cavalos e muars. Por outro lado, a atividade aurífera também criou a ‘necessidade de braços’, causa das grandes migrações que passaram pelo Oeste da Bahia, no caminho para as Minas (GUNN, 1988, p. 48).

⁴⁸ Este município faz parte hoje da Região Econômica 14 – Médio São Francisco.

Até o século XVIII, a Região do Sertão do São Francisco era composta por um município: Barra (criado em 1752). Ao final deste século, contava com núcleos habitacionais expressivos, como Paratinga, Barra do Rio Grande, Santa Rita, Campo Largo (Cotegipe), Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Correntina, Angical e Santa Maria da Vitória. No século XIX, foram criados os municípios de Cotegipe, Angical, Barreiras, Correntina, Santa Maria da Vitória e Ibipetuba, posteriormente denominado Santa Rita de Cássia.

O papel na divisão do trabalho na região do Sertão do São Francisco, desde a sua ocupação e que vinha se reproduzindo pelos séculos seguintes, era o do abastecimento dos engenhos do litoral da Bahia/Pernambuco e das áreas de mineração de Minas Gerais/Goiás com animais de trabalho e alguns víveres. A sua distância geográfica da capital do Estado e do litoral possibilitou, no campo político, a ampliação do poder dos grandes proprietários de terras, com os seus títulos e patentes de coronéis.

A produção econômica regional que não era destinada aos Estados de Minas Gerais e Goiás seguia por longas marchas pelo interior, complementadas pelo circuito fluvial, até chegar ao porto da capital da província. Tal caminho foi depois substituído pelo transporte ferroviário, a partir de 1896, quando se inaugurou a linha férrea ligando a Capital até Juazeiro, às margens do São Francisco. Para Guerreiro de Freitas, a introdução da navegação a vapor no Rio São Francisco, secundada pela chegada da estrada de ferro nas duas extremidades da via fluvial navegável (Juazeiro e Pirapora), foi o primeiro momento integrador dos habitantes da Região do Sertão do São Francisco à sociedade nacional.

Esse movimento regional sofreu o primeiro impacto negativo com o fim do ciclo da mineração e, conseqüentemente, com a redução da circulação de mercadorias e do fluxo de pessoas do litoral para o interior do território. O êxodo de suas populações, o empobrecimento de suas pastagens, o flagelo das secas e a completa ausência de um projeto das suas classes dominantes para o Estado trouxeram como conseqüência, um profundo esvaziamento demográfico dessa região. Somente quando novos vínculos econômicos foram estabelecidos com a região litorânea, com o conjunto do Estado e com outros espaços econômicos do território nacional, foi que a Região iniciou um processo de crescimento econômico.

3.3.2 AS OBRAS DE IMPACTO NO OESTE BAIANO

Em 1946, com a instalação do Congresso Nacional Constituinte, foi debatida a possibilidade de dotação de recursos da União para a Região do Vale do São Francisco. No ato das Disposições Transitórias, artigo 29, o Governo Federal ficou

[...] obrigado, dentro do prazo de vinte anos, a contar da data de promulgação desta Constituição, a traçar e executar um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do rio São Francisco e seus afluentes, no qual se aplicará, anualmente, quantia não inferior a um por cento de suas rendas tributárias (CONSTITUIÇÃO... , 1946).

O desdobramento dessa proposta, que permitiria uma intervenção do Governo Federal na bacia do São Francisco de forma mais planejada, resultou no processo de organização e criação da Comissão do Vale do São Francisco. Sob os auspícios da esfera estatal inicia-se um novo modelo de intervenção em toda a bacia do rio São Francisco.

Na década de 50, foi instalado, também em Barreiras, um posto de Fomento Agropecuário do Ministério da Agricultura, juntamente com uma filial do Instituto de Fomento Econômico da Bahia, visando apoiar a produção agrícola regional. Até este período, a Região Oeste “não se conforma uma área autônoma, já que era vista participando de um universo maior, definido como Vale ou Sertão do Rio São Francisco. [...] Assim como toda região banhada pelo São Francisco e seus afluentes, constituíam um espaço único” (GUERREIRO DE FREITAS, 1999b, 92/100); que mantinha seus próprios traços culturais, permanecia totalmente desvinculada das mudanças que se imprimiam na economia baiana, mantinha apenas uma relação comercial tênue com o município de Juazeiro e pouco vínculo com a cidade de Salvador. A relação comercial da Região Oeste se dava com cidades dos Estados de Minas Gerais e Goiás. Sua infra-estrutura física precária era considerada empecilho para o desenvolvimento econômico mais especializado. Sua produção econômica era múltipla e variada, “bem definida como *catado*, ou seja, um pouco de cada coisa, como agricultura, pecuária, pesca, atividade extrativa etc.” (GUERREIRO DE FREITAS, 1999, 94).

A partir do início da década de sessenta do século passado, alguns fatores irão contribuir para o processo de transformações que acontecerá na Região: a proximidade do raio de influência da nova capital do país, Brasília, e a necessidade de construção de vias de acesso ao Brasil Central serão fundamentais para as mudanças econômica e demográfica de alguns

espaços do Oeste baiano. Para viabilizar a construção do programa de estradas interligando a região Oeste do Brasil a outros espaços nacionais foi instalado em Barreiras, em 1969, o 4º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército que foi o responsável pelas obras de construção da principal estrada que atravessa a Região, a BR-242. A partir da abertura dessa estrada, novas vias foram criadas no interior, surgiram novos povoamentos desatrelados do curso dos rios, modificando o processo de ocupação inicial da Região que passou a contar com novas formas de articulações com os grandes centros. Dando continuidade ao processo de intervenção do governo brasileiro no Oeste baiano, foi instalado no início da década de 1970 uma Diretoria Regional da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), no município de Barreiras, que foi a responsável pela implantação do primeiro projeto de colonização e irrigação da Região – Perímetro Irrigado Barreiras-São Desidério.

Porém, são contraditórias as avaliações sobre os impactos sofridos pela Região a partir das construções das estradas de ferro na bacia do rio São Francisco. Com base nas leis do Governo Imperial, Geraldo Rocha (1940) afirma que o processo de declínio da economia regional naquele período deve-se, principalmente, ao traçado da estrada de ferro recém-inaugurada. Para ele,

[...] se o traçado da estrada de ferro preferisse a orientação do caminho das boiadas e das tropas, procurando as imediações da foz do rio Grande, atravessaria regiões aproveitáveis, capazes de produzir utilidades, e a estrada de ferro não seria o fracasso econômico que experimentou tal empreendimento (sic) (p. 10).

Como argumento contrário ao apresentado acima, alguns autores afirmam que a construção da primeira estrada de ferro da Bahia, ligando Salvador a Juazeiro, possibilitou destacar o intenso comércio que a cidade de Juazeiro mantinha com a capital.

A segunda obra de vulto do período que causou impacto foi a construção da estrada de ferro Central do Brasil. Ela chegava a Pirapora – Minas Gerais – facilitando a ligação da Região do Sertão do São Francisco com o Rio de Janeiro. As duas estradas de ferro terminavam nas extremidades da parte navegável do rio São Francisco, quebrando o isolamento em que vivia a Região. Isso possibilitou que as mercadorias ali produzidas fossem transportadas pelos rios até um dos portos de Juazeiro e Pirapora, de onde seguiam de trem

para as cidades de Salvador e Rio de Janeiro, permitindo, assim, a ampliação da circulação de mercadorias e pessoas.

A criação da Companhia de Navegação do São Francisco (1865), por iniciativa do governo da Província da Bahia, permitiu a utilização de embarcações a vapor, com a desobstrução do canal de navegação de Sobradinho, dando um novo impulso à economia regional. Por conseguinte, surgiram novas vilas, e as que mais se desenvolveram foram transformadas em cidades, sedes municipais. O comércio de produtos da região se estendeu pelos cursos navegáveis da bacia dos 1.330 km do rio São Francisco (trecho Pirapora a Juazeiro) e pelos principais afluentes que cortam a região: 331 km do rio Grande (trecho entre Barreiras e Barra), 264 km do rio Preto (trecho entre Formosa do Rio Preto e Barra) e 155 km do rio Corrente (trecho entre Santa Maria da Vitória e rio São Francisco).

3.3.3 ANGICAL E BARREIRAS

Dois dos municípios objetos deste estudo foram criados nesse período – Angical (1890) e Barreiras (1891). Angical foi criado a partir do desmembramento de parte do território de Cotegipe (Campo Largo), em 1890. Contava com um imenso território o que propiciou posteriormente a emancipação de novos sete municípios. Seu processo de colonização se deu no início do século XVIII, com a chegada dos missionários franciscanos através do rio Grande. Foi na região tributária do rio Grande o lugar onde os seus colonizadores fundaram currais e implantaram lavouras, transformando-o em área de produção de alimentos para abastecimento de escravos nas minas da Chapada Diamantina.

No começo do século XIX, as terras que se denominaram Brejo do Angical passaram a pertencer aos irmãos Almeida, que são considerados fundadores do município. Em 1821, recebeu os foros de freguesia com o nome de Sant'Ana do Sacramento do Angical, subordinada ao bispado de Olinda, Pernambuco. Logo após a independência do país, no primeiro processo eleitoral convocado por D. Pedro I, o município de Angical apresentou e elegeu o seu primeiro candidato a deputado, o Coronel Frederico Augusto de Almeida. Eleito, passou a representar a região na corte imperial. A abolição da escravatura, com a decretação da Lei Áurea em 1888, ajudou na desarticulação da organização econômica dos oligarcas

proprietários das terras do município. Em cinco de julho de 1890, através de ato do governador de Estado, a freguesia foi elevada à categoria de vila: “A vila de Angical era um centro de luxo, de conforto e de civilização, que deslumbrava os nossos sertões” (ROCHA, 1940, p. 14).

A região, até o final da década de 60, passou por várias fases de desmembramento em unidades administrativas. Foi a partir desses desmembramentos que o território do primeiro município da Região Barra do Rio Grande – deu origem aos 23 municípios que compõem a Região do Oeste Baiano – Econômica 15, e parte da Região do Médio São Francisco – Econômica 14.

As terras do principal município da Região hoje Barreiras, faziam parte da imensa sesmaria de Antonio Guedes de Brito – o conde fundador do Morgado⁴⁹ da Casa da Ponte. É interessante dizer que no processo de recortes territoriais que a Região apresentou no curso de sua história, as terras que serviam para lavoura e criações foram vendidas no século XVII por descendentes dos Guedes de Brito, ficando as áreas de chapada das serras (onde se encontra os cerrados hoje ocupados) como terras devolutas. Povoado de Barreiras, situado no último porto navegável do rio Grande, teve o início do seu desenvolvimento impulsionado no século XIX, pela produção da borracha extraída do látex da mangabeira. A grande abundância nas matas locais da mangabeira, de cuja seiva se fazia a borracha, foi fator decisivo para o crescimento de uma atividade econômica no território do que seria futuramente o município de Barreiras e para a criação da freguesia⁵⁰ em 1881. A freguesia de Barreiras esteve, já naquele período, em franca prosperidade, decorrente do intenso comércio através do rio Grande e com os municípios do norte de Goiás. De freguesia, Barreiras passou a ser, em 1891, distrito de paz do município de Angical, e, logo em seguida, foi transformado em município.

Segundo Rocha, de Barreiras para cima, o rio Grande apresenta um perfil acidentado, “permitindo um fácil aproveitamento para irrigação de suas férteis terras marginaes (sic)” (1940, p. 108). O município nasceu na fazenda do Limoeiro, transformou-se em povoado, depois em vila e, ao terminar o século XIX, foi chamado de Cidade Barreiras. Já na década de

⁴⁹ Propriedade vinculada ou conjunto de bens vinculados que não se podia alienar ou dividir, e em geral, por morte do possuidor, passava para o filho mais velho.

⁵⁰ Povoação sob aspecto eclesiástico.

40 deste século, o mesmo autor afirmava sobre Barreiras que “a sua prosperidade se deve exclusivamente aos benefícios da irrigação. O que acontece com o rio Grande, cuja produção exportável é toda ella oriunda de uma irrigação rudimentar (sic)” (1940, p. 109). Citava também na mesma obra, o envio para a região de tratores, arados e outras máquinas agrícolas, para iniciar uma lavoura mecanizada, de custo elevado em uma das propriedades rurais. As usinas de beneficiamento de arroz e de algodão eram movidas por força hidrelétricas, que acionavam também a iluminação da cidade, das rádios e das geladeiras.

A partir de 1917, com os estímulos dados às oligarquias locais para abrirem estradas de rodagem, criou-se as condições para uma redefinição dos espaços, para uma maior autonomia regional, para a perda de importância de Salvador, especialmente para as áreas mais distantes. As mesmas vias que construíram uma regionalidade – estrada de ferro e a navegação, por exemplo – terminaram por se transformarem em meios de mudanças da sociedade regional, a partir de uma redefinição espacial (GUERREIRO DE FREITAS, 1999b, p. 90).

As construções dessas vias acarretaram a redução da importância da principal vocação histórica do rio São Francisco, de via de comunicação para “transformar-se em fonte de energia, através da construção de hidroelétricas, cada vez mais potentes” (idem, p. 91). Deve-se ressaltar que a construção dessas vias, com a possibilidade de incrementar o transporte rodoviário, não foi suficiente para quebrar o isolamento da região, que conta com grandes extensões de áreas de fronteiras do território do Estado.

Em 1942, após movimento dos comerciantes de Barreiras junto ao governo central, o município foi contemplado com a instalação de uma agência do Banco do Brasil. Novas perspectivas foram apresentadas para a Região a partir do início do funcionamento do primeiro agente financeiro. A expectativa criada no início do século XX de que o rio São Francisco seria o rio da integração nacional não se consolidou. O isolamento da Região perdurou até a década de 40, quando foi construído e instalado durante o período da 2ª Guerra Mundial, por motivos estratégicos pelo governo americano, um aeroporto internacional em Barreiras, considerado no período como “um dos melhores da América” (HAESBAERT, 1977, p. 126). Com a construção desse equipamento, o látex passou a ser utilizado na fabricação de borracha pelos aliados, garantindo o suprimento de matéria-prima durante o período da guerra. O aeroporto posteriormente serviu de ponto de escala dos aviões da Pan Air do Brasil, linha Rio de Janeiro – Belém do Pará, e da Pan American World Airways, linha Miami (EUA) - Rio de Janeiro - Buenos Aires (Argentina).

3.3.4 OS NOVOS MUNICÍPIOS

Mesmo ocorrendo, entre os séculos XVI e XVIII, a penetração do vale e de todo o Sertão do São Francisco por atividades itinerantes não propiciou o povoamento e a diversificação da economia regional, que continuou ainda durante todo século XIX e a primeira metade do século XX dependendo da atividade pecuária. As iniciativas governamentais adotadas não foram capazes de reverter este quadro de estagnação econômica. Os latifúndios mantiveram suas características, e o domínio dos “Coronéis” e “Capitães”, em sua maioria fazendeiros, comandantes de um pequeno exército nas suas fazendas, comerciantes, chefes políticos incrustados nos organismos do Estado, era inquestionável. A capacidade de articulações e

[...] a força desses chefes regionais obrigou aos Presidentes de Província e, depois aos Governadores do Estado, a governarem de acordo com o líder político do interior, fazendo composições quando necessário, respeitando sempre as zonas de prestígio de cada qual (GUERREIRO DE FREITAS, 1999, p. 75-1).

Entre 1958 e 1962 (Figura 5), foram criados onze novos municípios: Baianópolis, Catolândia, São Desidério, Cristópolis, Tabocas do Brejo Velho, Riachão das Neves, Canápolis, Serra Dourada, Coribe, Cocos e Formosa do Rio Preto. Entre 1985 e 1989, foram criados mais dois novos municípios: Wanderley e São Felix do Coribe. Dentre aqueles onze, três completam a relação dos municípios que fazem parte do objeto deste trabalho – Catolândia, São Desidério e Riachão das Neves. Os municípios de Catolândia e São Desidério (1962) foram criados a partir dos desmembramentos de partes do território do município de Barreiras, e o município de Riachão das Neves (1962) foi criado a partir de parte do território desmembrado do município de Cotegipe. Dos três, mesmo somente obtendo o título de município em 1962, Riachão das Neves é o que apresenta o agrupamento sociodemográfico mais antigo da região. Os primeiros ocupantes desse espaço solicitaram a Olinda (Pernambuco) carta de sesmaria que legitimassem a propriedade de suas extensas fazendas.

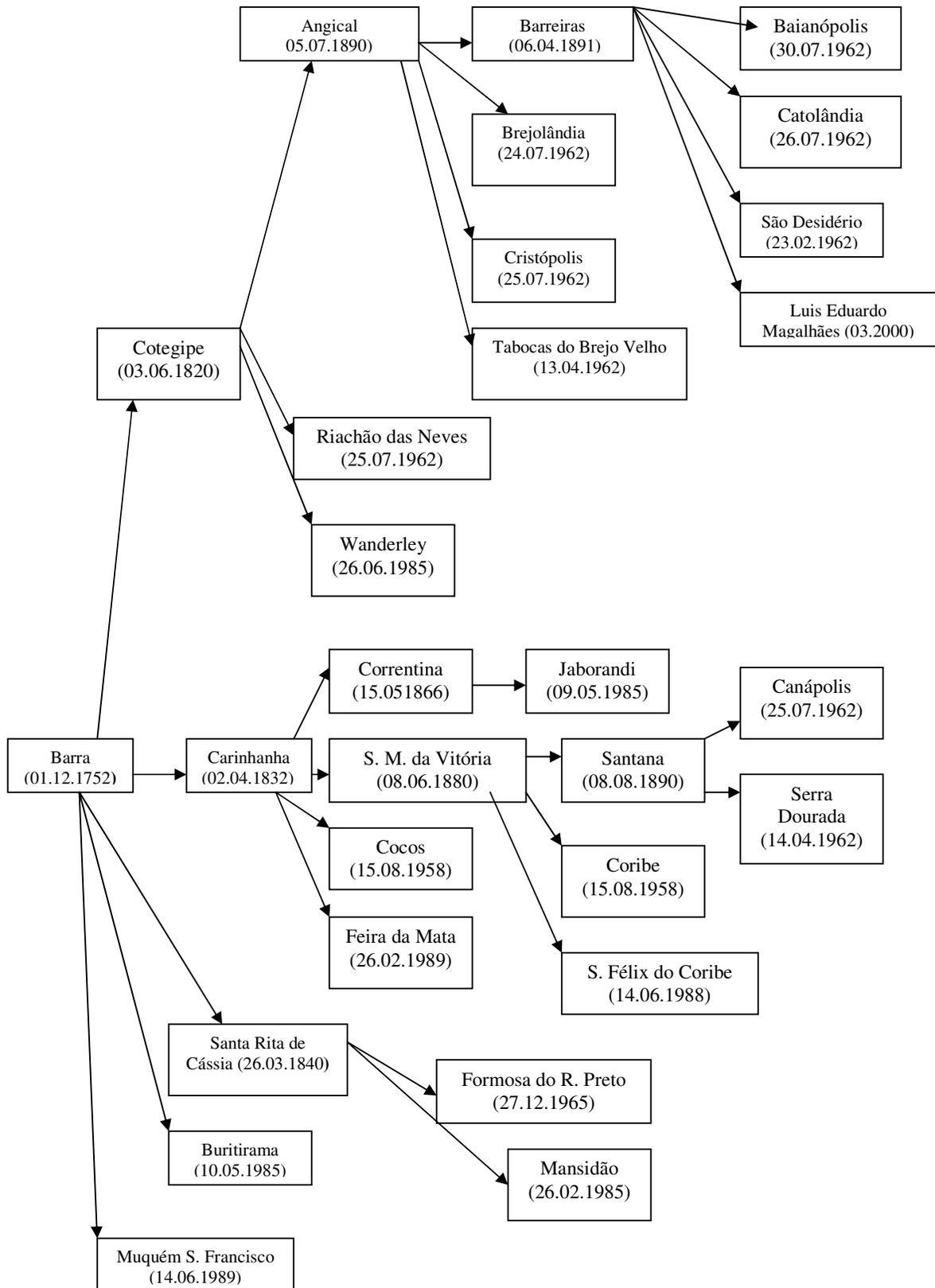


Figura 6 – Evolução da divisão administrativa - Região Oeste, Bahia

3.3.5 A CONFIGURAÇÃO GEOPOLÍTICA MAIS RECENTE

No início do ano de 2000, o principal município da região – Barreiras - passou por um novo processo de divisão do seu território. Visando atender aos apelos separatistas dos recém chegados à região e introdutores da moderna agricultura nos espaços de cerrado, principalmente “gaúchos”, foi aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado e confirmada através de plebiscito a criação do município Luis Eduardo Magalhães, ex-povoado de Mimoso do Oeste. O novo município, com uma área de 4.014 Km², foi criado em 30 de março de 2000, com uma população de aproximadamente 20.000 habitantes.

Esse processo de desmembramento de territórios de um município para a criação de novos que vinha atingindo todo o país, ocorria dentro de peculiaridades conjunturais correlacionadas, sobretudo, com a dotação de verbas federais aos municípios em condições de eleição/reeleição de políticos, permitindo a ampliação das bases de apoio da estrutura de poder presente no Estado. Esses desmembramentos implicaram numa reestruturação precária dos serviços administrativos e sociais dos novos municípios criados. O caso do município de Luís Eduardo Magalhães é uma exceção devido às condições propostas para sua emancipação pelo grupo de empresários locais, as condições econômicas do município a ser criado, a receita arrecada pelo Distrito antes de ser transformado em município, a sua estrutura comercial e financeira⁵¹.

Deve-se considerar também que a criação de novos municípios, através da multiplicação dos já existentes, não tem implicado em alterações nas condições de vida da população. No caso específico da Região Oeste, pode-se constatar que o desejo emancipacionista, ocorrido no curso de sua história, deve-se muito ao oportunismo político, ao acirramento das disputas entre grupos políticos tendo como objeto o apoio ao poder central no momento. Mais adiante, voltaremos à discussão sobre o papel do mais recente município da região – Luís Eduardo Magalhães -, na qual verificaremos alguns dos aspectos apontados acima.

⁵¹ Havia ocorrido há pouco tempo, antes da sua criação, o falecimento do Deputado Luís Eduardo Magalhães, e as lideranças empresariais locais, para conseguir apoio do senador baiano Antonio Carlos Magalhães, no intento de criar um novo município, resolveram homenagear essa liderança com o nome do seu filho para este. Assim facilitaram não somente a emancipação do município, como também propiciaram a canalização para ali de recursos públicos.

3.3.6 CARACTERIZAÇÃO ATUAL DA REGIÃO OESTE DA BAHIA

Em síntese, até a primeira metade do século XX, a Região preservou as mesmas formas de ocupação, com um imenso território com população rarefeita, com reduzido nível de atividade econômica, mantendo tênues relações com outros espaços do território estadual e nacional; e mantendo a mesma forma de inserção na divisão regional do trabalho: pecuária extensiva, agricultura mercantil simples (praticada principalmente nos vales), e extrativismo para exportação. Sua rede urbana⁵² apresentava-se com poucas nucleações de importância, com uma rede de vilarejos dispersos na área rural, com pouca conexão entre si e formas de organização social da produção que se desenvolvia de maneira lenta e em base mercantis. Sua base econômica era, assim, fundamentalmente pecuarista e secundariamente agrícola, produzindo gêneros alimentícios e matérias-primas com baixa incorporação de valor. Durante séculos, o modo de vida com práticas tradicionais não foi ameaçado pela presença localizada da modernização, que, por vezes, até as reforçava.

Essa economia rudimentar também não causava grandes impactos negativos no meio ambiente, dada a disponibilidade dos recursos naturais e o modelo tradicional de exploração destes recursos, além do reduzido contingente populacional que habitava as terras da imensa região (CAR, 1998, p. 121).

Somente próximo ao final da década de 1970, com a Região Oeste da Bahia marcada por um novo ciclo de crescimento econômico e de um movimento populacional intra-regional e inter-regional mais intenso do que o ocorrido no restante do Estado, foi ocasionado uma urbanização intensa de alguns de seus municípios. Durante toda a década de 1980 e meados de 1990, verificou-se um modo de expansão do capital elaborado e implantado consoante com uma política de planejamento nacional, conferindo novas características econômico-sociais à Região, que passou a contar com uma nova malha rodoviária regional atendendo às novas demandas do setor moderno da agricultura. Esses fatos foram marcantes nas modificações ocorridas nos contornos econômicos da Região.

A Região Oeste da Bahia possui a maior extensão territorial dentre as quinze regiões econômicas do Estado. Seus 114.447 km² correspondem a cerca de 20% do território baiano,

⁵² A definição de urbano é a utilizada pelo IBGE, logo inclui todas as sedes dos municípios e distritos, independentemente do seu tamanho, densidade ou equipamentos. Refere-se também a território político administrativo.

tendo extensão territorial maior inclusive que alguns estados brasileiros. Segundo estudos publicados pelo SEI, a partir de dados do Censo Demográfico do IBGE de 2000, contava com 486.954 habitantes, o que correspondiam a aproximadamente 3,7% da população Estadual. Seus municípios contam com grandes extensões de terras, caracterizando-se por densidades demográficas muito baixas⁵³ e por uma distribuição desigual da população. Dentre os seus 23 municípios, apenas o de Barreiras concentra cerca de 27% dos habitantes regionais (131.335 hab.). Os demais contam com pouca representatividade em termos de população, destacando-se apenas Santa Maria da Vitória e Correntina, com participações superiores a 5% do total da população regional.

Entre 1980 e 1991, a população residente no Estado cresceu a uma taxa de 2,09% a.a., enquanto na região Oeste, em pleno processo de expansão da sua fronteira agrícola, este crescimento apresentava uma taxa de 2,44% a.a. Essas taxas caíram durante a década de 1990, quando a população estadual cresceu a 1,08% a.a. e a população do Oeste a uma taxa de 1,16% a.a. Quanto ao domicílio, observa-se que a população urbana regional cresceu a taxas bastante significativas em relação ao comportamento apresentado pelo Estado, provavelmente devido ao processo de expansão das fronteiras agrícolas iniciado ao final da década de 1970.

Quanto à urbanização, observou-se que o município de Barreiras concentra 44,18% da população urbana da Região. Os dados demográficos demonstram que o processo de ocupação dos cerrados, na lógica de expansão da moderna agricultura, não modificou profundamente o perfil populacional urbano da Região. Por outro lado, observa-se que, em consequência das elevadas taxas de crescimento da população urbana, o grau de urbanização da região aumentou de 30,5%, em 1980, para 53,8%, em 2000. Apesar disso, o grau de urbanização regional continua inferior ao do estado (67,12%).

Quanto ao processo de evolução da população rural da Região, observa-se uma forte influência do processo de expansão da fronteiras agrícola que se constituiu a partir dos inícios dos anos de 1980. O aumento da produtividade agrícola e da concentração fundiária da região contribuiu para uma emigração considerável no meio rural. Além disso, a redução das taxas

⁵³ Em 1980, a densidade demográfica do Oeste era de 2,94 Hab./km² e, em 2000, de 4,26 hab./km². No mesmo período, o estado saiu de 16,67 hab./km² para 23,04 hab./km², ou seja, entre 1980 e 2000, enquanto a densidade do estado cresceu 38%, a da região cresceu um pouco mais: 44%.

de fecundidade, uma tendência nacional, também contribuiu para a redução das taxas de crescimento da população rural na Região.

A partir da observação das tabelas aqui apresentadas, pode-se inferir que a dinâmica da população rural da Região esteve bastante relacionada à do Estado, embora as suas taxas tenham sido um pouco superiores. No primeiro período (1980-1991), a população rural cresceu a 0,56% a.a. No segundo, acompanhando a tendência do Estado, o crescimento demográfico rural foi negativo: -1,11% a.a. A partir da análise desses indicadores pode-se afirmar que durante o período em estudo a população da região aumentou discretamente sua representatividade em relação ao Estado, principalmente na área urbana. Contudo, é preciso salientar que o Oeste ainda permaneceu como uma das regiões econômicas de menor população na Bahia.

Tabela 1 – População, área, tamanho e peso e densidade demográfica, por ordem decrescente – Região Oeste, Bahia – 2000

Municípios	População		Área		Densidade (hab/km ²)
	Absoluto		(Km ²)	%	
Santa Maria da Vitória	41.261		1.891	1,65	21,82
Canápolis	9.743		464	0,41	21,00
Cristópolis	12.662		881	0,77	14,37
São Félix do Coribe	11.758		846	0,74	13,90
Serra Dourada	18.015		1.412	1,23	12,76
Santana	24.139		1.999	1,75	12,08
Barreiras (1)	131.849		11.933	10,43	11,05
Angical	14.701		1.492	1,30	9,85
Tabocas do Brejo Velho	12.619		1.584	1,38	7,97
Coribe	15.148		2.679	2,34	5,65
Catolândia	3.092		621	0,54	4,98
Wanderley	13.649		3.043	2,66	4,49
Santa Rita de Cássia	24.026		6.070	5,30	3,96
Riachão das Neves	21.917		5.842	5,10	3,75
Baianópolis	12.179		3.416	2,99	3,57
Mansidão	11.046		3.143	2,75	3,51
Cotejipe	13.374		4.146	3,62	3,23
Correntina	30.583		11.593	10,13	2,64
Cocos	17.611		10.085	8,81	1,75
São Desidério	19.006		14.819	12,95	1,28
Formosa do Rio Preto	18.288		16.449	14,37	1,11
Jaborandi	10.288		10.029	8,76	1,03
Total	486.954		114.437	100,00	4,26

Fonte: IBGE. Censo Demográfico

(1) Inclui Luís Eduardo Magalhães

Tabela 2 – Participação relativa da população total dos municípios no total da Região, por ordem decrescente – Região Oeste, Bahia – 1980-2000

Municípios	Participação na Região (%)		
	1980 (1)	1991	2000
Barreiras (4)	12,31	21,10	27,08
Santa Maria da Vitória (3)	10,13	9,46	8,47
Correntina (3)	7,74	6,38	6,28
Santana	7,27	5,62	4,96
Santa Rita de Cássia (3)	5,29	5,29	4,93
Riachão das Neves	5,43	4,62	4,50
São Desidério	4,43	4,32	3,90
Formosa do Rio Preto	3,53	3,51	3,76
Serra Dourada	4,17	3,98	3,70
Cocos	4,67	3,64	3,62
Coribe (3)	5,33	3,23	3,11
Angical	3,52	3,66	3,02
Wanderley (2)	3,32	3,11	2,80
Cotegipe (3)	3,38	2,84	2,75
Cristópolis	2,96	2,88	2,60
Tabocas do Brejo Velho	3,17	2,57	2,59
Baianópolis	2,84	3,15	2,50
São Félix do Coribe (2)	1,64	2,71	2,41
Mansidão (2)	2,54	2,34	2,27
Jaborandi (2)	2,58	2,66	2,11
Canápolis	2,80	2,16	2,00
Catolândia	0,94	0,75	0,63
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: SEI - IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980

(4) Inclui o Município de Luís Eduardo Magalhães

Tabela 3 – Grau de urbanização dos municípios, por ordem decrescente – Região Oeste, Bahia – 1980-2000

Municípios	Grau de Urbanização		
	1980 (1)	1991	2000
Barreiras (4) (5) (6)	72,49	76,50	87,82
São Félix do Coribe (2) (4)	69,57	56,76	72,73
Santa Maria da Vitória (3) (4)	39,40	50,02	55,23
Santana	36,82	46,98	51,77
Formosa do Rio Preto (4)	30,48	36,48	51,30
Santa Rita de Cássia (3) (4)	28,71	45,70	50,72
Cotejipe (3) (4)	30,99	41,01	48,95
Riachão das Neves (4)	32,35	43,98	46,80
Angical (4) (5)	14,82	23,36	41,05
Wanderley (2)	25,77	34,51	40,13
Coribe (3) (4)	13,15	34,06	37,60
São Desidério (4)	21,29	29,19	37,51
Correntina (3) (4)	16,99	30,84	37,13
Cocos (4)	23,30	31,11	36,48
Serra Dourada	15,25	24,28	29,85
Catolândia	12,01	24,47	27,43
Tabocas do Brejo Velho	17,02	24,52	27,19
Canápolis	16,57	17,29	26,05
Baianópolis	13,15	16,68	22,39
Mansidão (2) (4)	14,40	17,92	21,13
Cristópolis	17,25	17,80	21,13
Laborandi (2)	0,00	14,43	19,66
Total	30,56	43,34	53,82

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980

(4) Município cuja área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991

(6) Inclui Luís Eduardo Magalhães.

Tabela 4 – População residente rural e taxa média geométrica de crescimento anual, por ordem decrescente – Região Oeste, Bahia – 1980-2000

Crescimento / Municípios	População			Taxa média geométrica de crescimento anual (%)	
	1980 (1)	1991	2000	1991/1980	1991/2000
Sugestivo de perdas demográficas líquidas					
Tabocas do Brejo Velho	8.848	8.515	9.188	-0,35	0,85
Mansidão (2) (4)	7.314	8.446	8.712	1,32	0,35
Fiachão das Neves (4)	12.372	11.361	11.660	-0,77	0,29
Cocos (4)	12.071	11.011	11.187	-0,83	0,18
Coribe (3) (4)	15.601	9.342	9.453	-4,55	0,13
Com perdas demográficas absolutas					
Correntina (3) (4)	21.649	19.369	19.228	-1,01	-0,08
Cristópolis	8.256	10.399	9.987	2,12	-0,45
Serra Dourada	11.902	13.231	12.638	0,97	-0,51
Santa Rita de Cássia (3) (4)	12.694	12.619	11.841	-0,05	-0,70
Cotegipe (3) (4)	7.855	7.362	6.827	-0,59	-0,83
Canápolis	7.878	7.837	7.205	-0,05	-0,93
Wanderley (2)	8.293	8.931	8.171	0,68	-0,98
Formosa do Rio Preto (4)	8.263	9.794	8.907	1,56	-1,05
Catolândia	2.792	2.473	2.244	-1,10	-1,07
Santa Maria da Vitória (3) (4)	20.670	20.754	18.474	0,04	-1,28
Santana	15.472	13.080	11.643	-1,52	-1,28
São Desidério (4)	11.747	13.438	11.877	1,23	-1,36
Jaborandi (2)	8.706	10.005	8.265	1,27	-2,10
Baianópolis	8.318	11.518	9.452	3,00	-2,17
Barreiras (4) (5) (6)	11.407	21.770	16.065	6,05	-3,32
Angical (4) (5)	10.105	12.303	8.666	1,81	-3,82
São Félix do Coribe (2) (4)	1.682	5.152	3.206	10,71	-5,13
Total	233.895	248.710	224.896	0,56	-1,11

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários, do próprio IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980

(4) Município cuja área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

(5) Teve distrito instalado após 1991

(6) Inclui Luís Eduardo Magalhães.

Tabela 5 - Dados demográficos: população total – Região Oeste, Bahia – 1970/2000

Municípios	Ano				Tx. Cresc. (%)		
	1970	1980	1991	2000	1970 /1980	1980 /1991	1991/2000
Angical	12.193	11.863	16.052	14.695	-0,27	2,79	-0,98
Baianópolis	9.407	9.577	13.823	12.161	0,18	3,39	-1,41
Barreiras (1)	24.099	41.462	92.640	131.335	5,58	7,58	3,95
Canápolis	9.413	9.443	9.475	9.739	0,03	0,03	0,31
Catolândia	2.402	3.173	3.274	3.087	2,82	0,29	-0,65
Cocos	15.465	15.738	15.983	17.637	0,18	0,14	1,10
Coribe	25.182	12.551	14.167	15.139	-6,73	1,11	0,74
Correntina	32.779	26.079	28.005	30.580	-2,26	0,65	0,98
Cotegipe	25.761	11.383	12.480	13.305	-7,84	0,84	0,71
Cristópolis	8.262	9.977	12.651	12.612	1,90	2,18	-0,03
Formosa do Rio Preto	9.859	11.886	15.418	18.278	1,89	2,39	1,91
Jaborandi	-	8.706	11.692	10.245	-	2,72	-1,46
Luís E. Magalhães	-	-	-	20.169	-	-	-
Mansidão	-	8.544	10.290	11.043	-	1,70	0,79
Riachão das Neves	17.391	18.287	20.282	21.966	0,50	0,95	0,89
Santa Maria da Vitória	38.982	37.160	41.528	41.261	-0,48	1,02	-0,07
Santa Rita de Cássia	24.777	17.807	23.240	23.973	-3,25	2,45	0,35
Santana	-	24.487	24.669	24.137	-	0,07	-0,24
São Desidério	13.629	14.924	18.977	19.006	0,91	2,21	0,02
São Félix do Coribe	-	7.890	11.916	11.766	-	3,82	-0,14
Serra Dourada	17.452	14.044	17.473	18.007	-2,15	2,01	0,34
Tabocas do Brejo Velho	8.770	10.663	11.281	12.615	1,97	0,51	1,25
Wanderley	-	11.172	13.637	13.671	-	1,83	0,03
OESTE	295.823	336.816	438.953	486.258	1,31	2,44	1,16
Bahia	7.493.470	9.454.346	11.867.991	13.070.250	2,35	2,09	1,08

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1991 e Resultados preliminares do Censo Demográfico de 2000. Informações básicas dos municípios baianos; por microrregiões homogêneas. Salvador, 1978. Vol. 1 BAHIA. SEPLANTEC. Centro de Planejamento da Bahia - CEPLAB

Censo demográfico: dados distritais / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1982-1983

Nota 1: A população total de Barreiras em 2000 inclui a população do novo município de Luis Eduardo Magalhães criado pela Lei 7619 de 30/03/2000. O IBGE ainda não divulgou a população rural para esse novo município.

Nota 1: A população total de Barreiras em 2000 inclui a população do novo município de Luis Eduardo Magalhães (com 20169 habitantes) criado pela Lei 7619 de 30/03/2000.

Tabela 6 – Dados demográficos: população rural – Região Oeste, Bahia – 1970/2000

Municípios	Ano				Tx. Cresc. (%)		
	1970	1980	1991	2000	1970 /1980	1980 /1991	1991/2000
Angical	10.236	10.105	12.303	8.606	-0,13	1,81	-3,89
Baianópolis	8.466	1.962	11.518	9.441	-13,60	17,46	-2,19
Barreiras (1)	11.514	11.407	21.770	16.004	-0,09	6,05	-3,36
Canápolis	8.164	7.878	7.837	7.204	-0,36	-0,05	-0,93
Catolândia	1.618	2.792	2.473	2.238	5,61	-1,10	-1,10
Cocos	12.555	12.071	11.011	11.224	-0,39	-0,83	0,21
Coribe	23.715	16.489	9.342	9.454	-3,57	-5,03	0,13
Correntina	29.304	30.555	19.369	19.224	0,42	-4,06	-0,08
Cotejipe	19.790	5.021	7.362	6.803	-12,82	3,54	-0,87
Cristópolis	7.432	8.256	10.399	9.980	1,06	2,12	-0,46
Formosa do Rio Preto	8.388	8.263	9.794	8.903	-0,15	1,56	-1,05
Jaborandi	-	-	10.005	8.222	-	-	-2,16
Mansidão	-	-	8.446	8.699	-	-	0,33
Riachão das Neves	13.407	4.432	11.361	11.710	-10,48	8,93	0,34
Santa Maria da Vitória	28.212	13.175	20.754	18.478	-7,33	4,22	-1,28
Santa Rita de Cássia	19.337	11.635	12.619	11.819	-4,95	0,74	-0,73
Santana	-	9.793	13.080	11.640		2,67	-1,29
São Desidério	11.003	8.556	13.438	11.881	-2,48	4,19	-1,36
São Félix do Coribe	-	-	5.152	3.222		-	-5,08
Serra Dourada	16.078	14.490	13.231	12.636	-1,03	-0,82	-0,51
Tabocas do Brejo Velho	7.292	3.336	8.515	9.192	-7,52	8,89	0,85
Wanderley	-	-	8.931	8.175	-	-	-0,98
OESTE	236.511	180.216	248.710	224.755	-2,68	2,97	-1,12

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1991 e Resultados preliminares do Censo Demográfico de 2000. Informações básicas dos municípios baianos; por microrregiões homogêneas. Salvador, 1978. Vol. 1 BAHIA. SEPLANTEC. Centro de Planejamento da Bahia - CEPLAB
Censo demográfico: dados distritais / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1982-1983

Nota 1: A população total de Barreiras em 2000 inclui a população do novo município de Luis Eduardo Magalhães criado pela Lei 7619 de 30/03/2000. O IBGE ainda não divulgou a população rural para esse novo município.

Nota 1: A população total de Barreiras em 2000 inclui a população do novo município de Luis Eduardo Magalhães (com 20169 habitantes) criado pela Lei 7619 de 30/03/2000.

Tabela 7 – Dados demográficos: população urbana – Região Oeste, Bahia – 1970/2000

Municípios	Ano				Tx. Cresc. (%)		
	1970	1980	1991	2000	1970 /1980	1980 /1991	1991/2000
Angical	1.957	1.758	3.749	6.089	-1,07	7,13	5,54
Baianópolis	941	901	2.305	2.720	-0,43	8,91	1,86
Barreiras (1)	12.585	30.055	70.870	115.331	9,10	8,11	5,56
Canápolis	1.249	1.565	1.638	2.535	2,28	0,42	4,97
Catolândia	424	381	801	849	-1,06	6,99	0,65
Cocos	2.910	3.667	4.972	6.413	2,34	2,81	2,87
Coribe	1.467	2.338	4.825	5.685	4,77	6,81	1,84
Correntina	3.475	4.430	8.636	11.356	2,46	6,26	3,09
Cotegipe	5.971	2.338	5.118	6.502	-8,95	7,38	2,70
Cristópolis	830	1.721	2.252	2.632	7,56	2,47	1,75
Formosa do Rio Preto	1.471	3.623	5.624	9.375	9,43	4,08	5,84
Jaborandi	-	-	1.687	2.023	-	-	2,04
Mansidão	-	-	1.844	2.344	-	-	2,70
Riachão das Neves	3.984	3.180	8.921	10.256	-2,23	9,83	1,56
Santa Maria da Vitória	10.770	16.289	20.774	22.783	4,22	2,24	1,03
Santa Rita de Cássia	5.440	5.113	10.621	12.154	-0,62	6,87	1,51
Santana	-	7.830	11.589	12.497	-	3,63	0,84
São Desidério	2.626	2.566	5.539	7.125	-0,23	7,24	2,84
São Félix do Coribe	-	-	6.764	8.544	-	-	2,63
Serra Dourada	1.374	2.142	4.242	5.371	4,54	6,41	2,66
Tabocas do Brejo Velho	1.478	1.522	2.766	3.423	0,29	5,58	2,40
Wanderley	-	-	4.706	5.496	-	-!	1,74
OESTE	58.952	91.419	190.243	261.503	4,48	6,89	3,60

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1991 e Resultados preliminares do Censo Demográfico de 2000. Informações básicas dos municípios baianos; por microrregiões homogêneas. Salvador, 1978. Vol. 1 BAHIA. SEPLANTEC. Centro de Planejamento da Bahia - CEPLAB
Censo demográfico: dados distritais / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1982-1983

Nota 1: A população total de Barreiras em 2000 inclui a população do novo município de Luis Eduardo Magalhães criado pela Lei 7619 de 30/03/2000. O IBGE ainda não divulgou a população rural para esse novo município.

Nota 1: A população total de Barreiras em 2000 inclui a população do novo município de Luis Eduardo Magalhães (com 20169 habitantes) criado pela Lei 7619 de 30/03/2000.

4 OESTE BAIANO: A NOVA ESTRUTURA PRODUTIVA NO CONTEXTO DA MODERNIDADE

A implementação da moderna agricultura nos espaços dos cerrados baianos foi um dos poucos fatos econômicos importantes ocorridos no território do Estado nos últimos 50 anos, e um dos grandes responsáveis pela mudança do perfil econômico, político e geográfico da produção agrícola baiana. A estrutura agrária regional foi o grande “pano de fundo” sobre o qual se desenvolveu o processo de modernização capitalista nos cerrados baianos. Neste sentido, cabe aqui analisar os seus principais aspectos.

4.1 A redefinição hegemônica – aspectos fundiários

À semelhança do sistema fundiário nacional, na Bahia a concentração da posse e do uso da terra tem vigência desde o início da colonização, com a ocupação progressiva do seu território enquanto um empreendimento mercantil baseado na grande propriedade. Esse modo de exploração econômica foi importante na determinação da atual estrutura fundiária do Estado.

A questão fundiária sempre foi vista no Brasil como de interesse do Estado. Durante o ciclo dos governos militares essa lógica foi acirrada, com essa questão sendo tratada como “problema” de segurança nacional.

A partir da ocupação de terras antes consideradas improdutivas economicamente, a Região experimentou um intenso e rápido processo de transformações, com uma mobilização de capitais jamais visto no setor agrícola de qualquer outro espaço do Estado. Foram investimentos de recursos econômicos que aconteceram sem alterações na estrutura fundiária, ao contrário esta se manteve bastante concentrada.

A característica concentradora do uso e da posse da terra, presente na história regional, contribuiu efetivamente para a consolidação do modelo de ocupação agrícola nos espaços de cerrado e vales, proposto pelo capital e executado em combinação com instâncias

estatais. Ou seja, a pecuária extensiva e a moderna agricultura de grãos, com novos padrões tecnológicos, utilizaram-se fartamente da desorganização da escrituração imobiliária, da elevada disponibilidade de terras e, conseqüentemente, dos seus preços baixos nos cerrados baianos. Esse quadro fundiário foi um dos elementos básicos para o processo de aceleração de mudança da base técnica da agricultura regional e serviu como sustentáculo para expansão e consolidação do novo modelo agrícola nacional nos espaços regionais.

Deve-se ressaltar que a Região apresenta aspectos bastante peculiares, o que a torna difícil de ser comparada com outros espaços econômicos do Estado. Trata-se de uma Região cujos municípios detêm grandes extensões territoriais e estão muito distantes dos centros decisórios políticos e econômico do Estado. Antes da chegada da moderna agricultura nos seus espaços de cerrados, as relações políticas com a capital do Estado resumiam-se aos processos eleitorais e às trocas de pequenos favores entre as suas lideranças políticas e o Governo do Estado. Quando das entrevistas realizadas com antigos líderes políticos regionais, percebeu-se que tais relações não contemplavam reivindicações de caráter estrutural. As pautas de reivindicações limitavam-se a buscar soluções para problemas pessoais ou para aqueles que diretamente diziam respeito à apropriação de aparelhos do Estado que funcionam na Região.

Ao analisar a estrutura fundiária do Estado, verifica-se que, em 1970, cerca de 92,3% dos seus estabelecimentos agropecuários com menos de 100 ha detinham apenas 33,8% da área agrícola total; em 1995, a proporção de números de estabelecimentos desse mesmo grupo foi de 93,5% concentrando 29,8% da área total. Já os estabelecimentos com mais de 1.000 ha, em 1970, representando apenas 0,4% do total, detinham 23,2% da área total; mas em 1995, estes estabelecimentos, representando 0,5% do total, detinham 34,6% da área. Vale ressaltar que entre 1970 e 1995, os estabelecimentos de 100 a menos de 1.000 ha sofreram redução de 7,3% para 6,0% e, mas a área controlada por esse grupo sofreu redução bem superior, de 43,0% para 35,6%. Para O IBGE, o aumento da participação na área total dos estabelecimentos das unidades grandes e muito grandes no Estado da Bahia se fez à custa do grupo de produtores que contavam com estabelecimentos médios, conforme podemos perceber na Tabela 8.

Tabela 8 – Proporção do número e da área dos estabelecimentos, por grupos de área total – Bahia – 1970 e 1995

Grupos de área total (ha)	Proporção do número de estabelecimentos (%)		Proporção da área dos estabelecimentos (%)	
	1970	1995	1970	1995
Menos de 10	54,9	57,5	4,7	4,6
10 a menos de 100	37,4	36,0	29,1	25,2
100 a menos de 1 000	7,3	6,0	43,0	35,6
1 000 a menos de 10 000	0,4	0,5	19,5	24,5
10 000 e mais	0,0	0,0	3,7	10,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 1995 – 1996

Segundo análise da Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia, publicada em 1983, com base na divisão regional estabelecida pelo IBGE, a Micro Região Homogênea Chapadões do Alto do Rio Grande, da qual os principais municípios que estudamos fazem parte, apresentava baixos índices de ocupação. Era a Região do Estado onde existiam as maiores taxas de expansão de áreas públicas apropriadas (terras devolutas), situação decorrente de um processo violento com fins especulativos (CEPA, 1983), que se acentuou após uma década e meia. Em estudo recente (2000)⁵⁴ sobre a dinâmica econômica e social do Estado, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), confirmou que a Região consolidou um sistema produtivo em que predomina a grande concentração monopolista das unidades de maior extensão. São propriedades formadas em terras recém-apropriadas do Estado, que anteriormente eram ocupadas por pequenos produtores. A partir desse quadro, o cerrado baiano passou a ser um espaço produtivo do Estado em que

[...] apesar de possuir a maior área plantada dentre todas as regiões do estado, Barreira [o Oeste Baiano e as suas áreas com cerrados] não está entre as que mais empregam. Tal fato decorre da composição de seu mix de culturas, no qual se destacam os grãos, principalmente a soja, o milho e o arroz. Tipicamente, os grãos têm pouca capacidade de absorção de mão de obra (...) a sua estrutura agrária é bastante concentrada, com 82% da área total constituída por grandes propriedades e apenas 3% sendo composta por minifúndios (...) (SEI, 2000, p. 52).

⁵⁴ Estudo realizado a partir da base de dados do Sistema Nacional de Cadastros Rurais – SNCR de 02/07/1998.

As mudanças ocorridas na base técnica dos cerrados baianos, depois de rompido o seu isolamento com outras áreas, não foram suficientes para modificarem o perfil da distribuição das áreas dos estabelecimentos agropecuários. Essa Região continuou sendo aquela com maior concentração no Estado, como mostra os índices de Gini⁵⁵, calculado a partir de séries de dados históricos organizados pelo Sistema Nacional de Cadastros Rurais – SNCR/INCRA.

O modelo de modernização agrícola que se desenvolveu nos cerrados do Oeste da Bahia, se, por um lado, trouxe consigo imigrantes e empresas em busca de novas terras para o cultivo de grãos, principalmente da região sul do país, e modificou a base técnica de um espaço significativo do território regional, por outro, acentuou as desigualdades no uso e na posse da terra.

O processo de ocupação de terras que ocorreu a partir do fim da década de 1970 não foi pacífico. A legislação sobre o uso e a posse da terra e a escrituração precária nos cartórios regionais facilitou grilagem, tendo por conseqüência o acirramento de conflitos pela terra, entre pequenos produtores já instalados na Região e os novos ocupantes. Conflitos que resultaram em mortes de trabalhadores, posseiros, técnicos e profissionais liberais. Como o processo de instalação da fronteira agrícola nos inícios dos anos de 1980 somente levou em conta os interesses dos grupos econômicos que estavam se deslocando para a Região, os posseiros e pequenos produtores foram completamente desconsiderados. Foram nesses espaços que se constituíram loteamentos rurais, repassados inicialmente para cooperativas e posteriormente revendidos sem o mínimo controle das instituições estatais.

A grilagem de terras no Oeste baiano, não representava um fato isolado ou uma ação de pessoas que transgrediam as leis, mas tratava-se de ações incentivadas e que faziam parte da viabilização de um novo modelo econômico na Região. Fazia parte do processo de expansão capitalista nos cerrados baianos, que, com avanços e recuos, foi se concretizando.

⁵⁵ “Medida do grau de concentração de uma distribuição que varia entre zero e um. Teríamos $G=0$ se houvesse perfeita igualdade na distribuição da posse da terra, isto é se todos os estabelecimentos tivessem a mesma área e houvesse milhares de microminifúndios quase sem terra.” (Hoffmann, 1979, p. 208). O índice de Gini da malha fundiária dos 23 municípios é de 0,806. Para Hoffman trata-se, sem dúvida nenhuma, de um índice de forte concentração da posse da terra.

Esse quadro foi agravado devido às relações de poder patrimonialistas, ao arcaico sistema de escrituração imobiliária do Estado e à precária legislação sobre a reforma agrária⁵⁶ no Brasil.

Como no conjunto das regiões econômicas do Estado, a estrutura da propriedade na Região Oeste está assentada em bases econômicas excludentes. Os dados presentes nos censos agropecuários e no Sistema Nacional de Cadastros Rurais – SNCR representam a realidade fundiária regional, mesmo que com ressalvas, devido às condições precárias das escriturações regionais.

Por outro lado, a venda de terras do Oeste baiano em outras regiões do país, através dos classificados de jornais de grande circulação, aponta para a predominância de uma ideologia segundo a qual essa Região teria grande quantidade de terras disponíveis, para uso imediato, e com preços acessíveis. Isso decorre do fato de que, durante as últimas duas décadas e meia, tanto os grandes proprietários quanto o Estado foram coniventes com a compra de posses individuais, resultando na criação de grandes loteamentos. Transações imobiliárias que, segundo os produtores que adquiriram esses lotes, foram feitas mediante recibos de compra e venda, sem registros em cartórios e, portanto, sem lavrar escritura definitiva.

Muitas dessas propriedades, agora loteadas, desmembradas e/ou adquiridas por terceiros via recibos ou promessas de compra e venda, passaram por processos de regularização fundiária viabilizada pelo Estado, pré-condição para a obtenção de financiamentos agrícolas de bancos oficiais. Segundo o gerente regional do Banco do Brasil, um número significativo desses financiamentos não foi quitado e várias propriedades passaram por novos processos de transferências. Para os produtores a inadimplência começou quando as cooperativas, parceiras durante um longo período, faliram. Quanto aos empréstimos realizados a pessoas físicas, têm sido objeto de sucessivos refinanciamentos por parte de todos os governos após o ciclo militar. Para um produtor regional entrevistado: “são financiamentos impossíveis de pagar, mesmo já sendo refinanciados diversas vezes”.

⁵⁶ Os sete municípios pesquisados dispõem de áreas desapropriadas pelo INCRA para fins de reforma agrária, distribuídas da seguinte forma: Angical – 1 área com 53.375,8; Barreiras – 1 área com 984,2; Correntina – 1 área com 25.688,0; Formosa do Rio Preto – 1 área com 4.980,7; Luis Eduardo Magalhães – 1 área com 12.500,0; Riachão das Neves – 3 áreas com 14.301,0; e, São Desidério – 1 área com 2.087,5. O volume total de áreas desapropriadas para fins de Reforma Agrária entre os sete municípios é de 113917,2 ha, distribuído em nove áreas.

Desde o início da modernização da agricultura no Oeste baiano, não ocorreu alterações na concentração da propriedade fundiária nos cerrados baianos. Pelo contrário, percebe-se que essa concentração permanece enquanto tendência regional, agora com muita mais intensidade do que no período inicial de expansão dessa nova fronteira agrícola. Observando-se os estabelecimentos com menos de 100 hectares (65% do total) confirma-se essa tendência, pois estes estão gradativamente perdendo o seu papel na economia regional, transformando-se em meros locais de moradia, sítio ou quando muito local de produção para o autoconsumo familiar. Provavelmente os pequenos produtores encontram-se agora subordinados diretamente ao capital, em atividades assalariadas.

O mesmo parece ocorrer nos perímetros irrigados públicos, voltados para pequenos produtores, que foram implantados pela CODEVASF nos últimos 20 anos. Alguns dos produtores selecionados para esses perímetros incorporaram atividades produtivas com técnicas e métodos dos produtores modernos instalados nos cerrados. Ocupam suas áreas produtivas com culturas para exportação e encontram-se integrados à moderna produção agrícola, porém o grau de endividamento assumido por eles termina por os inviabilizarem. Nas entrevistas com esses produtores constantemente eles alegam que tal endividamento ocorre em função da característica dos seus lotes (direito à posse, mas não à propriedade durante longo período), que é um “patrimônio imobilizado”. No que consta às questões fundiárias, tanto as ações de implantação dos perímetros irrigados públicos quanto a implantação de projetos de reforma agrária nos territórios de alguns municípios foram insuficientes para modificar o perfil fundiário regional.

A Tabela 9 apresenta o quadro atual da estrutura fundiária dos 23 municípios da Região. Nela vê-se o alto grau de concentração da propriedade da terra: cerca de 9% (3.394) do total de imóveis agrícolas (36.523), situados no grupo de área acima de 1.000 hectares, concentravam 69,98% (9.738.076,06) da área total agrícola da Região, que é de 13.915.702,41 ha. Enquanto na outra ponta, 23.594 imóveis rurais (64,59%) localizados no grupo de área entre 0 e menos de 100 hectares, estão distribuídos em apenas 4,27% da área agrícola de toda Região. Estes dados oriundos do Sistema Nacional de Cadastro Rural do INCRA para o ano 2006, indicam grande concentração monopolista de unidades de maior extensão na Região.

Tabela 9 – Estrutura fundiária dos municípios – Região Oeste, Bahia – 2006

Grupos de área total (ha)	Total de Imóveis	%	Área Total (ha)	%
Menos de 10	7.930,00	21,71	23.818,26	0,17
De 10 a menos de 50	11.557	31,64	298.256,86	2,14
De 50 a menos de 100	4.107	11,24	272.394,76	1,96
De 100 a menos de 500	6.535	17,89	1.584.438,99	11,39
De 500 a menos de 1.000	3.000	8,21	1.998.717,48	14,36
De 1.000 a menos de 5.000	2.929	8,02	6.037.780,01	43,39
De 5.000 a menos de 10.000	437	1,20	3.025.083,36	21,74
Maior ou igual a 10.000	28	0,08	675.212,69	4,85
Total	36.523,00	100,00	13.915.702,41	100,00

Fonte: INCRA. Sistema Nacional de Cadastro Rural – Imóveis ativos. 2006

Esta concentração fundiária facilitou a implantação de um modelo de exploração agrícola impulsionado pelo governo federal, que teve por conseqüência a expulsão de pequenos proprietários e posseiros das áreas rurais, contribuindo para o inchamento dos centros urbanos regionais, favelização, degradação ambiental, subemprego e desemprego.

Diante das características conservadoras que estão presentes no processo de modernização da agricultura brasileira, os dados acima devem entendidos como componentes de uma situação mais ampla, ainda que circunstanciados nos municípios que foram “eleitos” para fazer parte do processo que se instalou nos cerrados baianos.

O predomínio das grandes propriedades produtoras de grãos nos espaços dos cerrados dos municípios de Barreiras, Correntina, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério, e a produção mecanizada de fruticultura nos vales dos municípios de Angical e Riachão das Neves são exemplos do modelo produtivista de produção agrícola que foi instaurado a partir do processo de modernização da agricultura no Brasil. Nesses municípios o modo de exploração apresenta-se ainda mais excludente do que o visto em outras regiões do país. Diz-se isso porque nesses grandes estabelecimentos da Região somente parte de suas áreas são utilizadas com plantios de culturas exportáveis e/ou pecuária, predominantemente com nível tecnológico elevado, empregando pouca mão-de-obra.

Sobre a estrutura fundiária dos sete municípios pesquisados, a partir dos dados presentes na Tabela 10, pode-se dizer que se trata de espaços onde as tramas e artifícios jurídicos, apontados acima, foram melhor utilizados por parte dos grandes produtores e das

empresas rurais ali instaladas. Nos municípios estudados as propriedades sofreram maior fracionamento, o que pode ser visto ao analisar-se:

- a) Os imóveis situados no grupo de áreas de 100 a menos de 1.000 hectares, ou seja, 33,59% do total⁵⁷, ocupavam 27% da área total em hectares produtivos dos municípios impactados com a moderna agricultura. Analisando-se esse mesmo grupo de áreas para o conjunto da Região, observa-se que aparentemente há um grau de concentração mais acentuado, pois 26% dos imóveis ocupariam 35% das áreas produtivas;
- b) os imóveis situados nos grupos de áreas de menos de 10 hectares e de 10 a menos de 50 hectares, representando 44, 4 do total, ocupavam apenas 1,23% da área total dos espaços incorporados à moderna agricultura, enquanto no conjunto da Região esses mesmos grupos, com 64,5% dos imóveis, ocupavam pouco mais de 4% da terra;
- c) os imóveis dos três últimos grupos de áreas⁵⁸, representando 14% do total, concentram 70% das terras localizadas nos municípios mais impactados com a moderna agricultura. Enquanto que no conjunto da Região esses percentuais são respectivamente 9,3% e 69,9%, apresentando uma taxa de concentração mais elevada.

Tabela 10 – Estrutura fundiária dos municípios pesquisados – 2006

Grupos de área total (ha)	Total de Imóveis	%	Área Total (ha)	%
Menos de 10	3.295	20,99	7.342,86	0,09
De 10 a menos de 50	3.676	23,41	94.681,58	1,14
De 50 a menos de 100	1.209	7,70	79.225,43	0,96
De 100 a menos de 500	3.143	20,02	838.062,91	10,13
De 500 a menos de 1.000	2.131	13,57	1.433.142,112	17,32
De 1.000 a menos de 5.000	1.986	12,65	3.818.072,92	46,13
De 5.000 a menos de 10.000	244	1,55	1.642.342,48	19,84
Maior ou igual a 10.000	16	0,10	363.822,6	4,40
Total	15.700	100,00	8.276.692,892	100,00

Fonte: INCRA. Sistema Nacional de Cadastro Rural – Imóveis ativos. 2006

⁵⁷ Este grupo é o que se encontra mais integrado à agricultura de grãos. Nele, os produtores são altamente dependentes das processadoras e são os que mais incorporam insumos modernos.

⁵⁸ De 1.000 a menos de 5.000, de 5.000 a menos de 10.000 e de mais de 10.000.

O índice de Gini calculado para a Região reflete o processo concentracionista da terra ($G= 0,746$). Já no caso dos sete municípios estudados, observam-se índices inferiores a este. É necessário chamar a atenção para o fato de que tal distribuição é decorrente de artifícios jurídicos que tem desmembrado parte das propriedades evitando, assim, disputas judiciais e facilitando as negociações com os agentes financeiros. É provável que tenha sido esse o motivo da existência de uma distribuição de terras com características aparentemente menos concentradora no recém criado município de Luis Eduardo Magalhães. Neste, o índice de Gini é de 0,55. Enquanto os municípios de Riachão das Neves, no qual a pequena produção é ainda significativa, apresenta um índice de Gini de 0,73, e Angical, no qual existe a maior área contígua de Reforma Agrária do país, tem um índice de 0,70. Nos dois últimos casos, ter-se-ia uma forte concentração da posse da terra.

Como já referido, o processo de modernização agrícola dos cerrados baianos tem-se caracterizado pelo seu caráter excludente, quer se considere as culturas plantadas, quer se considere o tamanho das propriedades. A situação aqui vista a partir da malha fundiária será confirmada com a análise dos aspectos produtivos dos municípios estudados.

O mesmo pode ser dito quanto aos novos grupos de proprietários incorporados à moderna agricultura dos cerrados baianos. Tal caráter excludente decorre também do fato de esse segmento social jamais assumir o papel de agente que pugna por uma autonomia da sociedade local. Tal grupo é responsável por uma modernização e especialização que vêm convertendo, em larga escala, a sociedade regional em consumidora retardatária.

Esse grupo de produtores, que se deslocaram para a Região a partir da abertura da fronteira agrícola, não exercem controle sobre o processo produtivo. Isso porque, primeiro constituem um pequeno grupo (segundo informações da AIBA, em 2006, somente 156 produtores plantaram algodão; 950 plantaram soja e 44 plantaram café; muito desses produtores plantaram soja e algodão); e, segundo, devido ao elevado volume de endividamento com o sistema financeiro, com as indústrias processadoras e com o setor de máquinas e insumos, fragilizando sua posição na esfera produtiva. Nas entrevistas realizadas com esse segmento social, observou-se que a sua capacidade de endividamento se esgotou⁵⁹.

⁵⁹ Foi impossível fazer um levantamento do tamanho das dívidas desses produtores. As agências do sistema financeiro instaladas regionalmente afirmam que se trata de sigilo bancário e todas as informações estão centralizadas em Brasília. Quando entramos em contato com o Banco do Brasil em Brasília, que se trata do

Muitos apontam como solução a procura de um novo espaço produtivo no país, portanto a saída da Região. . Acreditam que novas áreas agrícolas com as mesmas benesses estatais que privilegiaram o Oeste baiano possam surgir a qualquer momento.

4.2. A estrutura de produção regional

A dinâmica econômica que se imprimiu no setor agrícola da Região, a partir do final da década de 1970, modificou parte significativa da base econômica regional. Apresentou uma nova territorialidade econômica, de matriz completamente desconhecida ao Estado. Foi um dos espaços eleitos no território nacional para ser contemplado com as profundas transformações da base agrícola que ocorria no interior do país.

A gênese da dinâmica do crescimento econômico da Região está no seu setor agrário. O espaço estudado foi considerado “como mais propício ao fortalecimento de cadeias produtivas agroindustriais, principalmente através da implantação de empresas fabricantes de rações, de abate, resfriamento e embutidos de suínos e aves, processadoras de sucos de frutas e outras” (CAR, 1997, p. 49). Experimentou significativa expansão de sua produção agrícola, tanto do ponto de vista do volume físico quanto da produção de grãos, tendo a soja como cultura principal.

Para situar-se a estrutura da produção regional, é fundamental um rápido retrospecto sobre a produção de grãos no território nacional, principalmente a soja. Sua produção concentrou-se, primeiro, na região Centro-Sul até o início do processo de modernização conservadora da agricultura. A partir da consolidação desse processo outras regiões do país passaram a incorporar a produção de grãos, tendo a soja como a principal cultura. A expansão da área cultivada dessa cultura no Brasil é resultado da incorporação de novas áreas nas regiões Centro-Oeste e Norte e da substituição de áreas plantadas com outras culturas na região Sudeste.

principal credor, as informações que recebemos é que as agências que fizeram as negociações e os primeiros contratos são as que contam com esse controle.

Segundo a EMBRAPA (2000), a expansão da área cultivada com soja em 88% entre 1970 e 1973 nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ocorreu devido ao processo de substituição de culturas tradicionais, principalmente arroz, feijão, mandioca, batata, cebola, milho e café. No mesmo período, a expansão de novas fronteiras resultou apenas em 12% do aumento da produção. Essa situação prevaleceu até meados da década de 1970. A partir daí, a região em expansão (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal) começou a apresentar acréscimos substanciais na área semeada, enquanto na região tradicional esta área permaneceu a mesma.

O processo de crescimento da produção de soja nos cerrados nacionais ocorre paralelo à redução da produção de alimentos básicos para o abastecimento interno. A introdução da produção de soja na região em expansão de fronteiras agrícolas deu-se a partir do início da década de 1980. De uma área igual a 1,29 milhões de hectares e uma produção de 2,2 milhões de toneladas em 1980, a região Centro-Oeste do Brasil passou a cultivar 5,08 milhões de hectares, com uma produção de 10,3 milhões de toneladas em 1989. Nesse ano, a produção dessa região representou 45% da produção nacional. No processo de incorporação de 3,79 milhões de hectares na produção de soja, durante o período 1980/89, houve contribuição líquida da cultura, traduzida na expansão da fronteira agrícola, incorporando ao processo produtivo áreas antes inexploradas.

Na safra 1998/99, a Região Centro-Oeste contribuiu com 42% da produção nacional de soja, enquanto a contribuição da Região Sul foi de 43%. Verificou-se, através de uma regressão linear, que no período correspondente às safras 1989/90 a 1998/99, a produção da região apresentou uma taxa média anual de crescimento de 7,5%. Este crescimento deveu-se mais ao aumento da produtividade do que da área semeada, pois esta última área apresentou uma taxa média de crescimento de 3,3% ao ano, enquanto que a primeira cresceu a uma taxa de 4,2% ao ano.

Situação distinta ocorreu com as culturas destinadas ao mercado interno, como milho, arroz e feijão. Essas culturas, a partir do início da década de 1980, foram relegadas a segundo plano, sofrendo redução na área de cultivo, seguindo a tendência nacional, mesmo sendo compensadas por ganhos de produtividade. Isso é consequência da modernização conservadora da agricultura nacional fundada sobre mudanças na base técnica do setor agropecuário. Nesse contexto, a soja aparece como cultura-chave.

Foi a partir das mudanças ocorridas na base técnica da agricultura nacional que o modelo da soja foi definitivamente implantado, sendo considerado o setor precursor nas diversas inovações dos sistemas de produção e processamento de produtos agropecuários no país. A evolução da produção e do consumo da soja está estritamente relacionada com as grandes transformações da agricultura no fim do século XX.

O aumento da área agrícola plantada de 48,6 milhões em 1993 para 53,5 milhões em 2002, conforme a Tabela 11, ocorreu basicamente devido à expansão da área plantada com a cultura da soja nos diversos espaços agrícolas do território nacional. A expansão do cultivo dessa leguminosa ocorre em detrimento das principais culturas de subsistência, que vêm perdendo gradativamente espaço para os produtos exportáveis. Além de gradativamente ir reduzindo as áreas plantadas de culturas tradicionais, a soja, para tornar-se viável economicamente, precisa ser produzida em larga escala; por outro lado, os procedimentos mecânicos adotados para seu cultivo reduzem o contingente de pessoas nele envolvido a um mínimo necessário.

Tabela 11 – Evolução da área plantada: produção e produtividade de soja, arroz, feijão e milho – Brasil, 1993 – 2002

Produtos	Área Plantada (milhões de hectares)			Produção (milhões de toneladas)			Produtividade (T/Ha)		
	1993	2002	2003	1993	2002	2003	1993	2002	2003
Soja	10,6	-	18,5	22,6	-	52,2	2,13	-	2,82
Arroz	4,6	3,2	-	10,1	10,5	-	2,2	3,28	-
Feijão	4,7	4,3	-	2,5	3	-	0,53	0,7	-
Milho	12,8	12,9	-	30	43,5	-	2,34	3,37	-

Fonte: IBGE, CONAB

A partir da evolução da área cultivada nos períodos apontados acima, percebe-se que a área cultivada com soja aumentou de 10,6 para 18,5 milhões de hectares, enquanto a produção cresceu 130%, passando de 22,6 para 52,2 milhões de toneladas. Esse aumento de produtividade ocorre devido à utilização de pacotes tecnológicos produzidos pela indústria química e por grandes laboratórios internacionais. Observando-se alguns detalhes da tabela acima, verifica-se, também, que o aumento da área plantada com soja ocorreu em detrimento

da redução das áreas plantadas com arroz e feijão, culturas produzidas por pequenos produtores.

Nos espaços produtivos do Oeste baiano, a ocupação da fronteira agrícola também contou como carro-chefe do seu processo a cultura da soja, reproduzindo de modo mais acirrado as tendências acima apontadas. Desde o início de sua introdução nos cerrados baianos, a cultura de soja apresenta características distintas de outras cultivadas nesses espaços produtivos. Praticamente inexistia no Estado da Bahia antes de 1980. É somente em 1981 que o IBGE registra os resultados da primeira colheita realizada na Região. Em pouco menos de vinte e cinco anos, passou de 3.080 hectares de área colhida (1981) para 866.800 hectares (2005).

Na primeira década da introdução da soja na Bahia (1980 – 1990) verifica-se uma taxa de anual crescimento da área plantada superior a 68% a.a. O incremento da área plantada e da produção de soja nos espaços dos cerrados baianos foi resultado dos vários incentivos governamentais entre eles creditícios, pesquisas, apoio técnico, e outros. Também graças a uma forte demanda do mercado externo, principalmente de farelo de soja.

Durante a primeira década de consolidação da fronteira agrícola no Oeste baiano, a tendência de crescimento da sua área plantada acompanhou a quantidade produzida da sua principal cultura. A partir do início da segunda década de viabilização da fronteira e consolidado o processo conservador de modernização da agricultura nos cerrados baianos, ocorre uma desaceleração no crescimento plantada. A taxa de crescimento da área colhida com soja no período compreendido entre 1990 e 2000 foi de 5,73% a.a. acompanhando a tendência da região Centro-Oeste do país. A redução no ritmo de apropriação de novas áreas de cultivo, no entanto, não altera a condição da soja enquanto uma cultura extensiva, produzindo em larga escala, e, com isso, levando à retração das pequenas propriedades, inadequadas para o seu cultivo.

As taxas de crescimento anual da produção da soja na primeira década de expansão da fronteira agrícola vêm sofrendo, a partir de 1990, oscilações positivas, com uma intensidade de crescimento nos últimos 15 anos bem inferior aos 71% a.a. dos primeiros anos da sua introdução nos cerrados baianos. Entre 1990 e 2000, a taxa de crescimento da produção em toneladas da cultura da soja nos cerrados baianos foi de 21,20% a.a.; já entre 2000 e 2005

observa-se uma expressiva queda, pois a taxa de crescimento da produção regional não chegou aos 5% a.a.

Como já referido e presente nos gráficos, nos cerrados baianos parece consolidar-se as tendências produtivista do processo de modernização da agricultura no território nacional. Trata-se de uma Região que apresenta ano a ano a expansão da cultura da soja nas suas fronteiras agrícolas. O processo de crescimento da área cultivada com soja cresce, mas de forma menos intensa que o aumento da produção. Trata-se de um processo que tem se apresentado na Região de forma constante na última década. São oscilações positivas nos marcos dos aspectos produtivos dessa cultura. São mudanças que estão sendo promovidas pelas forças agrárias modernas, distintas das tradicionais no modo de organizar a produção e a distribuição de suas atividades.

Essas são transformações radicais, que visam criar sustentabilidade do setor agrícola regional e possibilitar a sua integração à dinâmica industrial de produção nacional, através da constituição de complexos agroindustriais, tendo a soja como carro-chefe. Este processo por mais interessante e competitivo economicamente, foi o grande responsável pela desorganização acelerada da base produtiva regional fora dos espaços da agricultura moderna. A importância da concentração da produção em três dos sete municípios estudados nas duas medidas não é somente uma constatação, trata-se de uma confirmação do processo concentracionista da dinâmica regional.

No caso específico do Oeste baiano, essa situação de ausência de perspectiva de espraiamento da moderna produção ocorre e tem com um dos fatores chaves, o controle exercido desde 1991 do processamento industrial da soja. Primeiro, quando em 1991 se instalou a CEVAL⁶⁰ Alimentos do Nordeste e posteriormente uma empresa baiana – Grupo Chaves – OLVEBASA. As duas empresas passaram por processos de vendas e

⁶⁰ CEVAL – A sua matriz encontrava-se instalada fora da região, na cidade de Gaspar, no Estado de Santa Catarina. A partir de 1998, a empresa sofreu um forte reordenamento das suas operações. Entendendo que o processamento de soja é um negócio que a médio prazo ficaria restrito a poucas empresas, com extensas estruturas logísticas de atuação mundial e possibilidades de fazer grandes aportes de capital Em 1988 ocorreu a transferência do seu controle acionário da empresa para Grupo Bunge, da Argentina, reforçando a posição de segunda maior empresa do Brasil no setor de conglomerados alimentícios, maior processadora de soja da América Latina e terceiro maior grupo do setor em todo o mundo (CEVAL, 1998). Esta empresa, segundo notícia veiculada pelo jornal A TARDE, de 20.06.2000, para ampliar as suas ações na Região Oeste do Estado da Bahia e em três municípios do Estado do Mato Grosso, foi contemplada com financiamentos públicos (BNDES);

arrendamentos. Mas que não resultou em modificações desse quadro. Somente se consolidou posteriormente. A primeira, a CEVAL, considerada pelos primeiros plantadores de soja nos cerrados baianos como a empresa responsável pelo progresso gerado no antigo povoado de Mimoso, em um dos processos considerados normais de reconcentração do capital internacional o seu controle acionário foi repassado a BUNGE⁶¹ Alimentos.

O grupo Chaves de tradições no processo de comercialização e industrialização de oleaginosas no mercado baiano, logo no início do seu funcionamento nos cerrados apresentou problemas econômicos e sentiu-se forçado a iniciar um processo de negociações de arrendamento da sua planta industrial a CARGILL⁶². Parece que o processo de falência e saída do Grupo baiano dos cerrados incentivou as análises profundamente discriminatórias já existentes. Para os produtores que estavam nos cerrados durante o período de funcionamento da processadora sob direção do grupo baiano, quando entrevistados, afirmavam: “o que ocorreu foi incapacidade e falta de vontade de trabalhar”. Com risos e sem muitas explicações diziam mais: “ela funcionava em Barreiras”

⁶¹ No site da BUNGE, as seguintes informações são prestadas pela empresa: A história da Bunge começa em 1818, quando foi fundada a Bunge & Co., em Amsterdã, Holanda, por um negociante de origem alemã, Johannpeter G. Bunge, para comercializar produtos importados das colônias holandesas e grãos. Em 1905, a Bunge participa minoritariamente do capital da S.A. Moinho Santista Indústrias Gerais, empresa de compra e moagem de trigo de Santos (SP - Brasil). É o início de uma rápida expansão no País, adquirindo diversas empresas nos ramos de alimentação, agribusiness, químico e têxtil, entre outros. Em 1997 adquire a Ceval Alimentos, líder no processamento de soja e produção de farelo e óleos e também a IAP, tradicional empresa de fertilizantes do país. No ano seguinte, compra a Fertilizantes Ouro Verde. Em 2000, adquire a indústria de fertilizantes Manah, uma das maiores do setor. No mesmo ano, decide fortalecer suas empresas de fertilizantes e alimentos no Brasil. Surge, então, em agosto, a Bunge Fertilizantes, união da Serrana, Manah, IAP e Ouro Verde e, em setembro, a Bunge Alimentos, união da Ceval e da Santista. Dentro de sua estratégia de crescimento, a Bunge cria, em 1998, a Bunge Global Market, atual Bunge Global Agribusiness, uma empresa de atuação mundial, especialmente voltada ao cliente e responsável pelo comércio internacional de commodities da empresa. Com ela, a Bunge tem acesso aos mercados mais promissores do mundo e amplia consideravelmente sua presença internacional, firmando-se cada vez mais como uma empresa globalizada. Na década de 90, a Bunge concentra sua atuação mundial em três áreas, que se complementam: fertilizantes, grãos e oleaginosas e produtos alimentícios. Em 1999, a Bunge muda sua sede para White Plains, Nova York, EUA, e em agosto de 2001, abre seu capital na bolsa de Nova York. Ainda em 2001, na Argentina, a Bunge adquire a La Plata Cereal, uma das maiores empresas de agribusiness do país, com atividades no processamento de soja, industrialização de fertilizantes e instalações portuárias. No Brasil controla a Bunge Alimentos, a Bunge Fertilizantes e a Fertimport e mantém a Fundação Bunge. Em 2005, completou 100 anos de atividade no Brasil.

⁶² No site da Cargill encontram-se as seguintes informações da empresa sobre sua área de atuação e sua implantação no Brasil: “A Cargill é fornecedora internacional de produtos e serviços nos setores de alimentação, agricultura e gestão de riscos. Com 142 mil funcionários em 61 países, tem o compromisso de utilizar seu conhecimento e experiência para colaborar com clientes, ajudando-os a alcançar o sucesso. No Brasil há 40 anos, tem o perfil de uma companhia diversificada. Suas raízes estão ligadas ao setor do agronegócio, sendo também uma das indústrias de alimentos mais importantes no País. Com sede em São Paulo (SP), a empresa tem unidades industriais e escritórios em cerca de 180 municípios brasileiros e cerca de 23 mil funcionários. No Brasil desde 1965, a Cargill vem construindo um perfil de empresa diversificada. Hoje, é uma das maiores indústrias de alimentos do País, com fábricas, escritórios e terminais portuários em todo o território nacional. A Cargill no Brasil está entre as principais unidades da companhia - que tem sede em Minneapolis (EUA) - e oferece soluções diferenciadas na comercialização, processamento e distribuição de produtos e serviços agrícolas, alimentícios, financeiros e industriais.” <http://www.cargill.com.br>. Capturado em 17/04/2007.

A CARGILL começou a atuar na região a partir do ano de 1998, com o arrendamento, por um período de nove anos com mais dois anos de carência da unidade de processamento pertencente ao Grupo Chaves – OLVEBASA. A presença de uma segunda processadora com características e interesses demarcados em outros espaços do capital contribuiu no incremento, a partir do início do ano de 2000, em 30% do volume de esmagamento de soja na Região.

Como se tratam de corporações internacionais e com lógicas de funcionamento próprias, as duas indústrias instaladas a jusante não consideram a possibilidade de ganhos integrando a produção regional fora dos espaços dos cerrados, exclui esses grupos de produtores em qualquer das suas atividades que venham integrar esse grupo em atividades do complexo agrícola moderno. Nas entrevistas com prepostos dessas empresas não sentimos grandes entusiasmos em ampliar as atividades industriais na Região. São as duas empresas que controlam o tamanho da produção regional a partir do processo de financiamento direto e aquisição de safras e por isso definem o tamanho das safras regional. A modernização de suas plantas industriais⁶³, assim como a incorporação de novas áreas está diretamente derivada das suas necessidades e do mercado internacional.

Mesmo sendo considerado um ganho econômico para o conjunto da Bahia a produção de soja nos espaços dos cerrados baianos, assim como a dinâmica industrial que essa produção está trazendo a espaços antes considerados hostil ao capital, os dados apresentados devem ser cuidadosamente analisados. Pois se trata de uma monocultura, altamente mecanizada, que exige uma escala de produção que muitos dos produtores que incorporaram técnicas modernas nos cerrados do Oeste dificilmente conseguirão alcançar, quer seja devido aos custos dos insumos modernos necessários à produção competitiva do mercado, quer seja devido às características excludentes que um processo com essa natureza imprime. As características que se imprimiram a moderna produção agrícola no Oeste Baiano aumentaram rapidamente as desigualdades regionais, tanto entre os espaços excluídos desse processo de modernização, bem como naqueles onde se concretizaram as relações técnicas

⁶³ Segundo dados da EMBRAPA (2000), uma planta extratora de óleo de soja, passa a ser mais competitiva quando ela é operada com uma escala mínima de processamento de 1.500 toneladas de soja por dia durante 300 dias/ano, o que não ocorre com as plantas das duas processadoras presentes na Região.

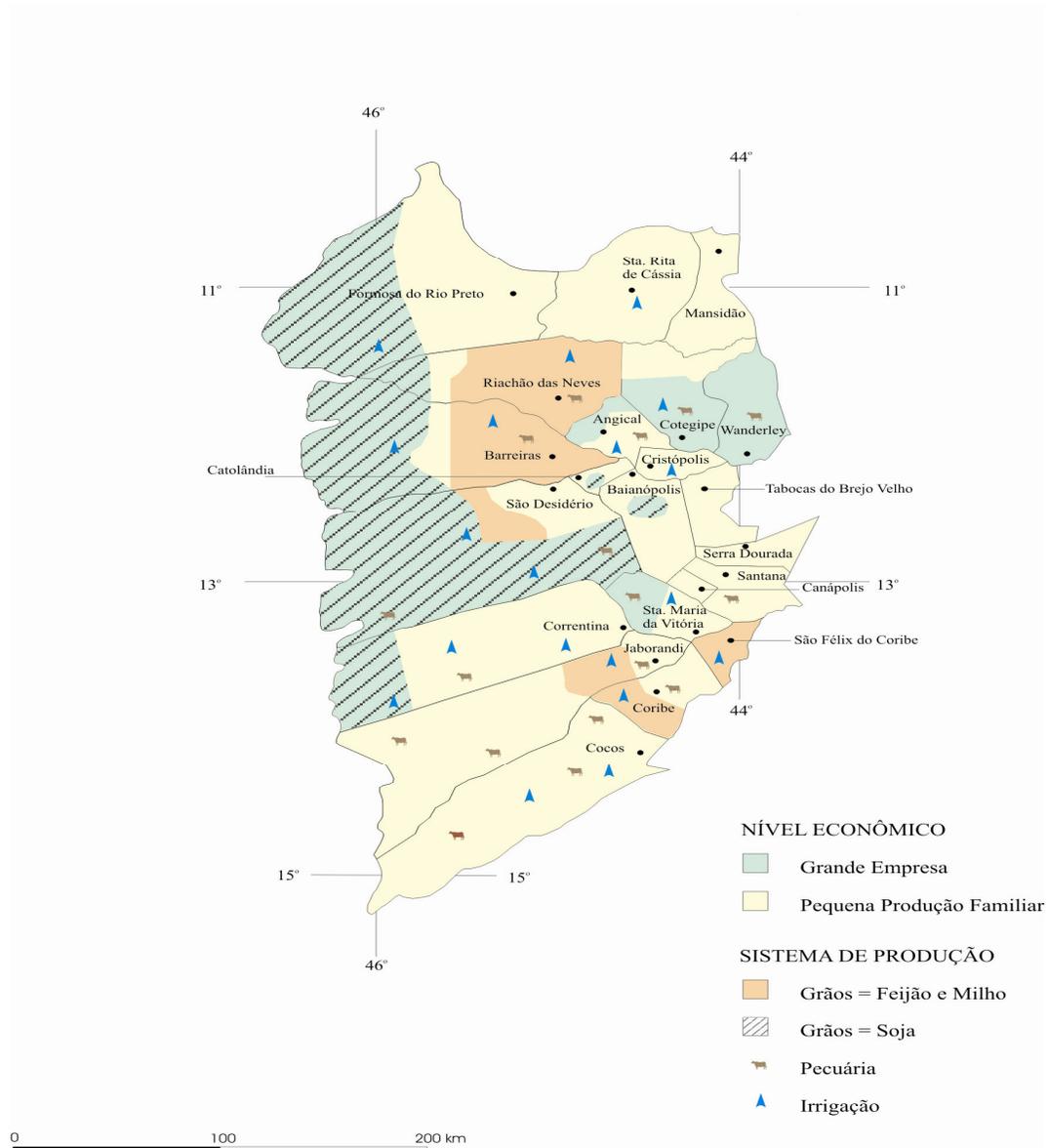
modernas, pois aí alguns produtores se tornam mais “aptos” que outros⁶⁴, algumas corporações desenvolvem-se mais do que outras.

Infere-se a partir dos dados de produção agrícola regional, principalmente da cultura da soja, que o efeito multiplicador das mudanças ocorridas nos espaços de cerrados no Oeste baiano sobre a base agrária regional é reduzido, sendo escassos o espaço de novos territórios produtivos incorporados, como fica ilustrado no mapa a seguir, onde a grande empresa e a moderna produção, representada pela mancha verde, ocupam uma parte menor que a área que se desenvolve a cultura de subsistência. Mesmo ocorrendo o aparecimento de culturas como o algodão e o café no espaço regional, para os assessores da AIBA não ocorreu nos últimos períodos agrícolas significativas incorporações novas áreas, mas, sim o uso intensivo das já incorporadas desde o início da fronteira.

Dessa forma, percebe-se a partir do Mapa a concentração espacial da moderna agricultura forma manchas distintas, que são definidos onde se concentra a modernidade transformada em sinônimo de riqueza. Para Jungus (2004), editora de uma revista periódica destinada aos “gaúchos”, a riqueza são atributos das raízes adquiridas nos Estados do Sul do país; aos apegos das tradições que vem de longe, que trouxe em seu bojo, uma série de princípios e costumes seculares do passado. Entre eles, a conservação da moral e dos bons costumes, tão em falta no mundo moderno.

São espaços que passam a ser tratados por organismos de Estado e instituições financeiras e financiadoras como se fossem superiores; diferentes dos espaços onde se concentra a agricultura tradicional, onde reside a maior parte da população regional. Esses tratados como espaços de ordem inferior. É por conta desse critério que as cidades da Região, exceto Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, gradativamente vem se transformando em centros sem expressão econômica. Nessas duas principais cidades da Região são gerados o conjunto dos valores econômicos produzidos regionalmente, reforçando os fluxos industriais, de comercialização, de serviços (públicos e privados) e reduzindo gradativamente o papel que as outras cidades desenvolviam.

⁶⁴ Encontramos situações com essas características nos espaços modernos que foram ocupados por produtores que vieram incentivados pelas cooperativas nos espaços de cerrados do município de Formosa do Rio Preto.



Fonte: Base Cartografia: Divisão Político-Administrativa do Estado da Bahia, CEI, 1994. Escala 1:1.500.000
Elaboração: Clóvis Caribé Menezes.

Figura 7 – Mapa das atividades rurais – Região Oeste, Bahia

Comparando o mapa da Figura 7 com os dados estatísticos sobre a produção regional das principais culturas nos cerrados baianos, segundo a sua localização, o seu ritmo de crescimento durante os últimos vinte e cinco anos, pode-se afirmar que o desenvolvimento da agricultura comercial na região se destaca atualmente, muito mais devido à ausência de outros espaços agrícolas importantes no Estado.

Ainda a partir do mapa e dos dados estatísticos, vê-se que dos cinco produtos cultivados nos cerrados baianos, a soja é o que mais se destaca nos sete municípios estudados. São municípios onde se encontram as condições mais propícias “ao fortalecimento de cadeias produtivas agroindustriais, principalmente através da implantação de empresas fabricantes de rações, de abate, resfriamento e embutidos de suínos e aves, processadoras de sucos de frutas e outras” (CAR, 1997, p. 49); onde se concentram as grandes empresas, com sistemas de produção de grãos e que recebem os incentivos em infra-estrutura e serviços mais avançados das corporações de pesquisas do setor agrícola moderno. Com isso transformam-se em espaços e territórios diferentes, experimentam significativa expansão de sua produção agrícola enquanto os outros municípios da Região continuam com suas áreas produtivas sendo relegadas a um plano secundário.

Do ponto de vista do volume físico, considerando o período 1980 – 2005, somente a produção de soja, que era de 2.224 toneladas em 1981, ultrapassou a barreira dos dois milhões de toneladas em de 2005. Ao se considerar os últimos 15 anos (1990-2005), a produção da soja subiu de 117.551 toneladas para 2.393.472 mil toneladas em 2005, experimentando taxas de crescimento anual superiores a 20% a.a. Deve-se ressaltar que o crescimento dessa produção durante este período não aconteceu de forma linear, como se pode observar na Tabela 12 sobre a produção regional.

Tabela 12 – Produção de grãos - Região Oeste, Bahia (em toneladas) 1980/1990/2000

PRODUTO	PRODUÇÃO (TON)						
	Períodos/Ano				Tx. Cresc. (%)		
	1980	1990	2000	2005	1980/1990	1990/2000	2000/2005
ALGODÃO	26.494	1.158	110.885	736.491	-26,88	57,80	9,93
ARROZ	9.533	8.675	86.400	89.345	-0,94	25,84	0,17
FEIJÃO	12.254	10.529	51.742	33.124	-1,51	17,26	-2,21
MILHO	2.738	25.969	891.147	1.022.180	25,23	42,41	0,69
SOJA	1.019	117.551	1.508.115	2.393.472	60,77	29,07	2,34

Fonte: IBGE/PAM - Produção Agrícola Municipal.

A partir dos dados presentes sobre produção agrícola nos municípios estudados podemos afirmar que a área ocupada pela moderna agricultura apresenta também superioridade técnica em relação às demais áreas. Segundo dados fornecidos pela AIBA, os produtores da Região contam com aproximadamente 550 pivôs centrais instalados e uma área irrigada de aproximadamente 100 mil hectares, que significa aproximadamente 10% da área cultivada anualmente na região. Partes significativas desses pivôs centrais encontram-se instalados entre os espaços agrícolas dos sete municípios como podem ser vistos no Figura 7.

O surgimento e a incorporação de novas culturas a Região não significou a redução da área cultivada com a cultura da soja, produzida em maior escala nos municípios de Barreiras, São Desidério, Correntina e Luís Eduardo Magalhães. Sendo que esses municípios contam com suas áreas de cerrados quase que totalmente incorporadas à nova dinâmica agrícola implantada na Região.

Conforme as Figuras e Tabelas a seguir, a partir do início da década de 1990, quase a totalidade da área cultivada e quantidade produzida da soja no Estado encontra-se nos espaços agrícolas dos municípios estudados da Região. Principalmente nos espaços agrícolas de cerrados dos municípios de Barreiras, São Desidério, Luís Eduardo Magalhães e Correntina. Deve-se ressaltar que as outras regiões econômicas do Estado, não cultivam a cultura da soja e desde a primeira colheita de soja nos cerrados baianos, realizada na Região Oeste, em 1981, os municípios esses municípios vêm anualmente ampliando sua participação na produção geral do Estado.

**Tabela 13–Área colhida e quantidade produzida de soja (em grãos)
Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005**

Ano	Área colhida (Hectare)			Quantidade produzida (Tonelada)		
	Bahia	Oeste	Subespaço	Bahia	Oeste	Subespaço
1990	360.015	360.000	357.248	220.416	117.551	115.872
1991	210.000	210.000	207.761	441.000	441.000	436.495
1992	320.000	320.000	317.265	480.000	480.000	476.207
1993	381.049	381.049	371.299	592.269	592.269	575.544
1994	434.036	434.036	411.624	873.384	873.384	833.003
1995	470.575	470.575	444.295	1.072.911	1.072.911	1.012.382
1996	433.263	433.263	413.663	700.211	700.211	671.387
1997	456.550	456.550	438.643	1.013.541	1.013.541	975.237
1998	553.700	553.700	525.750	1.188.000	1.188.000	1.130.352
1999	580.000	580.000	551.385	1.150.000	1.150.000	1.108.231
2000	628.356	628.356	600.025	1.508.115	1.508.115	1.443.631
2001	690.000	690.000	659.955	1.407.600	1.407.600	1.348.648
2002	800.000	800.000	764.622	1.464.000	1.464.000	1.399.258
2003	850.000	850.000	813.000	1.555.500	1.555.500	1.487.790
2004	821.270	821.000	781.555	2.365.290	2.364.480	2.250.879
2005	870.000	867.200	814.687	2.401.872	2.393.472	2.248.537

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

[http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/1612/Acessado em 13/04/2007](http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/1612/Acessado%20em%2013/04/2007)

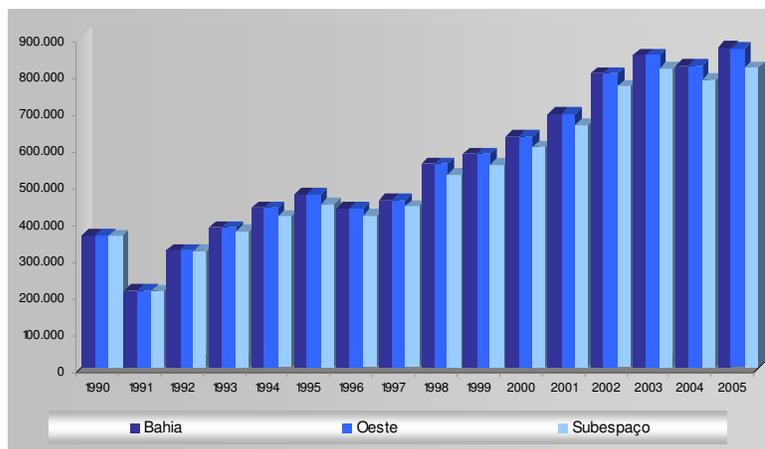


Figura 8 – Área colhida de Soja (em grão) Bahia, Oeste e municípios selecionados, 1990-2005

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

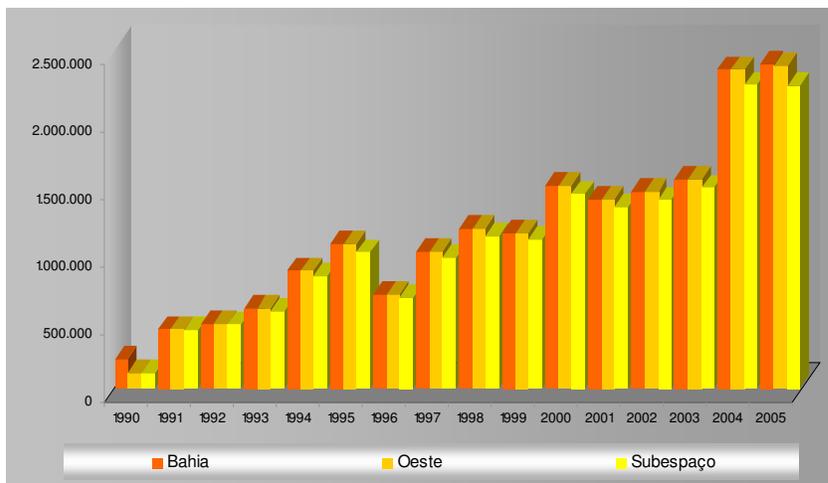


Figura 9 – Quantidade produzida de Soja (em grão) Bahia, Oeste e municípios selecionados, 1990-2005

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

A segunda cultura mais importante para os cerrados baianos no seu processo recente de modernização agrícola é o milho. Apresenta uma produção regional basicamente originária das áreas de sequeiro, sendo ínfima a área irrigada. Por conta de acordos comerciais e da concorrência inter-regional os produtores regionais estão constantemente enfrentando problemas com supersafras de milho de outras regiões e até mesmo da Argentina, que chegam ao mercado nacional com preços inferiores aos custos de produção da cultura na região. Segundo produtores entrevistados próximo ao final do ano de 2006, a previsão da próxima colheita (em 2007) seria acima de um milhão de toneladas do cereal. Para os produtores, mesmo os espaços dos cerrados apresentando “grandes safras” de grãos às pendências financeiras que se arrastam dos anos anteriores permanecem.

Até há pouco tempo, essa cultura, considerada como de subsistência, era cultivada por pequenos produtores em todas as regiões econômicas do Estado. A crescente participação dos municípios com áreas de cerrado da Região Oeste do Estado na ampliação da área cultivada desta e de outras culturas de grãos é resultado do modelo agrícola moderno utilizado na região, com a utilização maciça de tecnologia de ponta. O processo que ocorre nos espaços dos cerrados do Oeste Baiano acontece em um período em que o Estado apresenta uma situação de estagnação e crescimento reduzido da área colhida nas demais regiões econômicas.

Para a cultura do milho duas observações tornam-se necessárias: a primeira, é que se trata de uma cultura que a comercialização da produção ocorre somente para o mercado nacional; e, a segunda, é que nos cerrados baianos trata-se de uma cultura que experimenta nesses espaços um processo marcante, via técnicas e insumos modernos, de crescimento da produção.

Conforme os dados a seguir, mesmo se tratando de uma cultura de subsistência, voltada para o mercado interno, o milho plantado e colhido em grande parte do território do Estado por pequenos e médios produtores, cultivado consorciado com o feijão e outras culturas consideradas “domésticas”, vem perdendo espaços. Mesmo sendo significativo para a manutenção de uma parcela considerável da população rural do Estado e da sua economia agrícola a área colhida por essa parcela de produtores vem perdendo durante a década de 1990 espaços para a produção comercial praticada por grandes e médios produtores do cerrado do Estado que, diferentemente, plantam de forma rotativa e como fornecedora de ração para os animais (aves e suínos) das granjas situadas principalmente na Região Nordeste.

Conforme informações dos grandes comerciantes regional, a competitividade dos produtos da Região tem sofrido abalos devido às péssimas condições das estradas que transportam, principalmente, o milho produzido no Oeste baiano para mercado consumidor que se situa na faixa litorânea da região Nordeste do Brasil. O escoamento deficiente das mercadorias a Região, feito através de uma única rodovia, acaba por onerar o preço final dos produtos regionais. No caso específico das safras de milho e de soja, que passam por fases intermediárias de armazenagem e beneficiamento, a deficiência de meios de transporte para agilizar a circulação das safras também afeta a competitividade do produto final.

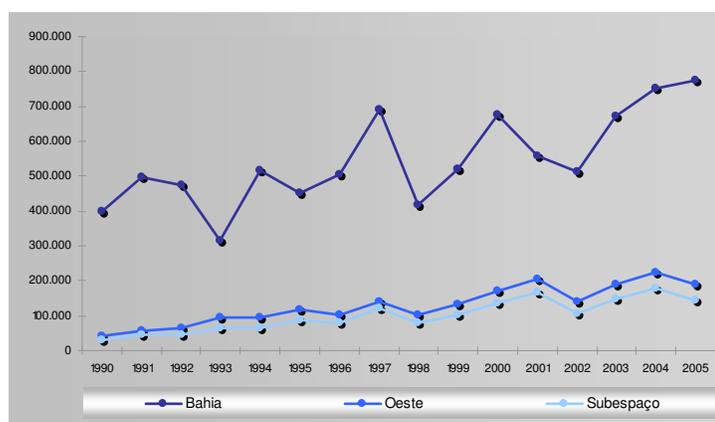
A partir dos dados coletados observa-se que a área colhida da cultura de milho no Oeste em 1990 era 9,55% do total dessa área no Estado. Em 1998, saltou para 19,37%; e em 2005, para 23,75% do total da área plantada com essa cultura no Estado. No entanto, foi na produção colhida que o modelo agrícola estabelecido nas áreas de cerrados se mostrou eficaz. A produção colhida na Região, que era de 20% do total do Estado em 1990, saltou para 72,57% em 1998 e se manteve nesse patamar entre os anos de 2003 e 2004. A produção em toneladas, nos cerrados dos municípios de Barreiras, Correntina, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério vem determinando a crescente participação da Região nos índices do Estado, como se pode ver na Tabela 14 e Figuras 10 e 11.

**Tabela 14 – Área colhida e quantidade produzida de Milho (em grão)
Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005**

Ano	Área colhida (Hectare)			Quantidade produzida (Tonelada)		
	Bahia	Oeste	Subespaço	Bahia	Oeste	Subespaço
1990	397.131	39.959	29.123	127.041	25.969	20.077
1991	495.761	58.431	44.218	440.568	183.645	152.665
1992	476.308	64.253	43.760	446.422	172.383	139.588
1993	315.901	95.333	65.739	527.729	407.047	310.434
1994	517.935	95.294	66.280	711.106	414.171	319.926
1995	450.145	119.034	86.054	675.352	500.090	415.373
1996	504.200	103.819	79.376	740.214	476.991	401.033
1997	691.796	141.788	121.348	1.066.778	676.718	619.126
1998	418.050	101.270	78.795	633.343	459.590	407.392
1999	521.194	134.149	104.426	895.224	643.958	569.632
2000	674.267	171.549	135.209	1.321.569	891.147	766.732
2001	559.465	206.081	166.247	992.852	826.263	750.634
2002	512.758	141.093	107.478	849.743	625.533	561.423
2003	673.978	191.671	148.893	1.216.855	898.476	796.462
2004	753.346	223.290	178.716	1.610.524	1.162.614	1.050.001
2005	773.462	189.189	144.450	1.616.464	1.022.180	854.187

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/1612> /Acessado em 13/04/2007



**Figura 10 – Área colhida de Milho (Hectare)
Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005**

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

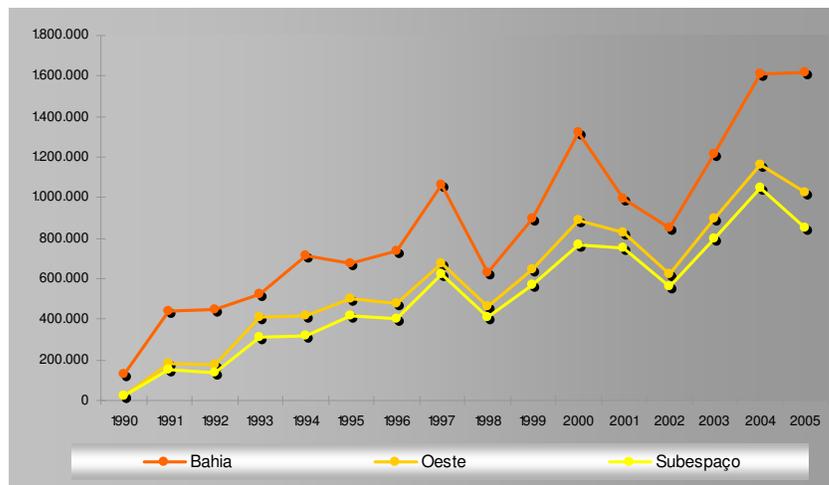


Figura 11 – Quantidade produzida de Milho (Toneladas) Bahia, Oeste e municípios selecionados, 1990-2005

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

A produção de arroz no cerrado baiano é inexpressiva nacionalmente. Tradicionalmente o arroz no Oeste baiano era plantado em terrenos de aluviões, às margens dos cursos de água. Só recentemente, a partir do início da década de 1980, o plantio dessa cultura saiu das áreas tradicionais para as áreas de cerrados. Desde então, vem apresentando um crescimento continuado de área colhida e de quantidade produzida: em 1980, a produção regional representava 24,63% do total de área colhida do Estado. Assim como, outras culturas destinadas ao consumo interno, a área colhida de arroz cresceu pouco durante o período 1980-1998. No entanto, a produção regional, dada à fragilidade de outros espaços produtivos no Estado, mostra substanciais ganhos de produtividade. Com isso, a crescente participação do subespaço na integralização da produção dessa cultura também está relacionada ao baixo crescimento de área colhida e quantidade produzida no Estado como um todo.

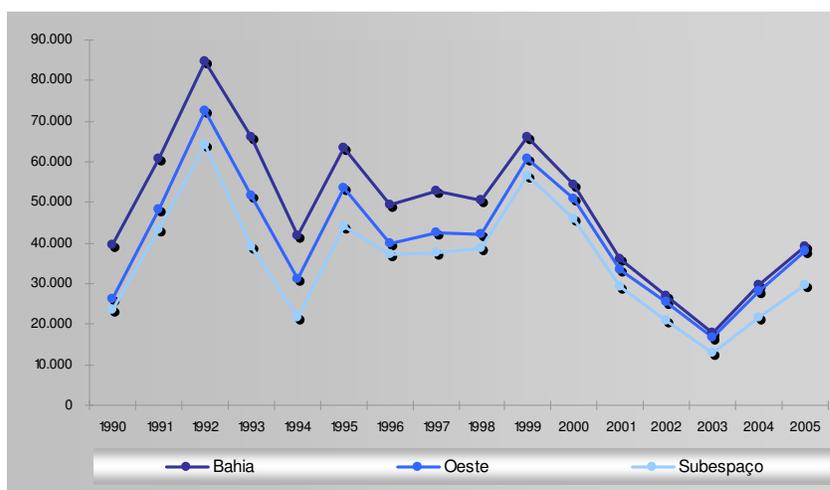
Essa cultura encontra-se concentrada nos municípios de Barreiras e São Desidério, que, conjuntamente, representaram 62,6% da área colhida na Região em 1998, que, por sua vez, representava 69,52% da área colhida do Estado. A área colhida dos 22 municípios da Região Econômica 15 - Oeste representou 85,08% do total de produção em toneladas do Estado, como se vê na Tabela 14 e nas Figuras 12 e 13.

**Tabela 15 – Área colhida e quantidade produzida de Arroz (em casca)
Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005**

Ano	Área colhida (Hectare)			Quantidade produzida (Tonelada)		
	Bahia	Oeste	Subespaço	Bahia	Oeste	Subespaço
1990	39.425	26.180	23.647	32.687	8.675	7.265
1991	60.892	48.140	43.177	90.426	77.190	70.460
1992	84.579	72.598	64.355	106.209	85.797	75.716
1993	66.257	51.740	39.142	85.666	61.689	47.756
1994	41.638	31.095	21.687	70.940	53.965	40.666
1995	63.324	53.485	44.146	104.796	89.436	77.719
1996	49.364	40.046	37.179	62.771	50.561	47.620
1997	52.767	42.474	37.487	83.100	67.105	60.393
1998	50.353	42.270	38.559	79.746	67.851	63.208
1999	66.105	60.930	56.633	96.364	89.045	82.569
2000	54.432	50.820	45.955	93.123	86.400	80.473
2001	36.203	33.440	29.199	40.911	35.796	29.391
2002	26.940	25.287	20.895	39.543	35.510	30.050
2003	17.968	16.629	13.065	31.041	27.331	22.277
2004	29.551	28.265	21.693	63.369	60.049	49.345
2005	38.968	37.817	29.517	92.604	89.345	72.035

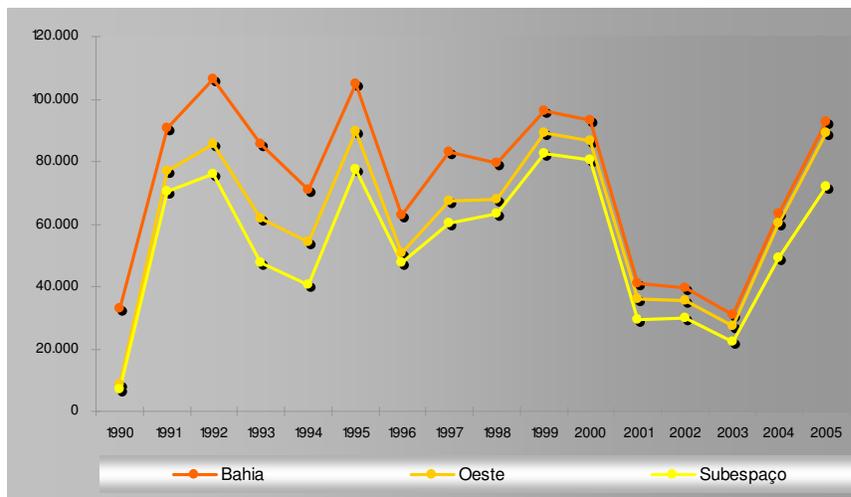
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/1612> /Acessado em 13/04/2007



**Figura 12 – Área colhida de Arroz (em casca)
Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005**

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal



**Figura 13 – Quantidade produzida de Arroz (Tonelada)
Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005**

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Quanto ao feijão, juntamente com a cultura do milho é produzida em praticamente todas as regiões econômicas do Estado. No caso do Oeste baiano, a área colhida dessa cultura é bastante discreta desde 1980. Durante a referida década a área cultivada regionalmente com a cultura do feijão não atingiu o percentual de 3% do total da área do Estado; o mesmo registrando-se para a quantidade produzida, que não alcançou 5% do produzido pelo Estado. Durante a década de 1990, não ocorreu grandes modificações nestes percentuais. A área ocupada e colhida com essa cultura na Região, exceto em 1993 (8,11% da área estadual plantada), não ultrapassou durante toda a década o percentual de 5%.

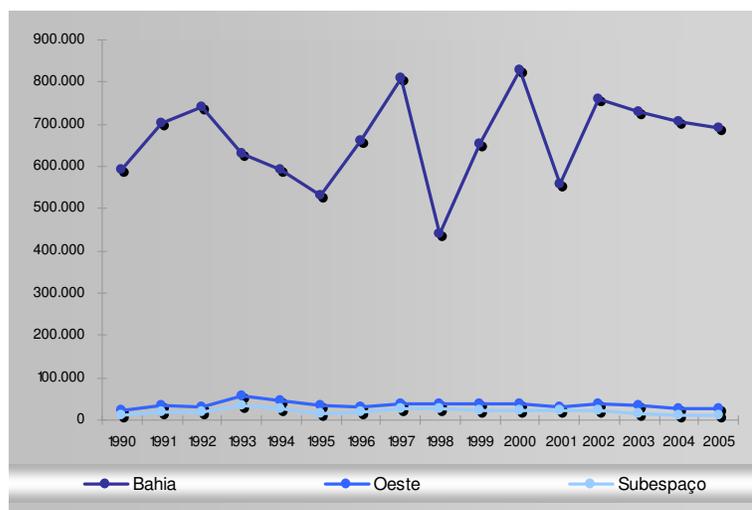
A produção regional de feijão acompanha a mesma lógica da sua área ocupada. Ela é encontrada em espaços do Oeste onde as técnicas modernas são pouco utilizadas. Ao se analisar os dados de produção para o período 1990-2005 para essa cultura, inferem-se o quanto o processo de modernização científica e tecnológica não foi tão decisivo no incremento da produção regional dessa cultura como foi na cultura do milho e da soja. Com baixos incrementos de área durante a década de 1990, a região apresentou pouco crescimento da sua participação na produção do Estado. Conforme pode ser visto na Tabela 16 e nas Figuras 14 e 15. A cultura do feijão, mesmo depois de consolidado o moderno modelo agrícola regional, continua sendo plantado de forma marginal por produtores nativos da Região em propriedades situadas fora das áreas de cerrados.

**Tabela 16–Área colhida e quantidade produzida de Feijão (em grão)
Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005**

Ano	Área colhida (Hectare)			Quantidade produzida (Tonelada)		
	Bahia	Oeste	Subespaço	Bahia	Oeste	Subespaço
1990	592.519	23.142	12.164	227.194	10.529	3.644
1991	703.786	33.528	19.780	358.191	35.751	26.084
1992	740.288	31.293	17.857	449.114	51.326	36.653
1993	630.338	58.666	34.905	313.472	90.109	61.980
1994	591.218	44.208	26.320	303.309	67.827	47.552
1995	530.132	33.427	16.928	251.080	48.174	29.748
1996	660.281	31.205	18.526	321.662	55.040	36.031
1997	807.578	37.421	27.867	472.929	76.327	69.281
1998	439.777	36.126	24.736	221.125	59.023	46.874
1999	652.154	37.888	21.723	348.873	40.965	26.154
2000	826.693	37.405	24.430	540.125	51.742	36.556
2001	557.646	31.237	21.396	246.434	48.475	38.796
2002	758.485	38.276	23.590	374.939	55.549	44.338
2003	729.939	32.373	16.697	356.300	42.902	31.566
2004	704.701	26.056	11.467	331.121	34.611	22.214
2005	689.855	25.195	10.592	462.320	33.124	20.351

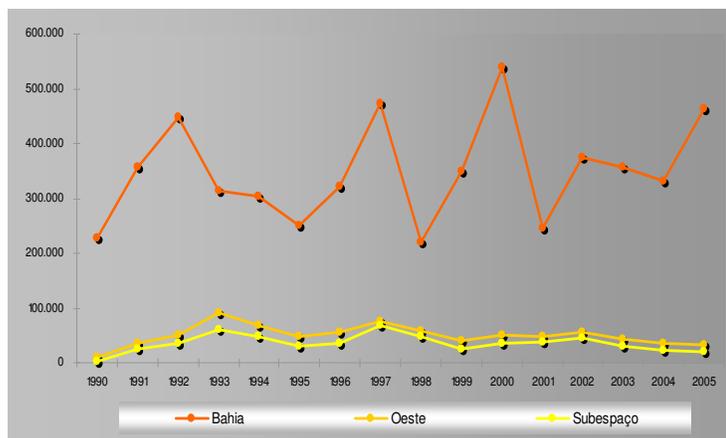
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/1612> /Acessado em 13/04/2007



**Figura 14 – Área colhida de Feijão (Hectare)
Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005**

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal



**Figura 15 – Quantidade produzida de Feijão (Tonelada)
Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005**

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

A partir dos dados constantes nas tabelas do anexo e representados nos gráficos sobre as culturas reintroduzidas na Região, algodão e café, por exemplo, observa-se que experimentam lenta expansão. A atuação do Governo do Estado, através da Secretaria da Fazenda, no tratamento das reivindicações das entidades setores empresariais da região, tem sido criticada por estes, que a consideram tímida. Alguns requerem para a agricultura local a total isenção de impostos para essas culturas. Conforme as palavras do ex-presidente da AIBA, Sérgio Pitt:

[...] enquanto aqui na Bahia lutamos há dois anos, buscando conseguir para nossa região, o mesmo incentivo à cultura de algodão dada pelo Mato Grosso, eles que conhecem a realidade e a importância da agricultura, estão saindo na frente novamente, oferecem incentivo de isenção do ICMS a cafeicultores também”⁶⁵.

Dessas lavouras reintroduzidas ou introduzidas, o algodão, que passou, durante grande parte da década de 1990, por uma crise, com o declínio econômico de cidades que dependiam basicamente dessa cultura em parte da Região Econômica 14 – Médio São Francisco, e Região Econômica 13 – Serra Geral, vem sendo plantado com relativo sucesso

⁶⁵ O autor desta tese não concorda com tal suposição, segundo a qual o desenvolvimento regional seria propiciado por este incentivo estatal, pois desde Marx sabemos que o capital na sua ânsia de reprodução se utiliza de todos os expedientes possíveis, inclusive o financiamento estatal direto ou indireto, voltado para si mesmo e não para melhorias regionais. No caso proposto pelo empresário, seria através da isenção do ICMS.

nos municípios de Barreiras e São Desidério, e nas áreas de cerrados dos outros cinco municípios estudados. A FUNDAÇÃO BA, juntamente com empresas privadas do Mato Grosso e a EMBRAPA, realiza pesquisas visando difundir variedades adaptáveis à Região. A área colhida com algodão em 1990, significava 0,71% do total de área colhida no Estado. Em 1998, a área colhida da região ampliou a sua participação passando para 10,75%, e em 1995 alcançando 79% da área plantada da Bahia.

O crescimento do algodão na Região está diretamente relacionado com a redução da área plantada e a quantidade produzida por espaços tradicionais do Estado, acompanhando uma tendência observada em outros espaços de cerrados do território nacional. A Região da Serra Geral que tinha na cultura do algodão a sua principal atividade econômica desde o início da década de 1980 perdeu esse posto. A cultura do algodão plantada nos cerrados baianos apresenta base técnica diferente a que era utilizada em na Região da Serra Geral. Nessa Região, para cada hectare de algodão plantado um homem era empregado no processo de colheita. Hoje no Oeste Baiano, esses cálculos é impossível de ser realizado devido as características que a produção local apresenta. O processo encontra-se todo mecanizado. Durante a década de 1990 não ocorreu ocupação de novas áreas pela cultura do algodão e sim a ocupação de áreas já utilizadas desde o início da expansão da fronteira agrícola com a soja. Parte do algodão produzido nos espaços dos cerrados, devido à qualidade e os interesses dos grupos internacionais que contam com negócios na Região, estão sendo direcionados a redes de supermercados varejistas americanos. A produção de algodão nos cerrados baiano contribui significativamente para a Bahia participar em 26% da produção nacional. Parte da produção regional (8%) é cultivada em áreas irrigadas.

Como já dito, esse não é um fato isolado que ocorre somente no Oeste da Bahia. Pois, no Estado do Mato Grosso, aliando-se tecnologia, pesquisa e incentivos fiscais, conseguiu-se aumentar em quase dez vezes a produção de algodão nos últimos cinco anos, passando de uma participação de 8% da produção brasileira, em 1996, para 48% na safra de 1999/2000. A cotonicultura floresceu nesse Estado como alternativa econômica para os produtores médios e grandes com perfil empresarial (acima de 200 hectares) com vistas à rotação com a soja. A agressividade dos produtores e empresários do Estado do Mato Grosso não se limita à produção. O governo desse Estado oferece incentivos fiscais às indústrias têxteis que ali quiserem se instalar. O governo baiano, para os grandes produtores do Oeste Baiano deve agir de modo similar para tornar os cerrados baianos competitivos.

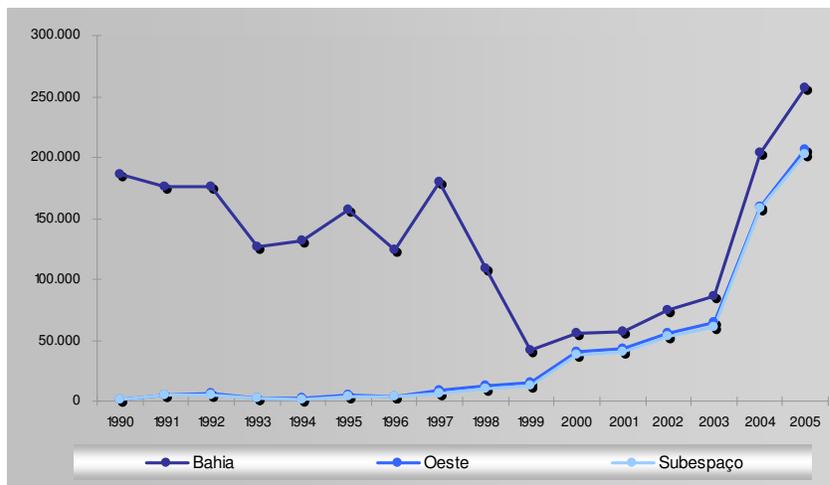
Um novo ciclo de crescimento da área cultivada e da quantidade produzida da cultura de algodão no Estado está diretamente relacionado à introdução dessa cultura nos espaços dos cerrados da Região Oeste a partir do ano 2000, conforme pode ser percebido na Tabela 17 e Figuras 16 e 17.

Tabela 17–Área colhida e quantidade produzida de Algodão herbáceo (caroço)
Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005

Ano	Área colhida (Hectare)			Quantidade produzida (Tonelada)		
	Bahia	Oeste	Subespaço	Bahia	Subespaço	Oeste
1990	186.447	1.335	635	109.361	1.033	1.158
1991	175.409	5.547	4.832	137.033	2.385	3.026
1992	175.657	5.872	4.738	103.860	1.089	1.971
1993	126.015	2.570	1.970	102.359	1.303	2.255
1994	132.073	2.340	1.340	128.329	819	1.119
1995	156.557	4.889	3.639	76.090	6.788	7.368
1996	123.614	3.480	3.330	51.740	6.646	7.123
1997	179.510	8.625	6.500	82.445	3.700	10.450
1998	109.164	12.100	9.600	41.532	6.870	20.348
1999	42.381	14.700	13.000	50.146	20.923	30.242
2000	55.952	40.491	37.591	132.675	85.289	110.885
2001	56.607	42.428	40.608	170.092	115.320	147.685
2002	75.264	55.613	53.643	179.971	121.069	149.081
2003	85.794	63.927	60.427	276.360	195.873	227.254
2004	203.939	160.015	158.065	704.163	526.346	611.687
2005	257.377	205.805	202.355	822.401	614.409	736.491

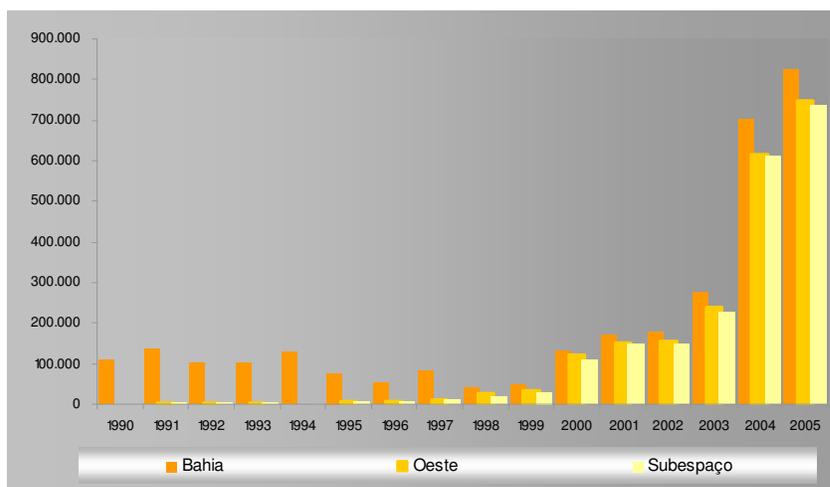
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

[http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela_1612/Acessado em 13/04/2007](http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela_1612/Acessado%20em%2013/04/2007)



**Figura 16 – Área colhida de Algodão herbáceo (Hectare)
Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005**

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal



**Figura 17 – Quantidade produzida de Algodão herbáceo (Tonelada)
Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005**

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Assim como o algodão, a cultura do café tem apresentado um crescimento da área plantada e da quantidade produzida nos cerrados baianos, em áreas ocupadas anteriormente pela soja. Situação similar à que ocorre em outras áreas de cerrado no país, a exemplo de Minas Gerais (Figura 18). Para os produtores representantes empresariais agrícolas

entrevistados, o café produzido no Oeste é aceito fora do Estado como produto de qualidade superior ao produzido na Região do Sudoeste baiano (Figura 19).



Figura 18 – Café em Minas Gerais



Figura 19 – Café do Sudoeste baiano

Esse crescimento de áreas plantadas em determinados espaços do território nacional, fora do eixo tradicional, está vinculado às cotações internacionais da cultura do café a partir de 1998. No caso do cerrado baiano, a disponibilidade de terras planas e baratas e a abundância de água são vantagens observadas pelos grupos com tradição de ocupações de novas fronteiras. Também nessa cultura serão os fatores exógenos que irão determinar a velocidade do crescimento de área plantada na região. Neste momento, a produção regional tem participação pouco significativa quando comparada com a produção do Estado. É real a possibilidade de crescimento da área e da produção colhida desta cultura na região e especificamente nos espaços de cerrados.

Por tratar-se de cultura que exige grande investimento no seu processo de implantação, por ser tradicionalmente cultivada por segmentos sociais que incorporam inovações tecnológicas, a sua ampliação nas áreas de cerrados dos municípios de Barreiras e São Desidério será mais um dos fatores para o aumento das desigualdades econômicas entre os municípios objeto dessa pesquisa. As técnicas de plantio praticadas nos cerrados baianos, semelhantes às utilizadas no Estado de Minas Gerais, com a sua colheita completamente mecanizada, é um dos fatores de redução do número de empregos gerados na Região.

A área plantada e a quantidade produzida dessa cultura na Região Oeste têm pequena participação no cômputo geral do estado para as duas medidas. Também é reduzido o número de produtores que plantam café no Oeste (segundo as informações dos assessores da AIBA, são apenas 44 produtores na região). Essa é mais uma das culturas plantadas na Região que as propagandas sobre as suas qualidades e as exigências apresentadas pelos produtores são maiores que a produção. Conforme a Tabela 18 e as Figuras 20 e 21.

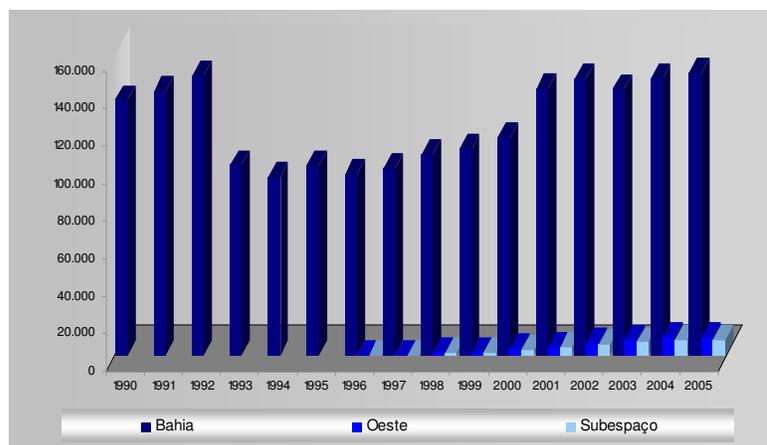
**Tabela 18 – Área colhida e quantidade produzida de Café
Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005**

Ano	Área colhida (Hectare)			Quantidade produzida (Tonelada)		
	Bahia	Oeste	Subespaço	Bahia	Oeste	Subespaço
1990	136.297	-	-	112.512	-	-
1991	141.460	-	-	120.004	-	-
1992	149.192	-	-	120.857	-	-
1993	101.767	-	-	64.785	-	-
1994	95.256	-	-	134.258	-	-
1995	101.304	-	-	91.116	-	-
1996	96.737	100	100	68.706	300	300
1997	100.202	355	340	77.177	1.058	1.020
1998	107.071	1.308	1.293	61.822	3.244	3.206
1999	110.539	1.683	1.668	117.765	5.259	5.221
2000	116.326	3.511	3.296	129.948	12.409	11.866
2001	142.626	4.813	4.275	171.579	13.417	11.300
2002	148.169	7.175	5.771	169.310	22.904	19.599
2003	142.290	8.601	7.197	125.461	24.038	19.329
2004	147.934	9.909	8.305	129.651	28.292	23.770
2005	150.610	10.005	8.601	128.511	20.424	16.205

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

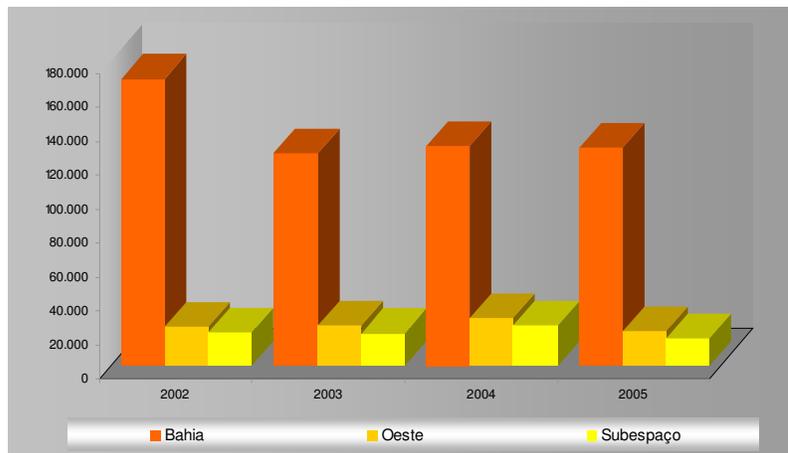
[http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela_1613/Acessado em 13/04/2007](http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela_1613/Acessado%20em%2013/04/2007)

Até 2001 café (em coco), a partir de 2002 café (beneficiado ou em grão).



**Figura 20 – Área colhida produzida de Café (Hectare)
Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005**

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal



**Figura 21 – Quantidade produzida de Café (Toneladas)
Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005**

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

A fruticultura e a citricultura regional também propagandeadas como uma nova atividade com possibilidade de ampliar a área agrícola moderna na Região, até esse momento não cumpriu esse papel. Alguns produtos que são divulgados como redutores da pequena produção regional, principalmente as culturas de Manga, Melancia, Limão e Laranja, têm apresentado área colhida e quantidade produzida reduzida no cômputo geral do Estado. O avanço da quantidade de áreas plantadas com essas culturas ocorre a partir da iniciativa de um número reduzido de produtores individuais e ocupando áreas restritas. Desde o ano de 2000 que os jornais e as propagandas de divulgação do Estado, para atrair novos produtores, alardeiam o crescimento da área plantada com frutas na Região (segundo o jornal A TARDE, de 16.08.2000, cresceu 75% a área plantada com frutas, saindo de 4 mil para 7 mil hectares em relação ao ano de 1999).

A partir das produções colhidas e a qualidade apresentada pelos produtos citados, considerando a atratividade conjuntural das commodities, exportadas para países da Europa e a abertura de linhas de créditos para plantios e financiamentos, não se visualiza pelos gráficos um incremento de área e de quantidade produzida sustentável. Em entrevistas com representantes da associação de fruticultores da Região e produtores individuais, ouviu-se reclamações e viu-se manifestações de desânimo devido às condições infra-estruturais da Região para o desenvolvimento de culturas de consumo *in natura*, e de problemas de

financiamentos, e as intempéries que vivem decorrentes dos preços que os seus produtos têm nos centros de Brasília e São Paulo.

Os problemas estruturais e organizativos existentes nos perímetros irrigados da CODEVASF de Nupeba, Riacho Grande, Barreiras Norte, São Desidério-Barreiras Sul, com 9,1 mil hectares de área produtiva nos municípios de Barreiras, São Desidério, Riachão das Neves e Angical tem evitado o avanço da produção de frutas nesses espaços de “pequenos produtores” de base técnica moderna. Além dos problemas internos aos perímetros, esses produtores enfrentam resistências de aceitação nas associações de fruticultores que estão presentes nos cerrados.

Deve-se ressaltar que os produtores de frutas que se encontram nos perímetros irrigados da CODEVASF, produzem frutas devido a recomendações técnicas e por conta do tamanho de seus lotes. Utilizam técnicas modernas, porém não são tratados regionalmente como importantes e modernos pelas associações de produtores que tem sedes em Luís Eduardo Magalhães, além de terem pouca participação nas definições de pautas reivindicatórias da Região.

Entre 1990 e 2005, as culturas de laranja e melancia reduziram área colhida e as suas quantidades produzidas em frutos ou em toneladas⁶⁶. Tratou-se de um processo diferente do ocorrido com as culturas de grãos. A cultura do limão apresentou um crescimento reduzido da sua área colhida na Região e manteve a sua quantidade produzida estável entre os anos de 2000 e 2005. A produção e a área plantada de manga mantêm-se estável desde 1990. Nas visitas aos espaços produtivos da pequena produção irrigada percebe-se a presença do plantio das quatro culturas citadas. A partir das tabelas e das figuras das quatro culturas analisadas, observa-se que os sete municípios estudados têm participação pouco expressiva na produção e na área colhida do Estado.

⁶⁶ O IBGE a partir do ano de 2000 substituiu as medidas que utilizavam para frutas. De frutos colhidos passaram a utilizar somente toneladas.

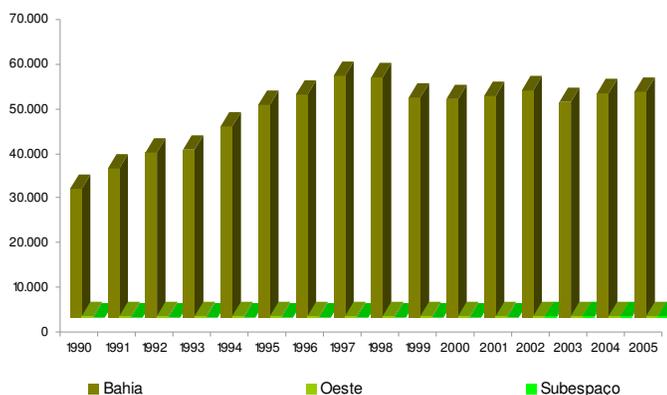
Laranja: 1990/2005**Tabela 19 – Área colhida e quantidade produzida de Laranja
Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005**

Ano	Área colhida (Hectare)			Quantidade produzida (Tonelada)		
	Bahia	Oeste	Subespaço	Bahia	Oeste	Subespaço
1990	28.691	306	97	2.115.977	23.496	5.087
1991	33.345	312	103	2.439.087	25.093	8.378
1992	36.928	382	103	2.832.003	32.676	8.383
1993	37.647	394	102	2.646.488	32.993	8.137
1994	42.748	409	98	3.344.363	34.681	8.172
1995	47.563	344	98	3.742.262	30.968	8.458
1996	49.972	344	98	3.954.428	31.327	8.367
1997	54.150	340	105	4.484.070	28.354	8.841
1998	53.680	402	157	4.306.955	33.017	13.150
1999	49.270	401	157	3.346.776	33.222	13.354
2000	49.062	352	130	3.377.542	25.561	8.945
2001	49.449	349	136	865.380	11.480	4.878
2002	50.731	295	229	923.056	11.134	9.214
2003	48.302	299	233	772.086	11.414	9.484
2004	50.123	299	233	794.916	11.277	9.337
2005	50.596	351	285	802.290	12.859	10.939

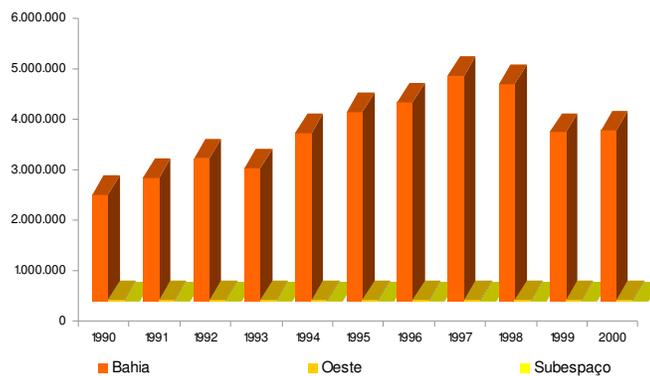
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

[http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/1613/Acessado em 13/04/2007](http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/1613/Acessado%20em%2013/04/2007)

Até 2000 as quantidades produzidas eram expressas em 1000 frutos

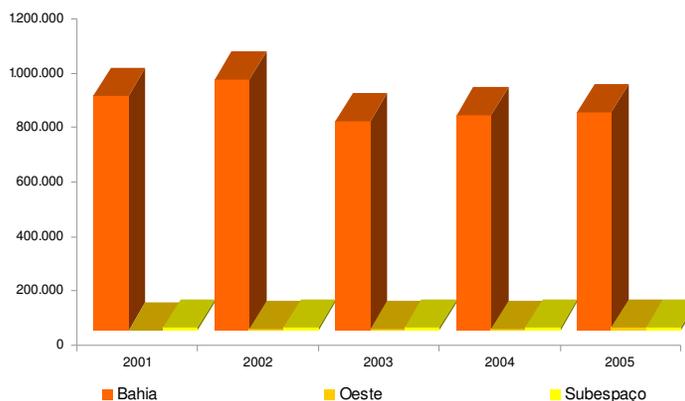
**Figura 22 – Área colhida de Laranja (Hectare)
Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005**

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal



**Figura 23 – Quantidade produzida de Laranja (1.000 frutos)
Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005**

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal



**Figura 24 – Quantidade Produzida de Laranja (tonelada)
Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005**

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

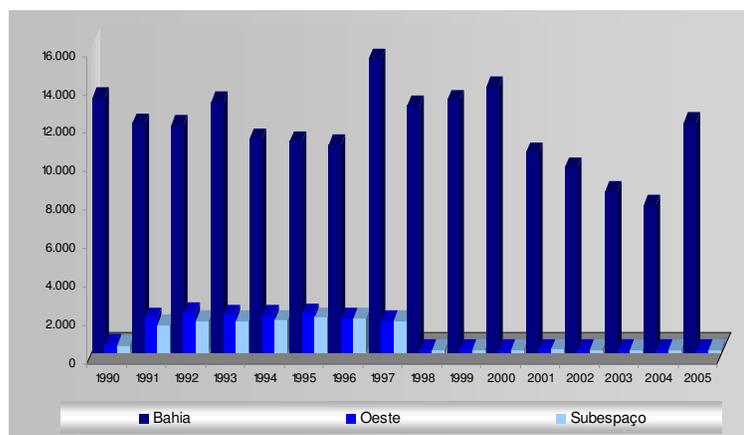
Melancia: 1990/2005**Tabela 20 – Área colhida e quantidade produzida de Melancia
Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005**

Ano	Área colhida (Hectare)			Quantidade produzida (Tonelada)		
	Bahia	Oeste	Subespaço	Bahia	Oeste	Subespaço
1990	13.299	487	402	31.870	1.445	1.343
1991	11.963	1.881	1.480	31.429	8.441	6.640
1992	11.855	2.143	1.700	25.496	6.289	4.959
1993	13.082	2.023	1.710	33.121	6.756	5.747
1994	11.198	1.984	1.750	26.225	6.826	6.125
1995	11.055	2.075	1.875	27.664	7.120	6.420
1996	10.878	1.850	1.850	26.917	6.363	6.363
1997	15.332	1.716	1.710	42.449	6.000	5.985
1998	12.904	210	197	36.475	752	674
1999	13.185	228	195	36.280	980	683
2000	13.870	200	200	42.772	720	720
2001	10.480	214	214	212.640	2.568	2.568
2002	9.682	200	200	204.332	2.430	2.430
2003	8.412	190	190	186.831	2.376	2.376
2004	7.706	180	180	174.736	2.268	2.268
2005	11.998	188	188	152.176	2.256	2.256

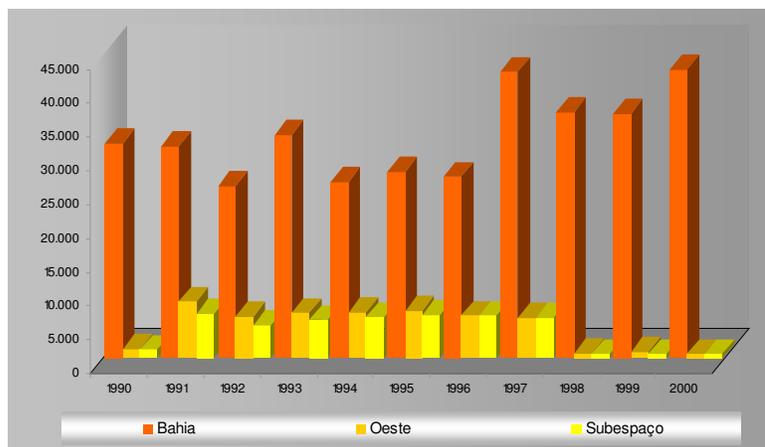
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

[http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela_1612/Acessado em 13/04/2007](http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela_1612/Acessado%20em%2013/04/2007)

Até 2000 as quantidades produzidas eram expressas em 1.000 frutos

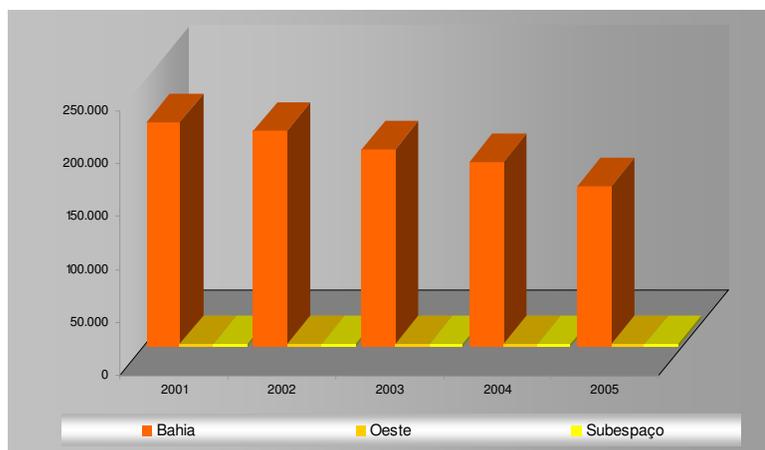
**Figura 25 – Área colhida de Melancia (Hectare)
Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005**

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal



**Figura 26 – Quantidade produzida de Melancia (1.000 frutos)
Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005**

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal



**Figura 27 – Quantidade produzida de Melancia (tonelada)
Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005**

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Limão: 1990/2005

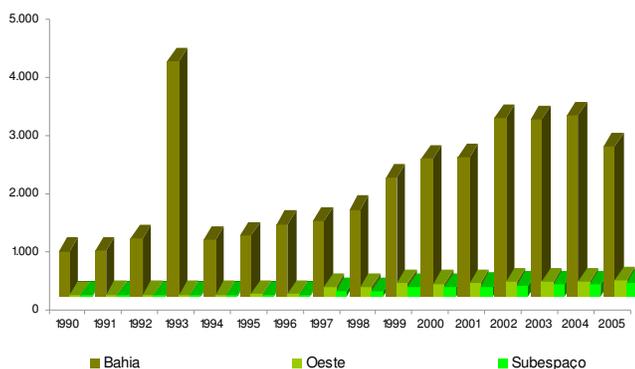
**Tabela 21 - Área colhida e quantidade produzida de Limão
Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005**

Ano	Área colhida (Hectare)			Quantidade produzida (Tonelada)		
	Bahia	Oeste	Subespaço	Bahia	Oeste	Subespaço
1990	769	19	11	101.138	1.781	616
1991	776	22	13	104.174	2.871	1.582
1992	989	24	13	131.009	3.126	1.564
1993	4.036	23	12	419.680	3.006	1.449
1994	971	27	14	117.601	3.172	1.623
1995	1.043	28	14	131.006	3.365	1.574
1996	1.232	28	14	161.951	3.296	1.568
1997	1.290	145	83	151.791	16.174	9.165
1998	1.491	145	83	178.564	16.460	9.332
1999	2.028	218	156	212.343	22.549	15.935
2000	2.364	213	157	239.195	20.552	14.938
2001	2.386	220	165	28.894	2.929	2.145
2002	3.056	238	190	43.529	4.676	3.800
2003	3.028	245	197	44.655	5.236	4.245
2004	3.099	252	202	45.348	5.529	4.413
2005	2.568	270	225	34.070	5.667	4.710

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

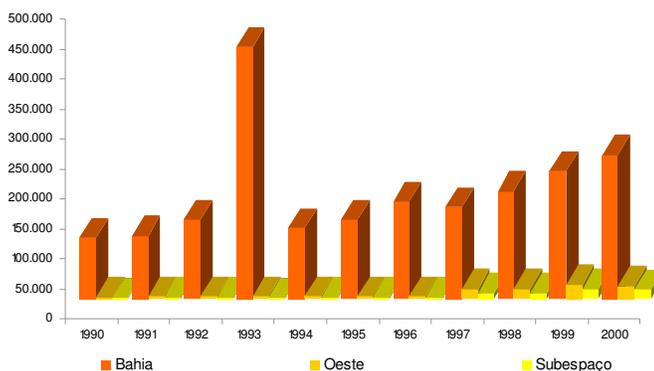
[http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela_1613/Acessado em 13/04/2007](http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela_1613/Acessado%20em%2013/04/2007)

Até 2000 as quantidades produzidas eram expressas em 1.000 frutos



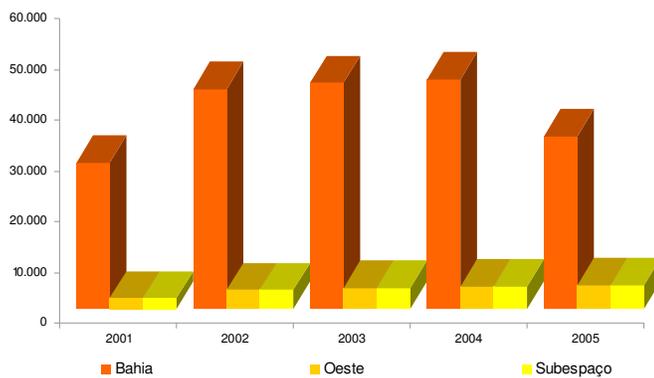
**Figura 28 –Área colhida e quantidade produzida de Limão
Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005**

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal



**Figura 29 – Quantidade produzida de Limão (1.000 frutos)
Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005**

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal



**Figura 30 – Quantidade produzida de Limão (Tonelada)
Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005**

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

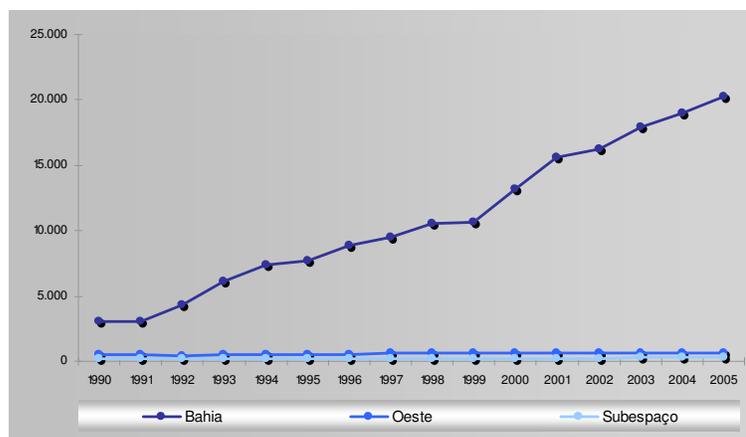
Manga: 1990/2005**Tabela 22 – Área colhida e quantidade produzida de Manga
Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005**

Ano	Área colhida (Hectare)			Quantidade produzida (Tonelada)		
	Bahia	Oeste	Subespaço	Bahia	Oeste	Subespaço
1990	3.046	483	173	113.378	13.164	2.795
1991	3.105	484	175	114.593	16.196	5.711
1992	4.329	457	175	142.120	15.378	5.791
1993	6.087	477	174	137.245	17.556	5.551
1994	7.342	573	252	166.480	20.477	7.796
1995	7.709	542	252	187.717	20.057	7.715
1996	8.819	539	252	207.255	19.663	7.734
1997	9.535	646	245	228.982	23.749	7.918
1998	10.601	665	245	258.365	28.594	7.890
1999	10.662	666	246	389.522	25.480	7.216
2000	13.226	610	240	501.493	27.277	6.652
2001	15.638	645	247	241.531	13.596	2.351
2002	16.213	616	253	252.952	13.246	2.705
2003	17.972	652	264	293.417	14.226	3.001
2004	19.026	681	264	305.658	15.948	3.192
2005	20.213	598	268	396.662	14.673	3.310

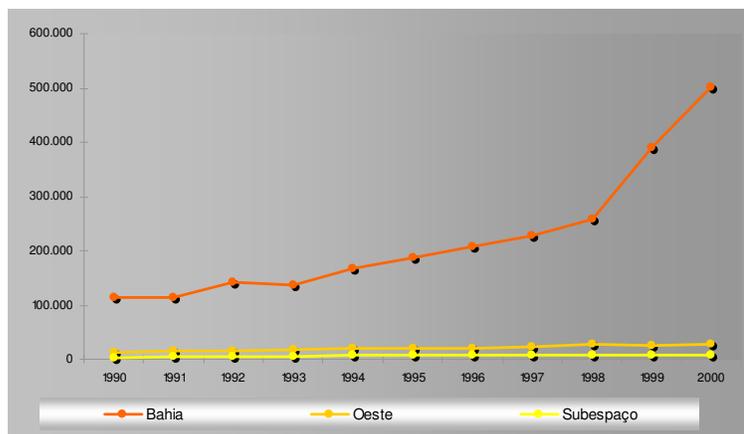
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

[http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/1613/Acessado em 13/04/2007](http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/1613/Acessado%20em%2013/04/2007)

Até 2000 as quantidades produzidas eram expressas em 1000 frutos

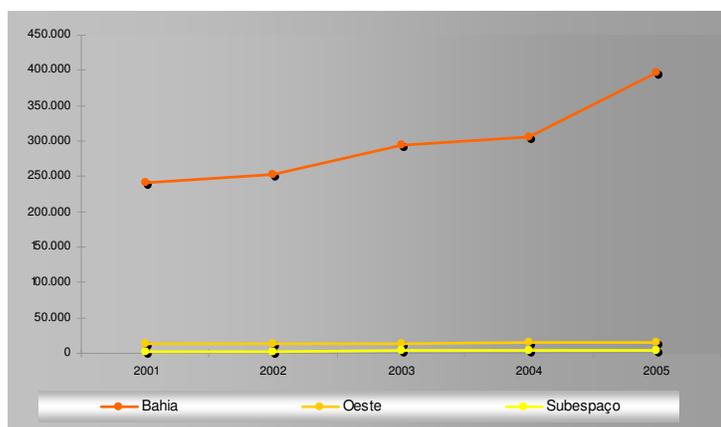
**Figura 31 – Área colhida de Manga (Hectare)
Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005**

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal



**Figura 32 – Quantidade produzida de Manga (1000 frutos)
Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005**

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal



**Figura 33 – Quantidade produzida de Manga (Tonelada)
Bahia: Região Oeste e municípios selecionados – 1990-2005**

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

4.3 A nova territorialidade social nos espaços de cerrados na Bahia

A mudança da base técnica ocorrida no cerrado baiano foi impelida por novas classes que nele se constituíram, apresentando singularidades quando comparadas aos grupos sociais pré-existentes nesses espaços. O processo de modernização da agricultura aqui estudado não foi somente uma mudança da base técnica, significou também uma mudança profunda das

relações de classe e de poder em espaços agrícolas do território nacional, particularmente nos de cerrado “eleitos” que se transformaram em áreas prioritárias para a incorporação do modelo de modernização agrícola conservadora.

No caso dos cerrados baianos, presenciou-se uma redefinição territorial, onde novos segmentos sociais surgiram, criando uma funcionalidade diferente daquela dominante anteriormente e vastos espaços transformaram-se em fronteiras de ocupação, exibindo os efeitos arrasadores da modernização agrícola, sobretudo através de uma geometria regular em que suas estradas parecem retas sem fim, traçados urbanos de novos loteamentos residenciais com casas de arquiteturas padronizadas e imensos círculos de áreas irrigadas pelo sistema de pivôs centrais.

Tratam-se de espaços que ‘arrasados’ e padronizados à feição do modelo dominante, muitos preferem considerar espaços sem história, sem identidade. Neles, a velocidade atroz das novas tecnologias transforma num ritmo alucinante a paisagem e incorpora áreas imensas numa mesma rede hierarquizada de fluxos alinhavada em escalas que vão muito além dos níveis local e ‘regional’ (HAESBAERT, 1995, p. 166).

As desigualdades econômicas e sociais da região e dos seus lugares são realçadas, principalmente em Luís Eduardo Magalhães, município considerado exemplo de desenvolvimento para o modelo implantado na Região. Nele encontra-se instaladas as principais empresas que desenvolvem atividades de apoio a agricultura praticada nos cerrados. Mas, essa dinâmica apresenta contradições marcantes. Na sede deste município existe bairros criados que residem uma parcela de trabalhadores rurais desempregados e trabalhadores que exercem atividades de uma economia submergidas que por ser tão violento foi batizado pelos seus moradores de Iraque⁶⁷. Neste bairro, a violência, a prostituição infantil e as drogas, convivem com o esgoto correndo a céu aberto. Do outro lado da pista, a menos de 500 metros, situam-se os bairros do Mimoso e do Jardim Paraíso. São espaços para “aqueles gaúchos”, considerados os “burgueses” da Região.

São situações que tendem a se aprofundar, pois segundo o Presidente do Grupo Paraíso (considerado o principal grupo econômico criado no município de Luis Eduardo Magalhães) e Vice-Prefeito Jacob Lauck, chegam diariamente trabalhadores de todo o canto

⁶⁷ A referência ao país Iraque é devido ao caráter belicoso do país e devido as suas constantes disputas territoriais.

do Estado ao município. Todos, segundo ele, devido às propagandas que correm o Estado, pensam que no cerrado tem emprego e que Luís Eduardo Magalhães é o local prometido. Como “a agricultura moderna praticada aqui não gera empregos, o município não deve arcar com as despesas que são trazidas por essa população”.

A constatação de que a atividade agrícola regional não emprega não é somente uma afirmação de um dos representantes dos produtores locais. Os estudos de organismos estatais, publicado no início do ano 2000, confirmam essa situação quando, ao referir-se a Barreiras (e região), afirmou que

[...] apesar de possuir a maior área plantada dentre todas as regiões do estado, Barreiras não está entre as que mais empregam. Tal fato decorre da composição do seu mix de culturas, no qual se destacam os grãos, principalmente soja, o milho e o arroz. Tipicamente, os grãos tem pouca capacidade de absorção de mão-de-obra” e mais, a “maior parte dos produtos existentes em Barreiras é cultivada predominantemente com nível tecnológico elevado. As únicas exceções são a mamona e a mandioca, sendo que a última deve, provavelmente, ser cultivada principalmente por pequenos produtores e, em grande parte, para sua sobrevivência (SEI, 2000, p. 52).

O processo de modernização da agricultura no Oeste Baiano, com graus de diferenciação, tem sido responsável pela desestruturação tanto das relações sociais de produção até então vigentes, quanto das esferas institucionais que regulavam o modo de vida na Região. Por outro lado, fomentou uma nova territorialidade, na qual se redesenha o perfil do seu setor agrícola e a composição da estrutura social de alguns municípios da Região.

No conjunto dos espaços dos territórios dos municípios que não foram eleitos para realizarem mudanças nos seus perfis produtivos e até no próprio município de Barreiras, o mais impactado com os processos econômicos, persiste a incidência de relações econômicas que as sociedades capitalistas modernas rejeitam com altos índices de pobreza. Analisando-se informações do Censo de 1991, observa-se que apenas o município de Barreiras possui 1,13% de seus domicílios com renda mensal superior a 10 e inferior a 20 salários mínimos. Já no censo de 2000⁶⁸, esse segmento de renda ultrapassou o percentual de 5%. Para os demais municípios da Região esse segmento de renda é pouco expressivo conforme demonstrou os dois Censos. No conjunto dos sete municípios, esse segmento de renda apresenta a seguinte

⁶⁸ Depois de constituído oficialmente o município de Luís Eduardo Magalhães.

distribuição: 1,13% em Angical; 1,67 em Correntina; 2,14 em Formosa do Rio Preto; 0,68 em Riachão das Neves; 1,45% em São Desidério.

A forma como se estruturou a base produtiva dos cerrados baianos não vislumbra a possibilidade da sua ampliação para outros espaços regionalmente constituídos e para os grupos sociais que não os “eleitos” pelo capital. A nova territorialidade social e produtiva nos espaços dos cerrados baianos está definida, não incluindo até mesmo parte daqueles que fizeram parte da “aventura” que a ocupação da nova fronteira agrícola representava. Pois encontramos produtores “gaúchos”, considerados pioneiros, nos espaços de cerrados em precária situação de vida.

Segundo o Censo do IBGE de 1991, no universo dos municípios que incorporaram a moderna agricultura nos seus espaços de cerrados⁶⁹, mais de 90% dos domicílios tinham chefes sem rendimento e/ou com renda mensal inferior a três salários mínimos. Situação que se repete em cinco⁷⁰ dos sete municípios impactados pela moderna agricultura no Censo de 2000. O município de Barreiras apresenta alterações que poderiam ser consideradas relevantes, pois entre 1991 (90%) e 2000 (72%) apresentou uma redução significativa do número de domicílios com os seus chefes não auferindo renda ou com renda inferior a três salários mínimos. Trata-se de uma redução expressiva, pois esse valor reduziu-se de 90% em 1991 para 72% em 2000. Porém, continua elevado o número de chefes de família nas faixas entre zero e três salários mínimos se considerarmos que se trata de um município que incorporou grande parte dos investimentos públicos e privados desde o início do processo de modernização agrícola nos seus cerrados.

O processo de modernização em manchas do território da Região apresenta expansão limitada, muito devido à posição complementar que a produção local tem nos circuitos comerciais ou industriais do capitalismo e dependente de conjunturas e interesses circunstanciais⁷¹. O principal espaço produtivo criado desde o início do processo de

⁶⁹ A época o município de Luís Eduardo Magalhães ainda não tinha sido constituído. Como o município somente se constituiu após a realização do Censo, os dados que apresentamos são frutos de desagregações de dados do Distrito de Mimoso do Oeste, pertence ao município de Barreiras. Toda área do Distrito se constituiu o município de Luís Eduardo Magalhães.

⁷⁰ Angical, Correntina, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves e São Desidério.

⁷¹ Com a introdução no país de um projeto arrojado de criação de novas alternativas energéticas a partir de oleaginosas e da cana, assiste-se o início de uma nova corrida de produtores e grupos econômicos para a região em busca de terras. Nas entrevistas com representantes das empresas processadoras esse é um fato preocupante,

modernização agrícola nos cerrados baianos – Luís Eduardo Magalhães – apresenta indicadores econômicos e sociais que apontam cada vez mais no sentido de maior concentração do produto e da produção, ampliando as diferenças sociais e econômicas, que são normais para as camadas dominantes constituídas, pois para eles

Barreiras vivia da agricultura de subsistência e do comércio, oprimida pelos coronéis pecuarista com o poder político nas mãos. A vinda dos disciplinados agricultores sulistas, que chegaram à região a partir de 1980, dirigindo seus velhos carros, trazendo caminhões e tratores, mudou esse quadro, gerando riqueza para todos (JUNGUES, 2004, p. 75).

O processo de penetração do capitalismo nos espaços agrícolas do Oeste Baiano apresenta “debilidades”, principalmente por não incorporar na perspectiva da sua ampliação, em qualquer de suas etapas, setores do capital comercial e usurário, unidades produtivas familiares com baixo desenvolvimento técnico e parte significativa de grandes proprietários que desenvolviam atividades agrícolas na Região. Esses últimos, quando entrevistados, afirmaram que foram alijados duas vezes: a primeiro quando da existência de políticas de créditos subsidiados que foram bastante aplicadas regionalmente e, segundo quando da chegada aos cerrados baianos de projetos de assentamentos de novos produtores com apoios creditícios e completa infra-estrutura de comercialização e assistência técnica via cooperativas.

Desde o seu início, o processo de modernização agrícola que ocorre nos cerrados baianos é marcado por exclusões. Mesmo tratando-se de um processo que incluir pares parecia importante nos primeiros momentos, parece que esse não foi o caso dos cerrados baianos. É uma característica marcante porque produtores que, a princípio, apresentavam todas as condições econômicas, sociais, políticas e ideológicas para ser incorporados pela nova dinâmica também foram excluídos. Eram grandes produtores da Região que ideologicamente concordavam com o modelo e quando entrevistados afirmaram que não entenderem os motivos porque foram alijados nas políticas de créditos subsidiados quando aplicadas regionalmente e também porque não foram chamados e nem aceitos quando das realizações de atividades organizativas dos núcleos de produtores que se instalaram nos cerrados.

pois caso confirme-se um processo com essas características a base técnica regional e a infra-estrutura instalada para grãos necessariamente sofrerá alterações.

Sendo assim, o que ocorre no Oeste Baiano pode ser visto como um processo de difícil comparação. Nesse ponto retorna-se a Graziano da Silva (1996), crítico das correntes teóricas, mas que de forma equivocada analisa o processo de modernização conservadora da nossa agricultura vendo-o como um processo contínuo de recriação/destruição da pequena produção de acordo com um pretense “ciclo chayanoviano” ou como resultado de um desequilíbrio no mercado de trabalho, ao modo de Kautsky. Quando não se trata de nenhum dos dois processos.

Não há possibilidade de tratar-se o processo de modernização conservadora, ora ocorrendo em diversos espaços do agro-brasileiro, de forma homogênea. Reconhece-se que os princípios econômicos que nortearam o processo de modernização conservadora na agricultura brasileira são únicos, porém em relação ao papel das estruturas sociais que se formou no caso do Oeste baiano. Trata-se de um processo diferenciado no território nacional, dadas as características e singularidades do processo de sua formação histórica – já apresentadas – pois, no caso dos cerrados baianos não foram incorporados espaços e grupos sociais significativos do seu território que resistiram à outros valores culturais e persistiram com suas relações e atividades econômicas e sociais marginais do ponto de vista produtivo, em particular do ponto de vista da reprodução da classe trabalhadora.

A ocupação econômica dos cerrado baianos vem ocorrendo lentamente e dependente do apoio dos empreendimentos agrícolas e industriais de origem externa, isto é, subordinada aos interesses e à lógica de setores ligados aos capitais mundializados. Dos propalados cinco milhões de hectares disponíveis para exploração agrícola nesses espaços, aproximadamente 1,5 milhões formam a base da produção regional. Por outro lado, não se percebe, nas entrevistas com os representantes dos grupos empresariais locais, a possibilidade de ampliação dos investimentos, assim como não se nota a existência de uma nova onda de deslocamento de produtores e corporações ligadas ao setor agrícola com destino aos cerrados baianos com vista ao aproveitamento da base produtiva implantada para os grãos como ocorreu nos inícios dos anos de 1980.

5 A (DES)ARTICULAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DE UMA REGIÃO

Na história do Estado da Bahia registram-se incessantes mudanças, embora pouco determinantes para mudar a sua estrutura produtiva, as suas relações de dependência e o quadro de desigualdades sociais. O atraso econômico que persistia no Estado chamou atenção de um núcleo de intelectuais e políticos a partir do início da década de 1950, quando iniciaram análises na possibilidade de entender a existência de um “enigma baiano”. Esse núcleo considerava que diante dos aspectos da conjuntura econômica favorável do período e das condições políticas que o Estado apresentava seria esse o momento para intervenções na direção do rompimento definitivo do quadro de desigualdades econômicas e sociais que marcavam o Estado. Seria esse o momento de inseri-lo no contexto mais amplo da República. Foram análises importantes e avançadas em se considerando as ligações desse núcleo de intelectuais com os grupos sociais e políticos que historicamente resistiram a mudanças radicais e necessárias para a expansão do capitalismo na Bahia. Esses estudos desvendaram algumas das especificidades das estruturas econômicas e sociais do Estado e apresentaram propostas de intervenções que não foram executadas. Tais propostas visavam impulsionar mudanças qualitativas no perfil econômico e social do Estado. Reconhecia-se, desde aquele período, que a Bahia, por sua dotação de recursos naturais e dimensão da população e por sua base produtiva não deveria ser tratada com menosprezo por parte da Federação.

As propostas, as mobilizações e os embates criados a partir do projeto apresentado por esse núcleo foi um marco importante na dinâmica de formação recente do Estado baiano. Esse núcleo foi substituído por um outro que abandonou a perspectiva de refletir a totalidade. Assim, a busca por um espaço maior nas definições dos grandes temas e projetos de nação pareceu não ser uma necessidade para um Estado que se acostumaría a discutir pequenos acordos e dinâmicas pontuais exaustivamente.

As classes dominantes do Estado perderam a capacidade de ter objetivos maiores, delegando-os aos agentes externos e com eles o poder de definir a estrutura produtiva. As inversões produtivas do Estado passaram a ser importantes a partir do grau em que elas conseguem copiar os principais aspectos das inversões produtivas que ocorreram nas regiões consideradas ricas do país. Isso foi feito sempre sem se perguntar se os processos que estariam sendo incorporados conduziram à superação das próprias carências e ao melhor

aproveitamento das potencialidades. Assim, foi possível acelerar-se em alguns espaços do seu território um processo de integração internacional totalmente subordinado.

São poucas as polarizações econômicas regionais por força de atividades de exportação e importação frequentemente ligadas aos centros mais dinâmicos do país. Nas duas últimas décadas e meia, fruto das conjunturas econômica nacional e internacional, das condições políticas nacionais, das novas redes de transportes, informações e comunicações e das novas tecnologias agrícolas, uma dessas estruturas econômicas regionais do Estado se tornou economicamente visível e viável ao capital. Na região Oeste da Bahia, áreas que até então eram tidas pelas classes dominantes baianas como “vazias” e “marginais”, quase que inacessíveis, tornaram-se, influenciada por fatores externos, uma nova realidade econômica, com estruturas sociais diferentes das presentes no setor agrícola do Estado até aquele momento.

Até o momento de chegada da modernização agrícola nos espaços dos cerrados, o Estado apresentava uma agricultura cambaleante, de pouco dinamismo e com dificuldades para completar a sua integração interna e externamente. O processo de implantação de uma dinâmica agrícola moderna nos cerrados constituiu-se em importante fato econômico para um Estado que poucas mudanças ocorriam fora das fronteiras da sua região metropolitana.

O processo de incorporação da economia agrícola do Estado às novas regras ditadas externamente em poucos ramos ou mesmo em poucos setores ou em limitadas unidades produtivas acontece de forma abrupta, transformando a produção de grãos dos cerrados na principal atividade econômica do setor agrícola do Estado nas duas últimas décadas.

O processo de modernização agrícola nos cerrados baianos recobre um dos momentos finais do processo de modernização conservadora da agricultura brasileira e trata-se de um período em que as modificações provenientes do processo de passagem do complexo rural à dinâmica comandada pelos complexos agroindustriais

[...] envolve a substituição da agricultura natural por atividades agrícolas integradas à indústria, a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da produção agrícola e a substituição das exportações pelo mercado interno como elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário. (KAGEYAMA, 1990, p. 116).

A ocupação dos cerrados baianos foi um movimento que apresentou em toda a sua dinâmica características excludentes e perspectivas duvidosas. Principalmente no que diz respeito à forma de apropriação do território habitado, que apresenta uma estrutura de propriedade da terra extremamente discriminatória, legitimada pela execução das políticas agrícolas modernas, propiciando a grilagem e outras formas de expropriação.

5.1. Oeste Baiano: Não há lugar para todos

5.1.1 O CONJUNTO

As pesquisas de campo, as análises e os dados sobre a estrutura de produção regional permitem realizar algumas considerações sobre a formação dos grupos sociais dos sete dentre os vinte e três municípios da Região que incorporaram a moderna agricultura em seus espaços de cerrados. A primeira delas concerne à substituição de camadas das classes dominantes locais, antes localizadas nos municípios de Barreiras e Santa Maria da Vitória, tendo como atividade econômica a pecuária praticada de forma extensiva. Com a mudança da base econômica regional e a introdução de atividades agrícolas modernas nos espaços dos cerrados da Região as camadas sociais dominantes agora se encontram nos municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães.

Essas novas camadas sociais apresentam hábitos e valores distintos de suas antecessoras, e fomentam atividades econômicas em bases diferentes das anteriores. A atividade pecuária continua importante, porém a base técnica dos cerrados do Oeste Baiano hoje difere, em muito, da que existia antes da chegada da modernização, quando se procurava aproveitar os pastos nativos de forma extensiva, em bases econômicas rudimentares.

Em que pese essa nova base técnica, ainda se encontram em espaços territoriais dos municípios da Região atividade pecuária com base em relações econômicas e sociais atrasadas. Hoje, os pequenos pecuaristas ou criadores menos favorecidos continuam sem

acesso às facilidades de crédito para a aquisição de insumos, máquinas e equipamentos; as mudanças nos padrões genético dos seus rebanhos são reduzidas.

As atividades e propriedades vinculadas à moderna agricultura nos espaços dos cerrados, em todas as etapas do processo produtivo, absorvem pouca mão de obra e contam com bastante facilidade para se estabelecerem. De modo parcial, as relações de trabalho, dependendo das características das propriedades, sofreram transformações, relacionadas ao tipo de produto e de propriedade. No entanto, mesmo nos espaços onde estão concentradas as grandes propriedades e atividades agrícolas empresariais, sistematicamente vem ocorrendo denúncias de contratação de trabalhadores sem obedecer à legislação trabalhista.

Nos locais onde predominam relações mercantis e a criação com características especulativas, as relações entre o proprietário e os seus empregados se assemelham às existentes no país entre os séculos XVII e XVIII. Mesmo já tendo ocorrido um processo de informatização e de utilização das novas tecnologias às atividades agrícolas, os pequenos produtores regionais ainda acompanham o processo produtivo pessoalmente; enquanto as grandes propriedades com atividade pecuária nas áreas de cerrado da região contam com todo um sistema de acompanhamento via satélite, com chips implantados nos rebanhos e completa integralização do complexo produtivo.

As novas camadas dominantes se fazem presentes em espaços restritos do território regional – somente no município de Luís Eduardo Magalhães e em distritos/povoados onde estão concentrados os produtores de grãos, com novos interesses, articulam-se de modo distinto das antigas classes dominantes da Região. São articulações e ramificações com diversos ramos do setor agrícola de fora dos espaços estaduais e até externo ao país, pois as atividades econômicas existentes hoje no Oeste da Bahia atraem empresários individuais, grandes empresas e corporações, sempre cotejados pelo segmento financeiro, público e privado.

Os novos centros decisórios são constituídos pelo município de Luís Eduardo Magalhães e pelos aglomerados populacionais do Novo Paraná, Roda Velha de Cima, Bela Vista, Placas e Rosário, onde se concentram atividades agroindustriais. Novos empresários e proprietários rurais são atraídos pelos resultados obtidos pelo setor agrícola regional nos últimos vinte anos. Porém, em números e intensidades menores. Esses novos agentes que se

apresentam vêm devido às propagandas que vão longe: “fazendeiros dos Estados Unidos e Canadá procuram terras no Oeste Baiano” (REVISTA ISTO É, 19.02.2003). Devido a essa procura, que se repetem em períodos intercalados, as poucas análises e discussões sobre a Região, induzem a uma conclusão equivocada, ou seja, a de que esse núcleo, constituído em período recente, teria o mesmo papel dos *farmers* norte-americanos na transformação da base técnica da agricultura.

Tais análises são retomadas por periódicos, como é o caso da REVISTA ISTO É, que, em edição de 19.03.2003, afirma que são cada vez mais freqüentes nos cerrados baianos produtores americanos que procuram terras para investimentos. Segundo a revista esses novos investidores teriam o mesmo espírito aventureiro de seus ancestrais, responsáveis pelo desbravamento do Meio-Oeste dos Estados Unidos. Contudo o que se verifica hoje é uma atração pelos preços e pela produtividade dessas terras, o que demonstra que de aventureiros eles não apresentam nenhuma característica. O que querem é expandir os seus empreendimentos e para isso contam até com uma agência especializada para orientar os seus investimentos no Brasil. Chegam a ficar surpresos com as estruturas das empresas nacionais que revendem equipamentos produzidos por empresas americanas em Luís Eduardo Magalhães: “aqui tem tudo. É como se eu estivesse em casa” (ISTO É, 19.03.2003). Além de norte-americanos, encontram-se também nos espaços de cerrados na Bahia, australianos e neozelandeses, que se dedicam à criação de gado.

O processo de transformação agrária no Oeste Americano ocorreu com a ocupação de lotes de terras via a repartição de aproximadamente 65 hectares para cada colono através de distribuição do governo, a título gratuito ou contra um pagamento nominal: “O que significa que o Oeste [americano foi] essencialmente, [...] uma região de distribuição gratuita de terras não ocupadas; o que recorda o direito de exploração do solo pelo primeiro ocupante” (LÊNIN, 1980, p. 6). Colocando em prática, com isso, “à maneira capitalista, a idéia “populista” da distribuição das terras não ocupadas a todos que as desejem” (idem, p. 6)⁷².

O que se trata de um processo completamente oposto ao ocorrido nos cerrados baianos, pois os grupos de produtores que vieram a se instalar no Oeste Baiano, além de não contarem com essa primeira situação, também não precisaram, como os farmers, utilizar, em

⁷² Processo oposto ao que ocorreu no Oeste baiano, como foi visto no capítulo sobre a ocupação dos cerrados nacionais.

quantidade e intensidade, mão-de-obra assalariada na exploração de suas áreas para a viabilização da agricultura moderna. O avanço do processo de tecnificação e consolidação das relações que transformaram a agricultura cada vez mais em um setor da indústria nos últimos anos devem ser considerados nessas comparações.

Esse novo grupo de produtores, não se articula regionalmente e vê o Estado e o conjunto da população regional como um estorvo à suas atividades, pois “a população brasileira está cansada de ser governada por zeros à esquerda” (AGRONEWS, 2, 2005). Para estes produtores não existe a necessidade da mediação do Estado nas suas transações econômicas e nem a sua participação nos seus arranjos sociais. Constroem marcas e tomam iniciativas concretas de auto-segregação em relação à população nativa da Região.

Esses novos proprietários, que não elaboram e nem desenvolvem nenhuma articulação com a história local, fazem um jogo contraditório opondo sua cultura original à local. Até as suas atitudes espúrias são consideradas vitória, conforme pode ser visto no trecho a seguir, retirado do livro “O Município e a Saga do Pioneiro”:

Guadagnin⁷³ plantou 200 hectares de arroz de sequeiro ‘assim como outros 15 agricultores que estavam chegando à Bahia e que também foram financiados pelo Banco. [] Só que na safra de 1980/81, houve uma grande seca e foi uma humilhação perder as lavouras, pois queríamos provar que seria possível produzir no cerrado’, [...]. ‘Após algumas semanas de decepção, já em março me avisaram que meu arroz estava verde e resolvi dar uma olhada. Eram os últimos 40 hectares que eu havia plantado em janeiro e receberam chuvas. Fui correndo ao Banco dizer que a lavoura havia ressuscitado e que cancelassem o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO). Fiz isso para não desencorajar o pessoal do Banco a financiar a produção’, [...] Pedro Guedes⁷⁴ comemorou conosco, dizendo que, a partir daquele momento, todos que quisessem plantar no cerrado [...] teriam dinheiro a disposição. [...]. ‘Essa vitória se deve a uma malandragem efetuada por mim e Hilário Kappes. Para mostrar apenas os 40 hectares de arroz que tinham vingado, nós desviamos a estrada que passava dentro da fazenda dele, que era vizinha a minha, e levava para a lavoura que não vingou. Fizemos então que a estrada desse direto nos 40 hectares que estavam uma beleza. Na ocasião, os baianos diziam: ‘É arroz pra nunca mais acabar de comer’, recordou Antônio Guadagnin ((JUNGES, 2004, p. 97).

⁷³ Um dos primeiros gaúchos a chegar ao cerrado baiano. Engenheiro Agrônomo, empresário, dono de loteamento. É considerado um dos representantes dos modernos produtores do Oeste Baiano.

⁷⁴ Gerente do Banco do Brasil em Barreiras à época. Para os primeiros agricultores que chegaram aos cerrados Baiano foi o grande responsável pela liberação de créditos que permitiram o processo de estabilidade dos “gaúchos”. Depois de aposentado do Banco do Brasil foi eleito Prefeito do município de Formosa do Rio Preto devido ao apoio dos modernos produtores.

Com isso erguem fronteiras conjugando a luta por um maior controle político com a construção de uma nova identidade. Além disso, no período inicial da ocupação, esses proprietários compuseram-se com o Estado, que incentivava a formação de camadas médias de produtores agrícolas⁷⁵. Por isso, esses grandes proprietários, autodenominados ruralistas, recebem também o apoio de novos pequenos produtores dos espaços de cerrado, os quais incorporam valores oriundos dos grupos dominantes instalados no município de Luís Eduardo Magalhães.

Entre os grandes proprietários e os demais grupos sociais encontrados no Oeste baiano, localizam-se gerentes e diretores das grandes empresas agrícolas, comerciais e de serviços, assim como representantes das indústrias processadoras instaladas na Região. Esses últimos são os principais agentes das grandes empresas e corporações internacionais do processo de consolidação da agricultura capitalista com características conservadoras. São eles que determinam o tamanho da produção local e quais os interesses que devem ser atendidos.

Nas entrevistas com representantes desses grupos, observou-se que eles são remunerados em escalas gerenciais internacionais e dispõem de capacidade de mando limitada. As escalas de remuneração obedecem a lógicas estabelecidas pela matriz dessas empresas, onde as remunerações do trabalho acompanham outras variáveis que, de um modo geral, contam com critérios nem sempre iguais aos presentes em espaços subordinados. A partir dos altos salários, esse núcleo de trabalhadores diferencia-se dos originários da Região empregados nessas empresas. Dados as desigualdades econômicas e sociais da Região e as condições de oferta de postos de trabalho, esse segmento social é equivocadamente caracterizado em análises economicistas como sendo os novos burgueses. Tal caracterização não leva em conta que este contingente reduzido de pessoas não é proprietário dos meios de produção; o seu elevado nível salarial apenas dá-lhe acesso a um universo mais ampliado de mercadorias.

⁷⁵ Quando se discute a presença da “nova” composição social da Região, não se deve esquecer que, nos anos de 1970, o Estado procurou viabilizar uma “classe média agrária” de produtores rurais, via a implantação de perímetros irrigados situados nas proximidades do centro urbano do município de Barreiras, pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF. Recentemente, nos últimos 10 anos, novas tentativas foram feitas pela mesma instituição, com a implantação de novos perímetros irrigados, também próximos a Barreiras.

Trata-se de um núcleo que não assimila os valores da Região, estando sempre a apontar limites para a sua permanência ali; autodenominam-se trabalhadores globalizados e afirmam nas entrevistas que fazem parte de uma sociedade do capital conhecimento ou do capital inteligência (GORZ, 2005). Para eles o Oeste baiano “é [uma] passagem”. Afirmam que os limites do processo de exploração agrícola nos espaços de moderna agricultura dos cerrados baianos são dados cada dia, devido à precariedade dos fatores infra-estruturais. São enfáticos ao explanar sobre a incapacidade dos segmentos sociais e econômicos que se encontram na Região em incorporarem as mudanças na velocidade necessária para o desenvolvimento. Esse segmento acredita, em oposição à sua prática reivindicativa por melhorias da infra-estrutura e por aporte de capital para as atividades produtivas, que o Estado deve ser mínimo.

O espaço territorial do Oeste Baiano apresenta ainda outros três grupos sociais: pequenos produtores, pecuaristas e um contingente extenso de trabalhadores rurais com poucas perspectivas de serem absorvidos no mercado local. São grupos não incorporados às modernas atividades agrícolas, portanto excluídos do processo de acumulação capitalista que essas atividades permitem.

Os pequenos produtores desenvolvem atividades produtivas por conta própria, com ou sem-terra, e trabalham como parceiros, meeiros ou arrendatários; são produtores que desenvolvem a agricultura familiar⁷⁶ e de subsistência, praticada nos vales onde não se encontram áreas de cerrado. Também são denominados como pequenos produtores e dispõem de acesso restrito às políticas de crédito agrícola⁷⁷. Nesse setor produtivo, a divisão e as relações de trabalho apresentam grande diversidade, compreendendo a completa assunção por parte do produtor na direção de todos os trabalhos na propriedade (com a não realização de

⁷⁶ A definição de agricultura familiar, aqui utilizada, é a fornecida pela FAO/INCRA, que compreende três características centrais: a. a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b. a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c. a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é no seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (FAO, 1996).

⁷⁷ A caracterização de Pequeno Produtor, aqui, não está somente centrada no tamanho da propriedade (abaixo de 50 hectares), como já foi tratada na história da agricultura brasileira. Nesta tese utiliza-se essa designação para o produtor com as características citadas na nota anterior, mesmo que estes detenham propriedades com extensão maior que aquela unidade. Além disso, ele tem pouco acesso aos instrumentos de créditos viabilizados pelas instituições financiadoras, restando-lhes instrumentos de créditos oriundos de políticas compensatórias do Estado.

despesas com serviços de empreitadas); o assalariamento; e outras formas, tais como a meia, a quarta, a troca de dias, etc.

Os segundos praticam a pecuária – a mais antiga das atividades econômicas presente em todos os espaços regionais. Em seis municípios objeto da pesquisa, a pecuária extensiva é desenvolvida com características mercantis e especulativas. Apenas no município de Luís Eduardo Magalhães predomina essa atividade com características empresariais, com isso confirmando-se que “a agricultura moderna só foi fatal para a atividade pecuária de parcela dos pequenos agricultores de cerrado, que criavam o seu gado em campos abertos, alguns dos quais se viram fechados com a chegada da soja” (SANTOS FILHO, 1989, p. 52).

Por fim, a região conta com um grande contingente de trabalhadores rurais, assalariados temporários e permanentes, desenvolvendo vínculos restritos com a moderna agricultura praticada nos cerrados. As relações desse grupo com o cerrado se apresentam em dois momentos: o primeiro quando se desenvolve comparações de renda e de vida dos habitantes de Luís Eduardo Magalhães, o qual vem recebendo constantemente grandes fluxos de habitantes de outros espaços da Bahia e da Região Nordeste, apresentando um dos maiores PIB do setor agrícola do Estado, conforme pode ser visto Figura 34.

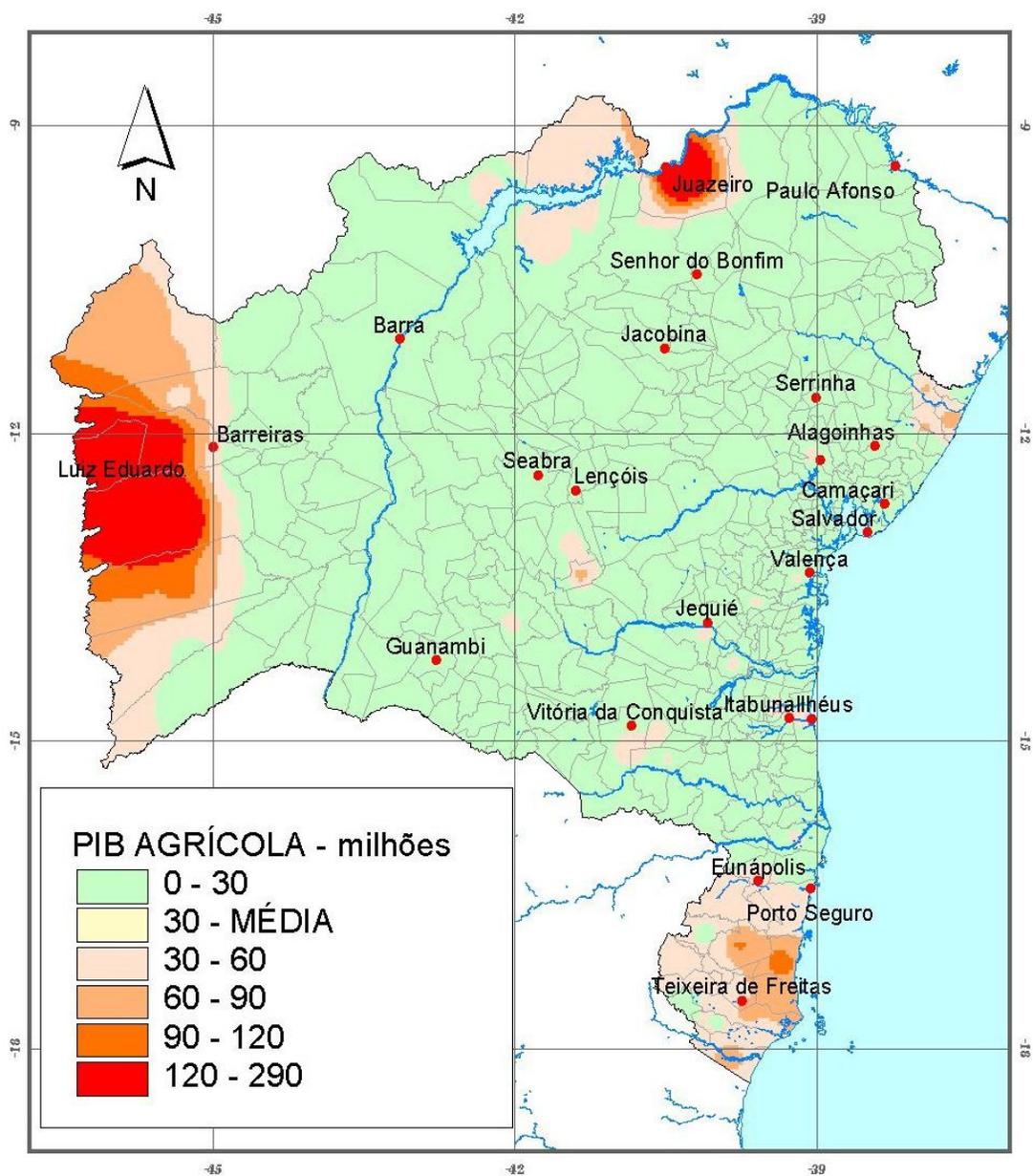


Figura 34 – PIB Agrícola

Fonte: SEI

Elaboração: Ronaldo Lyrio

São trabalhadores sem formação escolar básica ou técnica, que são atraídos pela constante divulgação de que o município se encontra entre aqueles que detêm os maiores índices de desenvolvimento humano e altos índices de ganhos salariais do Estado. Esses trabalhadores tornam-se força de trabalho excedente, constituindo um exército de reserva para uma diante de uma atividade com escasso uso de força de trabalho. Residem nos espaços mais degradantes desse novo e rico município.

E no segundo momento, quando são apresentadas denúncias sobre a suspeita da existência de relações de trabalho escravo⁷⁸. Essas denúncias tomaram uma dimensão internacional, sobretudo devido às exigências da ONU, obrigando o Estado a reagir através do Ministério do Trabalho autuando os grandes fazendeiros e liberando trabalhadores cativos. A grande divulgação desse fato deu-se através dos meios de imprensa com circulação nacional.

Conforme artigo especial produzido pelo Jornal Folha de São Paulo de 18 de Julho de 2004, com o título de “lavoura Arcaica”, foram revelados a partir de relatórios do Governo Federal, os princípios que tem norteado o processo de ocupação das novas áreas agrícolas dos cerrados brasileiro e especificamente o baiano que tem no trabalho escravo uma das suas molas mestras. O artigo do Jornal utilizou-se de uma serie de dados da Secretaria de Inspeção do Ministério do Trabalho, que foram repassados pelo Sub-Delegado deste ministério em Barreiras. Entre os anos de 2000 e 2002, a DRT-Regional, juntamente com a de outros Estados, registrou denúncias e efetuou diversas autuações em propriedades rurais situadas nos cerrados dos Estados do Maranhão, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Piauí, Minas Gerais e Bahia.

⁷⁸ Mesmo o autor encontrando um grande número de fotografias e documentos de autos impetrados pelos fiscais da Sub-Delegacia Regional do Trabalho de Barreira, essa é uma discussão quase que proibida entre os grandes proprietários e políticos regionais. Para os que compõem esses grupos, as denúncias sobre a existência de trabalho escravo na Região (por volta de quarenta em 2005) são frutos da “má vontade” de líderes políticos de comunidades que estão fora do espaço da moderna agricultura para com a Região; com interesses em forçar algumas retaliações internacionais aos produtos locais, o que inviabilizaria o crescimento das áreas com moderna agricultura. , Tendo por conseqüências impedir a execução de seus planos econômicos e o acesso ao poder político de lideranças inseridas na moderna agricultura. A AIBA, até esse momento, não tomou nenhuma atitude concreta no sentido de condenar essa prática e sempre critica a legislação trabalhista do país, que, segundo ela daria ao trabalhador rural tratamento igual ao dos trabalhadores da indústria automobilística paulista. Ponto de vista comum apresentado pelos três grandes produtores entrevistados: Humberto Santa Cruz, Jacob Lauck e Antonio Franciosi.

As denúncias diziam respeito aos espaços em que se expande a moderna agricultura, porém com relações de trabalhos pré-capitalistas, incompatíveis com os princípios ideológicos que norteiam o moderno discurso capitalista:

[...] com base em 237 relatórios de fiscalizações do Ministério do Trabalho realizadas entre janeiro de 2000 e dezembro de 2003 revela que o trabalho escravo no Brasil acompanha o avanço das fronteiras agrícolas e da pecuária e está presente em grandes empreendimentos agrícolas para a exportação e em modernas fazendas de criação de gado que estão no topo da vanguarda tecnológica. É a face obscura de parcela do agronegócio, uma cicatriz escondida em meio à riqueza. [...] De 1995 até o início deste mês de julho [2004], foram resgatados 11.969 trabalhadores rurais que se encontravam em condição análoga à de escravo. Quase metade (5.224) dos casos ocorreu no Pará, seguido por Mato Grosso (2.435) e Bahia (1.139). [...] Trata-se de uma mão-de-obra avulsa, usada em serviços temporários e sobre a qual os fazendeiros consideram não ter responsabilidade trabalhista, uma vez que ela é contratada por intermediários especializados, os `gatos`. [...] Os municípios de Sorriso (MT), maior produtor de soja do Brasil, e de São Desidério (BA), maior produtor de grãos do Nordeste, estão na rota oficial do trabalho escravo, juntamente com outros celeiros prósperos da produção de grãos, como [...] Barreiras e Luiz Eduardo Magalhães, na Bahia. [...] Foi lá [em São Desidério] que ocorreu, no ano passado [em 2004], a maior operação de `libertação` de trabalhadores em condição análoga à escrava já realizada: 745 pessoas retiradas da fazenda Roda Velha, que, segundo o processo de fiscalização, pertence a Ernesto Dias Filho e à Caribbean Participações, que não foram localizados pela reportagem. Moacir Hoop, presidente do Sindicato Rural de Luiz Eduardo Magalhães, que representa também os fazendeiros de São Desidério, acha que o Ministério do Trabalho exagera o problema. `Há casos de trabalhadores sem documentos. Com pena de vê-los desempregados, os proprietários contratam sem carteira assinada. Mas daí a ser trabalho escravo salta uma grande distância`, diz. No ano passado, foram retirados 1.043 trabalhadores de três fazendas no Oeste baiano. Um caso teve repercussão pelo contraste entre a situação dos trabalhadores e o poder econômico do proprietário: o da fazenda Tabuleiro, de Constantino de Oliveira, pai do fundador da empresa aérea Gol. [...] O prefeito do município de Luiz Eduardo Magalhães (BA), Oziel Oliveira (PP), diz que o governo deveria se preocupar em construir obras de infra-estrutura no campo, em vez de ficar `produzindo estatísticas`. Foi na região Oeste da Bahia que ocorreram as operações de fiscalização de maior vulto em 2003, com o resgate de mais de mil trabalhadores. Na avaliação de Oliveira, não se poderia falar em trabalho escravo na região. `Os trabalhadores podem sair na hora que quiserem, até porque não há cerca nas fazendas.` Ele diz que a divulgação dada às autuações do Ministério do Trabalho prejudicou a região - que tem 3 milhões de hectares de cerrado passíveis de uso para plantio - e que muitos investidores teriam perdido o interesse.

Uma nova reportagem sobre denúncias da existência de trabalho escravo foi produzida pelo jornal baiano "A TARDE" (29.04.2006). Mais uma vez o alvo e a confirmação da denúncia foi exclusivamente o espaço com moderna agricultura do Oeste da Bahia. A seguir trecho da reportagem, publicada nas primeiras páginas do jornal:

[...] a Subdelegacia Regional do Trabalho de Barreiras resgatou 211 trabalhadores rurais em duas operações realizadas este mês. No total foram lavrados 30 autos de infração, sendo as condições de sobrevivência classificadas de degradantes nas duas fazendas. Na Fazenda Planalto, município de Barreiras, 157 trabalhadores trabalhavam na capina do algodão sem equipamentos de segurança. Todos estavam numa área sob constante sobrevôo de aviões aplicando inseticidas, de acordo com os próprios trabalhadores... Quando o avião passava por cima da gente jogando veneno, o que mais incomodava era a ardência nos olhos` lembrou José de Souza Santos, 49, enquanto se preparava para receber seus direitos trabalhistas [após autuação] e voltar para Vitória da Conquista. 'Lá tá fraco de trabalho, por isso, a gente vem "pros" Gerais`, justificou. José Alailson, 32, natural de Jacobina. Disse que sentia enjôos e tonturas e que durante os dois meses que trabalhou na fazenda 'perdi a conta do número de vezes que estava capinando e os aviões passaram jogando agrotóxicos em cima de mim`. Já Reginaldo Ferreira, 25 anos, reclamou do tratamento recebido `a gente tava jogado lá como bichos, ganhando comida ruim, sem ter os primeiros socorros e trabalhando na chuva`. Na Fazenda Céu Azul, município de Correntina, os 23 trabalhadores resgatados receberam o total de R\$ 62.587,72 e também atuam na capina do algodão. Nesta [propriedade], os fiscais encontraram um caderno de anotações que caracteriza a relação trabalhista como 'servidão por dívida', pois os trabalhadores deviam quantias até superiores ao que teriam para receber.

As contradições, acima apontadas, marcam a modernização da Região Oeste da Bahia, onde convivem o emprego de técnicas avançadas e altos investimentos de capital com relações de produção ultrapassadas nos marcos dos Estados modernos.. Além dessas relações de produção atrasadas, persistem formas de poder personalizadas, generalizadas regionalmente, estreitamente vinculadas a uma distribuição extremamente desigual do patrimônio fundiário.

5.1.2 O OESTE BAIANO DOS QUE TÊM PROPRIEDADES

Após 30 anos de viabilizada a moderna agricultura em espaços pontuais, percebe-se a presença restrita da renovação ou aparecimento de produtores modernos. Os novos grupos dominantes não têm ampliado as atividades de serviços para além daquelas estritamente voltadas para o setor moderno da agricultura, o que corresponderia à possibilidade de ocupação para uma parcela significativa da população em outros espaços produtivos regionais.

O intenso fluxo de capitais no início da modernização, que não foi gerado pelas condições de produção existentes anteriormente na Região, mas que foi oriundo de outras regiões do país e do mundo, não modificou as relações de posse e uso da terra e as relações de produção; combinando antigas estruturas sociais com uma rede do grande capital nacional e internacional. Diferentemente do que se esperava das intervenções econômicas ocorridas no Oeste da Bahia, foi construída uma teia de relações que aprofunda a subordinação regional à nova hierarquia de relações econômico-sociais externa aos seus espaços e que passam a condicionar o crescimento econômico da Região.

Das entrevistas realizadas com comerciantes, produtores que praticam a moderna agricultura e moram no município de Luis Eduardo Magalhães ou nos núcleos de “gaúchos” e políticos que fazem parte dos segmentos representativos das estruturas regionais de origem externa à Região, depreende-se que para estes os únicos problemas existentes estão relacionados “com os baianos”, no sentido amplo do Estado, que jamais pensaram “nessas terras”. Para esses grupos, “os baianos não tinham interesse” nos cerrados, e os “políticos da Região não queriam desenvolver a agricultura”:

[...] não tem como separar, o sentimento político. O povo de Barreiras [Região] está prejudicado nesse processo todo de desenvolvimento econômico. O povo poderia ter um ganho maior se as lideranças políticas agissem melhor. Não existiria Luís Eduardo se um prefeito de Barreiras tivesse acreditado no poder do agronegócio, como nós acreditamos. Se estivesse alguém apaixonado pelo agronegócio ali. Tem uma coisa nojenta nisso tudo, nunca acreditavam. Desde meu pai, que eles tinham medo de que nós tomássemos a liderança política deles⁷⁹.

Esse discurso ideológico das atuais classes dominantes regionais justifica as desigualdades entre os espaços de cerrados ocupados pelos “gaúchos” e as aquelas áreas que não pertencem aos cerrados e que não foram ocupadas por eles.

Esses membros da nova classe dominante não abordam a questão da redução da migração sulista para o Oeste baiano. Mesmo com as intensivas atividades de propagandas, divulgações e promessas do potencial da Região, essa não tem sido uma área que vem despertando o interesse imediato do capital, como ocorreu no em 1980, início do “desbravamento” da fronteira agrícola. Não explicam também por que os volumes de investimentos programados e realizados pelas grandes corporações instaladas na Região não

⁷⁹ Entrevista com a Deputada Jusmari Oliveira.

têm sido suficientes para reduzir gargalos dos sistemas de transportes, da armazenagem e da industrialização.

A redução do fluxo migratório é observada também a partir do fato da moderna agricultura ocupar apenas 1,5 milhões de hectares (de um estoque total de 5 milhões de hectares de terras disponíveis). Para compreender os motivos dessa situação, foram entrevistados assessores técnicos da AIBA durante a pesquisa de campo. Segundo estes “atualmente, nas últimas safras se reduziu assustadoramente o número de interessados em comprar terras na região” e “já que há algumas safras que se mantém o patamar de pouco mais de 1.000 produtores individuais (todos associados à AIBA), empresários e grupos econômicos com ramificações em diversos setores da economia nacional e internacional produzindo na região”.

A partir de tais informações, às quais se acresce outras fornecidas por diversos produtores individuais, permitem supor, primeiro, que há uma tendência de redução do número de propriedades produtoras de soja e aumento da área de cada estabelecimento (efeito escala) na Região; e, segundo, que o convite à ocupação de novas áreas tem endereço certo, pois os custos com insumos - semente e fertilizante -, são os que mais oneram o custo de produção e não existe programa governamental de apoio a pequenas propriedades que desejem diversificar suas atividades, uma vez que a produção de soja está cada vez mais se tornando uma atividade de grande escala.

A situação presente dos transportes, da armazenagem e da industrialização, devido à ausência de estruturas quantitativas e qualitativas, constitui-se em ponto de estrangulamento econômico para Região. No caso específico do transporte da safra de soja, que passa por algumas etapas como a transferência dos grãos aos armazéns, às indústrias esmagadoras, ou aos portos com destino à exportação, devido às condições presentes, essa etapa afeta a competitividade do produto em nível mundial. A malha rodoviária da Região enfrenta vários problemas para transportar a safra de soja. Dos principais corredores de escoamento de safras da Região, poucos apresentam boas condições de tráfego, o que contribui para o encarecimento do frete. Essas observações foram confirmadas pelos entrevistados.

Quanto ao segmento de armazenagem, que participa, com maior ou menor intensidade, em todo o ciclo econômico de produtos alimentares – produção, comercialização

"in natura", industrialização, consumo no atacado e no varejo e estágios de exportação e importação -, cabe ressaltar que nas entrevistas com produtores de soja, ficaram registradas as perdas significativas da safra de grãos da Região devido às instalações inadequadas de depósitos de beneficiamento primário do grão, e à distância desses dos locais de produção. Para muitos dos entrevistados, esta situação resultou principalmente da alta taxa de expansão da cultura de soja na Região durante os últimos 15 anos, da falência das cooperativas que ali se instalaram e da ausência do Estado em uma região onde se concentra um dos seus maiores PIBs agrícolas.

O processo de industrialização regional é concentrado em duas grandes empresas, responsáveis pelo processamento de 100% da produção regional de grãos, os seus representantes entrevistados informaram que a Região apresenta capacidade de crescimento produtivo, mas que existem barreiras internas nessas empresas à ampliação do aporte de capitais necessário para operar novas plantas, pois as existentes são suficientes apenas para o montante da produção atual. Todas as situações acima apontadas poderiam ser tratadas como problemas da Região. No entanto, eles estão sendo discutidos tanto pelos novos proprietários como por órgãos do Estado, como circunscritos às áreas de moderna agricultura. Para os "Gaúchos", principalmente os primeiros a chegarem ao Oeste Baiano, os problemas são culturais, pois os imigrantes do sul teriam incorporado uma cultura européia que enaltece o trabalho, enquanto os baianos, segundo Jungues, por ter outra história, não percebem a necessidade do desenvolvimento. Já os órgãos estatais reproduzem os discursos e as reivindicações dos modernos produtores ali instalados.

As posições das lideranças políticas ligados aos produtores modernos dos cerrados são profundamente discordantes das apresentadas por lideranças econômicas e políticas de origens locais, formadas depois do início do processo de modernização agrícola ocorridos nos cerrados. Essas lideranças, principalmente aquelas de origem local e com fortes relações com os movimentos sociais e sem relações políticas, sociais e econômicas com os modernos produtores instalados nos cerrados, não compartilham dessas idéias, pois acreditam que esses discursos são discriminatórios e não expõe a verdade sobre o caráter e a natureza das transformações que ocorreram nos cerrados. Fazem um discurso que aponta para outra direção que é do combate político, ideológico e cultural aos imigrantes do sul, ainda que sem apresentar um projeto para a região qualitativamente distinto do atual:

[...] quando a gente fala da modernização, que é diferente de modernidade, pois esta é voltada para os sulistas e tida com a vinda dos sulistas. Mas podemos pensar nos cearenses que vieram e também trouxeram outro conceito de modernidade para a cidade. Certamente a região avançou muito, e tem Luis Eduardo que foi criado com o objetivo de tirar a produção daqui e levar o dinheiro para outro lugar. E esse crescimento não se traduz em desenvolvimento. Tudo bem que o governador Paulo Souto tenha entregue prêmios de desenvolvimento humano à cidade, e que tenha muito dinheiro por lá. Mas muitos bairros da cidade são formados por pessoas oriundas da região de Irecê, que são sazonais e cheios de pobreza. Também não tem sustentabilidade ambiental, qualidade de vida e distribuição de renda. Os atrativos de Luis Eduardo para o mundo são tantos que hoje até a construção civil é referência. Mas a cidade ainda é ligada a Barreiras, e na época da divisão Barreiras ficou com 130 mil habitantes e perdeu receita do ICMS, e Luis Eduardo ficou com 18 mil e com grande parte da receita. A estrutura de Barreiras é realmente deficiente. Hoje mesmo estamos numa rua com esgoto a céu aberto, os bairros populares estão em péssimo estado. Luis Eduardo tem solo propício e plano, já Barreiras é uma região de vale, que não é útil para a produção agrícola. Sim, os sulistas sempre se preocuparam em manter seu modo de vida, e muitos baianos absorveram a identidade do sul. Estudei Letras e fiz uma monografia para estudar os dialetos da região, foram negados nossos dialetos originais. Perdemos nossa identidade. Os cearenses conseguem manter suas tradições. Se formos observar, estamos a 900 km de Salvador, estamos perto de Goiás. Tudo resolvemos em Brasília e Goiânia, não há investimento do Governo do Estado no Oeste. Em Luis Eduardo tem investimento pesado da iniciativa privada”⁸⁰.

Esse grupo ao criticar os imigrantes e sua modernização, propõe outra, no caso definida como a modernidade, no entanto a proposta é imprecisa, construída como reação à situação dominante.

A situação que se instaurou e se disseminou como conflitos econômico e cultural, tal como ocorre nos municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, é gerada pelas características da modernização conservadora que se concretizou nesses espaços agrícolas, como se pode ver no mapa da Figura 7, constante no capítulo 4.

O mesmo grupo observa a questão da desigualdade social, acentuada em Luiz Eduardo:

[...] em Barreiras [os conflitos culturais] não aparecem mais, mas já em Luis Eduardo são claros, na própria formação da população. Caso [o pesquisador] tenha ido no bairro do Iraque onde só têm baianos e negros, iria perceber que

⁸⁰ Entrevista com Kelli. Presidente da Câmara de Vereadores.

até a estrutura escolar, as escolas municipais do Paraíso [que é o bairro dos imigrantes sulista] são bem melhores que as do Iraque⁸¹.

Através de entrevistas realizadas percebe-se que os conflitos são evidentes entre as estruturas sociais formadas recentemente na Região e as pré-existentes. Tais conflitos apresentam-se sob múltiplos aspectos: social, econômico, cultural e político. Eles aparecem como se fossem uma disputa entre os portadores da modernidade tecnológica e os “nativos”, quando na verdade são disputas ideológicas e pelo poder político.

5.2 A nova (des)articulação do Oeste Baiano

5.2.1 A DESARTICULAÇÃO ECONÔMICA

O cenário agrícola atual dos espaços de cerrado do Oeste baiano apresenta diferenças marcantes em relação àquele existente entre os anos 1950 e início dos anos 1970. Período no qual a estrutura agrária era entendida como um obstáculo à modernização desse setor. No Oeste baiano, como já visto, a estrutura agrária assentava-se sobre vastas áreas pouco exploradas e concentradas em reduzido número de grandes proprietários, ao lado de um elevado número de pequenos produtores explorando áreas exíguas. Hoje a propriedade da terra continua sendo reserva de valor; agora não mais para proprietários individuais, e sim para empresas industriais e bancárias, nacionais e internacionais. O acesso à tecnologia, a créditos e a insumos, como resultado do processo de modernização conservadora, vem beneficiando essencialmente a agricultura de exportação, acentuando o tratamento diferenciado entre os agrupamentos sociais que fazem parte do campo.

Uma das principais conseqüências do processo que ocorre no Oeste baiano consiste na desestruturação da base produtiva que se encontra presente no conjunto dos espaços regionais com uma territorialidade ampla e que não incorporou a produção agrícola moderna. Essa base, diferente da viabilizada nos espaços dos cerrados, permitia a ocupação e o uso

⁸¹ Entrevista com a Professora Nilza Lima, Vice-prefeita de Barreiras. Para ela, que tem origem política na militância dos movimentos sociais de base da Igreja Católica, os conflitos que ocorrem na Região são todos de natureza econômica.

estável da terra a um número maior de produtores da Região. A desarticulação e a rearticulação em bases estranhas à matriz econômica histórica da Região, com a ausência dos principais grupos sociais pré-existentes no processo que ali passaria a ocorrer, contribuiu de forma decisiva para o agravamento dos problemas estruturais enfrentados nesses espaços de cerrados nos últimos 25 anos.

Essa desigualdade aparece de forma mais nítida, pois os bolsões de pobreza antes camuflados pelos baixos níveis de produtividade da agropecuária regional, vistos então como circunstâncias conjunturais, agora revelam-se devido ao forte contraste com as propriedades inclusas na moderna agricultura. A pobreza convive ao lado das novas paisagens em que os grandes tapetes verdes, com imensos círculos de áreas irrigadas pelos sistemas de pivôs centrais, plantados com as culturas de soja, café e/ou “pintados” com pontas brancas de grandes contingentes de gados são os símbolos da modernidade regional.

Durante os últimos vinte cinco anos os novos canais econômicos, ocupacionais, educacionais, culturais e o desenvolvimento de uma grande variedade de formas de organização dos grupos sociais que se encontram nos espaços da moderna agricultura dos cerrados não foram suficientes para promoverem a mobilidade social no conjunto da Região. Hoje, fora as sedes dos municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, é comum encontrarmos parcela significativa da população economicamente ativa sem conseguir ocupação nas atividades regulares dos municípios. São fotografias que passam a fazer parte da paisagem cotidiana do conjunto de municípios que não contaram com processo de modernização da agricultura nos seus territórios: a estagnação do comércio, com rarefeita circulação de pessoas nos estabelecimentos comerciais localizados nos centros e nos bairros e grupos de indivíduos, que na ausência de trabalho, dedicam-se a atividades de lazer durante os dias da semana.

Os espaços de cerrados baianos, quando incorporados à nova dinâmica, passaram a ser o destino de fluxos migratórios originários tanto das áreas agrícolas menos atingidas pelo avanço do moderno capitalismo, tanto de municípios da região Nordeste, quanto do sul e do sudeste do país, regiões que passaram por um processo de modernização da base técnica agrícola na década de 1970. Foi esse último fluxo migratório que passou a conferir à Região um caráter peculiar dentro do Estado. Foram esses produtores os principais responsáveis por gerar a formação de uma nova estrutura econômica, social e política em parte do território dos

municípios de Barreiras, Luis Eduardo Magalhães, São Desidério, Angical, Riachão das Neves, Formosa do Rio Preto e Correntina áreas, até então, completamente “esquecidas” pelo setor público do Estado.

Esses locais transformaram-se, em curto espaço de tempo, em uma das poucas áreas de grande interesse de reprodução do capital no Estado⁸², ao tempo em que criou perspectivas de crescimento e desenvolvimento econômico, modificando as relações econômico-sociais históricas. Assim, esse espaço do Estado passou a desempenhar um papel de enorme significação, porque, mesmo de forma localizada, rompeu resistências ao crescimento econômico do setor agrícola no Estado.

A expansão das atividades vinculadas a produtos voltados aos mercados externos integrou os espaços regionais com áreas de cerrados, onde se desenvolveu as culturas de grãos, parte dos vales e os locais de plantações da fruticultura irrigada. Ao tempo em que criou possibilidades desses espaços seguirem uma trajetória gradual de incorporação aos setores avançados do capital nacional e internacional, preservando, no entanto, estruturas pré-capitalistas.

Dessa forma, o Oeste baiano se transformou em uma das poucas Regiões Econômicas do Estado na qual o capital fez investidas radicais para modernizar o setor agrícola. Nesta Região o capital:

- 1) propiciou o surgimento de novas relações de produção, através da inserção de novos sistemas de produção mecanizada da agricultura e de culturas agrícolas fortemente dependentes de insumos químicos;
- 2) articulou-se com estruturas políticas anteriores, através de programas de financiamento governamentais com o apoio de organismos internacionais, incentivando implantação da moderna agricultura;
- 3) fortaleceu relações mercantis simples, compondo um quadro híbrido;
- 4) ressuscitou relações de trabalho similares às do período escravocrata em propriedades situadas nas áreas de moderna agricultura;

⁸² Para melhor compreender essa afirmação, indica-se a primeira parte desta tese quando se discute a Bahia a partir de 1950.

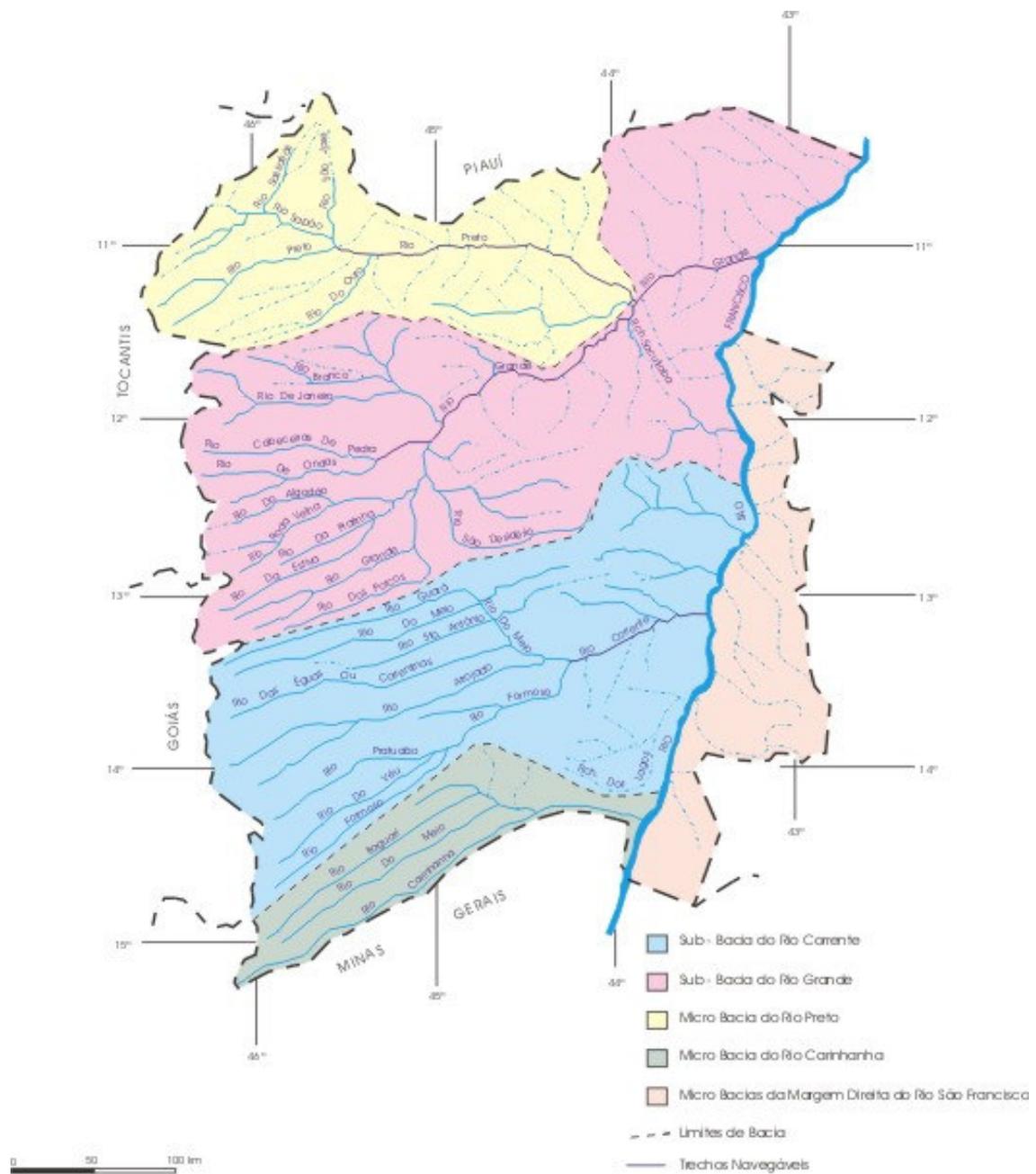
- 5) dissolveu gradativamente antigas relações sociais e culturais que se encontravam historicamente inseridas nos espaços regionais, desenvolvendo outras, subordinadas às suas tramas reprodutivas, inscrevendo-lhes novos conteúdos e emprestando novos sentidos, algo que passou a ser referência de moderno no espaço regional;
- 6) promoveu e divulgou produtos agrícolas que encontram valorização no mercado externo;
- 7) ampliou uma produção agrícola que degrada largas faixas de áreas produtivas, inviabilizando a sustentabilidade futura da Região.

5.2.2 ALGUMAS CONSEQÜÊNCIAS AMBIENTAIS

Quanto à questão ambiental, destaca-se o descaso em relação às condições ambientais de sustentabilidade da Bacia do rio São Francisco, que está diretamente vinculada à sobrevivência dos rios dos cerrados baianos. São dezenas de rios da Região do Oeste da Bahia os principais alimentadores perenes do rio São Francisco e quaisquer alterações nas condições ambientais da Região modificarão as condições de preservação da Bacia Hidrográfica do São Francisco (Figura 35). Desde o início da década de 80 do século XX, os cerrados baianos vêm sofrendo agressões cada vez mais violentas com a destruição de matas nativas em um primeiro momento, para a produção de carvão com lucros imediatos, e, posteriormente, com a criação e incorporação de loteamentos visando a venda de lotes de terras para produtores individuais e grupos empresariais. As cabeceiras dos rios estão sendo dizimadas, e os córregos localizados nessas áreas estão perdendo o vigor devido ao número de pivôs central para irrigação instalado nas grandes propriedades. Segundo técnicos dos organismos de Estado e das empresas de assistência técnica, hoje se encontra funcionando mais de 600 pivôs centrais na Região, a maioria deles localizados nos espaços de cerrado.

As questões ambientais aqui tratadas aparecem como hipóteses. São necessários estudos sistemáticos para verificar os impactos que a agricultura moderna tem trazido ao ambiente Regional. As hipóteses aqui levantadas são decorrentes da vivência do autor na Região, durante a qual se observou que os recursos naturais são explorados de forma irracional. Indícios dessa exploração irracional é a devastação divulgada pelo jornal *Gazeta Mercantil* (25.05.2000), no seu Caderno Especial sobre “Barreiras e Região Oeste”, no qual se

noticia que, dos 1,5 milhão de hectares de cerrados ocupados e apresentando recordes de safras para os padrões regionais, aproximadamente 15 mil hectares encontram-se totalmente devastados, devido ao desmatamento de 12% a 14% das suas áreas para a produção de soja.



Fonte: SEPLANTEC
Elaboração: Clávis Caribé Menezes.

Figura 35 – Bacias hidrográficas – Região Oeste, Bahia

5.2.3 A PERCEPÇÃO DOS “GAÚCHOS” SOBRE A DESARTICULAÇÃO DA REGIÃO

A divulgação de oportunidades nos cerrados baianos tem atraído, ainda que em proporções cada vez menores, investidores, pequenos e grandes produtores. Esse espaço aparece como uma nova região, com símbolos de modernidade, tais como, hotéis com várias estrelas, loteamentos urbanos cujos metros quadrados têm valores superiores aos praticados nos bairros nobres da capital do Estado; centros administrativos, centros industriais e prédios imponentes. Além disso, são promovidos ali eventos para exposição de seus produtos, voltados para um público externo à Bahia.

Para as novas camadas dominantes a pobreza encontrada de forma generalizada na Região é um problema específico dos baianos, não os atingindo. Nas entrevistas com os empresários e políticos do município de Luís Eduardo Magalhães, estes afirmaram que a pobreza e a miséria existente na Região eram de responsabilidade dos políticos locais que nunca se preocuparam com o desenvolvimento, ao contrário deles que trouxeram o agronegócio para a Região e desenvolveram os cerrados, inclusive criando um município, uma organização territorial com uma base produtiva diferente da existente na história local.

Os grandes proprietários percebem que a devastação está em curso, no entanto a lógica predominante é puramente econômica, depredatória, voltada para o lucro. Em uma das reuniões para tratar da economia regional e dos problemas futuros, um desses proprietários declarou: “no momento que o meu pivô central secar, fecho a minha porteira e vou embora daqui”.

Esse produtor moderno do cerrado baiano, quando se expressa não está expondo somente a sua vontade imediata diante dos primeiros problemas decorrentes do uso da água para o sistema de irrigação ou de políticas que amplie o desenvolvimento regional; está expressando o interesse comum de um segmento social dominante que está presente na Região e que acredita no espaço produtivo enquanto não existir barreiras. Portanto, o seu discurso evidencia e sintetiza os interesses comuns desse segmento moderno.

Com essa visão de diferenciação em relação aos locais, eles reivindicam a criação de organizações econômicas, sociais, culturais e políticas específicas, como a AIBA e suas

parceiras (Associação dos Produtores de Algodão da Bahia – ABAPA, Fundação BA, entre outras). Essas organizações não contemplam produtores dedicados a culturas destinadas ao abastecimento familiar, localizadas fora dos espaços dos cerrados e produtores que não são oriundos do sul do país.

Nas manifestações, como as realizadas no mês de maio de 2006, nos arredores do município de Luís Eduardo Magalhães, e em todas as festas e feiras organizadas nos espaços dos cerrados “em defesa do setor agrícola”⁸³ não se encontram outros produtores que não aqueles da moderna produção de grãos para exportação. As atividades realizadas em maio de 2006 mobilizaram um número significativo dos produtores modernos para protestar contra a crise de financiamento do setor. As sete reivindicações constantes da pauta dessa manifestação eram relativas apenas às necessidades dos produtores agrícolas situados nos espaços de cerrados e do agronegócio, “frente ao governo federal”⁸⁴. Nos preparatórios para a realização dos “tratorações” (como os “Gaúchos” denominaram os atos de protestos), segundo os representantes entrevistados no município de Luis Eduardo Magalhães, em mais uma atitude discriminatória, afirmaram: “os baianos não foram chamados porque eles não querem protestar, querem tudo pronto”.

Os atos de protesto dos “gaúchos” fazem parte da construção de uma identidade específica desse grupo que reivindica para si a origem de uma nova sociabilidade no mundo rural na Bahia. Ao buscar negociar suas reivindicações com o governo, fazem chantagem com a sorte da população e, sobretudo, reagem com violência verbal às denúncias da existência de relações de trabalho fora de qualquer padrão humanitário⁸⁵ nos espaços de moderna agricultura.

⁸³ Título de chamada de artigo publicado no Jornal da AIBA, abril de 2006, para atividades reivindicativas que seriam realizadas durante as duas primeiras semanas do mês de maio de 2006. Estas atividades foram organizadas nacionalmente. Foram manifestações de ruralistas em vários pontos do país em sinal de protesto contra a política agrícola e econômica do Governo Federal. Esses atos foram batizados de “Grito do Ipiranga”. O movimento se iniciou no Mato Grosso e se estendeu aos Estados do Paraná, Goiás, Mato Grosso do Sul e em espaços específicos de Estados do Nordeste. Em vários locais, rodovias foram bloqueadas. Os produtores rurais que aderiram ao movimento nas estradas próximas ao município de Luís Eduardo Magalhães afirmaram que se tratava de uma manifestação de “quem produzia” na Região.

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ Somente após uma série de denúncias sobre a existência de relações trabalhistas não condizentes com a modernidade; e visando mudar a imagem dos seus produtos no exterior, as organizações representativas dos grandes produtores regionais resolveram, no dia 05 de maio de 2006, orientar os grandes empregadores regionais sobre as normas a serem seguidas para evitar a ocorrência de situações de relações escravistas. De acordo com o subdelegado do Trabalho de Barreiras, Edvaldo Santos da Rocha, na oportunidade foram apresentados os quatro elementos básicos para o trabalho decente: emprego, proteção social, direito dos trabalhadores e diálogo social: “No encontro nós vamos ensinar a fazer alojamentos e refeitórios, porque não se pode mais admitir que fazendas

De acordo com a percepção deles a Região não existia antes, tudo que possui hoje é fruto “Deles”, da sua cultura e do seu estilo de vida, que trouxeram e passaram a ser desenvolvidos regionalmente. Acreditam que suas forças econômicas e sociais transcendem os espaços territoriais regionais, por isso independem de solidariedade e apoio dos outros grupos sociais que ali estão. A modernidade para eles está sempre associada, em conjunto, as suas origens, as suas identidades individuais e coletivas, aos seus investimentos materiais e as suas possibilidades de aquisição de conhecimento. No espaço territorial do município de Luís Eduardo Magalhães, recém-constituído em 2000, é onde se realizam as atividades políticas reivindicatórias e culturais organizadas pelos grandes produtores oriundos do sul do país.

Nas suas manifestações esses produtores fazem questão de lembrar as suas origens e de realçar características que eles entendem como necessárias para se diferenciarem do conjunto da sociedade regional. Os calendários anuais à mostra nas paredes das residências e casas comerciais assinalam as datas de festas que se referem às tradições gaúchas.

A literatura gaúcha indica que conflitos culturais como os registrados no Oeste baiano, entre sulistas e a população local, ocorreram em outras regiões. Talvez devido ao fato de serem oriundos de um Estado de fronteira com outros países, tendo, durante séculos, lutado pela definição das fronteiras nacionais, como se evidencia em obras do romancista Érico Veríssimo. A necessidade, diante de uma situação hostil, em afirmar-se como destemidos e até mesmo como superiores, faz parte do tradicionalismo gaúcho, como foi visto por Ruben George Oliven (1992), ao analisar a relação entre o universal e o local, o nacional e o regional, a modernidade e a tradição no Rio Grande Sul, em particular a ocupação dos pampas gaúchos.

Outro autor, Haesbaert (1995,1996 e 1997) observa que o ideário construído com base no arrojo e destemor que os “gaúchos” incorporaram a partir da sua história é utilizado para impor sua identidade ao outro. Isso criaria tensões e teria até mesmo resultado o oposto ao objetivado:

modernas, com equipamentos de primeiro mundo, tratem os trabalhadores desta maneira, alojando em locais impróprios as pessoas e sem cuidados básicos para os alimentos e a higiene geral”, afirmou Rocha, acrescentando que as fiscalizações não têm por objetivo denegrir a imagem da região, e sim “adequar a região às exigências da lei” (A TARDE, 29 de Abril de 2006).

[...] trata-se de um processo muito complexo, pois ao mesmo tempo em que tenta se impor, a identidade gaúcha provoca múltiplas reações na sociedade local, desde a desestruturação de laços culturais tradicionais até a reafirmação ou mesmo a (re)definição de uma identidade cultural e territorial” (HAESBAERT, 1977, p. 159).

Os “gaúchos” chegados ao Oeste da Bahia a partir do final da década de 1970 e inícios dos anos 1980 construíram sua própria imagem, primeiro como modernos e empreendedores capitalistas, e segundo como portadores de uma riqueza intelectual e arrojo necessário para fazer frente à miséria e a pobreza que a Região apresentava. Produzem e divulgam essas imagens e símbolos para não serem confundidos com a população residente do conjunto territorial regional que muito se parece com eles na sua origem:

(...) colonos que emigraram do Rio Grande do Sul e foram se estabelecer em outras unidades do Brasil, ao cultuarem os costumes e valores das estâncias da Campanha estão fazendo referências ao mundo ao qual na verdade jamais pertenceram. Ao saírem do estado, onde eram no máximo proprietários de apenas alguns hectares de terra, e se adquirirem glebas bem maiores em áreas de fronteira agrícola, eles simbolicamente deixaram de ser pequenos colonos e transformaram-se em grandes fazendeiros, isto é, "gaúcho" (OLIVEN, 1992, p. 93).

5.2.4 FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO E CONCENTRAÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

O processo econômico que se desenvolveu em parte do território de alguns municípios do Oeste da Bahia separou os interesses econômicos, sociais e políticos dos agentes sociais localizados nos cerrados regionais dos que se encontram nos territórios que não foram eleitos pelo capital para receber as suas inovações tecnológicas e trouxe à Região uma nova forma de articulação na história regional.

A dinâmica econômica que se apresentou na Região Oeste da Bahia a partir do processo de modernização de sua agricultura nos espaços dos cerrados se insere no contexto da lógica de reprodução do capital, cujas estratégias são traçadas nos países avançados, e por isso não poderia ser explicado a partir de uma situação circunstancial presente em uma sociedade subordinada, pois:

[...] de maneira ainda mais clara do que antes, a escolha da localização dos investimentos é função dos níveis de rentabilidades do capital e das formas de obtenção de lucro na esfera financeira (LIMOEIRO CARDOSO, p. 107, 2000).

O processo modernizador da agricultura nos cerrados do Oeste da Bahia alterou a vida cotidiana dos grupos dominantes que detinham o poder político local, dos pequenos produtores, dos trabalhadores rurais com pouca terra, dos sem terra, e acentuou a decadência da vida econômica de cidades que constituíam o elo regional; dissolveu a sua reduzida unidade econômica, cultural ou espacial. Até a única unanimidade e uma espécie de orgulho na história recente, a rigor, que era a presença de uma grande cidade - Barreiras -, que absorvia mais que qualquer outra cidade da Região os fluxos financeiros, comerciais e de serviços do conjunto das suas 23 cidades, vem gradativamente perdendo esse posto.

Estudos recentes confirmam essa situação acima descrita. KRAYCHETE (2007), estudando a estrutura da rede bancária nos Estados da Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul, em 2004, observou que entre os sete municípios pesquisados, três concentram 72,57% dos depósitos bancários da Região (Barreiras com 53,13%, Luis Eduardo Magalhães com 15,31% e Correntina com 4,13%). Luis Eduardo Magalhães, o mais novo município, tornou-se o centro da economia regional, encontrando-se na contramão da realidade econômica brasileira, pois em apenas quatro anos, desde a sua emancipação, a cidade não pára de crescer, puxada pelo agronegócio. É um crescimento socialmente desigual dos seus espaços urbanos. Segundo sindicatos locais, a taxa de desemprego na cidade é de 2%, ante os mais de 10 % enfrentados pelo Estado no ano de 2005 e conta com um PIB que representa 30% do PIB regional.

Tabela 23 – Receita realizada dos municípios baianos - 1994 - 1997

Municípios	ANO											
	1994	% Reg.	% Est.	1995	% Reg.	% Est.	1996	% Reg.	% Est.	1997	% Reg.	% Est.
	877.492.199,73			1.729.473.054,01			2.047.587.231,48			2.410.946.853,32		
Angical	749.501,21	2,66	0,09	1.498.083,45	2,59	0,09	1.520.940,82	1,98	0,07	1.922.484,62	2,43	0,08
Baianópolis	892.227,20	3,16	0,10	1.556.032,06	2,69	0,09	2.252.989,52	2,94	0,11	2.114.266,68	2,67	0,09
Barreiras	7.322.945,27	25,95	0,83	20.422.895,08	35,30	1,18	29.502.841,09	38,47	1,44	27.500.615,67	34,73	1,14
Canápolis	787.296,74	2,79	0,09	1.296.124,70	2,24	0,07	1.384.380,08	1,81	0,07	1.469.826,09	1,86	0,06
Catolândia	463.128,27	1,64	0,05	798.159,93	1,38	0,05	929.775,40	1,21	0,05	1.021.569,44	1,29	0,04
Cocos	973.616,06	3,45	0,11	1.959.015,82	3,39	0,11	2.274.173,04	2,97	0,11	2.253.715,09	2,85	0,09
Coribe	1.205.872,21	4,27	0,14	1.990.563,05	3,44	0,12	2.522.813,35	3,29	0,12	2.506.050,77	3,16	0,10
Correntina	1.830.621,79	6,49	0,21	2.774.895,49	4,80	0,16	3.473.231,36	4,53	0,17	4.652.786,67	5,88	0,19
Cotegipe	828.035,39	2,93	0,09	1.543.909,96	2,67	0,09	1.769.193,93	2,31	0,09	1.894.925,27	2,39	0,08
Cristópolis	751.341,36	2,66	0,09	1.324.247,11	2,29	0,08	1.874.694,77	2,44	0,09	1.963.709,11	2,48	0,08
Formosa do R. Preto	952.142,89	3,37	0,11	1.735.027,15	3,00	0,10	2.438.489,43	3,18	0,12	2.820.430,93	3,56	0,12
Jaborandi	624.683,48	2,21	0,07	1.084.542,26	1,87	0,06	1.569.717,66	2,05	0,08	1.471.508,49	1,86	0,06
Luís E. Magalhães	-			-			-			-		
Mansidão	606.260,05	2,15	0,07	1.059.423,21	1,83	0,06	1.411.457,62	1,84	0,07	1.493.176,98	1,89	0,06
Riachão das Neves	920.187,20	3,26	0,10	1.878.130,27	3,25	0,11	2.276.061,63	2,97	0,11	2.512.856,39	3,17	0,10
Santa Maria da Vitória	2.034.062,68	7,21	0,23	3.386.835,30	5,85	0,20	4.262.517,65	5,56	0,21	4.414.361,06	5,57	0,18
Santa Rita de Cássia	1.090.373,16	3,86	0,12	2.321.455,58	4,01	0,13	2.734.979,78	3,57	0,13	2.689.000,82	3,40	0,11
Santana	1.788.985,42	6,34	0,20	2.718.633,23	4,70	0,16	3.313.996,10	4,32	0,16	3.466.046,85	4,38	0,14
São Desidério	1.026.156,09	3,64	0,12	2.148.903,77	3,71	0,12	3.382.002,87	4,41	0,17	4.861.073,11	6,14	0,20
São Félix do Coribe	823.705,24	2,92	0,09	1.500.398,25	2,59	0,09	2.185.291,03	2,85	0,11	1.939.414,44	2,45	0,08
Serra Dourada	1.148.147,99	4,07	0,13	2.035.916,23	3,52	0,12	2.308.415,05	3,01	0,11	2.566.407,47	3,24	0,11
Tabocas do B. Velho	707.876,64	2,51	0,08	1.458.834,71	2,52	0,08	1.718.246,85	2,24	0,08	1.859.556,16	2,35	0,08
Wanderley	694.267,00	2,46	0,08	1.368.123,51	2,36	0,08	1.580.244,34	2,06	0,08	1.793.024,85	2,26	0,07
Região	28.221.433,34	100,00	3,22	57.860.150,12	100,00	3,35	76.686.453,37	100,00	3,75	79.186.806,96	100,00	3,28
Estadual	877.492.199,73			1.729.473.054,01			2.047.587.231,48			2.410.946.853,32		

Fonte: MINFAZ/STN; TCM
Elaboração: SEI

Tabela 24 – Receita realizada dos municípios baianos - 1998 - 2001

Municípios	1998	% Reg.	% Est.	1999	% Reg.	% Est.	2000	% Reg.	% Est.	2001	% Reg.	% Est.
	3.315.596.178,45			3.748.945.310,07			4.500.599.944,91			5.227.108.404,59		
Angical	2.885.016,02	2,44	0,09	3.840.066,98	2,41	0,10	4.382.349,38	2,15	0,10	5.666.117,59	2,5	0,11
Baianópolis	3.284.152,74	2,78	0,10	4.787.326,94	3,00	0,13	5.594.114,84	2,74	0,12	6.247.113,77	2,8	0,12
Barreiras	34.559.153,20	29,22	1,04	45.845.986,58	28,75	1,22	61.194.238,45	29,99	1,36	53.116.832,69	23,4	1,02
Canápolis	2.347.539,10	1,98	0,07	3.668.250,28	2,30	0,10	3.789.345,35	1,86	0,08	4.201.828,35	1,9	0,08
Catolândia	1.525.816,34	1,29	0,05	1.801.124,71	1,13	0,05	2.203.160,63	1,08	0,05	2.740.430,40	1,2	0,05
Cocos	3.559.927,79	3,01	0,11	5.660.044,92	3,55	0,15	6.826.979,01	3,35	0,15	8.170.485,14	3,6	0,16
Coribe	5.180.021,18	4,38	0,16	4.792.487,78	3,01	0,13	6.123.138,50	3,00	0,14	7.627.891,49	3,4	0,15
Correntina	6.078.353,89	5,14	0,18	8.909.355,84	5,59	0,24	11.956.225,39	5,86	0,27	13.373.636,55	5,9	0,26
Cotegipe	2.498.222,91	2,11	0,08	4.194.533,00	2,63	0,11	4.305.713,67	2,11	0,10	5.538.498,18	2,4	0,11
Cristópolis	3.538.776,42	2,99	0,11	5.524.093,13	3,46	0,15	5.380.409,91	2,64	0,12	5.652.826,69	2,5	0,11
Formosa do R. Preto	4.964.064,54	4,20	0,15	7.794.792,38	4,89	0,21	10.995.516,90	5,39	0,24	11.518.836,73	5,1	0,22
Jaborandi	2.580.478,00	2,18	0,08	4.142.973,55	2,60	0,11	5.569.451,35	2,73	0,12	6.041.984,76	2,7	0,12
Luís E. Magalhães	-			-			-			15.676.132,05	6,9	0,30
Mansidão	2.321.769,34	1,96	0,07	3.352.826,11	2,10	0,09	3.920.259,19	1,92	0,09	4.790.464,29	2,1	0,09
Riachão das Neves	4.250.274,04	3,59	0,13	6.257.867,39	3,92	0,17	8.520.901,08	4,18	0,19	9.530.949,74	4,2	0,18
Santa Maria da Vitória	7.533.699,73	6,37	0,23	9.910.319,60	6,22	0,26	12.129.142,79	5,94	0,27	13.138.680,22	5,8	0,25
Santa Rita de Cássia	4.823.815,35	4,08	0,15	5.958.535,92	3,74	0,16	8.114.165,21	3,98	0,18	7.834.721,98	3,5	0,15
Santana	6.322.170,80	5,34	0,19	6.175.692,17	3,87	0,16	7.875.732,79	3,86	0,17	8.230.515,34	3,6	0,16
São Desidério	6.340.840,47	5,36	0,19	10.055.006,47	6,31	0,27	14.250.508,20	6,98	0,32	14.365.981,46	6,3	0,27
São Félix do Coribe	3.691.314,84	3,12	0,11	4.157.249,33	2,61	0,11	4.727.769,88	2,32	0,11	5.152.440,25	2,3	0,10
Serra Dourada	3.727.389,50	3,15	0,11	4.832.352,77	3,03	0,13	6.392.100,12	3,13	0,14	7.124.459,91	3,1	0,14
Tabocas do B. Velho	3.734.149,98	3,16	0,11	3.975.302,65	2,49	0,11	4.843.706,01	2,37	0,11	5.321.547,36	2,3	0,10
Wanderley	2.545.551,19	2,15	0,08	3.821.447,20	2,40	0,10	4.969.597,49	2,44	0,11	5.449.013,15	2,4	0,10
Região	118.292.497,37	100,00	3,57	159.457.635,70	100,00	4,25	204.064.526,14	100,00	4,53	226.511.388,09	100,0	4,33
Estadual	3.315.596.178,45			3.748.945.310,07			4.500.599.944,91			5.227.108.404,59		

Fonte: MINFAZ/STN; TCM

Elaboração: SEI

Tabela 25 – Estrutura da Rede Bancária e Principais Praças Financeiras do Oeste Baiano - 2004

Municípios	Total			Média			Total			Média			E/D
	Depósitos	% Região	% Estado	Depósitos	% Região	% Estado	Créditos	% Região	% Estado	Credito	% Região	% Estado	
Baianópolis	19.389.286,00	0,63	0,01	1.938.928,60	0,76	0,02	80.876.372,00	1,28	0,08	8.087.637,20	1,53	0,09	4,17
Barreiras	1.625.153.064,00	53,13	1,20	135.429.422,00	53,07	1,20	3.518.175.653,00	55,67	3,33	293.181.304,40	55,53	3,33	2,16
Catolândia	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0
Formosa do Rio Preto	80.775.184,00	2,64	0,06	6.731.265,33	2,64	0,06	245.160.057,00	3,88	0,23	20.430.004,75	3,87	0,23	3,04
Luis Eduardo Magalhães	468.241.186,00	15,31	0,35	39.020.098,83	15,29	0,35	1.167.287.006,00	18,47	1,11	97.273.917,17	18,42	1,10	2,49
Riachão das Neves	39.646.067,00	1,30	0,03	3.303.838,92	1,29	0,03	207.592.478,00	3,29	0,20	17.299.373,17	3,28	0,20	5,24
São Desidério	88.437.795,00	2,89	0,07	7.369.816,25	2,89	0,07	406.911.253,00	6,44	0,39	33.909.271,08	6,42	0,39	4,6
Angical	17.343.931,00	0,57	0,01	1.445.327,58	0,57	0,01	57.759.445,00	0,91	0,05	4.813.287,08	0,91	0,05	3,33
Brejolândia	8.824.007,00	0,29	0,01	735.333,92	0,29	0,01	622.764,00	0,01	0,00	51.897,00	0,01	0,00	0,07
Cotegipe	10.494.551,00	0,34	0,01	874.545,92	0,34	0,01	1.619.349,00	0,03	0,00	134.945,75	0,03	0,00	0,15
Cristópolis	13.301.554,00	0,43	0,01	1.108.462,83	0,43	0,01	672.519,00	0,01	0,00	56.043,25	0,01	0,00	0,05
Mansidão	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0
Santa Rita de Cássia	61.906.028,00	2,02	0,05	5.158.835,67	2,02	0,05	34.758.876,00	0,55	0,03	2.896.573,00	0,55	0,03	0,56
Tabocas do Brejo Velho	9.290.308,00	0,30	0,01	774.192,33	0,30	0,01	724.565,00	0,01	0,00	60.380,42	0,01	0,00	0,08
Wanderley	25.022.614,00	0,82	0,02	2.085.217,83	0,82	0,02	122.081.512,00	1,93	0,12	10.173.459,33	1,93	0,12	4,88
Canápolis	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0
Cocos	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0
Coribe	22.685.319,00	0,74	0,02	1.890.443,25	0,74	0,02	976.976,00	0,02	0,00	81.414,67	0,02	0,00	0,04
Correntina	126.279.258,00	4,13	0,09	10.523.271,50	4,12	0,09	131.195.342,00	2,08	0,12	10.932.945,17	2,07	0,12	1,04
Jaborandi	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0
Santa Maria da Vitória	340.029.554,00	11,12	0,25	28.335.796,17	11,10	0,25	279.628.014,00	4,43	0,27	23.302.334,50	4,41	0,26	0,82
Santana	62.051.108,00	2,03	0,05	5.170.925,67	2,03	0,05	1.830.708,00	0,03	0,00	152.559,00	0,03	0,00	0,03
São Félix do Coribe	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0
Serra Dourada	39.693.800,00	1,30	0,03	3.307.816,67	1,30	0,03	61.388.561,00	0,97	0,06	5.115.713,42	0,97	0,06	1,55
TOTAL OESTE	3.058.564.614,00	100,00	2,26	255.203.539,27	100,00	2,26	6.319.261.450,00	100,00	5,99	527.953.060,36	100,00	6,00	2,07
Bahia	135.308.543.208,00			11.289.556.119,88			105.500.507.046,00			8.803.555.604,75			0,78

KRAYCHETE, Elsa Sousa.: UCSal. 2007 (Relatório de Pesquisa).

Dessa forma o município de Luís Eduardo Magalhães vem absorvendo em grande velocidade alguns setores dos principais fluxos econômicos, gradativamente ameaçando ocupar o lugar que antes pertencia a Barreiras. O novo município torna-se, assim, símbolo da lógica excludente que acompanha a moderna agricultura. Para os discursos apologéticos dos organismos do Estado, passou a tratar-se de uma município que

[...] nascido sob a égide da cultura da soja, que tem determinado, ao lado de outras culturas, o crescimento socioeconômico da Região Oeste da Bahia – 80% da produção agrícola do Estado e um valor bruto de produção superior a R\$ 1 bilhão/ano –, [...], desponta com características bastante particularizadas. A agricultura é diversificada e já nasceu forte e dinâmica ao incorporar, no seu sistema produtivo, modernas tecnologias e ao adotar um complexo sistema financeiro, onde, ao lado das cooperativas de crédito e de bancos, se juntaram grandes e médios produtores, diretamente ligados à agroindústria (CAR, 2001).

As conseqüências desse processo: dos vinte três municípios que fazem parte da Região, entre 1994 e 2001, apenas cinco contam com algumas **receitas orçamentárias** realizadas. Desses cinco municípios, somente um situa-se fora dos espaços de cerrados. O município de Santa Maria da Vitória, que se trata de um município com uma história consolidada de pólo econômico e de serviços, e até recentemente, antes do processo de implantação da moderna agricultura nos cerrados, dividia a dinâmica política e econômica regional com o município de Barreiras, que concentra 32% da **receita orçamentária** (Tabelas 23 e 24) realizada regionalmente, 11,12% do total de depósitos bancários, porém conta com um PIB bastante reduzido (1,29% do PIB regional).

O desmembramento do território do município de Barreiras para constituição do município de Luís Eduardo Magalhães, foi um duro golpe nas finanças daquele município. A sua receita foi dividida enquanto os seus problemas se avolumaram. Assim como se avolumam os problemas históricos de saneamento e moradia; continua sendo a porta de entrada de migrantes vindos de diversos municípios do Estado. Ampliaram-se os seus problemas de infra-estrutura física e a desorganização do seu espaço urbano, observado a partir de pesquisas de campo, e evidenciado no depoimento da liderança regional Kely Magalhães:

Certamente a Região avançou muito, e tem Luis Eduardo que foi criado com o objetivo de tirar a produção daqui e levar o dinheiro para outro lugar. E esse crescimento não se traduz em desenvolvimento. Tudo bem que o

governador Paulo Souto tenha entregue prêmios a cidade de desenvolvimento humano, e que tenha muito dinheiro por lá. Mas muitos bairros da cidade são formados por pessoas oriundas da região de Irecê, [...] e cheios de pobreza. Também não tem sustentabilidade ambiental, qualidade de vida e distribuição de renda. Os atrativos de Luis Eduardo para o mundo são tantos que hoje até a construção civil é referência. Mas a cidade ainda é ligada a Barreiras, e na época da divisão Barreiras ficou com 130 mil habitantes e perdeu receita do ICMS, e Luis Eduardo ficou com 18 mil e com grande parte da receita. A estrutura de Barreiras é realmente deficitária. Hoje mesmo estamos numa rua com enorme céu aberto, os bairros populares estão em péssimo estado⁸⁶.

As Tabelas 23 e 24 mostram o tamanho da concentração das receitas orçamentárias da Região no município de Barreiras e permite inferir que o conjunto das cidades que formam a malha urbana regional conta com atividades econômicas agregando valores restritos e conseqüentemente gerando pouca renda. Essa situação de desigualdade na concentração da riqueza dos municípios da Região tem sido acompanhada pelos rendimentos nominais mensais da pessoa responsável pelos domicílios, segundo os municípios da Região entre os anos de 1991 e 2000.

São essas informações que permitem aperfeiçoar ainda mais essa análise sobre as características da nova organização social que se constituiu na Região. Mesmo ressaltando que as relações entre os dados são aproximativas, porém não se deve deixar de inferir que no momento em que se associa receitas orçamentárias dos municípios da Região com rendimentos nominais mensais dos seus habitantes tem-se como resultado o perfil de concentração espacial do dinamismo econômico recente da Região.

As representações econômicas empresariais ligadas ao setor agrícola que se instalaram na Região mantêm a sua matriz ou os seus principais escritórios fora dali⁸⁷. Os

⁸⁶ Entrevista da Vereadora Kely Magalhães, Presidente da Câmara Municipal de Barreiras.

⁸⁷(1^a) CEVAL - a sua matriz encontra-se instalada fora da Região, na cidade de Gaspar, no Estado de Santa Catarina. A partir de 1998, a empresa sofreu um forte reordenamento das suas operações. Entendendo que o processamento de soja era um negócio que a médio prazo ficaria restrito a poucas empresas, com extensas estruturas logísticas de atuação mundial e possibilidades de investir grandes aportes de capital, negociou o seu controle acionário para o Grupo Bunge, reforçando a posição de segunda maior empresa do Brasil no setor de conglomerados alimentícios, maior processadora de soja da América Latina e terceiro maior grupo do setor em todo o mundo. (2^a) CARGILL - com matriz também fora da Região, no Estado de Minnesota, Estados Unidos, criada em 1865, maior empresa de capital fechado do mundo, é uma das maiores do setor agroindustrial. Opera em 61 países, produz, transporta e comercializa produtos de origem agrícola e outras "commodities". Comercializa cereais, sementes oleaginosas, açúcar, malte e melaço e produz e vende rações, sementes híbridas, fertilizantes, e vários produtos derivados da industrialização de milho, soja, cevada, trigo, cacau, laranja e vegetais. Atua na área de carnes através de seus frigoríficos de boi, porco e aves. Tem participações no setor financeiro e de petróleo, aço, resinas, alumínio, etc. Iniciou suas atividades no Brasil em 1965. O seu escritório

grandes produtores individuais estão sempre na esperança de acumular com vistas a reinvestir em seus lugares de origem ou em qualquer novo espaço que venha a ser criado. Segundo os entrevistados na pesquisa de campo, são essas empresas que, visando garantir a matéria-prima para o pleno funcionamento de suas plantas instaladas na Região, vêm garantindo crédito financeiro para mais de 80% da área plantada com a cultura da soja.

Esses empréstimos são realizados através dessas empresas devido ao grau de inadimplência dos produtores modernos da Região com o sistema financeiro ou devido à inexistência de documentação da terra para oferecer garantias a esse sistema. Com isso, determinam a quantidade de área a ser plantada na Região e quais os produtores que serão contemplados, já que o sistema oficial de crédito rural, mesmo dispondo de recursos na Região, como visto a partir do número de agências bancárias e o volume de depósitos disponíveis para a moderna agricultura, vem ano a ano reduzindo o número de contratos em face dos problemas históricos de inadimplência dos produtores e das empresas instaladas na Região.⁸⁸

5.2.5 DESARTICULAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES LOCAIS E DA AÇÃO DO ESTADO

As principais entidades de representação dos produtores rurais, como a Associação de Agricultores e Irrigantes do Oeste da Bahia (AIBA) – congregando proprietários que concentram 90% da produção regional; a Associação dos Fruticultores do Oeste da Bahia – FRUTOOESTE; a Associação dos Criadores de Gado do Oeste da Bahia – ACRIOESTE; a Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Oeste – CAPRIOESTE e outras que atuam na Região, se autodenominam unidades de negócios, contam com reduzido número de associados e funcionários locais.

de representação no país fica em São Paulo. Este grupo começou a atuar na Região a partir de 1998, com o arrendamento de uma unidade de processamento pertencente ao grupo baiano Chaves (OLVEBASA).

⁸⁸ Os produtores modernos do Oeste baiano afirmam que existe um considerável estoque de dívidas vencidas, que foram renegociadas através dos programas de securitização do Governo Federal. Afirmam que a sua regularização é inviável e propõe a flexibilização do pagamento, excluindo as penalidades e mantendo bônus de adimplência.

As três principais cooperativas, instaladas no início da década de 1980, passaram por problemas sérios de ordem econômica por conta dos endividamentos dos seus associados durante a implantação do PRODECER; a Cooperativa de Produtores de Grãos dos Gerais Ltda. – COPERGEL encerrou completamente suas atividades na Região; a Cooperativa COTIA, fundada por migrantes japoneses no ano de 1928, no interior de São Paulo, introduzida nos espaços dos cerrados baianos para atrair empresários e empresas com comprovadas tradições agrícolas, encerrou suas atividades em todo o país, envolta em problemas jurídicos. Das três cooperativas que atuavam na Região durante a década de 1980, a última a manter algum tipo de relação foi a Cooperativa Agrícola do Cerrado do Brasil Central Ltda. – COACERAL fundada para atender as necessidades do PRODECER, com a sua matriz situada fora da Região, no Estado do Paraná.

As principais instituições de ensino superior (UNEB, UNYANA e FASB), de pesquisa, de assistência técnica e extensão rural (CODEVASF, EBDA e FUNDAÇÃO OBA) e as unidades de educação e fiscalização ambiental (IBAMA e CRA) apresentam um quadro funcional de pesquisadores e técnicos reduzido e necessitando de capacitação. No caso específico da FUNDAÇÃO OBA, instituição de direito privado sem fins lucrativos, custeada por produtores individuais, empresários rurais e empresas ligadas ao setor de insumos, encontra-se funcionando nas dependências da AIBA, com a patente preocupação de arregimentar parcerias com instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa de outras Regiões que desenvolvam pesquisas de culturas, e que possam ser adaptadas às condições locais.

Entre o final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, diversas instituições estatais desenvolveram papel importante no processo de ampliação da base técnica da agricultura regional. Com o dismantelo dos aparelhos de Estado na Região nos últimos anos do século XX, especificamente das empresas de pesquisa agropecuária e assistência técnica aos produtores agrícolas, as organizações dos grandes produtores e as empresas processadoras vêm exercendo o papel dos organismos de Estado nas ações de fiscalização às empresas de produtos químicos (muitas delas têm os seus produtos associados a problemas ambientais).

Essa situação reduz o leque de produtores regionais atendidos com os avanços da produção científica e tecnológica moderna, não democratiza o conhecimento e tem contribuído de alguma forma para a não ampliação das manchas e espaços produtivos. Dessa forma, reduzem-se para Região as oportunidades de mudança no seu atual perfil ampliando-se

os investimentos de capital. Do total de áreas ocupada pela moderna atividade agrícola, verificou-se que grande parte destas está situada em terras consideradas tecnicamente inaptas para a lavoura, seja por questões de preservação ambiental e sustentabilidade dos cerrados, seja por conta dos altos custos de investimentos para torná-las produtivas.

O Oeste Baiano passou a ser denominado moderno sem um princípio de unidade entre os seus diversos espaços, com contrastes profundos entre seus espaços. O processo econômico tem criado profundas contradições, já que as condições de prosperidade material do núcleo dominante local estão sendo conseguidas à custa de uma vasta expropriação e de uma exploração intensa dos recursos humanos e naturais, subordinadas aos níveis de produtividade de produtos incorporados pela moderna agricultura.

Isso significa, entre coisas, que, muitas vezes, pessoas que poderiam ser alimentadas passam fome. Em geral, há uma grande disparidade entre as capacidades produtivas do capitalismo e a qualidade de vida que ele proporciona. A ética do 'melhoramento', em seu sentido original, no qual a produção é inseparável do lucro, é também a ética da exploração, da pobreza e da falta de teto. [...] O uso irresponsável da terra e a destruição ambiental são igualmente conseqüências da ética da produtividade em nome do lucro (WOOD, 2001, p. 125, 126).

5.2.6 A DESARTICULAÇÃO VISTA COMO SÍNTESE

A desarticulação do espaço regional reflete-se nas esferas políticas, em virtude da ausência de processos considerados modernos e do desenvolvimento de estruturas altamente diferenciadas no que diz respeito às instituições e aos seus papéis políticos específicos. As estruturas políticas estão presas à centralização do sistema político com orientações e objetivos específicos e pontuais. Apesar do enfraquecimento das antigas elites tradicionais, suas práticas e formas de atuação são adotadas pelas novas lideranças políticas regionais. Essas lideranças políticas construídas nos espaços da moderna agricultura têm demonstrado incapacidade de lidar com as exigências das novas formas de organização econômica.

Em dois momentos distintos, as análises até aqui apresentadas procuraram demonstrar a desarticulação e a desterritorialização do espaço regional provocadas pela moderna agricultura. Inicialmente atendo-se à análise do período no qual essa Região foi

escolhida para incorporar a moderna agricultura, visando-se a transformação do Oeste da Bahia em uma das instâncias do circuito de produção das grandes empresas agroalimentares; e, no segundo, quando procura demonstrar que o Oeste baiano não incorporou na sua totalidade essa modernização. Observou-se que o surgimento de novas estruturas combinou-se com outras pré-existentes. Essa hibridez não foi capaz de solucionar os problemas gerados no interior da Região devido a sua pequena capacidade de incorporar novas instituições e de ampliar as já existentes.

Nota-se que durante as duas últimas décadas as situações apontadas geraram bloqueios que não se caracterizam como transitórios, pois ao combinar o novo com as formas tradicionais, não trouxeram mudanças estruturais profundas, mas causaram a desarticulação do sistema social pré-existente e impediram que experiências bem sucedidas pudessem ser generalizadas. A persistência e a resistência a mudanças estruturantes do núcleo formador dessa camada reforçam o desenvolvimento desigual que ocorre no Oeste da Bahia e amortece o ritmo de crescimento da economia regional.

6 CONCLUSÕES

O principal propósito dessa Tese foi descobrir por que a Região Oeste da Bahia, considerada desde a sua formação até o final dos anos de 1970 pelo conjunto das forças econômicas e sociais do Estado um “espaço vazio”, “um cerrado primitivo e infértil”, se transformou nos últimos vinte e cinco anos, a partir de uma série de sucessivas intervenções realizadas em parte dos seus espaços agrícolas, um dos principais centros de produção agrícola de toda Região Nordeste do país. Qual o papel que as antigas e novas formações sociais do Estado e as que se encontram presentes regionalmente desenvolveram na implementação de uma nova dinâmica que modificou completamente a face produtiva dos espaços de cerrados de alguns municípios da Região. Quais as perspectivas de ampliação dos adventos da modernidade capitalista em um espaço regional em que predomina fortes diferenças sociais e econômicas entre os seus espaços como resultados de processos que fazem parte do seu sociometabolismo.

No decorrer da pesquisa procuramos analisar o processo de desenvolvimento econômico por que passou a Bahia a partir dos finais dos anos 1950 até nossos dias, e especificamente o papel que desempenhou a moderna agricultura praticada a partir dos finais dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 no interior da Região Oeste da Bahia. Procuramos abarcar as grandes linhas de mudanças que ocorreram na Bahia, tanto em termos econômicos como políticos, buscando os principais elementos que se encontraram envolvidos nas propostas nacionais e estaduais que permitiram a instalação nos territórios de cerrados do Oeste baiano uma moderna agricultura sem alterar a as estruturas de dominação presentes regionalmente.

Para explicarmos o ocorrido no Oeste baiano dentro de um contexto do desenvolvimento da economia baiana durante os últimos cinquenta anos, ressaltamos a importância da instalação e do crescimento das atividades da PETROBRAS no Estado, no início da década de 1950, que introduziu elementos nas áreas de transformação industrial que, nas décadas seguintes, contribuíram sobremaneira para modificar o quadro econômico e social em parte do Estado, especificamente na sua Região Metropolitana, alterando bastante o seu perfil. Essa dinâmica, mesmo concentrada, ganha forças e persiste até o início da década de 1970, devido às indefinições políticas econômicas nacionais no período anterior ao

“milagre econômico” dos anos de 1970. Essa dinâmica econômica contemplou, durante a sua sobrevivência e as suas crises, propostas como a de ampliação e criação de fronteiras agrícolas nacionais.

Para atingirmos os objetivos desta pesquisa foi importante voltarmos ao perfil da formação histórica recente da Bahia. Tentar entender o porquê da enraizada ausência de um projeto consistente de poder para o conjunto do Estado das suas classes dominantes. Porque, mesmo nos períodos em que a cacauicultura exerceu forte influência econômica e política no Estado, suas representações mais amplas não apresentaram projeto político e econômico de consolidação de marcas capitalistas mais amplas. Processo que se repete hoje com a produção de grãos no Oeste baiano. Espaço que as classes dominantes localizadas no entorno da capital, se não desconhecem, devido às singularidades econômicas, se limitam a dizer que existe e que deve ser incentivado. Porém, sem uma participação mais direta da Bahia.

Diferente do ocorrido nos movimentos econômicos, sociais, políticos e culturais que aconteceram nos espaços da Região Metropolitana e no Recôncavo, que foram incorporados como pertencentes à Bahia; e que as suas dinâmicas implicaram na urbanização e na sua industrialização do Estado. Os fatos ocorridos com o setor agrícola fora desses espaços jamais contaram com ações por parte de suas classes dominantes que gerassem atitudes de pertencimento. Muito pouco foi realizado até esse momento por parte das classes dominantes do Estado para incorporar de forma mais efetiva, além dos discursos, o conjunto do seu setor agrícola.

Na Bahia a modernidade que se instaurou em todos os seus campos econômicos, sociais e culturais não substituiu as velhas redes de influência política. Na reforma administrativa realizada próximo ao final da década de 1960, que procurou modernizar o Estado pós 1964, ao invés de preparar para novos horizontes dentro dos marcos do “capitalismo civilizatório”, manteve e fortaleceu parte significativa das estruturas de poderes anteriores. O setor agrário e os grupos ligados aos interesses regionais do Estado ao reverterem, como parte desse processo situações concretas em mudanças, para estabilizarem a situação de desigualdade econômica e social que o Estado vem apresentando no mesmo patamar, ignorando sempre as expectativas dos setores populares por mudanças profundas.

Assim também vem ocorrendo no Oeste baiano com as novas frações de classes dominantes que se formou a partir da moderna agricultura que se viabilizou nos seus cerrados. Observou-se durante a pesquisa, que as transformações ocorridas nos espaços de cerrados do Oeste baiano, consideradas pujantes economicamente para um Estado que tem uma pobreza recorrente, foram limitadas no seu alcance social local e mais limitadas ainda no âmbito econômico nacional. Foram transformações que se iniciaram a partir de processos econômicos e políticos ocorridos no conjunto do território nacional durante a década de 1970, quando setores da agricultura nacional, com uma base técnica diferenciada das presentes até aquele momento no setor, incorporaram novas áreas à produção, integrando a economia nacional regiões antes isoladas. Essa dinâmica no Oeste tomou cores fortes na consolidação de um espaço antes considerado desprezível ao tempo em que ampliou os já historicamente presentes disparidades econômicas e sociais entre os espaços regionais.

Agravou os problemas das desigualdades entre as regiões já que se valendo de políticas públicas para o setor agrícola e de ações não propriamente agrícolas e reconhecendo, principalmente, a dominação do capital internacional sobre a totalidade da economia brasileira, transformou a agricultura em um setor da indústria. Neste novo desenho que adquiriu a economia brasileira foi possível a partir desse período a criação e composição no território nacional de diferentes configurações, que refletiram um grau diferenciado de inserção de determinadas áreas em uma economia mundializada.

Foram essas mudanças econômicas e políticas ocorridas a partir da conjuntura nacional e internacional que trouxeram ao Oeste baiano, especificamente aos seus espaços de cerrados, junto com os ventos da modernização agrícola que corriam forte no território nacional, que homens e mulheres passaram a se constituir enquanto classes diferentes das que existiam (se apresentavam) na Região e com elas uma nova forma de apropriação e de um novo uso do território dos cerrados baiano. Foram essas mudanças, com características econômicas e sociais completamente diferentes de tudo que já havia ocorrido nos territórios agrícolas do Estado, que nos estimulou a formular uma análise da composição do quadro das estruturas de classes formadas na Região a partir do processo de modernização da sua agricultura, assim também como divisar os processos que transformaram as relações de dominações presentes regionalmente ao tempo que situaríamos as manifestações de desigualdades econômicas baseadas em classe que ocorreram no espaço regional.

No Oeste baiano, uma região periférica do capitalismo – ou de desenvolvimento tardio – a introdução brusca de um segmento agrícola moderno não significou a eliminação das desigualdades econômicas e sociais pré-existentes e as formas de dominação política, ao contrário se acentuaram devido a forma como se reproduziu o modo de produção capitalista nos seus espaços. No Oeste baiano, como em toda a Bahia, as velhas disparidades que nunca foram desfeitas – e nem poderiam sê-lo diante da completa ausência de um projeto de classe das suas estruturas sociais dominantes – se apresentam com força redobrada e em condições muito mais amplas do que antes da viabilização da nova dinâmica agrícola implantada a partir do final da década de 70. Repete-se, portanto no Oeste baiano o que já se constatou no conjunto do território do Estado: uma situação de fraca densidade econômica no conjunto do seu território regional, permeado por imensos vazios, resultantes de uma economia dispersa estabelecida em pontos distantes entre si e com uma infra-estrutura material escassa.

Os processos ocorridos no Oeste baiano e das situações já ocorridas a partir dele, são totalmente diferenciadas as já ocorridas na história das relações agrícolas do Estado. Assim como outras que se apresentaram no seu território, nos primeiros momentos parece que irá desenvolver um papel importante nas modificações do perfil do nosso Estado, porém, ou são limitadas no espectro ou são abortadas ou pactuadas por suas classes dirigentes para ocorrerem fora do script programados de mais mudanças qualitativas, isso dentro do espaço de controle das estruturas dominantes do Estado.

A presente investigação foi toda movida dentro de uma perspectiva da Sociologia Crítica, que há muito vem sendo colocada em planos inferiores na pesquisa científica. Perseguimos o entendimento das transformações que ocorrem na Bahia a partir do recurso dos esquemas de classe, que representa um importante instrumental teórico, descritivo, analítico e explicativo, aplicável nas Ciências Sociais históricas que estudam o movimento das categorias econômicas tendo em vista que essa categoria exprime formas e condições de existência.

Existiram algumas dificuldades na condução desse trabalho, primeiro por conta da ausência de dados estatísticos confiáveis na Bahia sobre propriedades de ativos de capital, que muito poderiam ter nos ajudado no desenvolvimento da nossa pesquisa para apontar as características econômicas das formações dominantes hoje presentes na Região. Talvez mais do que em outros espaços avançados do capitalismo, as frações de classe burguesa que se

formaram nos espaços dos cerrados baianos mostraram-se resistentes à investigação sociológica através de levantamentos de dados por amostragem centrada nos indivíduos.

Trata-se de uma situação, já apontada por outros pesquisadores, que não decorre apenas das dificuldades de investigar no caso do Oeste baiano quantos são os membros das classes dominantes que são em números proporcionalmente bem menores que os existentes em partes significativas dos espaços de moderno capitalismo. Mas também porque essa é uma situação que guarda uma relação direta com o processo maior de saber as reais propriedades individuais no mundo das corporações e é uma situação que não interessa em um país em que as disparidades entre os homens de posse e os que não possuem são enormes. Além disso, nos defrontamos com a resistência das pessoas que conformam tais frações de classe na Região, em discutir as suas histórias, em ser consultadas sobre os processos em que se dizem responsáveis. Situações que somente foram reduzidas e/ou eliminadas depois da constituição de redes e de explicações do significado que as transformações presentes nos cerrados da Região Oeste têm para a Bahia. Somente a partir desse momento foi que saber em que situações foram constituídas as suas possessões e em que padrões institucionais essas situações foram se fortalecendo deixaram de se constituir um problema e o cotidiano regional dessas estruturas de mando do capital ia sendo gradativamente desvendado por conta das suas ações comportamentais nos espaços regionais.

Essas situações não se constituíram como problema fora dos espaços de cerrados. Nos locais onde as transformações foram limitadas e quase que não ocorreram modificações nas suas composições sociais de mando e sim o aumento do número de excluídos e de empobrecimento das parcelas residentes nos espaços urbanos (de 22 das 23 cidades da Região).

Apontamos neste trabalho como núcleo dos segmentos sociais dominantes da Região, com vínculos precários ou sem vínculos com os antigos grandes proprietários de terra e comerciantes do Oeste baiano, os primeiros “Gaúchos” que se deslocaram para a Região no início da década de 1980. Eles são considerados como os grandes agentes dos processos de transformações ocorridas. Trata-se de um grupo que não passam de 100 entre os aproximadamente 1.100 produtores modernos localizados nos espaços de cerrados da Região (segundo os assessores técnicos da AIBA), menos de 10% dos grandes produtores modernos

da Região. São esses 10% que se transformaram em uma nova classe dominante, residentes no município de Luís Eduardo Magalhães.

Muitos desses produtores chegaram à Região depois de perderem suas terras devido às construções de barragens realizadas durante o período dos governos militares e/ou devido aos processos de transformações conservadoras que o setor agrícola vivenciou na região Sul do Brasil durante a década de 1970. Como pequenos produtores e com famílias extensas perderam o sentido econômico das suas propriedades e a sua comercialização se transformou em uma das saídas que possibilitaria os seus deslocamentos para novas áreas de fronteiras agrícolas que estavam sendo criadas no país durante o final da década de 1960 e toda a década de 1970.

Esses pequenos produtores em suas regiões de origem, considerados hoje nos espaços do Oeste baiano como “pioneiros” “desbravadores” e descendentes de desbravadores, foram produtores que detinham pequenas faixas de terras nos seus espaços de origem, cujas áreas estavam quase todas ocupadas com culturas de subsistências. Segundo informações absorvidas durante as entrevistas de campo, uma parte significativa desses pequenos produtores contava com propriedades que não passavam de 25 hectares e contavam com famílias numerosas. O que criava situações de impossibilidade de se repartir produtivamente. A outra parte se tratava de produtores pequenos e médios que foram desapropriados de suas áreas para construções de barragens. Para se manter na agricultura, com os recursos provenientes dessas vendas e/ou desapropriações realizadas, adquiriram grandes propriedades no Oeste baiano.

A esse grupo de “Gaúchos”, que foram os primeiros a ocupar os espaços dos cerrados do Oeste baiano com atividades agrícolas modernas, em escala menor, agregaram-se, primeiro, os prepostos e agentes das grandes empresas que adquiriram terras na Região na fase inicial para especulação e posteriormente para ocupação produtiva, devido à presença de créditos e financiamentos fartos e baratos do Estado. Foram esses dois grupos que projetaram as grandes influências políticas nos grupos que se constituíram regionalmente a partir da moderna agricultura. São eles que apresentam reivindicações separatistas mais contundentes e formam quadros políticos para se contrapor às estruturas montadas pelos “Coronéis” do Oeste baiano. Porém, é necessário dizer que nenhum desses quadros políticos criados nos espaços

dos cerrados conseguiu ultrapassar ou conquistar apoios significativos em áreas fora das suas fronteiras territoriais da moderna agricultura nos cerrados.

E, posterior a esse núcleo se formou regionalmente nos espaços dos cerrados um segmento social de empregados com cargos de direção das empresas processadoras que vão desenvolver com os produtores que se instalaram nos cerrados um papel singular. Que vão atuar, depois da crise de financiamento do Estado e da incapacidade de resgate das dívidas contraídas pelos produtores do cerrado com os bancos oficiais, como agentes bancários, financiando a instalação de novas propriedades e custeando novas safras, mecanismos que lhes asseguram o controle das safras e a garantia no comércio de exportação. São agentes que além de viabilizarem uma acumulação extra-comercial para suas corporações, garantida pelo pagamento das correções sobre os capitais empatados, contam também com as diferenças dos preços entre o período de compra e venda nos mercados externos para extração de mais valias. Desenvolvem o papel dos intermediários modernos na especialização produtiva da Região em função dos interesses dos capitais internacionais na apropriação da maior parcela possível do excedente econômico dos produtores regionais, transformando as rendas das grandes corporações internacionais presentes regionalmente em significativos lucros mercantis.

É fundamental apontarmos que essas corporações, empresas processadoras e os seus prepostos, desenvolvem um papel importante de financiamento e regulação da produção regional. Funcionam independentemente da existência de um sistema bancário atuante regionalmente via agências de instituições consolidadas no mercado financeiro nacional. Trata-se de uma situação típica da modernidade econômica da Região Oeste do Estado e que vem fortalecendo as suas relações sociais devido às fragilidades organizativas do sociometabolismo do capital no espaço regional.

De qualquer forma deve ficar patente que as duas estruturas desenvolvem papéis complementares e não antagônicos na consolidação de uma rede que possibilita deslocamentos dos recursos apropriados regionalmente para outros espaços. Situação que contribui bastante no processo de manutenção da Região como um espaço periférico nas definições mais amplas do setor agrícola nacional e do capital. Tanto que foi comum ouvir entre os produtores “Gaúchos”, que todas as vezes que conseguem se apropriar de somas mais significativas da comercialização de suas safras fizeram investimentos como aquisição de

propriedades rurais, imóveis residenciais e outros bens imóveis em as diversas outras regiões do país, principalmente nas suas de origem.

A constituição dessa nova classe dominante no Oeste baiano e o seu fortalecimento ocorreu gradativamente devido as conjunturas políticas em períodos anteriores que lhes forma favoráveis. O grau do seu isolamento como agente de transformações econômicas regionais aconteceu mais por incorreções na leitura da conjuntura política e econômica das frações dominantes precedentes do que pelas capacidades próprias de aglutinações. Nos primeiros momentos de sua constituição regional a sua presença não significou quaisquer restrições das ações dos grandes proprietários rurais e dos grandes comerciantes regionais precedentes já que os mesmos não deixaram de ter o controle político nos espaços regionais e desenvolveram um papel importante nos conflitos fundiários assumindo a frente em apoio aos novos grupos sociais que se apresentavam e em segundo lugar, eram eles que controlavam os acessos aos organismos de Estado instalados regionalmente, além serem interlocutores com as estruturas de poder político central.

As relações entre as duas frações de classe dominante no Oeste baiano somente tornaram-se bastante tensas e contraditórias a partir do momento em que os grupos de “Gaúchos” resolveram lançar candidatos próprios aos pleitos eleitorais e não aceitar mais alianças em que eles estivessem em segundo plano nos processos eleitorais para as prefeituras municipais; foram crescendo à medida que os produtores dos cerrados passaram a desenvolver relações com outros grupos de produtores voltados as culturas de exportação, denominados ruralistas, com uma bancada de parlamentares nacionalmente presente, com grupos de pressão organizados em espaços da agricultura moderna do país; quando passaram a contar com interlocução própria com as instâncias de poder não somente nos espaços regionais, mas também no território nacional.

São nos aspectos comportamentais que as diferenças entre os dois segmentos chamaram mais atenção. Os grandes proprietários de terras do Oeste baiano continuam na sua maioria, residindo em suas casas construídas há mais de duas décadas na principal cidade da Região – Barreiras, com padrões arquitetônicos considerados modestos para as posses que afirmavam possuir; mantendo relações econômicas, políticas e sociais com a capital do Estado – Salvador; e sentem-se pertencentes à Região. Não tratam a Região como objeto de desejo nem como se estivessem de passagem. Continuam com uma ilusão de poder, com a imagem

de que são respeitados, fantasiando o irreal. Se sentindo, sem objetivamente serem, os grandes responsáveis por tudo que venha a acontecer na economia e na política regional.

Com situação diferente da fração de classe burguesa, os denominados regionalmente de “Gaúchos” construíram, desde os primeiros momentos em que chegaram a Região, contando com fartos financiamentos públicos, bairros com infra-estrutura física e residências com padrões diferenciados dos existentes, de arquitetura moderna, primeiro em Barreiras, posteriormente, após consolidados e para se diferenciarem mais ainda, no município “próprio” – Luís Eduardo Magalhães, que antes da sua emancipação já contava com bairros que apresentavam traçados completamente diferentes dos bairros das cidades mais antigas da Região; residências com padrões arquitetônicos semelhantes aos bairros nobres de qualquer lugar do país. Construíram loteamentos e ruas com traçados diferentes para se diferenciarem, mesmo na própria sede municipal que constituíram. Os “Gaúchos” não têm a capital do Estado como referência para coisa alguma; procura desconhecer Salvador como centro político e dizem que suas relações políticas são com a capital federal. Constituíram centros culturais para referenciar-se sempre ao Rio Grande do Sul ou Santa Catarina, as suas tradições gaúchas e aos pampas.

A combinação dessas práticas com as relações de exploração agrícola desenvolvidas nos cerrados fortaleceu consideravelmente uma classe dominante que se formou no Oeste baiano a partir da moderna agricultura com características separatistas. Ao dar ênfase nos seus discursos a possível ausência do Estado baiano nos atendimentos das suas necessidades e dizendo-se os grandes responsáveis por tudo que a Região conta hoje, porque antes deles os cerrados eram um espaço vazio criam uma retórica que somente reproduz as características separatistas já tão presentes.

Não restam dúvidas que essa fração de classe dominante que se constituiu na Região Oeste da Bahia teve uma participação efetiva como os principais agentes das transformações tanto quantitativas com as qualitativas operadas na atividade produtiva da agricultura regional, porém deve-se também atribuir aos inúmeros fatores conjunturais apontados a responsabilidade não somente pela ocupação diferenciada economicamente que a Região contou efetivamente nos últimos vinte e cinco anos, mas também pelo grau de diferenciação social que ela apresenta hoje, advindo com o crescimento da produção, da área ocupada e das relações de trabalho.

Os processos ocorridos de forma mais visível nos cerrados da Região foram passos marcantes rumo a uma agricultura decididamente capitalista contraposta às formas anteriores que prevaleceram nas relações sociais que se desenvolviam na organização da atividade produtiva regional. Porém essas mudanças, foram as responsáveis por uma transição social limitada no conjunto dos vinte e três municípios da Região, favoreceu a concentração da propriedade da terra ao tempo em que determinou como sua fundamental característica uma racionalidade capitalista nas relações econômicas em que prevaleceu a desigualdade econômica e social entre os indivíduos. Trata-se de um processo que fortaleceu os grandes proprietários de terras, os empresários com unidades instaladas nos cerrados e os gerentes e diretores das grandes empresas que a partir das unidades instaladas nos cerrados, ao tempo em que ampliou os seus raios de influências nos organismos do Estado devido a crescente participação econômica da Região no PIB estadual.

São essas frações de classe que mais radicalizaram no confronto e os processos de apartação social regional; que criaram clubes e centros de tradições gaúchas nos cerrados baianos e quando entrevistados dizem que nos cerrados “não tem lugar para todos” e todos para eles são os nordestinos e principalmente os baianos que, segundo eles, contavam com aquelas áreas e não souberam aproveitar já que continuam a propagar a existência de terras disponíveis para ocupação imediata em seus espaços de origem. Glorificam-se na construção da sua identidade social sempre querendo mostrar que eles são diferentes. As peculiaridades das relações entre esses núcleos de “Gaúchos” dos cerrados baianos e os demais membros residentes no Oeste baiano ficam evidenciados quando eles se referem a capital do Estado – Salvador. Para eles é um local de “festas e que por isso o Estado dos baianos é pobre”, sem vitalidade econômica.

O segundo grande núcleo social que se formou regionalmente foi de “Gaúchos”, pequenos proprietários de terras. Vale a pena lembrar que são considerados pequenos para os padrões da moderna agricultura praticada nos espaços dos cerrados já que esse núcleo, que também se desfizeram de suas pequenas propriedades no Sul do país, com os recursos das vendas adquiriram propriedades no Oeste baiano com áreas entre 500 e 2000 hectares. Muitas dessas propriedades adquiridas apresentam problemas em seus processos de titulações. Os produtores que adquiriam terras contam com recibos de compras dessas propriedades, são propriedades desconhecidas dos cadastros rurais do Estado e suas áreas não coincidem com os

desdiscriminados nos documentos de compra e venda desses “proprietários”. Sempre, nos informam quando os entrevistamos que “comparamos uns 500 hectares mais já fizemos a nossa medida e temos um pouco mais porque abrimos mais de uma picada e derrubamos umas matas”.

Ideologicamente essa fração de classe incorporou os valores da classe dominante que se instalou regionalmente e se fixou fisicamente em núcleos formados em áreas desbravadas nos cerrados, especificamente no distrito de Roda Velha de Cima (município de São Desidério), nos povoados de Bela Vista e Novo Paraná (município de Luís Eduardo Magalhães) e no povoado de Rosário (município de Correntina). Parcelas significativas deles também se encontram espalhados em áreas dos antigos projetos desenvolvidos por cooperativas constituídas no início do processo de ocupação dos cerrados baianos (principalmente COOTIA e COOCERAL) e que se desintegraram nos últimos anos devido as suas grandes dívidas. Estão assentados também em uma área denominada de “Garganta” ou “Estrondo”, situada no município de Formosa do Rio Preto, em um território de moderna produção, próximo à fronteira da Bahia com o Estado do Tocantins. Suas residências têm padrões semelhantes aos dos médios produtores das áreas de produções tradicionais.

Dessa forma o conjunto desse núcleo, também é constituído de pequenos produtores que eram estabelecidos no Sul do país e se deslocaram para o Oeste baiano, não modificou as suas posições de classe. Continuaram se constituindo enquanto uma fração de classe no Oeste baiano - pequenos burgueses, como eram nos seus espaços de origem, porém mais que os primeiros núcleos tratados acima, procuram manter as suas origens culturais; reafirmam a todo o momento que onde estão encontra-se um “pedacinho dos pampas”. Talvez “pampas” que jamais tenham vivido já que muitos estão fora de suas origens há mais de 20 anos e contam com pouco mais de 40.

Diferentemente do primeiro núcleo, que discutem e fazem alianças pontuais principalmente nas relações políticas, são contrários a qualquer acordo, alianças e relações com os residentes e representações das áreas de produção tradicional. Têm o seu processo produtivo totalmente dependente financeiramente das duas grandes empresas processadoras instaladas regionalmente – CARGIL e BUNGE, e qualquer ajuste conjuntural no setor agrícola interfere nas suas existências. Esse segmento de classe tem encontrado resistências no seu processo de capitalização devido principalmente aos endividamentos contraídos junto

às processadoras, ao setor de maquinas equipamentos e também devido ao aparecimento no território nacional de espaços que iniciam com a produção de grãos um exercício de substituição de determinadas áreas não porque “Deus quer” como eles afirmam.

Foram esses os núcleos sociais formados regionalmente a partir da moderna agricultura viabilizada nos espaços dos cerrados do Oeste baiano os principais agentes, como frações de classe, responsáveis pelas transformações capitalistas realizadas no setor agrícola do Estado no final do século XX. São frações de classe que não tem se ampliado e não se formaram tendo em vista os interesses específicos da agricultura baiana. Não se formaram enquanto classe com um significado historicamente determinado em referência a uma determinada fase do desenvolvimento do modo de produção capitalista. São grupos que se formaram atendendo uma pluralidade de demandas sociais e econômicas, entre as quais, em um espaço reduzido, encontram-se as do setor agrícola regional.

Esses núcleos cresceram e se desenvolveram regionalmente dependentes das políticas de crédito facilitado e de incentivos ao uso de insumos modernos, instaurados no auge do processo de modernização conservadora da agricultura brasileira. Por conta das ausências de outros grupos de pressões estaduais do seu setor agrícola no cenário nacional, o poder de pressão desse novo grupo para o atendimento de demandas pessoais sobre os centros decisórios do Estado passou a ser uma realidade. Processo que se cristalizou de forma discriminatória, acelerando nos espaços do Oeste baiano, mesmo entre os grupos que se formou um desenvolvimento desigual, marcado por intensos contrastes quer seja devido aos elevados graus de pobreza da população rural residente nos vinte e três municípios da Região quer seja pela existência de um único município que se apropria de todos os recentes investimentos públicos e privados.

São marcas do Oeste baiano: primeiro foi a completa ausência de um projeto de poder e de Estado das classes sociais dominantes historicamente presentes antes da chegada da modernidade agrícola; segundo, as estruturas de classe dominante que ali se formaram a partir da modernidade não trouxeram consigo as características transformadoras que a dinâmica capitalista obriga. A Região vive hoje uma série de indefinições, seja por conta da real ruptura entre os espaços de moderna agricultura com os seus ganhos produtivos e os espaços onde se concentra a produção agrícola tradicional que não consegue reduzir as suas desigualdades, seja por conta da impossibilidade de espraiamento do seu modelo agrícola para

possibilitar atender parcelas significativas dos produtores regionais. Tudo parece indicar, portanto, que a grande tarefa das transformações moderna da sociedade regional ainda está para ser enfrentada e consiste em efetivamente se constituir e consolidar uma nova ordem econômica.

Desafio que não é pequeno já que para isso implica uma ação que não ocorreu no território baiano nos últimos 50 anos que é o de deslocamento da questão social do âmbito da pobreza para o da desigualdade social, ou seja, transformar a questão social numa questão redistributiva de riqueza e poder sem lançar de antigos esquemas de pensamentos e de organizações.

REFERÊNCIAS

ABLAS, Luiz A. de Queiroz; MULLER, Alberto E. Guido; SMITH, Roberto. **Dinâmica espacial do desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: IPE/USP, 1985.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AFFONSO, Rui de Brito Álvares; SILVA, Pedro Luis Barros (Orgs.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP/UNESP, 1995.

AGRONEWS OESTE. Luís Eduardo Magalhães: [s.n.], ano 1, n. 2. Set. 2005.

_____. Luís Eduardo Magalhães: [s.n.], ano 1, n. 2, 2005.

_____. Luís Eduardo Magalhães: [s.n.], ano 2, n. 6, set. 2006.

_____. Luís Eduardo Magalhães: [s.n.], ano 2, n. 7, dez. 2006.

_____. Luís Eduardo Magalhães: [s.n.], ano 2, n. 8, mar. 2007.

AGROPECUÁRIA na Bahia. **Gazeta** Mercantil, Salvador, 3 nov. 1997. p. C8.

AIBA. **INFORMAIBA**. Barreiras: [s.n.], n. 59, 1999.

_____. **INFORMAIBA**. Barreiras: [s.n.], n. 61, 1999.

_____. **INFORMAIBA**. Barreiras: [s.n.], n. 62, 2000.

_____. **INFORMAIBA**. Barreiras: [s.n.], n. 63, 2000.

_____. **INFORMAIBA**. Barreiras: [s.n.], n. 64, 2000.

_____. **INFORMAIBA**. Barreiras: [s.n.], n. 65, 2000.

_____. **INFORMAIBA**. Barreiras: [s.n.], n. 66, 2000.

_____. **INFORMAIBA**. Barreiras: [s.n.], n. 129, 2005.

_____. **INFORMAIBA**. Barreiras: [s.n.], n. 132, 2006.

_____. **INFORMAIBA**. Barreiras: [s.n.], n. 133, 2006.

_____. **INFORMAIBA**. Barreiras: [s.n.], n. 134, 2006.

_____. **INFORMAIBA**. Barreiras: [s.n.], n. 135, 2006.

_____. **INFORMAIBA**. Barreiras: [s.n.], n. 136, 2006.

_____. **INFORMAIBA**. Barreiras: [s.n.], n. 137, 2006.

_____. **INFORMAIBA**. Barreiras: [s.n.], n. 138, 2006.

_____. **INFORMAIBA**. Barreiras: [s.n.], n. 140, 2006.

_____. **INFORMAIBA**. Barreiras: [s.n.], n. 143, 2007.

ALEXANDER, Jeffrey C. Teoria social hoje. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Orgs.). **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1999. p. 23-90.

ALGODÃO veste de branco a terra da soja. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 jun. 2000. Caderno Agrofolha, p. f1.

ALMEIDA, Rômulo. **Voltado para o futuro**. Fortaleza: BNB, 1986.

AMIN, Samir. **El capitalismo en era de la globalización**. México: Paidós, [19-?].

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: HUCITEC; Recife: IPESPE, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Nordeste, Nordeste: que Nordeste? In: AFFONSO, Rui de Brito Álvares; SILVA, Pedro Luis Barros (Orgs.). **Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP/EDUSP, 1995. p. 127–156.

AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli. **Industrialização e incentivos fiscais na Bahia**. 1975. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975.

BAHIA. Cafeicultores terão R\$ 519 milhões. **Diário Oficial**, Salvador, 15-16 jun. 2000.

_____. Secretaria da Agricultura **Elementos da estrutura agrária baiana: uma análise censitária 1970–1980**. Salvador: Fundação Centro Estadual de Planejamento Agrícola da Bahia (CEPA), 1983.

_____. Governo do Estado. **Ocupação econômica do oeste: Programa Básico**. Salvador: [s.n.], 1980.

_____. Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC). **Programa de desenvolvimento dos cerrados: pré-seleção de áreas**. Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, Jul. 1983. CAR. PRODECER II, (versão preliminar).

_____. Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC). **Política de desenvolvimento regional para o oeste da Bahia**. Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, 1993. 75 p. (Cadernos CAR, 1).

_____. Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC). **Programa de desenvolvimento agroindustrial para o oeste baiano**. Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, 1993.

_____. Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC). **Uso da terra:** oeste do estado da Bahia. Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, 1994. (Cadernos CAR, 2).

_____. Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC). **Oeste da Bahia:** perfil regional: Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS). Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, 1995. (Cadernos CAR, 8).

_____. Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC). **Subespecialização regional:** Oeste da Bahia: Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS). Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, 1997. (Cadernos CAR, 23).

_____. Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC). **Uma alternativa agroindustrial para o oeste baiano.** Salvador: Fundação Centro de Projetos e Estudos, 1993. 54 p. (Estudos e Pesquisa, 17).

_____. Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC). **Crescimento populacional 1980 – 1996.** Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), 1998. 244p. (Estudos E Pesquisas, 39).

_____. Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC). **Os “novos mundos rurais” baianos.** Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), 1999. 88p. (Estudos e Pesquisas, 42).

_____. Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC). **Projeções de população por idade e sexo 1991-2020** Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), 1999. 40p. (Estudos e Pesquisas, 44).

_____. Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC). **Mão-de-obra agrícola na Bahia.** Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), 2000. 118 p. (Estudos e Pesquisas, 46).

_____. Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC). **Dinâmica demográfica da Bahia:** mudanças recentes. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), 1996. (Estudos e Pesquisas, 29).

_____. Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC). **Perfil municipal de Luís Eduardo Magalhães.** Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), 2001.

_____. Secretaria de Recursos Hídricos. Saneamento e Habitação. Coordenação de Recursos Hídricos. **Plano diretor de recursos hídricos:** Bacia do Rio Grande. Salvador: HIGESA, 1993.

BALIBAR, Etienne; WALLERSTEIN, Immanuel. **Race, nation, classe :** les identités ambiguës. Paris: La Découvert, 1997.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE). Departamento de Desenvolvimento Rural (DERUR). **Subsídios a uma política de financiamento agrícola para os cerrados nordestinos**. Versão Preliminar. Fortaleza: [s.n.], out. 1991.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Mudanças estruturais nas atividades agrárias**: uma análise das relações intersetoriais no complexo agroindustrial brasileiro. Rio de Janeiro: Departamento de Estudos (DESET), maio 1988.

BANCOS apontam má-fé na liquidação da CAC. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 mar. 2000. Caderno Dinheiro, p. 1-3.

BARREIRAS e Região Oeste. **Gazeta Mercantil**, Salvador, 25 maio 2000. Caderno Especial.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BECKER, Bertha K. A crise do estado e a região: a estratégia da descentralização em questão. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 48, n. 1, p. 43-62. jan./mar. 1985.

BENJAMIN, Walter. **Sobre arte, técnica, linguagem e política**. Lisboa: Antropos, 1980.

BENDIX, Reinhard. **Max Weber**: um perfil intelectual. Brasília: UNB, 1986.

BENKO, Geoges. **Economia espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BNDS financia projetos da CEVAL no oeste baiano. **A Tarde**, Salvador, 20 jun. 2000. Caderno de Economia, p. 6.

BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert (Orgs). **História da análise sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BRASIL. Constituição. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 18 de setembro de 1946. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Acordo de empréstimo externo**: celebrado entre Agência de Cooperação Internacional do Japão e Banco Central do Brasil. Brasília, DF: Senado, set. 1979.

_____. Ministério da Agricultura. Coordenadoria de Assuntos Econômicos. **Avaliação do programa**: Cooperação Nipo-Brasileira para desenvolvimento dos Cerrados. Versão Preliminar. Brasília: PRODECER, maio 1982.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BRAUDEL, Fernad. **A dinâmica do capitalismo**. Lisboa: Teorema, 1985.

BUAINAIM, Antônio Márcio. **Trajatória recente da política agrícola brasileira**. Trabalho de Consultoria para o Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (Fao). Campinas: [s.n.], fev. 1997.

BUARQUE, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: UNESP, 2002.

CAFÉ fino amplia fronteira na Bahia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 set. 1998. Caderno Agrofolha, p. 1.

CANO, Wilson. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: UNESP, 2000.

CARDOSO, Fernando H.; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: LTC, 1970.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento**: Brasil: JK – JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. Ideologia da globalização e (des)caminhos da ciência social. In: _____. **Globalização excludente**: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARGILL. Disponível em: <http://www.cargill.com.br>. Acesso em: 17 abr. 2007.

CARVALHO, Edmilson. **O enquadramento regional da economia de Feira de Santana**. Salvador: Trabalho de Consultoria, 1999.

_____. A questão da sustentabilidade. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 26-28, set. 1996.

_____. PELLEGRINI, Elisa. **Possibilidade e estágio atual da agroindustrialização nos cerrados do oeste baiano**. Salvador: Fundação Centros de Estudos, 1990. 63p. (Estudos e Pesquisa, 9).

_____. PORTO, Edgard. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento**: Região Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista: Mimeo, 1999.

CARVALHO, Inaiá M. Moreira; SOUZA, Guaraci Adeodato A. A produção não-capitalista no desenvolvimento do capitalismo em Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato A.; FARIA, Vilmar. **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis: Vozes, 1980.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura, São Paulo: Paz e Terra, 1999. 3 v.

CASTRO, Ana Célia; FONSECA, Maria da Graça D. **A dinâmica agroindustrial do Centro-Oeste**. Brasília: IPEA, 1995. (Série IPEA; n. 148).

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand. 1995.

CPT – GOIÁS: o projeto Cerrado: as multinacionais da agricultura brasileira: um caso concreto. **Cadernos do CEAS**, Salvador: n. 71, p. 44-49. jan./fev. 1981.

CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand. 1995.

_____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand. 1995.

CUNHA, Aécio S. (Coord.). **Uma avaliação da sustentabilidade da agricultura nos cerrados**. Brasília: IPEA, 1994. 254p.

_____. Mapas. **Estudos de política agrícola, 1**. Relatórios de Pesquisa, 11. Projeto PNUD/BRA/91/014-BIRD 2727/BR. Brasília: IPEA, 1994. 2 v.

DALTON, R., KUECHLER (Orgs.). **Los nuevos movimientos sociales**. Valencia: Alfons el Magnànim, 1992.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Tradição, autocracia e carisma: a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

DESEMPREGO é o maior problema de Barreiras. **A Tarde**, Salvador, 17 ago. 2000, Caderno dos Municípios, p. 4.

DINIZ, Clélio Campolina. Dinâmica regional recente e suas perspectivas. In: AFFONSO, Rui de Brito Álvares; SILVA, Pedro Luis Barros (Org.). **A Federação em perspectiva**. São Paulo: FUNDAP/EDUSP, 1995. p. 417-430.

_____. **A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas**. Brasília: IPEA, 1995. (Textos para discussão, 375).

_____. ; SANTOS, Fabiana Borges Teixeira dos. Sudeste: Heterogeneidade estrutural e perspectivas. In: AFFONSO, Rui de Brito Álvares; SILVA, Pedro Luis Barros (Org.). **Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento**: São Paulo: FUNDAP: UNESP, 1995. p. 195-251.

DINIZ, José Alexandre Felizola. **A área centro-ocidental do Nordeste**. Recife: SUDENE – Coordenação de Planejamento Regional, 1982. Estudos Regionais.

DOSSIÊ café do Brasil. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 24 mar. 1998.

DUARTE, Aluizio Capdeville. Regionalização: considerações metodológicas. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 5-32, 1980.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses**: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

DOMINGUES, José Maurício. **Sociologia e modernidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Unesp, 1997.

EISENSTADT, Shmuel Noah. **A dinâmica das civilizações**. Portugal, Lisboa: Cosmos, 1991.

EMBRAPA. Disponível em: <http://www.cnpso.embrapa.br/rectec/aspagro.htm>. Acesso em: 12/01/2000.

EUROPA corre atrás da soja brasileira. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 mar. 2000. Caderno Dinheiro, p. 8.

FERNANDES, Florestan. O conceito de Sociologia. In: CARDOSO, F. H.; IANNI, Octávio (Org.). **Homem e Sociedade**. São Paulo: Nacional, 1972.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1979.

FERNANDES, Luís. O Manifesto Comunista e a Dialética da Globalização. In: COUTINHO, Carlos Nelson et al. (Org.). **O Manifesto Comunista 150 anos depois**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 109-119.

FERRI, Mário Guimarães. **Ecologia**: temas e problemas brasileiros. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. **Estrutura e posições de classe no Brasil**: mapeamento, mudanças e efeitos na Renda. Belo Horizonte: UEFMG; Rio de Janeiro: IUPRJ, 2002.

FIORI, José Luís. O federalismo diante do desafio da globalização. In: AFFONSO, Rui de Brito Álvares; SILVA, Pedro Luis Barros (Orgs.). **A federação em perspectiva**. São Paulo: FUNDAP/EDUSP, 1995. p. 19-38.

_____. **Brasil no espaço**. Petrópolis: Vozes, 2001.

FOCUS OESTE. Luís Eduardo Magalhães: [s.n.], ano 1, n. 4. jun. 2006.

_____. Luís Eduardo Magalhães: [s.n.], ano 2, n. 6, dez. 2006.

_____. Luís Eduardo Magalhães: [s.n.], ano 2, n. 7, mar. 2007.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo: [s.n.], 21 maio 2000. Caderno Brasil.

FREITAS, A. F. Guerreiro de. Oeste da Bahia: formação histórico-cultural. **Cadernos do CEAS**, Salvador, v. 181, p. 59-78, maio/jun. 1999.

_____. Oeste da Bahia: Formação histórico-cultural. **Cadernos do CEAS**, Salvador, v. 182, p. 85-102, jul./ago. 1999.

_____. A Bahia em pedaços ou uma política de oligarcas e (neo)oligarcas. **Cadernos do CEAS**, Salvador, v. 153, p. 13- 24, set./out. 1994.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

FRUTICULTURA cresce 75% no Oeste. **A Tarde**, Salvador, 16 ago. 2000. Caderno de Economia, p. 13.

GALINDO, Osmil; SANTOS, Valdeci Monteiro dos. Centro-Oeste: Evolução recente da economia regional. In: _____. **Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento**: São Paulo: FUNDAP/EDUSP, 1995. p. 157–194.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GEIGER, Pedro Pinchas. Regionalização. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 1, v. 31, p. 5-25, jan./mar. 1969.

GERTH, H. H.; MILLS, Wright. **Max Weber: ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

GIDDENS, A. **Capitalismo e moderna teoria social**. Portugal: Editorial Presença, 1984.

_____. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **La estructura de clases en las sociedades avanzadas**. Espanha, Madrid: [s.n], 1991.

_____. **Las Nuevas reglas del método sociológico**. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1997.

_____. **Política, sociologia e teoria social**. São Paulo: UNESP, 1998. p. 103-240.

_____. **Em defesa da sociologia**. São Paulo: UNESP, 2001. p. 97-114; 217-228.

_____. ; TURNER, Jonathan. **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1999. p. 23-90.

GRAMSCI, Antonio. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAZIANO, José da Silva. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. Desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro (Coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994. p. 137-143.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

GOENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

GOZ, André. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GUIMARÃES, Sérgio A. **Um sonho de classe**. São Paulo: Hucitec, 1998.

GUNN, Philip. Reforma ou transformação agrícola no Oeste da Bahia. **Cadernos do CEAS**, Salvador, v. 132, p. 46-57, mar./abr. 1991.

HABERMAS, Jürgen. Teoria de la acción comunicativa. I. Madrid: Taurus, 1999.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p. 165-206.

_____. “Gaúchos” e baianos no “Novo” Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Questões atuais de reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996. p. 367-415.

_____. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1977.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOFFMANN, Rodolfo. A concentração da posse da terra no Brasil. **Encontros com a Civilização**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 207-222, 1979.

IANNI, Octávio. **Marx**. São Paulo: Ática, 1979. p. 99-102.

_____. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

_____. **Raças e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1974.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1958.

_____. **Produção agrícola municipal**. Disponível em:
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/1612>. Acesso em: 13 abr. 2007.

_____. **Diagnóstico da qualidade ambiental da Bacia do Rio São Francisco**: sub-bacias do oeste baiano e Sobradinho. Rio de Janeiro: [s.n.], 1994. (Série Estudos e Pesquisa em Geociências, 2).

INVASORES ocupam área de 300 mil metros quadrados. **A Tarde**, Salvador, 24 jan. 1998. Caderno dos Municípios, p. 11.

JOLY, Aylton Brandão. **Conheça a vegetação brasileira**. São Paulo: EDUSP; Polígono, 1970.

JUNGES, Maria Dania. **O município e a saga do pioneiro**. Luís Eduardo Magalhães, BA: Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães/Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães, 2004.

KAGEYAMA, Angela. Novo padrão agrícola brasileiro: Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme, et al. (Orgs.). **Agricultura e políticas públicas brasileiras**. Brasília: IPEA, 1990. (Relatório, n. 127).

KRAYCHETE, Elsa. **A indústria na Bahia em 1980**: uma interpretação a partir de ramos industriais e seções produtivas. 1988. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador.

KRAYCHETE, Gabriel; COMEFORD, John Cunha. Oeste baiano: os movimentos sociais face ao novo cenário regional. **Cadernos do CEAS**, Salvador, v. 131, p. 57-76, jan./fev. 1991.

_____. COMEFORD, John Cunha. A nova face agrária do oeste baiano: diversidade e ambigüidade. **Cadernos do CEAS**, Salvador, v. 132, p. 30-51, mar./abr. 1991.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Editorial, 1980.

LASUEN, J. R. A respeito de pólo de crescimento. In: FAISSOL, Speridião (Org.) **Urbanização e regionalização**. Rio de Janeiro: IBGE, 1978. p. 111-142.

LAVINAS, Lena; NABUCO, Maria Regina. Regionalização: problema de método. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 38, p. 21-26. 1994.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América**. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIPIETZ, Allain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

LÖWI, M. **Ideologias e Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 1985.

LÖWI, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. São Paulo: Busca Vida, 1987.

LUCKÁS, George. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARKUSEN, Ann. Áreas de atração de investimentos em um espaço econômico cambiante: uma tipologia dos distritos industriais. **Nova Economia**: Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG. Belo Horizonte: UEFMG/FACE/DCE, 1990. p. 9-44.

MARRAMAIO, Giacomo. **Poder e secularização**. São Paulo: UNESP, 1995.

MARTINE, George. **Fases e faces da modernização agrícola brasileira**. Brasília: IPLAN/IPEA. 1989. (Texto para Discussão, 15).

_____. Evolução espacial da população brasileira. In: AFFONSO, Rui de Brito Álvares; SILVA, Pedro Luis Barros (Orgs.). **Federalismo no Brasil**: desigualdades regionais e desenvolvimento. São Paulo: FUNDAP: EDUSP, 1995. p. 61-91.

_____. ; WONG, L. **Projeto Áridas**: uma estratégia de desenvolvimento para o Nordeste: demografia, as tendências populacionais recentes no Nordeste e suas implicações no semi-árido. Brasília: IICA, 1994. 131p. (Projeto Áridas GT III – Desenvolvimento Humano e Social).

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: HUCITEC, 2000.

MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [19-?]. Livro 3, v. VI, cap. LII.

_____. **A miséria da filosofia**. Espanha: Progresso, 1979.

_____. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

- _____. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. São Paulo: HUCITEC, 1984.
- _____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. **Manuscritos econômico-filosófico**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MÉSZAROS, Istvaán. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MINAS GERAIS. Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG). **Avaliação sócio-econômica do programa de desenvolvimento dos cerrados**. Anexo ao 1º Relatório. Belo Horizonte: [s.n.], out. 1981.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1992.
- MÜLLER, Geraldo. Agricultura e industrialização do campo do Brasil. **Revista de Economia Política**, [s.l.], vs. 2/2, n. 6, abr./jun. 1982.
- _____. As ambivalências da modernização agrária. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, v. 21, jul., 1988.
- _____. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. **Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: alto sertão da Bahia séculos XVIII e XIX**. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005.
- NOU, Edla Augusta Valença; COSTA, Nelson Lara da (Coord.). **Diagnóstico da qualidade ambiental da bacia do rio São Francisco: sub-bacias do Oeste baiano e Sobradinho/Primeira divisão de Geociências do Nordeste**. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.
- NOVA fronteira agrícola ameaça Amazônia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 maio 2000. Caderno Brasil, p. a19.
- NOVA safra começa com atraso e polêmica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 jun. 2000. Caderno Agrofolha, p. f3.
- OFF, C. **Partidos políticos y nuevos movimientos sociales**. Madrid: Sistema, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense/Edições CEBRAP, 1976. (Seleção CEBRAP, 1. Questionando a Economia Brasileira).
- _____. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. **O elo perdido: classe e identidade de classe**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. A metamorfose da arribação: fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 27, p. 67-92, jul. 1990.

_____. A crise da federação: da oligarquia à globalização. In: AFFONSO, Rui de Brito Álvares; SILVA, Pedro Luis Barros (Orgs.). **A federação em perspectiva**. São Paulo: FUNDAP/EDUSP, 1995, p. 77–90.

_____. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. **Os direitos do antivalor**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Crítica à razão dualista: o onitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. À sombra do manifesto comunista: globalização e reforma do Estado na América Latina. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo II**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 68–78.

OLIVEIRA, Nelson. O capitalismo no oeste da Bahia. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 86, p. 22-36. jul./ago.1983.

_____. Notas sobre a recente expansão industrial na Bahia. **Cadernos do CEAS**. Salvador, n. 112, p. 44-68, nov./dez. 1987.

_____. Política agrária e eficácia da ação governamental: o caso da Bahia entre 1985 e 1989. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 155, p. 26-44, jan./fev. 1995.

_____. Investimento e pauperização: números da miséria em sub-regiões da Bahia. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 176, p. 37-57, jul./ago. 1998.

_____. Estado e organizações patronais: inovações derivadas das novas perspectivas de articulação no agro. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 184, p. 9- 34, nov./dez. 1999.

_____. Sob o manto da concórdia. In: _____. **A outra face da moeda**. Salvador: Comissão de Justiça e Paz, 2000.

_____. **Reforma agrária na transição democrática**. Salvador: CEAS; São Paulo: Loyola, 2001.

_____. **Neocorporativismo e política pública**. Salvador: CEAS; São Paulo: Loyola, 2004.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

ORTIZ, Renato. **Um outro território**. São Paulo: Olho d'Água, 2000.

PIRES, Mauro Oliveira. **Desenvolvimento e sustentabilidade: um estudo sobre o programa de cooperação nipo-brasileira para o desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER)**. 1996. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTO, Edgard. Desenvolvimento Regional na Bahia. In: AVENA, Armando (Org.). **Bahia século XXI**. Salvador: Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia, 2002. p. 97-130.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes Editores, 1977.

_____. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

_____. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PREÇO da terra desaba nos anos 90. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 maio 2000. Caderno Agrofolha, p. 1.

PRODUÇÃO de algodão cai em Guanambi. **Gazeta Mercantil**, Salvador, 17 jul. 1998. p. 3.

PROPOSTA cria município de Luís Eduardo e afronta a lei. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 jun. 2000. Caderno Brasil, p. a7.

REVISTA ISTO É. São Paulo: [s.n.], 19 fev. 2003.

REVISTA VEJA. São Paulo: [s.n.], 29 set. 2004.

_____. Ed. Especial. São Paulo: [s.n.], maio 2002.

RIDENTI, Marcelo. **Classes sociais e representação**. São Paulo: Cortez, 1994.

RIZZO, de Oliveira, Eliézer. **As forças armadas: política e ideologia no Brasil, 1964-1969**. Petrópolis: Vozes, 1976.

RODRIGUES, Arlete Moysés. (Org.). **Desenvolvimento sustentável teorias, debates, aplicabilidades**. Campinas: UNICAMP, 1996.

SAFRA despeja R\$ 4, 5 bi no campo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 jul. 1998. Caderno Agrofolha, p. 1.

SAFRA vai injetar R\$ 24 bi no interior. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 mar. 2000. Caderno Agrofolha, p. 1-3.

SAN MARTIN, Paulo; PELEGRINI, Bernardo. **Cerrados: uma ocupação japonesa no campo**. Rio de Janeiro: CODRECI, 1984.

SANTANA, Carlos Henrique Vieira. **Intelectuais, planejamento e clientelismo**. Salvador: Contexto e Arte, 2002.

SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. **Impactos da modernização da agricultura no oeste baiano: repercussão no espaço do cerrado a partir da década de 80**. 2000. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. A (in)sustentabilidade da região: o novo paradigma do desenvolvimento regional. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 192, mar./abr. 2001.

_____. A economia baiana: possibilidades e Impasses desde 1950. **Revista Humanas**, Feira de Santana, ano 2, n. 3, p. 7-26, 2003.

SANTOS FILHO, Milton (Coord.). **O processo de urbanização no oeste baiano**. Recife: SUDENE, 1989. (Série de Estudos Urbanos, 1).

_____. ; FERNANDES, Ana; ALMEIDA, Paulo Henrique. A modernização do campo nos cerrados baianos. **Espaço & Debates**, São Paulo, v. 8, n. 25, p. 63-75. 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Studio Nobel, 1985.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. A revanche do território. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 3, 3 ago. 1997.

_____. **O centro da cidade do Salvador**. Salvador: Editora da Universidade da Bahia, 1959.

_____. **O papel metropolitano da cidade do Salvador**. Salvador: Datil., 1956.

_____. ; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Teotônio. **Conceito de classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e Silva. **Cidade e região no Estado da Bahia**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1991. 206p.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. Elaboração de programa de desenvolvimento de uma “Região Nova”: O Caso Oeste da Bahia – Brasil. **Geografia**, Rio Claro, v. 14, n. 27, p. 77-91, abr. 1989.

SILVA, Maria do Socorro Carvalho. **A nova onda baiana**. Salvador: EDUFBA, 2003.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa;

SZMRECSÁNYI, Tamás. Análise de economia agrícola. **Cadernos de IFCH - UNICAMP**, Campinas, v. 7, jul. 1983.

TARROW, S. **El poder en movimiento**: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política. Madrid: Alianza, 1997.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: UNESP, 2001.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOCQUEVILLE, Aléxis. **A democracia na América**: livro I. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

UDERMAN, Simone. Planejando o desenvolvimento industrial: considerações metodológicas sobre a formulação de políticas de intervenção na Bahia. In: AVENA, Armando (Org.). **Bahia século XXI**. Salvador: Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia, 2002. p. 131-148.

VERBAS de tributos beneficiam municípios que não arrecadam. **A Tarde**, Salvador, 28 maio 2000. Caderno Local, p. 4.

VIANNA, Luiz Werneck. Weber e a interpretação do Brasil. In: SOUZA, Jessé (Org.). **O malandro e o protestante**. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1999.

VITTIMO, Gianni. **O fim da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel. La nation historique. In: _____. **Race, Nation, et classe; les identités ambiguës**. Paris: Découverte, 1988. p. 155-248.

_____. A reestruturação capitalista e o sistema-mundo. In: _____. **Globalização excludente**: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis: Vozes, 2000.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000. v. 1 e 2.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. **Metodologia das Ciências Sociais**. Campinas: Cortez, 1999. v. 1 e 2.

WEGNER, Robert. Os EUA e a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: SOUZA, Jessé (Org.). **O malandro e o protestante**. Brasília: Editora da UNB, 1999.

_____. **A conquista do Oeste**: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

WOLFE, Marshall. Abordagens do desenvolvimento: de quem e para que? In: _____. **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WRIGHT, Erik Olin; LEVINE, Andrew; SOBER, Elliott. **Reconstruindo o marxismo**. Petrópolis: Vozes, 1993.

WRIGHT, Erik Olin. **Classe, crise e estado**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)